

PAULO ALVES PEREIRA JÚNIOR

**O ARAUTO DE UMA NOVA ALVORADA NO PARAGUAI:
ideologia e política em “La Tribuna” (1978-1983)**

ASSIS

2018

PAULO ALVES PEREIRA JÚNIOR

**O ARAUTO DE UMA NOVA ALVORADA NO PARAGUAI:
ideologia e política em “La Tribuna” (1978-1983)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Dr. José Luis Bendicho Beired

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo nº 2016/13601-0)

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. - Assis - Unesp

P436a Pereira Júnior, Paulo Alves
 O arauto de uma nova alvorada no Paraguai: ideologia e política em “La Tribuna” (1978-1983) / Paulo Alves Pereira Júnior. Assis, 2018.
 198 f. : il.

 Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
 Orientador: Prof. Dr. José Luís Bendicho Beired

 1. Imprensa e politica. 2. América Latina - História.
 3. Paraguai - História. I. Título.

CDD 989.2



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O ARAUTO DE UMA NOVA ALVORADA NO PARAGUAI: Ideologia e política em "La Tribuna" (1978-1983)

AUTOR: PAULO ALVES PEREIRA JÚNIOR
ORIENTADOR: JOSÉ LUIS BENDICHO BEIRED



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. JOSÉ LUIS BENDICHO BEIRED
Depto. de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO SAMPAIO BARBOSA
Depto. de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. MARCELA CRISTINA QUINTEROS
PR / Maringá

Assis, 30 de outubro de 2018

AGRADECIMENTOS

O apoio e o carinho de tantas pessoas queridas possibilitaram a elaboração desta dissertação de mestrado. Dedico esse singelo espaço a vocês. Primeiramente, agradeço à minha mãe, Ana Lúcia, e aos meus irmãos, Antônio Lázaro e João Paulo, pelo carinho, pelo amor, pela compreensão e pelo apoio incondicional; ao amigo da família, Luís César, pela estimada ajuda em diversos momentos; e à Erika, pela companhia de todos esses anos, pela compreensão e pelo amor.

Ao professor José Luís Bendicho Beired pela orientação segura, pela seriedade, pela confiança, pela compreensão e pelos ensinamentos. Aos professores Áureo Busseto e Carlos Alberto Sampaio Barbosa pelos comentários no exame de qualificação e por terem demonstrado interesse por este trabalho. Também sou grato aos professores Paulo Gonçalves e Tania Regina, aos colegas da pós-graduação e aos funcionários da biblioteca “Acácio José Santa Rosa” e da secretaria de pós-graduação. Em suma, muito obrigado a todos da UNESP de Assis pelo apoio e pelo carinho demonstrado. Não posso deixar de agradecer à Marcela Cristina Quinteros, pela participação na banca de defesa e pelos comentários e sugestões pertinentes; ao Paulo Renato da Silva, por ter sido responsável pela minha formação intelectual; aos antigos professores da UNILA e aos meus colegas de graduação.

Aos funcionários da *Biblioteca Nacional del Paraguay*, da *Biblioteca Municipal Augusto Roa Bastos*, da biblioteca do *Banco Nacional de Fomento* e da hemeroteca “Carlos Antonio López”, pelo respeito demonstrado e pela imensa contribuição. Aos amigos da *Rede Ñande*, em especial ao Emílio Colmán, ao Bruno Segatto, ao Aníbal Orué Pozzo, à Tamy da Silva, ao David Velázquez Seiferheld e ao Leonam Lauro. Ao Ricardo Gazetta, ao Samuel Cassiano e aos demais amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida (Processo nº 2016/13601-0), responsável pela minha dedicação exclusiva à construção desta dissertação de mestrado.

Por último, este trabalho é dedicado à memória de minha avó materna, Laurinda Ribeiro Lourenço (1934-2016), que me proporcionou dois ensinamentos valiosos: a honestidade e o respeito ao próximo.

La alondra herida

Yo no puedo cantarte, hijo de mi tierra.
Mi voz, entrelazada a tu corona de espinas
sólo puede sangrar por tus heridas.
Yo no puedo cantarle a tu miseria,
a tu debilidad de anquilostomas,
al vacío de tu hambre acostumbrada.
Yo no puedo cantarle a tus cadenas,
al yugo que doblega tus espaldas,
al catre pelado bajo el techo que llueve
su importancia de paja.
Yo no puedo cantarte y no te canto.
Que cante para ti la alondra ciega,
en su artística jaula emparedada,
su estupidez de flores perfumadas,
amores, besos, aguas cristalinas.
Que te hable el arroyo que murmura,
de la fuente que baja cantarina,
del jazmín que perfuma nuestras calles
en las noches de luna.
Que te cante la alondra ciega, yo veo
tu destino de hospital sin vendas:
yo soy la alondra herida.
Yo no puedo cantarte y no te canto.
Yo grito en tu voz de rebeldía,
yo golpeo en tu puño libertario.
Soy ladrillo en tu pecho amurallado,
destello en tu mirada taladrante,
palabra, en tu mensaje solidario.
Soy fibra de tu carne en el trabajo,
soy llama en la antorcha que levanta
el arco de triunfo de tu brazo.
Yo ansío con tus ansias postergadas:
hoy no puedo cantarte, te cantaré mañana
cuando pueda tu voz cantar conmigo
¡la dicha de la patria liberada!

(Carmen Soler)

PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves. **O arauto de uma nova alvorada no Paraguai: ideologia e política em “La Tribuna” (1978-1983)**. 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

RESUMO

O jornal paraguaio *La Tribuna* foi fundado em 1925 e possuiu diferentes administrações ao longo de seus cinquenta e oito anos de existência. Na gestão de Oscar Paciello, entre 1978 e 1983, o diário adotou uma linha editorial analítica e se posicionou a respeito de assuntos políticos e econômicos da época. A presente dissertação tem como objetivo a análise das edições de *La Tribuna* no período em que foi dirigida por Paciello. Considerando esse veículo jornalístico como a fonte principal de nossa investigação e o objeto central deste estudo, pretendemos compreender o seu projeto político-ideológico, suas críticas em relação a certos aspectos da ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner, sua atuação frente a determinados temas e sua afirmação política junto à opinião pública paraguaia. Para isso, analisaremos editoriais, reportagens e artigos dos colaboradores do diário.

Palavras-chave: Imprensa e política. América Latina. Paraguai.

PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves. **The herald of a new dawn in Paraguay: ideology and politics in “La Tribuna” (1978-1983)**. 2018. 198 p. Dissertation (Masters in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018.

ABSTRACT

The Paraguayan newspaper *La Tribuna* was founded in 1925 and had different administrations throughout its fifty-eight years of existence. In the management of Oscar Paciello, between 1978 and 1983, the newspaper adopted an analytical editorial line and was positioned as to political and economical affairs of the time. The present master thesis aims to analyze of the editions of *La Tribuna* during the period in which it was directed by Paciello. Considering this journalistic vehicle as the main source of our research and the central object of this study, we intend to understand its political-ideological project, its criticism of certain aspects of the civic-military dictatorship of Alfredo Stroessner, its action on certain subjects and the its political affirmation in front of the Paraguayan public opinion. For this purpose, we will analyze editorials, news reports and articles of the newspaper's employees.

Keywords: Press and Politics. Latin America. Paraguay.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Consumo final energético por fontes, em milhares de TEP, entre 1970 e 1980.....	154
Tabela 2. Consumo final de eletricidade por área, em milhares de TEP, entre 1970 e 1980.	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa político do Paraguai	24
Figura 2. Organização da <i>Secretaría Técnica de Planificación</i>	95
Figura 3. Conformação do <i>Acuerdo Nacional</i>	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDE – *Administración Nacional de Electricidad*

APAL – *Administración Paraguaya de Alcoholes*

BM – *Banco Mundial*

BNF – *Banco Nacional de Fomento*

BOC – *Bolivian Oil Company International S.A.*

CEPAL – *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe*

CNCE – *Consejo Nacional de Coordinación Económica*

CPT – *Confederación Paraguaya de Trabajadores*

CSJ – *Corte Suprema de Justicia*

DENAPRO – *Departamento Nacional de Prensa y Propaganda*

EUA – *Estados Unidos da América*

FEPRINCO – *Federación de la Producción, la Industria y el Comercio*

FULNA – *Frente Unido de Liberación Nacional*

JEC – *Junta Electoral Central*

M-14 – *Movimiento 14 de Mayo*

MIC – *Ministerio de Industria y Comercio*

MOPOCO – *Movimento Popular Colorado*

PETROPAR – *Petróleos Paraguayos*

PCP – *Partido Comunista Paraguayo*

PDC – *Partido Demócrata Cristiano*

PIB – *Producto Interno Bruto*

PL – *Partido Liberal*

PLR – *Partido Liberal Radical*

PLRA – *Partido Liberal Radical Auténtico*

PRF – *Partido Revolucionario Febrerista*

PLT – *Partido Liberal Teeté*

PLU – *Partido Liberal Unificado*

REPSA – *Refinería Paraguaya S.A.*

STP – *Secretaría Técnica de Planificación*

TEP – *Tonelada Equivalente de Petróleo*

UIP – *Unión Industrial Paraguaya*

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1. A trajetória histórica de <i>La Tribuna</i>	21
1.1. Entre guerras e golpes: as primeiras décadas do jornal (1925-1954).....	23
1.2. O periódico durante a ditadura de Alfredo Stroessner	38
Capítulo 2. O horizonte democrático	51
2.1. Percepções sobre a democracia	54
2.2. O percurso democrático.....	61
Capítulo 3. O caminho para o desenvolvimento	82
3.1. Aspectos da economia paraguaia.....	87
3.2. O itinerário desenvolvimentista.....	93
Capítulo 4. A atuação política do jornal.....	123
4.1. Os debates políticos	124
4.1.1. O <i>Acuerdo Nacional</i>	127
4.1.2. A legislação eleitoral	137
4.1.3. As violações aos direitos humanos	144
4.2. Os problemas energéticos.....	153
4.2.1. O tributo energético	155
4.2.2. As polêmicas em torno da REPSA.....	162
Considerações finais	175
Fontes e bibliografia	179
Fonte	180
Página da Internet	180
Bibliografia	180



Introdução

Esta pesquisa tem como escopo a análise do jornal paraguaio *La Tribuna* entre 1978 e 1983, período em que esteve sob a direção de Oscar Paciello. Consideramos esse diário como a fonte principal de nossa investigação e o objeto central do presente estudo. Pretendemos, fundamentalmente, examinar o projeto político-ideológico do veículo e a sua postura frente aos debates políticos do país. Para isto, analisaremos reportagens nas seções de “economia” e “política”, artigos escritos por colaboradores da empresa jornalística e editoriais.

La Tribuna foi fundada em 1925 e possuiu diferentes administrações ao longo de cinquenta e oito anos de existência. Em boa parte de sua trajetória, o diário atuou durante a ditadura cívico-militar¹ de Alfredo Stroessner (1954-1989). Uma das características desse regime foi a criação de uma estrutura que reprimiu as críticas realizadas ao governo. Entre os alvos desta repressão estavam jornalistas e veículos de comunicação. A imprensa escrita durante a ditadura de Stroessner foi administrada por três setores sociais: empresários, partidos políticos e Igreja Católica. Os principais periódicos independentes² da época eram: *ABC Color*, *El Día*, *El Independiente*, *El País*, *Hoy*, *La Mañana*, *La Tribuna*, *Noticias* e *Última Hora*. Grupos eclesiásticos opositores ao governo manifestaram-se em duas gazetas: *Comunidad* e *Sandero*. Quanto aos jornais vinculados às instituições partidárias, destacamos: *Adelante!*, do *Partido Comunista Paraguayo*; *El Enano*, do *Partido Liberal*; *El Pueblo*, do Partido Revolucionario Febrerista; *El Radical*, do *Partido Liberal Radical*; e *Patria*, do *Partido Colorado*.

As obras de Paul H. Lewis, de Julio José Chiavenato e de Bernardo Neri Farina fazem parte da bibliografia sobre a ditadura de Alfredo Stroessner. Quando abordam o papel da imprensa nesse período, enfatizam os mecanismos estatais de perseguição ao jornalismo e destacam as críticas realizadas pelos periódicos partidários, católicos e empresariais ao governo de Stroessner. A proposta desses trabalhos é apresentar as características gerais do regime. Por esta razão, a participação dos veículos impressos durante a ditadura não é

¹ Benjamín Arditi destaca que o governo de Alfredo Stroessner contou com o apoio de uma parte da sociedade paraguaia e das Forças Armadas. Deste modo, utilizaremos o conceito de “regime/ditadura cívico-militar”. (ARDITI, Benjamín. *Adiós a Stroessner. La Reconstrucción de la política en el Paraguay*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 1992)

² Hector Borrat entende o periódico independente como um veículo que só depende de seu grupo empresarial (BORRAT, Hector. El periódico, actor del sistema político. *Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura*, nº 12, 1989, p. 67).

analisada profundamente, além de que, não são assinaladas as diferenças políticas entre os jornais que manifestaram opiniões contrárias ao governo.³

Há pesquisas que focalizam a imprensa escrita durante o regime de Stroessner. Livros como os de Jorge García Riart, de Beatriz González de Bosio, de Juan Crichigno, de Alcibíades González Delvalle e de Aníbal Orué Pozzo são exemplos. As obras de Bosio e de Crichigno apresentam um panorama dos periódicos paraguaios do século XIX ao XXI, mas não analisam suas ações sociopolíticas.⁴ Já os trabalhos de González Delvalle e de García Riart examinam a participação dos veículos impressos durante a ditadura. O primeiro investiga os atentados contra os meios de comunicação, como o fechamento dos veículos contrários ao governo e a prisão de jornalistas.⁵ García Riart, por sua vez, esquadriña a imprensa universitária que se opôs ao regime e buscou uma ordem social guiada pelo socialismo.⁶ Por último, Orué Pozzo analisa a trajetória do jornalismo paraguaio nos séculos XIX e XX, identificando as discussões dos periódicos partidários, a importância dos jornais científicos e literários e os debates em torno da transformação das estruturas dos meios de comunicação do país.⁷ A quantidade de publicações sobre os meios impressos durante o regime é exígua. Dos poucos estudos que há, nenhum se preocupa em investigar apenas um jornal. Os artigos de Paulo Renato da Silva – que examina um conjunto de notícias de *Patria* – e de Lorena Soler – que esquadriña determinadas charges de *El Pueblo* – são exceções neste campo.⁸ Não obstante, ambos privilegiam veículos político-partidários.

La Tribuna é brevemente mencionada em diferentes trabalhos, tanto os que apresentam um panorama da ditadura de Alfredo Stroessner, quanto os que enfatizam a imprensa durante esse regime. Paul H. Lewis, ao discutir a censura dos meios impressos pelos órgãos governamentais, destaca que os jornais importantes do país – entre eles, *La Tribuna* –, sujeitavam-se às ações do governo, pois eram empresas dependentes do capital financeiro e seus proprietários perderiam economicamente se fossem fechados ou se o governo utilizasse

³ CHIAVENATO, Julio José. *Stroessner: retrato de uma ditadura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980; LEWIS, Paul H. *Paraguay bajo Stroessner*. Traducción: María T. Góngora Barba. México: FCE, 1986; NERI FARINA, Bernardo. *El Último Supremo: La Crónica de Alfredo Stroessner*. Asunción: El Lector, 2003.

⁴ CRICHIGNO, Juan. *Diarios del Paraguay*. Asunción: ABC/Centro Gráfico, 2016; GONZÁLEZ DE BOSIO, Beatriz. *Periodismo Escrito Paraguayo. 1845-2001 de la ficción a la profesión*. Asunción: Intercontinental Editora, 2008.

⁵ GONZÁLEZ DELVALLE, Alcibíades. *La prensa y la cultura bajo el régimen*. Asunción: El Lector, 2014.

⁶ GARCÍA RIART, Jorge. *Periodismo universitario en la década del '60: las ideas impresas de una generación*. Asunción: Editorial Marben, 1999.

⁷ ORUÉ POZZO, Aníbal. *Periodismo en Paraguay: estudios e interpretaciones*. Asunción: Arandurã Editorial, 2007.

⁸ SILVA, Paulo Renato da. A devolução dos troféus da Guerra da Tríplice Aliança e a “confraternidade argentino-paraguaia” (1954). *História Unisinos*, 19, 2015, p. 12-22; SOLER, Lorena. ¿De qué se ríe El Pueblo? La crisis del régimen stronista en las caricaturas del seminario del Partido Revolucionario Febrerista en Paraguay (1984-1987). *Historia Actual Online*, 38, 2015, p. 37-49.

de sua influência para retirar a publicidade de suas páginas. Por isto, optaram por não externar as notícias locais.⁹ Lewis apresenta as características de *La Tribuna* entre as décadas de 1940 e 1970, no período em que foi administrada por Arturo Schaerer. A partir de 1978, Oscar Paciello e sua equipe jornalística passaram a criticar as ações político-econômicas do regime. Enquanto a gestão de Arturo não se opôs à ditadura por uma estratégia comercial, a gerência de Paciello adotou uma posição contrária, mesmo ciente dos riscos.

Beatriz González de Bosio, ao analisar a trajetória histórica de *La Tribuna*, afirma que o diário desapareceu por conta de seu estilo defasado.¹⁰ Entretanto, consideramos que além de equivocar-se quanto ao seu fechamento – a autora assevera que foi em 1982 –, declarar que um periódico deixou de atuar apenas por problemas em seu formato técnico é superficial, uma vez que não foram consideradas as particularidades do veículo jornalístico e a conjuntura político-econômica do período.

Ao realizar um panorama da imprensa no Paraguai durante a ditadura de Stroessner, Julio José Chiavenato apresenta aspectos históricos de *La Tribuna* e assegura que, durante a gestão de Oscar Paciello, o jornal não contou com um esquema econômico sólido. Ademais, destaca que o diário defendeu a modernização do aparelho estatal e combateu a corrupção no país. De acordo com o autor, o veículo concedeu à equipe jornalística total liberdade e opôs-se ao regime no setor econômico e social. Entretanto, amenizou as críticas aos políticos colorados e deu escasso destaque a figuras “marginalizadas” pelo sistema político.¹¹ Concordamos com determinadas afirmações de Chiavenato, sobretudo em relação à postura opositora da empresa jornalística no campo socioeconômico. Entretanto, discordamos que o diário tenha concedido exíguo espaço às agremiações políticas contrárias ao governo. Ao longo de nossa pesquisa, buscaremos demonstrar que *La Tribuna* externou em suas páginas as posições destes partidos políticos. Em muitos casos, as críticas dos dirigentes políticos foram utilizadas pelo jornal como um elemento agregador ao seu papel crítico à ditadura.

A investigação de *La Tribuna* auxilia nas reflexões sobre as dissidências internas do *Partido Colorado*. Mesmo sendo filiado a essa agremiação, Oscar Paciello teve sua empresa jornalística censurada pela administração colorada. Ademais, é interessante observar as relações tênues entre os diários da grande imprensa¹² e a ditadura. As noções de oposição –

⁹ LEWIS, op. cit., p. 331-332.

¹⁰ GONZÁLEZ DE BOSIO, op. cit., p. 212.

¹¹ CHIAVENATO, op. cit., p. 188-191.

¹² Maria Aparecida de Aquino denomina como “grande imprensa” o conjunto de periódicos que possuem uma circulação diária ou semanal. Esses veículos são empresas comerciais dependentes do financiamento publicitário (AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 37).

entendida como um movimento articulado por um grupo social (políticos, empresariado, latifundiários etc.) – e de crítica – relacionada à manifestação de ideias realizada por um indivíduo ou uma instituição – são confundidas pela maioria dos autores que pesquisa o tema. Os estudos que analisam os meios de comunicação durante o regime de Stroessner não evidenciam o papel dos veículos independentes da grande imprensa e não levam em consideração que as notícias publicadas são produtos comerciais e político-ideológicos. Além dessas limitações, tais trabalhos não possuem um referencial teórico delimitado. Desta forma, frisamos que esta dissertação de mestrado adotará a perspectiva da História Política, diferenciando-se dos outros estudos sobre a imprensa durante a ditadura de Stroessner.

Um dos objetivos da História Política é identificar os traços culturais, midiáticos, linguísticos, ideológicos e representacionais pelos quais os atores históricos significaram suas existências, abrangendo as diversas interações sociais sob as quais os sujeitos estavam envolvidos.¹³ Este campo incorporou objetos complexos, como a imprensa e os discursos.¹⁴ A contribuição da História Política para os estudos sobre os veículos midiáticos é evidenciada nos trabalhos de Jean-Noël Jeanneney e Áureo Busetto. O primeiro discute a inserção da mídia nessa vertente historiográfica, externando os problemas e os desafios desse campo de pesquisa.¹⁵ Já o segundo, reflete sobre as dificuldades de certos estudos em examinar os meios de comunicação a partir do conhecimento histórico e expõe uma estrutura teórico-metodológica para analisar tais objetos.¹⁶

Com o intuito de alcançarmos os objetivos propostos, precisamos de um arcabouço teórico-metodológico que nos auxilie nas análises das edições de *La Tribuna*. Entendendo o método como a perspectiva utilizada no trabalho científico, Julio Aróstegui afirma que a pesquisa histórica se ajusta à formulação de hipóteses e à construção de mecanismos capazes de apresentar um acontecimento desde sua origem até suas consequências. A classificação das fontes – de acordo com o seu caráter e o processo de sua produção – está ligada às operações que identificam a confiabilidade das informações existentes em um documento.¹⁷ Todo procedimento de pesquisa tem como foco a leitura das fontes, orientada por certos

¹³ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 60.

¹⁴ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: _____. *Por uma história do político*. Tradução: Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, p. 86.

¹⁵ JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 213-225.

¹⁶ Busetto, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 2008, p. 09-23.

¹⁷ ARÓSTEGUI, Julio. *La investigación histórica: teoría y método*. Barcelona: Crítica, 2001, p. 369; 385-393.

questionamentos. Em uma investigação hemerográfica, as notícias necessitam de um tratamento especial, levando em consideração o suporte interno e externo do periódico.¹⁸ Diante disto, apresentaremos referenciais para a análise dos materiais jornalísticos.

Juarez Bahia destaca que a imprensa é composta por uma aglomeração de laços sociais com o fim de reunir, redigir e distribuir as notícias. A informação é a principal finalidade do jornalismo – entendido como um instrumento de comunicação coletiva que representa a forma como o público participa da vida social – e sua autoridade emana de um conjunto de instituições político-econômicas. Tal sistema se associa à empresa privada, desenvolvendo atividades preocupadas com os interesses ideológicos, com as exigências do lucro e com o controle propagandístico.¹⁹ Para Ciro Marcondes Filho, a criação de um periódico é a forma de repercutir os posicionamentos de determinados grupos políticos e/ou econômicos através de um complexo industrial-tecnológico que se proclama como detentor da “verdade”. Em tais veículos, a informação é adaptada às normas mercadológicas de generalização, de padronização, de simplificação e de negação do subjetivismo e transforma-se em notícia. A empresa jornalística dialoga com dois grupos: os leitores e os responsáveis pelos anúncios comerciais. Assim, a parte redacional e o espaço publicitário devem atuar em conjunto.²⁰ Por sua vez, Maurice Mouillaud acredita que os meios impressos pertencem a uma rede de comunicações que estabelece uma interpretação hegemônica e uma forma específica de interpretação dos eventos. A produção dos fatos constrói um discurso que se modifica a partir da ordem externa da diagramação. Esta técnica, considerada como o início da fabricação de sentido das notícias, foi gradativamente elaborada ao longo do processo histórico dos periódicos, incluindo paginação e disposição em colunas.²¹

Os exemplares de *La Tribuna* estão disponíveis na hemeroteca “Carlos Antonio López” da *Biblioteca Nacional del Paraguay*. Em junho de 2015 e em novembro de 2017, consultamos as 1.553 edições do diário publicadas entre 1978 e 1983 (do número 18.446 ao 19.999). Além disso, levantamos os materiais bibliográficos na biblioteca do *Banco Nacional de Fomento*, na *Biblioteca Nacional del Paraguay* e na *Biblioteca Municipal Augusto Roa Bastos*, todas localizadas em Assunção. A seguir, explanaremos os métodos que seguimos ao longo da pesquisa. Primeiramente, digitalizamos as tiragens do jornal entre novembro de 1978

¹⁸ Ibidem, p. 404-406.

¹⁹ BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo: Editora Martins, 1971, p. 37-39.

²⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza*. São Paulo: Ática, 1986, p. 11-28.

²¹ MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: ____; PORTO, Sergio Dayrell (orgs). *O jornal: da forma ao sentido*. Tradução: Sérgio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 32; MOUILLAUD, Maurice. Preliminares. In: ____; PORTO, Sergio Dayrell (orgs), op. cit., p. 26.

e setembro de 1983 e consultamos edições históricas do periódico. Após esse processo, desenvolvemos uma análise qualitativa das fontes consultadas, através do cruzamento de informações entre os itens publicados pelo diário e a leitura da bibliografia consultada, a fim de verificar as hipóteses levantadas e cumprir com os objetivos propostos.

Finalizando as considerações metodológicas, destacaremos conceitos importantes utilizados em nosso trabalho: opinião pública, cultura política, experiência/expectativa e discurso político. Em relação ao primeiro, Jean-Jacques Becker entende a opinião pública como uma história em profundidade, cuja função é perceber o comportamento dos indivíduos confrontados com determinados acontecimentos. Este movimento tende a ser dominante, apesar da existência de uma pluralidade de discursos avaliativos sobre uma questão em específico.²² Dessa maneira, levaremos em consideração a tática de *La Tribuna* em se afirmar publicamente na opinião pública paraguaia. Em relação ao segundo conceito, Serge Berstein compreende que a cultura política se relaciona aos elementos globais de uma comunidade, sendo uma leitura do passado e, ao mesmo tempo, uma projeção do futuro compartilhada em conjunto. O autor acredita que o conteúdo da cultura política se modifica de acordo com a sociedade que o elaborou, permitindo perceber mais detalhadamente as razões dos atos políticos de determinados sujeitos em um momento histórico.²³ Por sua vez, Reinhart Koselleck destaca que a análise dos conceitos revela o espaço da experiência e o horizonte da expectativa relacionados a um período específico.²⁴

Assim, acreditamos que *La Tribuna* transmitia uma cultura política, já que aglutinava em seu corpo editorial indivíduos de diferentes perspectivas que compartilhavam expectativas em comum: a democratização e o desenvolvimento socioeconômico do Paraguai. Dessa maneira, é importante analisar os discursos políticos dos atores envolvidos. Esse processo, de acordo com John Greville Agard Pocock, deve levar em consideração as linguagens políticas, elaboradas em determinado contexto histórico, social ou político.²⁵ Portanto, identificar o discurso político de *La Tribuna*, juntamente com as linguagens políticas da época, ajudar-nos-á a entender o projeto político-ideológico e a postura crítica do diário frente à ditadura de Alfredo Stroessner.

²² BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, op. cit., p. 186-190.

²³ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. *Para uma história cultural*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350-363.

²⁴ KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma P. Mass, Carlos A. Pereira, César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006, p. 104.

²⁵ POCK, J. G. A. Introdução: O Estado da Arte. In: ____; MICELI, Sergio (org.), POCK, J. G. A; MICELI, Sergio (org.). *Linguagens do ideário político*. Tradução: Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 36-37.

A dissertação divide-se em quatro capítulos, estruturados a partir dos objetivos propostos. O primeiro tem como objetivo apresentar a história paraguaia entre 1925 e 1983 como parte da trajetória de *La Tribuna*. Para isso, pautar-nos-emos na bibliografia sobre os aspectos históricos do período e em exemplares do diário. Apresentando os antecedentes da empresa jornalística, pretendemos apontar elementos referentes às suas distintas administrações, informações técnicas do veículo e sua relação com o público-leitor. Já o segundo capítulo tem como escopo analisar a concepção de democracia de *La Tribuna* a partir da interpretação do discurso político dos editoriais e dos artigos publicados no jornal. Por sua vez, o terceiro capítulo busca identificar a percepção de desenvolvimento dos responsáveis pelo diário através de editoriais e artigos opinativos. Em ambos os capítulos pretendemos apresentar o projeto político-ideológico de *La Tribuna*. Por fim, o quarto capítulo tem como escopo analisar a postura do diário no cenário político-econômico a partir das questões envolvendo as atividades dos políticos opositores ao regime de Stroessner, os debates em torno da modificação da legislação eleitoral, os casos de violações aos direitos humanos, as denúncias aos impostos das fontes energéticas e as discussões acerca da atuação da refinaria petrolífera do país, controlada pelo capital privado estrangeiro.



Capítulo 1

A trajetória histórica de *La Tribuna*

Este capítulo tem como escopo analisar as diferentes fases da trajetória de *La Tribuna* entre 1925 e 1983 com o intuito de observar a relação do jornal com o processo político do Paraguai. Para tal, dialogaremos com a bibliografia sobre a história paraguaia e com determinados artigos opinativos e jornalísticos publicados no diário. Além disso, apresentaremos informações a respeito das estruturas técnicas de *La Tribuna*, de seus editores e do vínculo com seu público-leitor.

Ao longo de sua história, a imprensa escrita paraguaia passou por três momentos distintos. O primeiro corresponde à fase de tutela pelo Estado e iniciou-se quando o governo de Carlos Antonio López (1844-1862) lançou o primeiro semanário do Paraguai, intitulado *El paraguayo independiente*, cujo objetivo precípua era conseguir o reconhecimento internacional da independência do país. Desde então, o Estado editou periódicos para favorecer seus propósitos. Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o presidente Francisco Solano López autorizou o lançamento de jornais que incentivassem o moral dos soldados paraguaios e denunciassem as ações consideradas arbitrarias da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai). O segundo concerne ao momento em que os veículos impressos se tornaram independentes dos aparelhos estatais. Com o fim da contenda e o início da reorganização estatal, emergiram diversos periódicos que tinham como propósito defender determinadas posturas político-partidárias, sendo administrados por correligionários do *Partido Liberal* e do *Partido Colorado*. Essa segunda fase da imprensa paraguaia foi marcada pelo exercício das liberdades civil e política – garantido pela Constituição de 1870 – e pela existência de jornais de curta duração e de escassa circulação. O terceiro momento diz respeito ao surgimento dos primeiros periódicos com uma visão empresarial. A partir da segunda metade da década de 1940, foi estabelecido na grande imprensa do país um jornalismo dotado de uma linguagem supostamente objetiva e imparcial. O jornal *La Tribuna* acompanhou as duas últimas fases dos meios impressos no Paraguai, uma vez que foi representante dos objetivos de membros da agremiação liberal e, posteriormente, tornou-se um veículo que atendeu aos interesses mercadológicos e ideológicos de seus responsáveis.

A fim de conseguirmos atingir os objetivos previstos, apresentaremos os elementos teórico-metodológicos utilizados. Renée Barata Zicman aponta as vantagens de se fazer uso da imprensa como uma fonte documental: os jornais registram as memórias coletivas de uma comunidade; os periódicos possibilitam a inserção do fato histórico dentro de uma conjuntura ampla; e os meios impressos sofrem apenas a censura imediata.¹ Entendendo que a imprensa

¹ ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. *Projeto História* (PUCSP), São Paulo, v. 4, 1985, p. 90-93.

age dentro do plano político-ideológico e é constituída por elementos de forma e de conteúdo, Zicman se baseia no modelo proposto por Pierre Albert para examinar o conteúdo dos veículos impressos: “atrás”, “dentro”, e “em frente” dos jornais. O “atrás” do periódico corresponde aos elementos que contribuíram para a sua realização: os proprietários, os redatores e os jornalistas. Por “dentro” do jornal compreende-se os modelos da publicação, o estilo linguístico, a diagramação das notícias, a exposição da publicidade e as tendências da edição. Já a definição “em frente” aos diários refere-se ao público-leitor alvo.² Por sua vez, de acordo com Tania Regina de Luca, o pesquisador interessado na história da imprensa deve atentar às estruturas técnicas e produtivas dos veículos impressos estudados, como: aparência física (tipo de papel, qualidade da impressão, formato, capa); divisão e composição do conteúdo; relações mantidas com o sistema comercial; publicidade; público pretendido; e objetivos propostos. A partir dessa metodologia, é importante identificar as motivações que levaram certo acontecimento a ser publicado por um específico jornal. Por essa razão, o conhecimento dos responsáveis pela linha editorial auxilia na compreensão das diferentes linguagens políticas existentes no veículo e ajuda a entender as relações que essas empresas possuíam com os poderes políticos e econômicos.³

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, analisaremos a importância sociocultural e político-econômica de *La Tribuna* nas duas primeiras décadas de sua existência, ressaltando sua relação com os governos da época, suas interrupções forçadas e o relacionamento de seus responsáveis com os diferentes grupos políticos. Já na segunda parte, identificaremos o papel do diário durante a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner, ressaltando as alterações de proprietários, as mudanças de forma e de conteúdo, as censuras sofridas e os anos finais de sua trajetória. Compreender o percurso histórico do jornal auxiliar-nos-á a entender sua postura político-ideológica e sua inserção no debate político paraguaio entre o fim da década de 1970 e início do decênio seguinte.

1.1. Entre guerras e golpes: as primeiras décadas do jornal (1925-1954)

O Paraguai está localizado no centro da América do Sul e faz fronteira com Argentina, Bolívia e Brasil. Seu divisor territorial é o Rio Paraguai, que segmenta o país em duas regiões distintas: ao Oeste encontra-se uma área semiárida e ao Leste localiza-se um território subtropical com solo fértil. O Estado paraguaio é unitário e seu território é fracionado em

² ALBERT, Pierre. Comment étudier un journal?. *Cahiers Français*, n° 178. Paris : La Documentation Française, Out-Dez 1976 *apud* ZICMAN, op. cit., p. 92.

³ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 132-141.

departamentos, municípios e distritos que possuem autonomia política e administrativa. No campo político-partidário, o país contou – do fim do século XIX até os primeiros anos da centúria passada – com duas agremiações políticas: o *Partido Liberal* e o *Partido Colorado*. O primeiro foi fundado em 10 de julho de 1887, sob o nome inicial de *Centro Democrático*, por jovens intelectuais contrários às práticas autoritárias dos governos de Bernadino Caballero (1880-1886) e de Patricio Escobar (1886-1890) e por camponeses que tiveram suas terras expropriadas pelo Estado. A origem da segunda agremiação citada está na criação, também em 1887, do *Club del Pueblo* – logo renomeado *Asociación Nacional Republicana* – pelos aliados do presidente Bernardino Caballero. Popularmente conhecido como *Partido Colorado*, esse grupo político era formado, majoritariamente, por fazendeiros e militares conservadores e, ao longo de sua trajetória, angariou uma expressiva popularidade entre os setores sociais mais carentes em virtude de seu discurso patriótico. Por cerca de três décadas, o *Partido Liberal* buscou de diversas formas se consolidar no cenário político paraguaio. Entretanto, tais tentativas malograram, uma vez que sua ideologia liberal-democrática – além de sua postura pró-Argentina – conflitava com o ideário nacional-conservador propagado pelos líderes do *Partido Colorado*, que estavam à frente do poder. Contudo, em 1904 um grupo ligado à agremiação liberal – apoiado pelo governo argentino, pelos camponeses e pelo setor sindical – destituiu o presidente colorado Juan Antonio Ecurra. Dessa forma, iniciou-se a hegemonia política do *Partido Liberal* que durou até fevereiro de 1936.⁴

Figura 1. Mapa político do Paraguai

⁴ BREZZO, Liliana. Reconstrucción, poder político y revoluciones (1870-1920). In: TELESKA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 209; CHIAVENATO, op. cit., p. 78-81; DÍAZ DE ARCE, Omar. O Paraguai contemporâneo (1925-1975). In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*. Volume 2. Tradução: Marcos Bagno; Ricardo G. R. Castro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 327-328; DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 32-33; 122-123; COLAZO, Carmen. *Los partidos políticos en el Paraguay*. Asunción: CIDSEP, 1998; COLMÁN DUARTE, Evaristo Emigdio. *Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936 - 1947*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2002, p. 56-60; CROCETTI, Sandra. *Diccionario político del Paraguay*. Asunción: Promociones Culturales, 1997, p. 36-37; 48-49; 262; JARA GOIRIS, Fábio Anibal. *Paraguay: Ciclos adversos y Cultura Política*. Asunción, Paraguay: Servilibro, 2004, p. 155-161; LEWIS, op. cit., p. 20-24; 44; MIRANDA, Carlos R. *Paraguay y la Era de Stroessner*. Asunción: RP Ediciones, 1992, p. 50-53; MORAES, Ceres. *Paraguai, a consolidação de Stroessner 1954-1963*. Porto Alegre: Edipuc-RS, 2000, p. 19-21; SOUZA, José Carlos de. *O Estado e a sociedade no Paraguai durante o governo do partido liberal (1904-1935)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2006, p. 10; 186-190; YORE, Fátima M. *La Dominación Stronista: Orígenes y consolidación – “seguridad nacional” y represión*. Asunción: Base-IS, 1992, p. 34-35. A respeito dos elementos político-ideológico e socioeconômicos que caracterizaram os governos liberais, Cf. ABENTE, Diego. The Liberal Republic and the Failure of Democracy. *The Americas*, vol. 45, n. 4, 1989, p. 525-546.



Fonte: NELSON, Bill. Map of Paraguay. In: LAMBERT, Peter; NICKSON, Andrew (org.). *The Paraguay Reader*. Durham & London: Duke University Press, 2013, p. 02.

Desde o fim do século XIX, os principais periódicos paraguaios foram financiados por políticos que pretendiam fazer da prática jornalística um instrumento de intervenção na vida sociopolítica. Dessa forma, a imprensa foi o veículo de propaganda e de divulgação de ideias de figuras públicas ligadas ao *Partido Colorado* e ao *Partido Liberal* (PL). Entretanto, um grupo de dirigentes da ala conservadora do PL, formado por grandes proprietários de terra e comerciantes residentes em Assunção, carecia de um veículo que canalizasse suas posições. Por esta razão, Eduardo Schaerer⁵ – em conjunto com seus aliados políticos – fundou *La Tribuna* em 31 de dezembro de 1925, com o objetivo de atender aos interesses da referida

⁵ Presidente do Paraguai entre 1912 e 1916, Eduardo Schaerer promoveu uma forte política econômica através do crescimento das atividades comerciais e da intensificação do investimento estrangeiro. Tais ações proporcionaram uma época de prosperidade ao país (LEWIS, Paul H. Paraguay, de la guerra de la Triple Alianza a la guerra del Chaco, 1870-1932. In: BETHEL, Leslie (org.). *Historia de America Latina: America del Sur c. 1870-1930*. Traducción: Jordi Beltran; Angels Solà. Barcelona: Editorial Crítica, 1992, p. 145-146).

facção liberal, à qual pertencia.⁶ Seu lançamento foi comentado pelos principais jornais da época: *El Diario*⁷ publicou uma nota saudando a criação do veículo, *El Liberal*⁸ destacou a moderna apresentação gráfica do diário e *Patria*⁹ ressaltou que o jornal era dirigido por importantes figuras da sociedade paraguaia. A primeira edição de *La Tribuna* foi composta por oito páginas, uma coluna destinada aos esportes, uma reportagem que analisou o prejuízo financeiro causado pela lei aduaneira e um editorial,¹⁰ intitulado “Pela pátria e por nós”, o qual apresentou seu comprometimento em atender aos interesses dos políticos liberais e afirmou que tanto os letrados, quanto os trabalhadores, teriam o mesmo espaço no diário.¹¹

⁶ CENTURIÓN, Carlos R. Orígenes del Periodismo Paraguayo. In: _____. *Historia de las Letras Paraguayas*, Tomo III. Buenos Aires: Época Autônoma/Editorial Ayacucho, 1951; COLMÁN, Emilio Alapanian. *Identidades em confronto: imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 24-25; LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1965, p. 19; CROCETTI, op. cit., p. 348-349; ORUÉ POZZO, Aníbal; FALABELLA, Florencia; FOGUEL, Ramón. *Género y dictadura en Paraguay. Los primeros años del stronismo: El caso de los 108*. Asunción: Editorial Arandurã, 2016, p. 157; ORUÉ POZZO, op. cit., 2007, p. 165-173; SOUZA, op. cit., p. 224. Sobre a imprensa escrita paraguaia pós-1870 e suas relações com os grupos políticos da época, Cf. ARRÉLLAGA, Julia Velilla L. de; SEIFERHELD, Alfredo. *Los ecos de la prensa en 1887. Una propuesta de conciliación política*. Asunción: Editorial Histórica, 1987; ORUÉ POZZO, Aníbal. *Comunicación, medios y ciudadanía. Introducción al pensamiento comunicacional en Paraguay*. Asunción: Arandurã Editorial, 2012, p. 133-246; ORUÉ POZZO, Aníbal. *Periodismo y nación: Paraguay a inicios del siglo XX*. Asunción: Arandurã Editorial, 2008; SEGATTO, Bruno Félix. Disputas políticas, imprensa e circuitos de informação no Paraguai durante a ocupação aliada (1869-1876). In: VARGAS, Jonas M. (org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 207-227; WARREN, Harris Gaylord. Journalism in Asunción Under the Allies and the Colorados, 1869-1904. *The Americas*, 39(4), 1983, p. 483-498.

⁷ *El Diario* apareceu em 01 de julho de 1904 e foi o porta-voz da facção reformista do *Partido Liberal* na Revolução de 1904, episódio em que os liberais destituíram Juan Antonio Ecurra, pertencente ao *Partido Colorado*. Dessa maneira, o periódico faz parte de uma série de veículos que apareceram e desapareceram conforme a conjuntura política de uma época. Foi fundado por Eduardo Schaerer e dirigido por Adolfo Riquelme. Lançado no período vespertino, o jornal reproduziu notícias de agências internacionais e realizou sorteios de prêmios para seu público-leitor. O veículo teve suas portas fechadas em 31 de agosto de 1940 (CRICHIGNO, op. cit., p. 223-224; GONZÁLEZ DE BOSIO, op. cit., p. 168-169; ORUÉ POZZO, op. cit., 2008, p. 302).

⁸ *El Liberal* foi um diário vespertino criado em 26 de dezembro de 1912 e respondeu ao setor *radical* do *Partido Liberal*. Após acompanhar importantes episódios da vida político-social do país, encerrou suas atividades em fevereiro de 1936 (CRICHIGNO, op. cit., p. 278-281).

⁹ O periódico vespertino *Patria* apareceu em 03 de janeiro de 1917, sendo o porta-voz do *Partido Colorado*. Seu objetivo era difundir o ideário da agremiação colorada entre a população. Por conta de dificuldades financeiras e pela situação política do país, o jornal fechou e reabriu diversas vezes. Seu último exemplar foi editado em 01 de outubro de 1993 (CRICHIGNO, op. cit., p. 286-293).

¹⁰ Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1975, p. 02; “La Tribuna”, nuevo órgano de la prensa nacional. *El Diario*, Asunción, 31 dez. 1925. Portada, p. 01.

¹¹ Editorial: Por la Patria y por los nuestros”. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1925. Portada, p. 01. Em determinado trecho do editorial, os responsáveis pelo jornal destacaram que se pautariam pelas inspirações do “*Partido Liberal* da planície”, com o objetivo de robustecer a personalidade política desse setor. O grupo político de Eduardo Schaerer, que representava a corrente mais reacionária e oligárquica do *Partido Liberal*, era denominado *del llano* (em português: da planície), o que apontava seu distanciamento de certos dirigentes da organização (RIVAROLA, Milda. *La Contestación al Orden Liberal. La crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993, p. 31 *apud* COLMÁN DUARTE, op. cit., p. 221).

Com isso, percebemos a aversão desse grupo à classe intelectual. Politicamente, Eduardo Schaerer foi um homem prático que rechaçou a influência de intelectuais. Idiossincrasia distinta de Cecílio Baéz e de Manuel Gondra, liberais opositores de Schaerer. Ademais, os responsáveis por *La Tribuna* apresentaram-se como representantes dos “interesses do povo”, entendiam que o periódico seria um instrumento de mobilização para intervir politicamente no país e defenderam princípios liberal-democráticos, como o respeito à liberdade, o direito à propriedade e a presença da força de trabalho europeia como guia do desenvolvimento paraguaio.¹² Tais medidas condiziam com a linguagem política da Constituição de 1870 e do estatuto do *Partido Liberal*.¹³

Na época em que *La Tribuna* foi lançada, a situação político-econômica do Paraguai era delicada. O início da presidência de Eligio Ayala (1924-1928) caracterizou-se pela ordem nas finanças públicas e por promover a unidade interna, ao dialogar com colorados e liberais. Entretanto, o aumento do preço dos bens de consumo e a diminuição do valor do salário mínimo real marcaram o fim desse governo.¹⁴ Houve, nesse mesmo período, uma expressiva concorrência jornalística, fruto da liberdade de expressão que o país vivia. Apesar de os fatores socioeconômicos terem dificultado os primeiros meses de *La Tribuna*, o diário logo despertou o interesse do público e conquistou leitores assíduos. Nos anos seguintes, o jornal lançou edições especiais, destinou espaço ao movimento artístico-cultural do país, posicionou-se favoravelmente ao investimento do capital externo no Paraguai e externou as divergências com a Bolívia por conta do litígio em torno do Chaco. Ainda que seu discurso político assegurasse o compromisso com os “interesses do povo”, o diário atendeu às conveniências dos latifundiários e dos comerciantes *asuncños*. Inclusive, Eduardo Schaerer – além da carreira política – foi um destacado empresário da época, já que possuiu

¹² COLMÁN, op. cit. p. 25-35; LEWIS, op. cit., 1992, p. 145.

¹³ A Constituição de 1870 estabeleceu que o governo nacional deveria fomentar a imigração estadunidense e europeia, proibir a cobrança de impostos aos estrangeiros que exercessem atividades agrárias ou industriais no país (Art. 6º) e assegurar a esse grupo as mesmas garantias dos cidadãos paraguaios (Art. 33º). A Carta Magna também asseverou o direito à propriedade (Art. 19º). Apesar das constantes mudanças em seu programa ao longo do século passado, o *Partido Liberal* defendeu os preceitos de liberdade e o direito à propriedade privada. (CONSTITUCIÓN DE 1870. In: PAPPALARDO ZALDÍVAR, Conrado. *Paraguay: Itinerario Constitucional*. Asunción: Ñanduti Vive Ediciones; Intercontinental Editora, 1997, p. 81-103; Ideário del Partido Liberal Radical. In: DOLDÁN, Enzo A. *Reflexiones sobre el liberalismo y los partidos políticos en el Paraguay*. Asunción: Orbis, 1980, p. 85-170; ASHWELL, Washington. *El pensamiento de los Partidos Políticos (1869-1947)*. Asunción: Medusa, 2010, p. 65-146).

¹⁴ No período, o país possuía uma agricultura débil e uma pecuária insuficiente, sendo obrigado a importar gado do Mato Grosso. Sobre a exportação de produtos primários, a laranja foi um dos mais comercializados e era destinada à Argentina a granel sem nenhuma proteção. Por essa razão, as exigências fitossanitárias estabelecidas pelas autoridades argentinas haviam determinado acondicionamento ao fruto, dificultando a sua exportação (DORATIOTO, op. cit., p. 335-336). Ante tal situação, *La Tribuna* defendeu, em maio de 1927, o livre-câmbio como forma de superar os problemas no comércio internacional (Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 02). A partir desse posicionamento, percebemos a postura liberal do veículo.

empreendimentos em diversos segmentos (imobiliário, jornalístico e de bebidas). O episódio a seguir é um exemplo do comprometimento de *La Tribuna* com os anseios dos setores oligárquicos liberais *schaeristas*. No início de 1926, liberais reformadores apresentaram ao Congresso Nacional um projeto de lei que defendeu e estimulou a pequena propriedade rural. Isso atingiu os negócios dos aliados de Schaerer, contrários à intervenção estatal na reestruturação fundiária. Dessa forma, o diário posicionou-se contrariamente à proposta parlamentar. Porém, sua campanha pró-latifundiários malogrou, pois no mesmo ano foi aprovada e sancionada a lei de criação e conservação da pequena propriedade agropecuária, formalizando a utilização de terras fiscais com o propósito de colonização.¹⁵

Ao final de 1927, o *Partido Liberal* e o *Partido Colorado* lançaram seus candidatos à Presidência da República e, no início do ano seguinte, *La Tribuna* iniciou a cobertura da eleição. O concorrente eleito foi o liberal José P. Guggiari, que assumiu em agosto do mesmo ano. Em sua gestão, greves trabalhistas e movimentos sindicais eclodiram em Assunção e no interior. Aproveitando-se da debilidade do Poder Executivo, grupos políticos opositores intensificaram seus ataques à Presidência através da imprensa e do Congresso Nacional. Sem apoio da opinião pública, o presidente decretou Estado de Sítio em 11 de setembro de 1929, finalizado em julho do ano seguinte. Nesse período, o governo prendeu e exilou seus principais adversários, muitos deles pertencentes ao PL. Dentre as figuras perseguidas pelas forças policiais estavam diretores e ex-diretores de *La Tribuna*: Luis Ortellado foi aprisionado e Arturo Bordón e Mario Usher foram desterrados. Por conta de sua forte oposição ao governo, Eduardo Schaerer foi expulso do Paraguai. A frágil situação governamental motivou distintos protestos estudantis na capital, apoiados pela população e com adesão de núcleos agrários. Diante dessa conjuntura, o diário condenou as arbitrariedades da presidência de Guggiari.¹⁶ Assim, colocou-se como opositor do presidente.

A ruptura das relações diplomáticas entre Bolívia e Paraguai ocorreu em junho de 1930, após um incidente provocado na região do Chaco. Partidos políticos paraguaios opositores à presidência de Guggiari fomentaram protestos de grupos que acusaram o governo de não ter impedido o avanço de tropas inimigas na região fronteiriça. Em meio à

¹⁵ COLMÁN, op. cit. p. 26; Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 02; DORATIOTO, op. cit., p. 333; GONZÁLEZ DE BOSIO, op. cit., p. 231-232; LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, op. cit., p. 19-20; QUINTEROS, Marcela Cristina; MOREIRA, Luiz Felipe Viel. A violência política na História do Paraguai (1904-1954). In: _____ (org). *As revoluções na América Latina contemporânea*. Maringá, PR: UEM-PPH-História, 2016, p. 100-101; SCAVONE YEGROS, Ricardo. Guerra internacional y confrontaciones políticas (1920-1954). In: TELESKA, op. cit., p. 232.

¹⁶ Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 03; DORATIOTO, op. cit., p. 366-378; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 232-235.

possibilidade de um conflito bélico, *La Tribuna* cobrou do Executivo medidas energéticas em defesa da zona *chaqueña*. Em 22 de outubro, houve uma manifestação estudantil, com a participação de trabalhadores e camponeses, em frente ao Palácio do Governo. Ao apedrejarem locais públicos, os estudantes foram dispersados pelas forças policiais e, no dia seguinte, realizaram um novo protesto, desta vez contra a hostilidade da polícia. Os protestantes invadiram as redações de jornais e destruíram as instalações de *El Liberal*¹⁷. Ante ao Palácio, jovens ultrapassaram a barreira de segurança e dirigiram-se ao interior do edifício. Os militares da Marinha que guardavam o local abriram fogo e o incidente terminou com a morte de seis estudantes.¹⁸ *La Tribuna* informou sobre o episódio, divulgou a lista dos assassinados e dos feridos, comunicou sobre o cortejo fúnebre das vítimas e publicou os informes elaborados pelas alas liberais contrárias a Guggiari, que haviam responsabilizado o governo pelos fatos ocorridos. Nos dias posteriores, o diário propôs a criação de uma frente única da imprensa opositora e, a partir da reivindicação dos meios de comunicação e do movimento estudantil, sugeriu que os protestos continuassem. Por essa razão, o Poder

¹⁷ Criado em janeiro de 1906, o seminário lançado aos domingos foi porta-voz do breve governo de Cecilio Báez (1905-1906). Em 1912, tornou-se diário e atuou no cenário jornalístico paraguaio até o golpe de 1936, quando o coronel Rafael Franco assumiu o poder (CRICHIGNO, op. cit., p. 278-281).

¹⁸ Os acontecimentos de outubro de 1931 repercutiram na vida política do Paraguai e geraram polêmica, quase três décadas depois dos fatos, após a publicação do livro do historiador liberal Efraim Cardozo. Entrevistando pessoas envolvidas nos episódios de outubro de 1931, Cardozo – que à época era secretário da Presidência da República – afirmou que grupos políticos opositores utilizaram as manifestações estudantis como um instrumento para enfraquecer o governo. Para reforçar seu argumento, destacou que ao longo do protesto o número de participantes aumentou consideravelmente e que os manifestantes portavam pedaços de madeira e reivindicavam a deposição do presidente. Defendendo as atitudes do governo e questionando o teor pacífico da manifestação, Cardozo foi questionado por duas figuras políticas: Enrique Volta Gaona e Juan Stefanich. Em sua obra, Volta Gaona apontou a parcialidade e os impropérios de Cardozo. Por sua vez, Stefanich também questionou a perspectiva de Cardozo e responsabilizou o regime de Guggiari pelos acontecimentos, uma vez que o protesto ocorreu em virtude da negação do Poder Executivo em dialogar com os estudantes (CARDOZO, Efraim. *El 23 de octubre*. Buenos Aires: Editorial Guayra, 1956; STEFANICH, Juan. *El 23 de octubre de 1931. Primera batalla por la defensa del Chaco y primer grito de la Revolución de Febrero de 1936*. Buenos Aires: Editorial Febrero, 1959; VOLTA GAONA, Enrique. *23 de octubre. Caireles de sangre en el alma de la patria paraguaya*. Asunción: El Arte S.A., 1957). A partir do testemunho dos atores envolvidos e do material publicado na imprensa escrita da época, o historiador Alfredo M. Seiferheld ressaltou que o protesto estudantil havia sido pacífico e que os manifestantes não pretendiam atentar contra a vida do presidente. Além disso, destacou que participaram da manifestação setores populares e grupos políticos e afirmou que os comunistas não haviam dirigido tal protesto (SEIFERHELD, Alfredo M. *El 23 de octubre: la tragedia que pudo ser evitada*. In: CONGRESO NACIONAL DEL PARAGUAY. Cámara de Diputados. *Juicio Político: Iniciado a pedido de S.E. El Señor Presidente de la República, Dr. José P. Guggiari, con motivo de los sucesos del 23 De octubre de 1931*. Asunción, Paraguay: Editorial Histórica, 1988). O episódio de outubro de 1931 resultou, fundamentalmente, no crescimento da repressão aos movimentos estudantis nos governos seguintes e na promulgação da lei 1292, de 1932, que estabelecia a prisão de quem realizasse apologia ao comunismo ou a qualquer outra forma de ditadura e para quem ultrajasse os símbolos nacionais (VELÁZQUEZ SEIFERHELD, David. *Relaciones entre autoritarismo y educación en el Paraguay 1869-2012. La transición hacia el nacionalismo, el autoritarismo y la afirmación de la autoridad estatal*. Segundo volumen 1931-1954. Asunción: Servicio Paz y Justicia Paraguay, 2016, p. 39-47).

Executivo decidiu suspender, no dia 29 de outubro, a impressão e a comercialização do jornal.¹⁹

No período em que *La Tribuna* esteve fechado, Guggiari decretou Estado de Sítio, solicitou ao Congresso Nacional que investigasse sua atuação e delegou o poder ao vice-presidente, Emiliano González Navero. A Câmara de Deputados, que não contava com a participação de parlamentares opositores, arquivou o processo movido contra o presidente e o inocentou. Guggiari reassumiu seu cargo e atuou até o fim do mandato. Seu sucessor, Eusebio Ayala – do *Partido Liberal* –, foi eleito para administrar o país até 1936. Após onze meses inativa, *La Tribuna* voltou em agosto de 1932 noticiando acontecimentos do governo de Ayala e a eclosão da guerra entre Bolívia e Paraguai. Durante a contenda, *La Tribuna* publicou editoriais com o propósito de incentivar o patriotismo entre a população e defender a soberania paraguaia frente ao território disputado. Em 1933, Eduardo Schaerer – de volta ao Paraguai – trasladou-se ao Chaco, juntamente com um grupo de aliados políticos, e visitou os comandos com o propósito de alimentar o moral dos soldados. Ao voltar a Assunção, recebeu uma carta de felicitação do presidente Ayala, que o agradeceu por haver transmitido confiança aos oficiais. Após a morte de milhares de soldados²⁰ e de inúmeras tentativas de encerrar o conflito diplomaticamente, em 09 de junho de 1935 chegou-se a um acordo entre as partes envolvidas e no dia 12 foi elaborado o *Protocolo de la Paz*, pelo qual se acordou o cessar-fogo entre Bolívia e Paraguai, a desmobilização das tropas e o estabelecimento de uma conferência para resolver a questão dos limites entre os países.²¹ No dia seguinte, *La Tribuna*

¹⁹ Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 03; DÍAZ DE ARCE, op. cit., p. 338; DORATIOTO, op. cit., p. 381-386; GONZÁLEZ DE BOSIO, op. cit., p. 184-185, QUINTEROS; MOREIRA, op. cit., p. 101-103; LEWIS, op. cit., 1992, p. 151-152.

²⁰ O número de soldados mortos na Guerra do Chaco é incerto. Ricardo Scavone Yegros destaca que 50 mil bolivianos e 36 mil paraguaios faleceram no conflito. A respeito dos combatentes bolivianos mortos, Carlos D. Mesa Gisbert e Roberto Querejazu Calvo concordam com a cifra apresentada por Scavone Yegros (MESA GISBERT, Carlos D. 1931-1936. *La Guerra del Chaco*. In: DE MESA, José et. al. *Historia de Bolivia*. La Paz: Gisbert, 1997, p. 525-540; QUEREJAZU CALVO, Roberto. *La guerra del Chaco: Confraternidad Boliviano-Paraguay sellada con sangre*. Santa Cruz de la Sierra: El Deber, 2006, p. 89; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 242). Esses dados foram externados em trabalhos publicados no Paraguai e na Bolívia. No entanto, a bibliografia sobre a guerra produzida em outros países evidencia outros números. Julio José Chiavenato e Francisco Doratioto indicam, respectivamente, os seguintes dados a respeito dos mortos em combate: 40 mil paraguaios e 50 mil bolivianos; 36 mil paraguaios e 70 mil bolivianos (CHIAVENATO, Julio José. *A Guerra do Chaco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 202; DORATIOTO, op. cit., p. 418). Por último, Paul Lewis assegura que morreram na contenda 36 mil paraguaios e 56 mil bolivianos, já Waltraud Q. Morales ressalta que faleceram 60 mil bolivianos e 40 mil paraguaios (LEWIS, op. cit., 2002, p. 188; MORALES, Waltraud Q. *A brief history of Bolivia*. New York: Facts On File, 2010, p. 110). Independentemente dos índices, o conflito resultou em uma grande mortandade e afetou as estruturas socioeconômicas de ambos os países.

²¹ Há um número expressivo de trabalhos que enfocam a Guerra do Chaco. A bibliografia produzida na Bolívia e no Paraguai apresenta tanto os testemunhos de atores envolvidos no conflito bélico, quanto pesquisas a respeito desse episódio. Como exemplo do material publicado no Paraguai, Cf. BENÍTEZ, Luis G. *Guerra del Chaco. Antecedentes, protagonistas, hasta campaña defensiva*. Asunción: Comuner S.A., 1983; BEJARANO, Ramon Cesar. *Síntesis de la Guerra del Chaco*. Asunción: Editorial Toledo, 1982. Em relação às obras sobre o confronto

publicou uma edição especial para exaltar os combatentes e homenagear os falecidos na guerra. Os acontecimentos coincidiram com o aniversário da primeira década do jornal. Nesse período, o veículo desenvolveu uma sólida administração que lhe permitiu estabilidade econômica e a organização de um sistema de distribuição a nível nacional, possibilitando a concorrência com *El Diálogo* em busca de maior audiência. Essa disputa beneficiou o público-leitor, que teve acesso a artigos jornalísticos de melhor qualidade.²²

Após a contenda no Chaco, o Poder Executivo desmobilizou a estrutura do Exército, fazendo com que o coronel Rafael Franco se opusesse à Presidência de Ayala e articulasse em torno de si uma frente política formada por intelectuais, estudantes e veteranos de guerra. Esse movimento também era apoiado por setores da burguesia industrial, dos pequenos e médios comerciantes e por grupos camponeses e operários. Devido à sua postura política, Franco foi deportado do Paraguai. Em 17 de fevereiro de 1936, o governo de Ayala foi derrubado por um golpe organizado por antigos soldados, por comunistas e por partidários da extrema-direita nacionalista. Dias depois, militares golpistas firmaram o *Decreto Plebiscitario*, pelo qual designaram o coronel Franco – que havia retornado ao Paraguai – como presidente provisório. O novo Chefe de Estado estabeleceu um gabinete ministerial com personalidades de distintas tendências políticas, mas conectadas pelo ideário antiliberal. O governo de Franco caracterizou-se por um discurso nacionalista tanto no âmbito político-ideológico, quanto no campo econômico. Em 10 de março, o regime franquista lançou o decreto 152, o qual identificou a “Revolução de Fevereiro” com o Estado paraguaio, proibiu toda atividade político-partidária que não se identificasse com o processo revolucionário, e criou o *Departamento Nacional del Trabajo* – vinculado ao *Ministerio del Interior* –, com o objetivo de controlar politicamente as atividades trabalhistas.²³

armado lançadas na Bolívia, Cf. QUEREJAZU CALVO, op. cit.; MESA GISBERT, op. cit., p. 525-540. Tais trabalhos evidenciam diferentes versões acerca do confronto entre os dois países.

²² Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 03-04; DÍAZ DE ARCE, op. cit., p. 341-342; GONZÁLEZ DE BOSIO, op. cit., p. 232-233; LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, op. cit., p. 20; LEWIS, op. cit., 2002, p. 187-189; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 235-244. A respeito do impacto da Guerra do Chaco na imprensa escrita dos países da região, recomendamos o trabalho de Susana Biasi. Nele, a autora analisa jornais e revistas bonaerenses e destaca que enquanto alguns veículos discutiram questões diplomáticas, outros utilizaram-se dos acontecimentos no país vizinho para promover assuntos internos. Cf. BIASI, Susana. *Ecos de la guerra del Chaco (1932-1935) en la prensa escrita de Buenos Aires*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidad Nacional de Tres de Febrero, Caseros, 2015.

²³ COLMÁN DUARTE, op. cit., p. 223-227; Decreto Num. 152 de 10 de marzo de 1936. In: MARIÑAS OTERO, Luis. *Las constituciones del Paraguay*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1978, p. 183-185; DORATIOTO, op. cit., p. 419-422; DÍAZ DE ARCE, op. cit., p. 342-343; LEWIS, op. cit., 2002, p. 189-192; MORAES, op. cit., p. 27; QUINTEROS; MOREIRA, op. cit., p. 103-105; RODRÍGUEZ ALCALÁ, op. cit., p. 91-93; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 244-245; WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay: revoluciones y finanzas*. Traducción: Guido Rodríguez Alcalá Asunción: Servilibro, 2008, p. 350-355. A respeito do regime de Rafael Franco e a participação da classe operária nesse governo, Cf. GAONA, Francisco. *Introducción a la*

Tais medidas contrariaram setores da sociedade e a imprensa escrita, provocando a perda de popularidade do governo. Por conta da postura ideológica de seus diretores, que mantinham vínculos com o *Partido Liberal*, *La Tribuna* foi fechada pelo regime franquista em 19 de maio. Diante da impopularidade, o governo tentou cooptar políticos liberais, mas malogrou e provocou o descontentamento do *Partido Colorado*. A situação se agravou quando o coronel Franco proibiu as atividades do *Partido Comunista Paraguayo* e aprisionou seu líder, Oscar Creydt. Com a base de apoio político reduzida e com a insatisfação dos antigos apoiadores, uma revolta popular – orquestrada por forças castrenses – derrubou Rafael Franco em 13 de agosto de 1937. Os militares que se sublevaram ao *franquismo* pretendiam regularizar a situação institucional paraguaia dentro do marco liberal-democrático. Para isso, nomearam presidente Félix Paiva, decano da Faculdade de Direito da *Universidad Nacional de Asunción*. As Forças Armadas se limitaram a ocupar as pastas do *Interior* e de *Guerra y Marina*, enquanto os outros ministérios foram ocupados por professores universitários. Mesmo assim, a influência castrense continuou presente na política. Em virtude da mudança de governo, *La Tribuna* retornou ao cenário jornalístico em setembro e, no primeiro editorial após sua volta, convocou à fraternidade política no país.²⁴

Em 04 de março de 1939, jovens liberais e militares infundiram ao *Partido Liberal* a escolha do marechal José Félix Estigarribia para concorrer às eleições presidenciais, agradando os correligionários tradicionais da agremiação liberal. No mês de maio, Estigarribia foi eleito. O novo governo contou com oposição de grupos ligados a Franco, descontentamento dos setores castrenses, greve estudantis e críticas realizadas na imprensa. Diante da situação, o Congresso Nacional deu ao presidente plena liberdade de ação e os parlamentares renunciaram coletivamente. Estigarribia assumiu seis dias depois e, por conta da perturbação social, comunicou à população a necessidade de reformar a Constituição Nacional de 1870, declarou que assumiria a “plenitude dos poderes políticos” do país e decretou o estabelecimento de eleições para uma constituinte que deveria elaborar a nova Carta Magna. Aprovada pelo voto popular e promulgada em 15 de agosto de 1940, essa

Historia gremial y social del Paraguay. Tomo III. Asunción: RP ediciones; Centro de Documentación y Estudios, 1990, p. 07-111.

²⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 424-430; Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 04; LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, op. cit., p. 21; LEWIS, op. cit., 2002, p. 193-194; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 247; YORE, op. cit., p. 42-45; WARREN, op. cit., p. 356-362.

Constituição organizou as estruturas de um Estado forte que poderia intervir na vida socioeconômica e garantir ao Executivo maior preponderância.²⁵

O novo texto constitucional outorgou ao Executivo o direito de impor medidas através de Decretos-Leis. Utilizando-se desse artifício, o presidente Estigarribia emitiu o decreto 1776, cujo propósito era regulamentar a publicação das opiniões por meio de veículos impressos. Essa lei também legalizou a censura sobre as publicações e criou o *Registro Nacional de Prensa*, a cargo da *Dirección General de Prensa y Propaganda*, dependente do *Ministerio de Gobierno y Trabajo*. Desta forma, todos que faziam da imprensa seu meio de vida e ocupação habitual (diretores, repórteres, redatores) estavam sob controle estatal. O governo expressou, através deste edito, o direito de reprimir os “exageros” dos meios de comunicação “irresponsáveis”. No início de setembro, Estigarribia faleceu em um acidente aéreo e o *Consejo de Ministros* designou o general Higinio Morínigo, responsável pela pasta de *Guerra y Marina*, presidente interino. Apresentando-se como líder de uma revolução nacionalista, Morínigo contou com o apoio de intelectuais católicos conservadores – conhecidos como *tiempistas*²⁶ – que ocuparam diversos ministérios no governo, e marginalizou da vida pública políticos liberais.²⁷

Em 22 de outubro de 1941, Morínigo criou o *Departamento Nacional de Prensa y Propaganda* (DENAPRO), sancionado pelo Decreto-Lei 9351, que tinha como propósito centralizar, coordenar e fiscalizar a propaganda (publicações de notícias referentes ao governo) nacional e internacional; e controlar as atividades teatrais, cinematográficas, recreativas, literárias e midiáticas. Todas as manifestações artístico-culturais deveriam ser fiscalizadas pelo departamento antes de sua realização. Os principais alvos desse órgão foram os veículos da imprensa escrita. A censura prévia aos periódicos ocasionou perdas econômicas e a intromissão governamental na tarefa informativa. Os jornais que não se

²⁵ DÍAZ DE ARCE, op. cit., p. 349-351; DORATIOTO, op. cit., p. 439-442; LEWIS, op. cit., 2002, p. 194-195; PROCLAMA DEL GENERAL JOSÉ FÉLIX ESTIGARRIBIA. In: PAPPALARDO ZALDÍVAR, op. cit., p. 110-114; RODRÍGUEZ ALCALÁ, op. cit., p. 94-95; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 250; YORE, op. cit., p. 46-48; WARREN, op. cit., p. 363-368.

²⁶ Em janeiro de 1939, sob a direção de Carlos A. Pedretti, foi inaugurado o diário *El Tiempo*, composto por católicos militantes e críticos do individualismo liberal promulgado pela Constituição Nacional de 1870. Os *tiempistas*, como eram conhecidos os integrantes desse periódico, foram combatidos pelos colorados, liberais e franquistas. Ideologicamente, o jornal externou seu desejo pela implementação de um sistema democrático autêntico e por uma reforma constitucional em que o Estado deveria estimular e organizar as instituições de solidariedade e de cooperação (CRICHIGNO, op. cit., p. 354-357; SEIFERHELD, Alfredo. *Nazismo y fascismo en el Paraguay*. Asunción: Editorial Histórica, 1985, p. 181 *apud* RODRÍGUEZ ALCALÁ, op. cit., p. 98).

²⁷ CENTURIÓN, Carlos R. El desarrollo de la prensa durante los últimos treinta años. In: _____. *Historia de la Cultura Paraguaya*, Tomo I. Asunción: Biblioteca “Ortiz Guerrero”, 1961; CONSTITUCIÓN DE 1940. In: MARIÑAS OTERO, op. cit., p. 187-209; DORATIOTO, op. cit., p. 446; GÓMEZ FLORENTÍN, Carlos. *Higinio Morínigo*. Asunción: El Lector, 2011, p. 60-77; NERI FARINA, op. cit., p. 263; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 251.

adequaram às normas estabelecidas pelo Executivo sofreram intervenção e, em alguns casos, foram obrigados a serem vendidos.²⁸

Nos primeiros quinze anos de existência, *La Tribuna* foi dirigida por Luis Ortellado, Ramón Lara Castro, Mario Usher, Arturo Bordón, Silvio Macias e Eladio Battilana de Gasperi.²⁹ Em fevereiro de 1941, antes mesmo da criação do DENAPRO, o regime de Morínigo interveio na estrutura administrativa do diário, substituindo o comando do veículo e seu corpo editorial. Com isso, o periódico mudou sua orientação política, passou a publicar mais informações sobre o país e lançou ataques ao *Partido Liberal* e às empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos. Nesse período, Eduardo Schaerer – que estava exilado em Buenos Aires – faleceu; no entanto, *La Tribuna* não comentou sobre o ocorrido. Após a pressão de seus familiares, o veículo jornalístico publicou uma nota póstuma, a qual recordou a trajetória política de Schaerer, mas omitiu a informação de que se tratava do fundador do jornal.³⁰

Nos primeiros anos do governo de Morínigo, o *Partido Liberal*, o *Partido Comunista* e o *Partido Colorado* tiveram seus direitos políticos restringidos. Decretou-se uma trégua sindical, na qual foi regulamentado o direito de associação gremial. Dirigentes políticos, estudantes e trabalhadores foram presos e/ou exilados nesse período. Esse regime, que teve como base de apoio as Forças Armadas, passou a intervir na vida econômica do país ao fixar o preço dos produtos de primeira necessidade e controlar as importações e os créditos ao setor produtivo. Também foram estabelecidos o salário mínimo e o seguro social obrigatório aos trabalhadores. Morínigo foi “eleito” para um novo mandato em 1943 e, após assumir a nova presidência, diminuiu a influência dos *tiempistas* na vida política do país, provocando a saída desse grupo do gabinete ministerial e aumentando a participação dos militares no governo. Após o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos começaram a pressionar o

²⁸ GÓMEZ FLORENTÍN, op. cit., p. 80-83; GONZÁLEZ DE BOSIO, op. cit., p. 207-208.

²⁹ Todos os diretores de *La Tribuna* nessa fase eram vinculados ao *Partido Liberal* (PL). Luis C. Ortellado foi advogado, atuou como deputado pelo PL e responsabilizou-se pela organização do diário. Mario Usher, jornalista e político liberal, atuou como chefe de redação e, posteriormente, foi diretor do jornal, cargo que ocupou até o seu falecimento, em 1931. Nesse período, o médico e poeta Silvio Macias colaborava com o periódico, assumindo sua direção em 1932, mas permanecendo por pouco tempo, pois decidiu abandonar seu cargo para atuar na Guerra do Chaco. Até a intervenção governamental em 1941, Ramón Lara Castro – deputado liberal e ministro plenipotenciário –, Arturo Bordón – deputado liberal e jornalista – e Eladio Battilana de Gasperi – advogado e jornalista – assumiram a direção de *La Tribuna* (BUZÓ GÓMEZ, Sinforiano. *Índice de la poesía paraguaya*. Asunción; Buenos Aires: Editorial Indoamericana, 1952; CENTURIÓN, op. cit., 1951; INSTITUTO PARAGUAYO DE INVESTIGACIONES HISTÓRICAS. *Historia Paraguay. Anuario 1960*. Vol. 4-5. Asunción; Buenos Aires: Talleres Gráficos Lumen Nosedá y Cia., 1962; LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, op. cit.).

³⁰ Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 08; CRICHIGNO, op. cit., p. 312-313; GONZÁLEZ DE BOSIO, op. cit., p. 233-234; LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, op. cit., p. 20-21.

Paraguai para que fosse realizada uma abertura democrática. Sob pressão, Morínigo anunciou o início de normalização institucional mediante o restabelecimento da liberdade de imprensa e, em seguida, foi instituído um governo de coalizão composto pelo *Partido Colorado*, franquistas e representantes das Forças Armadas. Nesse período, as organizações sindicais e as agremiações políticas retornaram à legalidade, os exilados voltaram ao país e os prisioneiros políticos conseguiram a liberdade.³¹

Em meio às mudanças no cenário político, a grande imprensa paraguaia adquiriu uma visão empresarial e, a partir da década de 1950, incorporou – paulatinamente – a “objetividade” como estratégia narrativa. Dentre os meios de comunicação que passaram por esse processo estava *La Tribuna*. Por conta da abertura democrática, anunciou-se o fim da intervenção governamental em *La Tribuna* e a sua devolução aos herdeiros de Eduardo Schaerer. Seu novo administrador era Arturo Schaerer que, tempos depois, adquiriu as ações pertencentes a seus familiares e constituiu-se como o único proprietário do diário. Em setembro de 1945, Arturo assumiu a direção do jornal e o transformou em um veículo independente que pretendia defender os interesses nacionais. A defesa da ideia de independência realizada pelo jornal legitimou sua nova orientação editorial, que passou a dar mais destaque às notícias internacionais e a ignorar as discussões internas. Eliminando o espaço das matérias políticas e produzindo textos acríticos, deixou de ser um veículo reconhecido por seu “foro de discussão” sociopolítico e transformou-se em um meio de comunicação preocupado com os acontecimentos cotidianos. Essa tática, juntamente com o “esquecimento” do histórico engajamento com o *Partido Liberal*, garantiu a sua sobrevivência em meio aos sucessivos regimes autoritários. Em suas páginas, apresentou breves notícias locais que apareceram em coluna intitulada *¿Como me irá hoy?* O diário publicou charges de Lino Palácios, humorista gráfico argentino, sobre os fatos políticos de maior relevância e lançou suplementos coloridos para crianças e adultos. Visando externar um formato supostamente objetivo e independente, *La Tribuna* fechou acordo com a agência de notícias *United Press*³² e enquadrou o periódico nos padrões da imprensa estadunidense.³³

³¹ GÓMEZ FLORENTÍN, op. cit., p. 98-197; MORAES, op. cit., p. 33; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 252-255

³² A *United Press Associations* foi uma agência de notícias fundada em 1907 nos Estados Unidos. Em meados da década de 1910, começou a atender diários internacionais. Para Joe Alex Morris, a agência contribuiu para o desenvolvimento da imprensa independente nos EUA e na luta pela liberdade de informação em outros países. Em 1958, a empresa de notícias se fundiu com a *International News Service*, tornando-se *United Press International*. Anos depois, possuía cerca de duzentos e cinquenta escritórios espalhados pelo mundo (ALBERT, Pierre. *La Presse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973, p. 31-32; MORRIS, Joe Alex. *Deadline every minute: the story of the United Press*. New York, Greenwood Press, 1957, p. 23-40; 102; 337-339). A respeito da relação da *United Press* com a América do Sul, Cf. MORRIS, op. cit., p. 102-111.

Paralelamente às mudanças em *La Tribuna*, o *Partido Colorado* se dividiu em duas facções: os democráticos, favoráveis à continuidade do governo de coalizão e encabeçado por Federico Chaves, e o *guión rojo*, apoiador do regime de Morínigo – mas contrário a um gabinete pluripartidário – e liderado por Natalício González. Perdendo espaço no cenário político, os franquistas retiraram-se do governo e esperavam que os militares pressionassem os colorados para fazerem o mesmo. Entretanto, Morínigo declarou Estado de Sítio e realizou um golpe em janeiro de 1947, respaldado pela Cavalaria e por parte da agremiação colorada. A situação agravou-se quando, em 07 de março, um grupo de jovens franquistas ocupou temporariamente o quartel da Polícia, em Assunção. Os rebeldes foram expulsos pela força militar governamental e, no dia seguinte, a guarnição do Exército situado em Concepción se rebelou, inspirando a sublevação de outras unidades castrenses pelo país. O respeito à institucionalidade política e a renúncia do presidente foram as principais reivindicações dos manifestantes. Liberais, franquistas e comunistas juntaram-se aos revoltosos e montaram um movimento para enfrentar o regime. As forças oficialistas reagiram com o apoio de uma parcela do *Partido Colorado*, que mobilizou sua base camponesa – conhecida como *py nandí* (pés descalços em guarani) – e o *guión rojo*. Ao mesmo tempo em que as milícias camponesas coloradas bloqueavam as vias de acesso a Assunção para dificultar a entrada dos revoltosos, os membros do *guión rojo* foram autorizados a invadir a residência de suspeitos de simpatizarem com o movimento contestador, gerando um sentimento de terror e insegurança entre a população. Esse conflito armado findou-se em 19 de agosto de 1947 após a derrota das tropas rebeldes que tentaram cercar a capital paraguaia. Muitos combatentes foram presos, exilados, perseguidos e assassinados. Por sua vez, os colorados pró-Morínigo tornaram-se protagonistas do cenário político, controlando as Forças Armadas.³⁴

Apesar de a guerra civil ter acabado, a situação entre as correntes do *Partido Colorado* continuou tensa. A rivalidade entre as facções coloradas acirrou-se nas assembleias que discutiram as eleições presidenciais. Após vários enfrentamentos, os democráticos retiraram-se da convenção e Natalício González, representante do *guión rojo*, foi escolhido pelos

³³ Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 08-09; COLMÁN, op. cit., p. 28-44; CRICHIGNO, op. cit., p. 312-313; LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, op. cit., p. 21; GONZÁLEZ DE BOSIO, op. cit., p. 234; ORUÉ POZZO, Aníbal. Comercialización de la noticia y la objetividad. Las transformaciones en el periodismo paraguayo: 1950-1970. *Pauta Geral – revista brasileira de Jornalismo*. Salvador: Editora Calandra, número 9, 2007, p. 99-170.

³⁴ DÍAZ DE ARCE, op. cit., p. 353-354; DORATIOTO, op. cit., p. 467-469; GÓMEZ FLORENTÍN, Carlos. *La guerra civil de 1947*. Asunción: El Lector, 2013; LEWIS, op. cit., 2002, p. 197-200; MORAES, op. cit., p. 36-37; RIQUELME, Marcial Antonio. *Stronismo, golpe militar y apertura tutelada*. Asunción: CDE/RP, 1992, p. 47-52; YORE, op. cit., p. 49-52. Durante o conflito de 1947, *La Tribuna* manteve sua postura “neutra” frente aos acontecimentos, apenas informando a movimentação das tropas oficiais.

correligionários presentes como candidato único para a disputa pela presidência paraguaia. Em fevereiro de 1948, foi “eleito” presidente para o período 1948-1953 e, no mês seguinte, a Câmara de Deputados foi composta apenas por deputados colorados. No fim de janeiro de 1949, um movimento orquestrado por setores da agremiação colorada, e apoiado pela Cavalaria, pressionou Natalício González a renunciar. A Assembleia Nacional nomeou como presidente provisório Raimundo Rolón, responsável pela pasta de *Defensa* no governo anterior. Dias depois, Rolón anunciou eleições presidenciais para abril, mas foi deposto por forças castrenses e coloradas que nomearam Felipe Molas López à presidência. O novo chefe do Executivo convocou eleições legislativas e presidenciais, dissolveu a Câmara de Deputados e cedeu pastas ministeriais aos colorados democráticos. Não obstante, a Junta de Governo retirou sua confiança em Molas López, que renunciou em setembro do mesmo ano.³⁵

O ministro dos *Asuntos Exteriores*, Federico Cháves, assumiu provisoriamente a presidência da república, sendo “eleito” em julho de 1950 – em um pleito eleitoral sem a participação de candidatos das agremiações opositoras – para completar o mandato 1948-1953. Três anos depois, “reelegeu-se” para o período 1953-1958. Com a ascensão de Cháves, o setor democrático do *Partido Colorado* assumiu a direção do Estado. Em seu governo – com características de uma ditadura –, consolidou-se quase um quinquênio de estabilidade política e foi instituído um sistema de partido único em que a Junta de Governo da agremiação oficial ocupou um papel protagonista na vida política. Ademais, o regime autoritário de Cháves levantou Estado de Sítio, reprimiu as atividades oposicionistas, controlou os meios impressos e iniciou o processo de *coloradização* das Forças Armadas. A demissão de Epifânio Méndez Fleitas, ministro do *Interior*, e de Tomás Romero Pereira, chefe da Polícia de Assunção, criou uma crise política e deu margem para insurreições orquestradas pelos militares. Em 04 de maio de 1954, o comandante-em-chefe das Forças Armadas, general Alfredo Stroessner, depôs Cháves e justificou que o golpe havia sido realizado em combate ao antigo Chefe de Estado e não contra a agremiação colorada. Os correligionários decidiram que o presidente do *Partido Colorado*, Tomás Romero Pereira, assumiria temporariamente o governo e, no mês seguinte, a congregação escolheu Stroessner para

³⁵ LEWIS, op. cit., 2002, p. 354; DORATIOTO, op. cit., p. 495; LEWIS, op. cit., 2002, p. 200-201; MIRANDA, op. cit., p. 56-58; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 258-261; YORE, op. cit., p. 53-55. Marcela C. Quinteros realizou um interessante balanço bibliográfico a respeito da trajetória de Juan Natalício González na vida política e intelectual do Paraguai, Cf. QUINTEROS, Marcela Cristina. *Juan Natalicio González (1897-1966): um intelectual plural*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 121-149.

concorrer às eleições presidenciais. Sendo o único candidato, Stroessner foi “eleito” por 98,4% dos votos.³⁶

1.2. O periódico durante a ditadura de Alfredo Stroessner

A ascensão de Alfredo Stroessner ao poder representou a criação de uma ordem política pautada pela conservação de elementos que caracterizaram os regimes anteriores – como o sistema repressivo, a ideologia nacionalista e a corrupção institucionalizada – e pela mudança nas estruturas políticas e econômicas. Dessa forma, a construção e consolidação da ditadura cívico-militar de Stroessner pautou-se pela constante reconstrução do consenso sociopolítico – realizado através da permanente negociação do Poder Executivo com grupos políticos e econômicos importantes – e pela elaboração de um sistema de “abertura e fechamento” das estruturas políticas, o que permitiu a participação de determinados setores da oposição em alguns momentos e a perseguição a tais grupos em outros períodos. Logo após assumir a presidência, Stroessner exilou correligionários do *Partido Colorado*, expurgou oficiais militares e redistribuiu geograficamente as unidades castrenses com o objetivo de dificultar qualquer possibilidade de quartelada. A perseguição aos quadros opositores da agremiação colorada buscava unificar os setores do partido político para transformá-lo em uma maquinaria propagandística. Por sua vez, a intervenção do Poder Executivo nas Forças Armadas tinha como propósito partidarizar os oficiais para controlar as forças castrenses, expulsar os militares institucionalistas – a maioria composta por oficiais de alta patente que poderiam competir com Stroessner –, estruturar o sistema de corrupção – através da prática de prebendas e da utilização patrimonialista dos bens estatais – e instruir os combatentes a seguir os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional.³⁷ Com isso, criou-se a base de um mecanismo que esteve em constante reformulação e envolvia as Forças Armadas, o *Partido*

³⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 517; LEÓN-ROESCH, Marta; ORTIZ, Richard Ortiz. Paraguay. In: NOHLEN, Dieter (Org.). *Elections in the Americas: Elections in South America*. New York: Oxford University Press Inc., 2005, p. 434; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 261-262; YORE, op. cit., p. 62-66. Alfredo H. Seiferheld reuniu uma série de despachos diplomáticos estadunidenses, oriundos principalmente da Embaixada dos Estados Unidos em Assunção, na qual informa os meandros e as articulações políticas em torno do golpe contra Federico Chávez, Cf. SEINFERHELD, Alfredo H. (comp.). *La caída de Federico Chavez. Una visión documental norteamericana*. Documentación: Jose Luis de Tone. Traducción: Frank M. Samson. Asunción: Editorial Histórica, 1987.

³⁷ A presença dos militares na política paraguaia fortaleceu-se após a Guerra do Chaco e, depois dos acontecimentos de 1947, as forças castrenses passaram por um processo de “desprofissionalização”, resultante da substituição de oficiais que haviam combatido no conflito bélico com a Bolívia por militares semianalfabetos que atuaram na guerra civil de 1947 sob as ordens da ditadura de Higinio Morínigo. Com isso, os governos seguintes aproximaram-se dos militares, formalizando essa aliança no regime autoritário de Federico Chávez. Dessa forma, a estrutura político-institucional das Forças Armadas foi alterada, tornando-se mais sectária (RIQUELME, op. cit., p. 45-52).

Colorado e o Poder Executivo. Nesse sistema, a contribuição da agremiação oficial residia em sua capacidade de mobilizar a população e de oferecer sua burocracia, ao passo que o setor militar tinha a missão de utilizar a força em nome dos interesses do presidente. O eixo dominante dessa estrutura foi Stroessner, que ocupou simultaneamente os cargos de General de Exército, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, Presidente Honorário do *Partido Colorado* e Chefe do Poder Executivo.³⁸

Em seus primeiros anos, a ditadura cívico-militar implementou um programa de estabilização econômica para controlar a inflação, resultando no congelamento dos salários, nos cortes dos gastos públicos e, conseqüentemente, no descontentamento da classe trabalhadora. Com isso, a maioria dos sindicatos organizou a primeira greve geral, em primeiro de maio de 1958, com o objetivo de reivindicar aumentos salariais. A ação dos grevistas foi reprimida pelas forças policiais e, em seguida, o regime aprovou uma legislação autoritária que restringiu os direitos sociais. Tempos depois, deputados colorados enviaram ao Congresso Nacional uma nota protestando contra a repressão governamental às manifestações estudantis ocorridas no início de 1959 e exigindo o levantamento do Estado de Sítio, a anistia dos exilados políticos, a liberdade da imprensa e a elaboração de uma nova Constituição. Esse texto foi aceito pela Junta de Governo dias depois e enviado a Stroessner, que suspendeu o Estado de Sítio. Entretanto, os protestos estudantis e as manifestações populares continuaram e foram repreendidas pela polícia. Ao final de maio de 1959, a Câmara de Deputados condenou as ações das forças policiais, culminando na dissolução do Congresso pelo Executivo, a reposição do Estado de Sítio e a ocupação de tropas militares em Assunção. Nessa época, cerca de trezentos opositores civis foram detidos arbitrariamente e exilados. A partir da década de 1960, a ditadura estruturou um mecanismo repressivo que desbaratou movimentos armados, desfez tentativas de golpe, desarticulou ações de agremiações políticas contrárias ao regime, perseguiu organizações camponesas, operárias, estudantis e eclesiais, censurou veículos de comunicação e produções artísticas e torturou e assassinou opositores ao governo. Paralelamente ao controle das dissidências dentro do *Partido Colorado* e das Forças Armadas o regime combateu movimentos armados. As duas guerrilhas mais importantes do período foram o *Movimiento 14 de Mayo* (M-14), formado por membros

³⁸ ABENTE BRUN, Diego. *El régimen stronista. Naturaleza, sustento y longevidad*. Asunción: El Lector, 2014, p. 11-25; ARDITI, op. cit., p. 20; CÁRTER, Miguel. *El papel de la Iglesia en la caída de Stroessner*. Asunción: RP, 1991, p. 39-40; LEWIS, op. cit., 1986, p. 418-421; MIRANDA, op. cit., p. 80-99; NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner (1954-1989). In: TELESKA, op. cit., p. 277-280; QUINTEROS, Marcela Cristina; SOLER, Lorena. O stronismo: uma gestão bem sucedida. In: QUINTEROS, Marcela Cristina; MOREIRA, Luiz Felipe Viel (Org.). *As revoluções na América Latina contemporânea. Entre o ciclo revolucionário e as democracias restringidas*. Maringá: Editora UEM-PGH-História; Medellín: Pulso & Letra Editores; Universidad de Antioquia, 2017, p. 68-110; RIQUELME, op. cit., p. 52-67.

do *Partido Liberal* e do *Partido Revolucionario Febrerista*, e a *Frente Unido de Liberación Nacional* (FULNA), composta por integrantes do *Partido Comunista Paraguayo*. Inspirados pela Revolução Cubana e pelo *Movimiento de Liberación Nacional* no Uruguai, o M-14 e a FULNA foram desbaratados pelas forças militares, respectivamente, em 1960 e em 1965.³⁹

Visando construir uma fachada democrática e assegurar a estabilidade do regime, Stroessner estruturou uma abertura que permitiu a participação de duas agremiações políticas da oposição (*Partido Liberal* e *Partido Revolucionario Febrerista*). Dessa maneira, a partir de 1963 o processo eleitoral de partido único foi substituído por um sistema de pluralismo restringido. Esse esquema foi a forma encontrada para que o Paraguai se beneficiasse do projeto “Aliança para o Progresso”, patrocinado pelos Estados Unidos, que proporcionou empréstimos de grandes quantias.⁴⁰ Quatro anos depois, a ditadura cívico-militar de Stroessner promoveu a realização de uma Assembleia Constituinte com a participação das agremiações políticas reconhecidas. O resultado foi a criação de uma nova Carta Magna, promulgada em 13 de agosto de 1967, que possuía uma perspectiva nacionalista e liberal-democrática, assegurava direitos políticos e sociais e privilegiava a instauração de um Executivo forte. No campo político-partidário, a Constituição de 1967 proibiu a abstenção eleitoral (Art. 111); reconheceu a liberdade de expressão, desde que não contrariasse a ordem pública (Art. 70); e impediu a predicação de ódio entre os paraguaios e a apologia a crimes (Art. 71). Ademais, admitiu a liberdade da imprensa, contando que não fossem publicados temas considerados imorais (Art. 73), e estabeleceu o Estado de Sítio – como defesa da ordem

³⁹ ARCE FARINA, José. *Las Fuerzas Armadas y el Stronismo*. Asunción: El Lector, 2014, p. 58-70; BOUVIER, Virginia M. *El ocaso de un sistema. Encrucijada en Paraguay*. Asunción: Ediciones Ñanduti Vive, 1988, p. 12-26; CANO RADIL, Bernardino. *Partido Colorado y Alfredo Stroessner*. (Un aporte a la comprensión de un oscuro período de la historia nacional). Asunción: El Lector, 2014, p. 57-66; CHIAVENATO, op. cit., 1980, p. 105-137; FERRERO BLANCO, María Dolores; SAN FRANCISCO, Matilde Eiroa. 1959: Los intentos de derrocamiento de las dictaduras de Trujillo, Stroessner y Luis Somoza. *Historia Actual Online*, 39 (1), 2016, p. 13-15; COLMÁN GUTIÉRREZ, Andrés. *La oposición tolerada y la perseguida*. Asunción: El Lector, 2014, p. 17-43; JARA GOIRIS, Fábio Anibal. *Autoritarismo e democracia no Paraguai Contemporâneo*. Curitiba - PR: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2000, p. 55-56; MASI, Fernando. *Stroessner: La extinción de un modelo político en Paraguay*. Asunción: Ñanduti Vive; Intercontinental Editora, 1989, p. 47-51; MORAES, op. cit., p. 50; NERI FARINA, op. cit., p. 93-95; LEWIS, op. cit., 1992, p. 203-206; NICKSON, op. cit., p. 267-268; NICKSON, Andrew. *Las guerrillas del Alto Paraná*. Asunción: El Lector, 2013; LEÓN-ROESCH; ORTIZ, op. cit., p. 434; PAREDES, Roberto. *Dialéctica de la Guerra Sucia*. Asunción: s/e, 2005a, p. 10-41; PAREDES, Roberto. *Los presidentes del Paraguay. Tomo II (1954-2005)*. Asunción: Servilibro, 2005b, p. 09-28; RIVAROLA, Milda. *La Resistencia armada al Stronismo*. Asunción: El Lector, 2014, p. 15-74.

⁴⁰ O discurso anticomunista esteve presente nos governos liberais e colorados desde o final do século XIX. Com o início da Guerra Fria e com a Revolução Cubana, os Estados Unidos intensificaram suas preocupações com o avanço do comunismo na América Latina e no Caribe. Com isso, as autoridades estadunidenses aumentaram suas relações com a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner e estabeleceram apoio econômico, militar e diplomático em troca da instauração de uma política estatal que combatesse o comunismo. Entre 1962 e 1975, os empréstimos e os apoios econômico e militar dos EUA ao Paraguai somaram cerca de duzentos milhões de dólares (MORA, Frank O. Poder duro y poder blando: La influencia en las relaciones Estados Unidos-Paraguay. In: ____; VILLASANA CARDOZA, Luz María. *Foro Internacional*, vol. 35, no. 2 (140), 1995, p. 234-238; NICKSON, op. cit., 2010, p. 288).

pública –, e a detenção dos indivíduos que desrespeitassem tais garantias (Art. 74). Em suma, a nova Carta Magna instituiu garantias com inúmeras limitações. Três anos depois, a ditadura de Stroessner ratificou a Lei 209, intitulada *De Defensa de la Paz Pública y Libertad de las Personas*, cujo oitavo artigo cerceou a liberdade de expressão e condenou por até cinco anos de reclusão todos aqueles que possuíssem, imprimissem, vendessem ou distribuíssem livros, revistas ou jornais que disseminassem qualquer “doutrina” que se propusesse a destruir o “regime democrático republicano da nação”. Esse dispositivo legal legitimou as ações arbitrárias realizadas pelos agentes públicos, como o fechamento de jornais que expressavam opiniões contrárias ao Poder Executivo, enquadrando tais manifestações como um incentivo ao ódio entre os paraguaios.⁴¹

No âmbito social, o sistema educacional paraguaio foi reformado em 1957, através da resolução 55/1956 do *Ministerio de Educación y Culto*, e teve como objetivos o desenvolvimento da educação vocacional no país, o estabelecimento de programas de formação de docentes nas áreas rurais e a criação de escolas no campo e nas cidades. A partir dessa reforma educacional, os índices de analfabetismo foram diminuindo. Em 1950, 33% da população maior de quinze anos de idade era analfabeta, já em 1962 a incidência de homens maiores de dez anos analfabetos era de 7,2% em Assunção e de 17% em outras regiões urbanas; por sua vez, os índices de mulheres maiores de dez anos analfabetas eram de 12,1% em Assunção e de 22,8% em outros espaços urbanos. O censo de 1972 constatou que a população analfabeta acima de quinze anos de idade era de 15% (entre homens), de 24,5% (entre mulheres) e de 11,4% (entre habitantes de áreas urbanas). Os números em relação aos analfabetos apresentadas no censo de 1982 evidenciaram uma oscilação: entre os homens e os habitantes urbanos o índice cresceu (respectivamente, 18,7% e 11,5%) e entre as mulheres diminuiu (23,7%). Tais cifras seguem a média de analfabetismo na América Latina e no Caribe: em 1970, 23,3% da população maior de quinze anos de idade era analfabeta; no decênio seguinte, esse índice diminuiu para 20%. No ano de 1985, 17,3% da população latino-americana e caribenha maior de quinze anos era analfabeta. Apesar de alguns avanços no Paraguai, o orçamento destinado à educação equivalia a 1,3% (em 1960), 1,7% (em 1965), 2,2% (em 1970) e em 1,8% (em 1973). Se comparado ao orçamento médio do investimento

⁴¹ ARDITI, op. cit., p. 58; COLMÁN GUTIÉRREZ, op. cit., p. 44-58; GONZÁLEZ DELVALLE, op. cit., p. 79; MARIÑAS OTERO, op. cit., p. 99-108; MASI, op. cit., p. 51-54; MIRANDA, op. cit., p. 87-107; NERI FARINA, op. cit., p. 263-264; NICKSON, Andrew. *La Guerra Fría y el Paraguay*. Asunción: El Lector, 2014; PAREDES, op. cit., 2005b, p. 29-41; QUINTEROS; SOLER, op. cit., p. 77-80.

educacional na América Latina – em 1960 a média do PIB investido em educação era de 2,4% e, no decênio seguinte, de 3,3% –, tais números ficavam aquém do esperado.⁴²

A partir dos índices de analfabetismo da população paraguaia, observamos que a incidência de iletrados nos centros urbanos era baixa. Isso repercutiu no mercado editorial e jornalístico do país, já que havia um público-leitor considerável. Outro ponto ressaltado nos números apresentados é que, no decênio 1972-1982, a taxa de crescimento de analfabetos foi de 1,3%, apesar dos esforços da ditadura em criar novas escolas no interior e em melhorar a formação dos discentes. Uma das explicações disso reside no limitado orçamento destinado à educação. A recessão econômica do final da década de 1980 e a desatenção governamental em relação aos problemas sociais agravaram a situação do analfabetismo no país. Um novo fato a ser observado é a expressiva quantidade de mulheres analfabetas, fruto da inviabilização feminina na sociedade. A respeito dessa situação, Tamy Amorim da Silva ressaltava que havia no Paraguai organizações de mulheres que reivindicavam, dentre outras questões, mudanças na educação. Por sua vez, Carmen Echaury e Margarita Elias *et. al.* destacam que entre os últimos anos da ditadura cívico-militar de Stroessner e o início do processo de democratização no país aumentou as organizações de mulheres que pressionaram o governo para que seus direitos fossem respeitados e que reivindicaram melhores condições trabalhistas, culturais e educacionais. Em relação a esse último ponto, uma das maiores exigências das organizações de mulheres em Assunção era a promoção da educação entre as mulheres analfabetas. Assim, promoveram ações de formação educacional juntamente com camponesas e com moradoras de regiões afastadas da capital.⁴³

⁴² D'ALESSANDRO, Sandra; VELÁZQUEZ SEIFERHELD, David. *Relaciones entre autoritarismo y educación en el Paraguay 1869-2012. Un análisis histórico*. Tercer volumen 1954-1989. Asunción: Servicio Paz y Justicia Paraguay, 2017, p. 34-40; DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS. *Paraguay. Resultados Finales Censo Nacional de Población y Viviendas*. Año 2002. Fernando de la Mora: 2004, p. 37; HOCHSZTAJN, Berta. *Paraguay: estudio de la migración interna. Utilización de una muestra censal, 1962*. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografía, 1973, p. 29-34; SOLER, Lorena; ELÍAS, Rodolfo; PORTILLO, Ana. El régimen stronista y su incidencia en la configuración de las prácticas escolares (1954-1970). *Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación*, año 3, nº 4, Santiago de Chile, 2015, p. 18; ROCA, Miguel Soler. *El Analfabetismo en América Latina. Reflexiones sobre los hechos, los problemas y las perspectivas*. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública, Consejo de Educación Primaria, Inspección Nacional de Educación de Adultos; UNESCO, 1989, p. 03; ROBLES VÁSQUEZ, Héctor V. (Coord.). *Panorama Educativo de México 2010. Indicadores del Sistema Educativo Nacional. Educación Básica y Media Superior*. México, D.F.: Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, 2012, p. 95.

⁴³ ECHAURI, Carmen; ELIAS, Margarita *et al.* *Hacia una presencia diferente. Mujeres, organización y feminismo*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 1992, p. 43-87; SILVA, Tamy Amorim da. *Memórias sobre uma dama valente: Carmen de Lara Castro e a ditadura stronista (1967 – 1989)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2016, p. 82.

Descritos os contornos da ditadura de Alfredo Stroessner, passemos à atuação de *La Tribuna* durante o período. Nos primeiros anos do regime, o jornal desenvolveu uma tática de autocensura, limitando suas críticas às autoridades nacionais, e adotou um discurso “independente” e “objetivo”.⁴⁴ Além disso, publicou poucas informações no noticiário político nacional e concentrou-se nos fatos internacionais, provenientes de agências noticiosas. Com isso, os responsáveis pelo diário buscavam escapar da repressão policial conduzida pelo *Ministerio del Interior*. No entanto, a adoção de uma postura supostamente independente fez com que se sujeitassem às determinações do governo. Apesar de manter uma “neutralidade” frente ao regime, *La Tribuna* defendeu os interesses dos comerciantes e dos empresários da capital paraguaia, clientes das agências de publicidade que financiavam o veículo. O relacionamento entre o empresariado e o estímulo ao crescimento do comércio local legitimaram o espaço concedido pelo jornal aos anunciantes.⁴⁵

La Tribuna, entre as décadas de 1950 e 1960, possuiu uma tiragem diária de aproximadamente 30 mil exemplares. Nesse período, o diário introduziu em seu conteúdo fotografias e adquiriu uma impressora capaz de produzir uma tiragem de sessenta mil exemplares por hora, além de imprimir até oitenta páginas coloridas. O jornal era composto por doze páginas e dois cadernos e constituído por seções destinadas às notícias internacionais e nacionais, aos esportes, às mulheres, aos casos policiais e jurídicos, ao campo empresarial, às atividades da Igreja Católica e à vida artístico-cultural do país. No primeiro caderno, publicava editoriais que externavam o ideário da empresa e, no segundo caderno, apresentava artigos, contos e ensaios de intelectuais paraguaios. Aos domingos, lançava um suplemento com informações sobre o interior paraguaio e notas destinadas ao público feminino. O aumento para doze páginas e a inclusão de um segundo caderno relacionou-se ao projeto de ampliação do público-leitor conduzido pela administração de *La Tribuna*. Esse processo atrelou-se aos ingressos de agências publicitárias que começaram a pautar os anúncios de seus clientes em função das exigências mercadológicas. Tal questão influenciou na diagramação e na composição gráfica do periódico, que passou a destinar um espaço maior aos avisos comerciais, sobretudo na capa e na página número cinco.⁴⁶

⁴⁴ Com o intuito de formar jornalistas que abordavam os acontecimentos políticos e sociais a partir de uma narrativa “objetiva” e “independente”, *La Tribuna* contribuiu técnica e financeiramente com a fundação, em 1965, do *Instituto de Periodismo* na *Universidad Nacional de Asunción* (SIMON, Victor. *La Enseñanza Universitaria de Periodismo en el Paraguay*. Asunción: Editorial La Voz, 1973, p. 27-36).

⁴⁵ COLMÁN, op. cit., p. 32-34.

⁴⁶ Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 13; COLMÁN, op. cit., p. 43-45; LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, op. cit., p. 21; ORUÉ POZZO, op. cit., 2007, p. 150-157.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o jornal organizou concursos de literatura, movimentando a produção literária nacional.⁴⁷ Em maio de 1972, Arturo Schaerer se aposentou e *La Tribuna* foi vendida à sociedade empresarial formada por Pascual Scavone, Raúl Casabianca, César Arévalos e Eduardo Cudas. Dois anos depois, Carlos Ruiz Apezteguía – genro de Arturo Schaerer – assumiu a direção do diário. Com o aparecimento de *ABC Color* em 1967⁴⁸ – que apresentou um formato técnico moderno –, *La Tribuna* começou seu processo de decadência, deixando de ser o principal órgão da grande imprensa paraguaia. No final de 1977, o jornal encerrou suas atividades. A volta de *La Tribuna* ocorreu em novembro de 1978.⁴⁹ Seu novo proprietário era Oscar Paciello, advogado e membro do *Partido Colorado*.⁵⁰

A partir dessa gestão, o diário apresentou um conteúdo mais crítico e comprometeu-se em construir um novo país. Além do mais, declarou que acreditava nos princípios democráticos e na figura do homem paraguaio e que se identificava com “os princípios de paz, de justiça e de progresso”. Outrossim, o jornal propôs a criação de um mercado de capitais, a conciliação partidária, a introdução de uma política tributária – visando reduzir as desigualdades sociais – e a estatização de certas empresas estrangeiras e, também, criticou determinadas ações da ditadura cívico-militar de Stroessner. Na seção de opinião, um grupo

⁴⁷ Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, op. cit., p. 20-21; PIZARRO, Mar Langa. Historia de la literatura. In: TELESKA, op. cit., p. 404; SEGOVIA, Diego. *Comunicación y Democracia. El rol de los medios en la construcción del discurso político ciudadano*. Asunción: BASE IS, 2010, p. 37.

⁴⁸ O diário *ABC Color* foi fundado por Aldo Zuccolillo e manteve um relacionamento amistoso com a ditadura, já que havia um vínculo político e econômico entre o proprietário do veículo e Alfredo Stroessner. Entretanto, no último decênio do regime, os planos político-econômicos de Zuccolillo se confrontaram aos do presidente, ressaltando no fechamento do jornal entre 1984 e 1989 (SEGOVIA, op. cit., p. 37).

⁴⁹ Contando cerca de vinte páginas, o periódico dividia-se em dezenove seções: política, governo, economia, tecnologia, Igreja, indigenismo, educação, saúde, editorial, opinião, empresarial, cidade, exterior, arte/espetáculos, interior, sociais, esportes, feminina/mulher e suplemento cultural. A quantidade de página e de seções variava a cada edição. A partir de 30 de setembro de 1979, o diário passou a lançar em suas edições um caderno, intitulado *La Tribuna Económica*, que reuniu artigos que analisavam a conjuntura socioeconômica do país no período. Em suas páginas, o diário incorporou ilustrações e histórias em quadrinhos. Seus principais colaboradores nesta área foram Adolfo Díaz, Julio González, Chester Swann, Carlos Argüello, Koki Ruiz e Roberto Goiriz. Estes dois últimos começaram a atuar em *La Tribuna* após vencerem o primeiro concurso de humor gráfico, organizado pelo próprio veículo (GOIRIZ, Roberto *et al.* *Historia del humor gráfico en Paraguay*. Lleida: Editorial Milenio, 2008, p. 84). O jornal custava vinte guaranis, o que corresponde, atualmente, a 1.340 guaranis ou a 0,75 centavos de reais (Cf. BANCO MUNDIAL. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/pais/paraguay> Data de acesso: 20 jul. 2017). Até meados de 1981, contava com aproximadamente cinquenta empresas e estabelecimentos comerciais que anunciavam em suas páginas. A quantidade de exemplares não era informada. Não obstante, acreditamos que manteve a média diária de sessenta mil exemplares. O diário era publicado pela *Editorial Gráfica S.A.* e distribuída em vinte bancas em Assunção. Ademais, divulgava notícias das principais agências informativas internacionais: *United Press International*, *Agence France-Presse*, *Reuters*, *Agencia Latinoamericana de Información*, *Agenzia Nazionale Stampa Associata* e *Inter Press Service*.

⁵⁰ Bacharel em Direito e em História, Oscar Paciello foi professor da *Universidad Nacional de Asunción* e proprietário do jornal *Hoy*.

de colaboradores⁵¹ explanou suas perspectivas em relação à realidade paraguaia, defendendo a liberdade e condenando o Estado autoritário. A cessão de um espaço para as instituições contrárias à presidência, as constantes críticas ao governo e a divulgação de alternativas políticas e econômicas para o país ressaltam o projeto político-ideológico oposicionista de *La Tribuna*. O posicionamento do diário incomodou o regime que, em 18 de junho de 1979, suspendeu por um mês sua impressão e circulação. O *Ministerio del Interior* alegou que o periódico realizava uma crítica parcial contra os organismos governamentais – e aos funcionários públicos – e gerava um clima de desmoralização, por conta de suas notícias consideradas falsas. Trinta dias depois, o jornal voltou a imprimir e a comercializar seus exemplares. Ao publicar os principais acontecimentos ocorridos no mês em que esteve inativo, o veículo noticiou seu próprio fechamento.⁵²

Com um tom melancólico, *La Tribuna* se defendeu das acusações, sustentou a importância da liberdade de imprensa e ressaltou seu compromisso com o público-leitor.⁵³ Na edição do dia seguinte, Juan Andrés Cardozo – secretário de redação do diário e correligionário do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) – refletiu sobre a censura contra o direito da informação e classificou como “ingênua e antidemocrática” a tese governamental de que os veículos de comunicação apenas teriam o compromisso de divulgar publicações oficiais.⁵⁴ Apesar de não ter feito referência direta ao ocorrido, o jornal se manifestou a respeito de seu fechamento forçado e construiu, ante a opinião pública, a imagem de um órgão independente e democrático. Nessa mesma edição, o periódico comentou o impacto de sua suspensão no âmbito político-partidário, ao informar que a Junta Nacional do PDC havia emitido uma declaração na qual criticava a ditadura por ter censurado *La Tribuna* e *Ultima Hora* e classificava a ação como um “ato tipicamente arbitrário” e violador dos direitos constitucionais.⁵⁵ Não obstante, o diário deu informações mais detalhadas sobre o motivo de sua suspensão temporária, transcrevendo a justificativa semioficial do ministro do *Interior*, Sabino Augusto Montanaro, o qual alegou que o fechamento temporário de *Ultima Hora* e *La Tribuna* havia ocorrido por conta de agravos realizados pelos seus responsáveis e pela concessão de um significativo espaço para que figuras vinculadas às agremiações políticas opositoras pudessem se manifestar. Além disso, o ministro ressaltou que tais jornais não eram

⁵¹ Dentre os colaboradores, ressaltamos Aníbal Miranda, integracionista e assessor econômico, e Fernando Tellechea Yampey, filósofo.

⁵² Cf. Los principales acontecimientos en el friso de los treinta días. *La Tribuna*, Asunción, 18 de jul. 1979. Exterior, p. 16-17.

⁵³ Como decíamos ayer... *La Tribuna*, Asunción, 18 jul. 1979. Política, p. 02.

⁵⁴ CARDOZO, Juan Andrés. El derecho a la libre información. *La Tribuna*, Asunción, 19 jul. 1979. Opinión, p. 10.

⁵⁵ Democratacristianos y libertad de prensa. *La Tribuna*, Asunción, 19 jul. 1979. Política, p. 02.

apenas empresariais, mas também políticos, e que visavam lucrar com tais polêmicas. Desse modo, afirmou que o governo exerceria seu poder caso as “injúrias” e as “calúnias” se repetissem.⁵⁶

Para os responsáveis por *La Tribuna*, a decisão de Montanaro foi considerada arbitrária e não havia respeitado os princípios penais e constitucionais, como conceder ao acusado o direito de defesa. Apesar de se manifestar contrariamente à postura das autoridades nacionais, o diário ressaltou que obedeceria a lei.⁵⁷ Ainda sobre o caso, discutiu a respeito da liberdade de imprensa e ressaltou que, ao ocorrer o cerceamento das atividades jornalísticas quando esse direito estava previsto constitucionalmente, revelava-se uma “lamentável falta de respeito” e “nenhuma consideração” da instituição responsável por aplicar tal preceito jurídico. Além disso, ressaltou que uma das especificidades do sistema democrático era o “choque e confrontação de ideias”.⁵⁸ Mas, de fato, qual o motivo da suspensão? Na mesma semana da polêmica, *O Estado de S. Paulo* informou sobre a situação política do Paraguai, que vivenciava um isolamento – pois muitos países não apoiavam o regime cívico-militar de Stroessner – e convivia com pressões internas para democratizar-se. Ao comentar a queda do ditador nicaraguense Anastásio Somoza, o jornal brasileiro enfatizou que *La Tribuna* havia sido suspensa pelo Poder Executivo por ter “(...) feito comparações entre a Nicarágua e o Paraguai”.⁵⁹ Como observaremos nos próximos capítulos, havia no material publicado por *La Tribuna* muitas referências aos acontecimentos na Nicarágua. Em editoriais e artigos opinativos de seus colaboradores, percebemos como o temor de uma sublevação popular nos “moldes nicaraguenses” era latente. Como forma de evitar essa situação, o diário defendeu que os órgãos governamentais sanassem problemas sociais e que a ditadura de Stroessner avançasse na direção de uma abertura política. De volta às atividades, o jornal manteve suas críticas ao governo no campo socioeconômico, mas agiu com cautela no âmbito político.

Em virtude da concorrência com outros veículos de comunicação e com o desejo de elevar seu prestígio frente à elite do país,⁶⁰ o diário anunciou seu fechamento temporário, em outubro de 1980, para incorporar uma nova tecnologia de impressão.⁶¹ No período em que *La Tribuna* esteve desativada, dois de seus funcionários foram aprisionados: Juan Andrés

⁵⁶ Montanaro: “Si nos atacan por la prensa, nos vamos a defender”. *La Tribuna*, Asunción, 22 jul. 1979. Política, p. 02.

⁵⁷ Editorial: Primado de la ley. *La Tribuna*, Asunción, 22 jul. 1979. Opinión, p. 10.

⁵⁸ Editorial: Precisiones necesarias. *La Tribuna*, Asunción, 23 jul. 1979. Opinión, p. 10.

⁵⁹ CODAS, Roberto. Paraguai sofre pressões. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 jul. 1979. Geral, p. 08.

⁶⁰ CRICHIGNO, op. cit., p. 315.

⁶¹ Nos despedimos con un ... ¡Hasta pronto!. *La Tribuna*, Asunción, 19 out. 1980. Portada, p. 01.

Cardozo e Eduardo Rolón.⁶² Ambas as prisões se relacionaram ao recrudescimento dos organismos de repressão em virtude do atentado contra Anastácio Somoza, em setembro de 1980. Exilado no Paraguai, Somoza foi atingido por um tiro de bazuca enquanto circulava com seu carro pelo Centro de Assunção. Imediatamente, as forças policiais e militares se mobilizaram para encontrar os autores do ocorrido. Um dos responsabilizados pelo episódio foi o jornalista chileno Rafael Alejandro Mella Latorre. Recém-chegado ao país, após ter atuado como repórter na Nicarágua, Mella Latorre foi empregado por Oscar Paciello, que o designou para trabalhar na redação de *La Tribuna*. Por essa razão, o regime aprisionou certos jornalistas do diário, com o intuito de conseguir maiores informações a respeito do caso. Mesmo diante dessa conjuntura, o jornal retornou em março de 1981, implementando em suas edições as técnicas de *offset* e aplicando em suas páginas fotos coloridas.⁶³

Ao longo de sua trajetória, *La Tribuna* passou por problemas financeiros que o impediram de se modernizar. Na edição de reinauguração de *La Tribuna* em 1978, Oscar Paciello ressaltou o seu compromisso com a imprensa nacional, assegurou que o diário possuía a função social de manter uma importante fonte de emprego e destacou que a reativação da empresa jornalística apenas foi possível por conta de empréstimos e “esquemas financeiros”.⁶⁴ Com o intuito de atrair o público-leitor e os anunciantes, havia que investir mais capital na empresa, o que foi feito entre o final de 1980 e o início do ano seguinte. No entanto, acreditamos que Paciello teve dificuldades de conseguir investimentos após a reinauguração do jornal. O retorno com uma nova roupagem foi oficializado em um evento no Hotel Casino Ita Enramada no dia 02 de março de 1981, com a presença de autoridades nacionais e representantes de veículos da grande imprensa, de entes autárquicos, de agências

⁶² Cf. SEIFERHELD, Alfredo M. 80 principales atentados a la libertad de prensa ocurridos en el Paraguay en los últimos 16 años. *El Pueblo*, Asunción, 21 jun. 1984 *apud* GONZÁLEZ DELVALLE, op. cit., p. 87.

⁶³ Gallo-Fénix, creador de otra alborada. *La Tribuna*, Asunción, 04 mar. 1981. Portada, p. 01. *La Tribuna* passou por uma série de modificações. O preço da gazeta elevou-se para cinquenta guaranis – que correspondem, atualmente, a 3.350 guaranis ou 1,88 reais (Cf. BANCO MUNDIAL. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/pais/paraguay>. Data de acesso: 20 jul. 2017) –, aumentaram as notícias do governo e as empresas anunciantes e as reportagens passaram a ser assinadas pelos jornalistas. A estrutura do periódico também mudou. Fracionado em três cadernos, o primeiro continha as seções de política, opinião, cidade e exterior. A segunda parte publicou informações relacionadas à economia e aos negócios. Por último, encontravam-se no terceiro caderno as seções de esporte, de cultura, de mulher/feminino, de notícias sociais, de histórias em quadrinho e de cultura e espetáculos. Além disso, inseriu-se breves comentários da vida política do país em dois espaços na capa do jornal: *Tribuna Livre* e *La Noche*. O expediente era formado por Carlos Talavera (chefe de redação), César Guido González Ravetti e Juan Andrés Cardozo (secretários de redação), Eduardo Rolón (coordenador), José Luis Appleyard (seção cultural), Bernardo Neri Farina (área política e econômica), Luis Sixto Alén (informações econômicas), Luis Carlos Simancas (notícias sociais), Primitivo Cabañas (eventos internacionais), Bartolomé Amarilla (setor de esportes), Nila López (seção feminina), Justo Meza (notícias nacionais), Adolfo Díaz (diagramação e arte) e Miguel Houdin (fotografia). Esse quadro de funcionários foi mantido nos anos seguintes sem muitas alterações. Colaboraram com o diário: Humberto Pérez Cáceres, Horacio Eduardo Jiménez, Pedro Justino Machi e Gustavo Adolfo Barrios.

⁶⁴ PACIELLO, Oscar. Carta del Director. *La Tribuna*, Asunción, 19 nov. 1978. Editorial, p. 16.

de publicidade, do sistema bancário e dos setores industrial e comercial. Na ocasião, foram distribuídos exemplares de *La Tribuna* para que os convidados apreciassem o novo formato e as melhorias na técnica de impressão.⁶⁵ Não obstante, quatro meses depois da reestreia o diário retornou ao antigo formato e alegou que a decisão havia ocorrido após a falta de costume do público-leitor com a impressão em *offset*.⁶⁶ Frente a isso, cabe-nos questionar se os responsáveis por *La Tribuna* não fizeram uma pesquisa de opinião ou se desconheciam seus próprios leitores. Observando o número de anunciantes entre março e julho de 1981, percebemos que houve uma queda significativa, passando de uma média de sessenta e três para trinta anúncios. Assim, o diretor-proprietário de *La Tribuna* decidiu adiar o projeto de modernizar o veículo, já que os gastos não corresponderam ao retorno esperado.

Dois meses depois, *La Tribuna* ganhou um novo formato, alterou sua diagramação e reduziu o número de páginas. Nesse período, *ABC Color* publicou um artigo insinuando possíveis irregularidades na venda da *Editorial Gráfica S.A*, de propriedade de Oscar Paciello, ao *Banco Nacional de Trabajadores*. Paciello negou as acusações, assegurou que os donos do *ABC Color* eram os que realmente estavam envolvidos em “negociatas” e afirmou que o dinheiro obtido pela venda da empresa havia permitido o “sustento de centenas de famílias” vinculadas ao seu diário.⁶⁷ Desse modo, percebemos as dificuldades financeiras vividas pelo periódico. Apesar do investimento tecnológico, o número de anunciantes não havia crescido. Com isso, a qualidade do jornal foi gradativamente diminuindo nos meses seguintes. A partir de 1982, várias mudanças ocorreram, como a redução na quantidade de páginas das edições, a utilização de um papel mais simples e a queda de anúncios realizados por empresas. O diário também enfrentava uma escassa circulação, por conta do aparecimento de novos veículos impressos. Após cinquenta e sete anos de atuação no cenário nacional e com 19.999 números impressos e comercializados, *La Tribuna* fechou definitivamente suas portas em 24 de setembro de 1983. O motivo de a gazeta ter sido fechada pode ser explicado pelo fracasso da gestão financeira e administrativa de Oscar Paciello.⁶⁸ Após o seu fechamento, a empresa vendeu suas instalações para o Grupo Nicolás Bo que, em junho de 1984, lançou o diário *Noticias*.⁶⁹ *La Tribuna* foi o mais longo diário da história da imprensa paraguaia e refletiu

⁶⁵ Reaparición de La Tribuna: con los amigos de siempre. *La Tribuna*, Asunción, 04 mar. 1981. Sociales, caderno A, p. 06.

⁶⁶ LA TRIBUNA vuelve al tabloide. *La Tribuna*, Asunción, 19 jul. 1981. Opinión, caderno A, p. 04.

⁶⁷ PACIELLO, Oscar. A mis amigos. *La Tribuna*, Asunción, 03 set. 1981. Opinión, p. 05.

⁶⁸ GOIRIZ, Roberto *et al.*, op. cit., p. 85.

⁶⁹ Impresso em formato tabloide e adotando a técnica de *offset*, a primeira edição de *Noticias* possuía sessenta e quatro páginas e dividia-se em dois cadernos e um suplemento cultural. A primeira parte era composta pelas notícias nacionais e internacionais e, também, pela área feminina. No segundo caderno, encontravam-se informações do governo, o setor de opinião e editorial e a seção de esportes. Em seu primeiro editorial,

grande parte dos processos sociopolíticos do país na centúria passada. Ao final de sua trajetória, manifestou sua insatisfação com o regime cívico-militar de Alfredo Stroessner e defendeu o início da democracia no Paraguai.

Ciro Marcondes Filho afirma que a partir da segunda metade do século XIX, delineou-se a separação entre a imprensa partidária e a imprensa capitalista. A primeira configurou-se como o principal meio de discussão política nos conflitos sociais entre o final do século XIX e a primeira metade da centúria passada através das discussões programáticas e estratégicas. Já a segunda afigurou-se por estabelecer uma estrutura empresarial e por manter as particularidades da atividade jornalística (como a procura pela notícia e a suposta aparência de neutralidade).⁷⁰ O processo ressaltado por Marcondes Filho caracteriza a trajetória de *La Tribuna*. Nos quase sessenta anos de sua existência, o periódico vivenciou quatro diferentes momentos. Em todos eles, seus representantes atuaram conforme o contexto político, ora posicionando-se criticamente ao estado de coisas, ora apoiando uma situação específica.

A primeira fase do diário compreende o período em que este repercutiu os interesses de liberais, de latifundiários e de comerciantes. O segundo momento iniciou com a intervenção da ditadura de Higinio Morínigo em sua linha editorial, ocasionando na mudança de sua orientação político-partidária e na divulgação das ações governamentais. A terceira fase corresponde ao fim da interferência estatal e ao processo de transição de um veículo partidário para uma empresa. Estrategicamente, o diário adotou a linguagem de uma suposta objetividade e privilegiou as notícias internacionais em detrimento das informações nacionais com o intuito de sobreviver em meio a governos autoritários. O quarto e último momento abrange o período em que foi administrado por Oscar Paciello. Nessa gestão, o diário debateu problemas políticos e econômicos do país.

Robert Pierce ressalta que a maioria dos governos autoritários latino-americanos utilizou medidas econômicas para controlar a imprensa de oposição. Esses regimes estabeleceram diversas estratégias para prejudicar economicamente os veículos de comunicação: o fechamento temporário das empresas jornalísticas; o estabelecimento de uma dependência publicitária em relação aos anúncios de departamentos estatais e de empresas públicas; e a pressão governamental a anunciantes particulares (empresários, comerciantes)

comprometeu-se em expressar uma opinião serena e uma crítica construtiva acerca dos fatos, a partir dos princípios de “objetividade” e “imparcialidade” (Nuestra aparición. *Noticias*, Asunción, 12 jun. 1985. Editorial, caderno A, p. 03). Não obstante, o jornal manteve uma linha oficialista e gozou de muitos privilégios por conta da aproximação entre seus proprietários e Alfredo Stroessner (SEGOVIA, op. cit., p. 37).

⁷⁰ MARCONDES FILHO, op. cit., p. 65.

para que cancelassem ou reduzissem a publicidade em tais periódicos.⁷¹ Apesar dos problemas administrativos de *La Tribuna*, um dos fatores que fez com que o diário encerrasse suas atividades foi a existência de um boicote publicitário. Entre 1978 e 1983, cerca de cinquenta empresas – privadas e estatais – e estabelecimentos comerciais anunciavam nas tiragens do periódico.⁷² Dessa forma, a partir do fechamento temporário do jornal pela ditadura, das detenções de seus jornalistas e de determinados posicionamentos – como os constantes ataques ao diário *ABC Color* –, comerciantes e empresas estatais e privadas deixaram de anunciar em *La Tribuna*. Com o passar dos anos, os anúncios foram diminuindo, afetando as finanças do veículo. A redução na qualidade técnica e a utilização de um material mais simples refletem a queda do faturamento das propagandas.

Por fim, vale comentar a relevância do diário e suas limitações no cenário político paraguaio. Sobre o primeiro ponto, a linha editorial adotada por *La Tribuna* durante a administração de Oscar Paciello permitiu a discussão de assuntos sociais relevantes – como a instauração de um sistema democrático e a modernização das estruturas estatais – e a denúncia dos problemas socioeconômicos. No entanto, os responsáveis pelo diário não atacaram diretamente o presidente, tampouco os militares ou os colorados, pois não consideravam vantajoso colocar em risco a empresa jornalística ou a vida de seus empregados. Assim, o comportamento ponderado do jornal apresenta sua restrição no campo político do país. Nos próximos capítulos, observaremos como esses elementos aparecerão nas discussões a respeito do projeto político-ideológico de *La Tribuna* e da sua postura frente a questões importantes para a sociedade paraguaia.

⁷¹ PIERCE, Robert N. *Libertad de expresión en América Latina*. Traducción: Lidia Porta. Barcelona: Editorial Mitre, 1982, p. 262-268.

⁷² A maioria dos anúncios publicados em *La Tribuna* era de comércios existentes em Assunção (bares, restaurantes, hotéis, cinemas, imobiliárias, varejistas etc.) e de prestadores de serviços de residentes da capital paraguaia (médicos, advogados, mecânicos, costureiras etc.). Havia também propaganda de grandes e médias empresas privadas, de corporações públicas e de ministérios. Dentre as empresas privadas destacamos: *Wang, Financiera Paratodo S.A., Seguros Chaco S.A., Empresa Lotería Paraguaya, Banco Continental S.A., Citibank, Caña paraguay "Aristócrata", Azucarera Paraguaya, 4 PPPP (Primera Productora Paraguaya de Plasticos S.A.), Kent, Deutsch Bank, Líneas Aéreas Paraguayas, Periódico Sanderó, Radio Ñandutí*. Já entre os órgãos públicos que anunciaram em *La Tribuna* destacamos: *Servicio Nacional de Promoción Profesional, Administración Paraguaya de Alcoholes, Banco Nacional de Trabajadores, Ministerio de Agricultura y Ganadería, ANDE (Administración Nacional de Electricidad), Banco Central del Paraguay, ANTELCO (Administración Nacional de Telecomunicaciones)*.



Capítulo 2

O horizonte democrático

O presente capítulo pretende identificar a concepção de democracia e de outros conceitos correlatos de *La Tribuna*, durante a direção de Oscar Paciello, através da interpretação do discurso político dos editoriais e dos artigos redigidos por funcionários e por colaboradores do diário. Consideramos que o jornal manteve determinados posicionamentos das gestões anteriores, ao defender os preceitos democráticos, e que a cultura política difundida pelo veículo se adequou a fatores endógenos (vagaroso processo de abertura política) e exógenos (pressão internacional pela vigência dos direitos humanos) da época.

Para alcançarmos o objetivo proposto, elucidaremos os elementos teórico-metodológicos utilizados neste capítulo. Para Juarez Bahia, dentro do campo jornalístico havia uma aparente contradição: a imprensa deveria ser impessoal, mas sem renunciar o direito à opinião. Tais orientações conflitivas foram solucionadas quando se compreendeu que não era necessário um veículo deixar de manifestar sua postura opinativa para ser impessoal. Dessa forma, separou-se o noticiário do editorial, espaço em que as empresas jornalísticas manifestam seus posicionamentos.¹ Apesar de ter sido centrada no jornalismo brasileiro da década de 1960, essa discussão também foi refletida na imprensa paraguaia da mesma época. Aprofundando a discussão, José Marques de Melo acredita que um meio de comunicação apresenta opiniões da empresa, dos jornalistas e dos colaboradores. Assim, a orientação político-ideológica do veículo impresso se manifesta oficialmente no editorial, a postura do jornalista é expressada através de comentários e artigos, e o colaborador – comumente uma personalidade que busca espaço na imprensa com o intuito de participar da vida política do país – apresenta seu posicionamento na forma de artigos. O editorial evidencia o consenso das opiniões e dos interesses de diferentes atores que participam da organização de um jornal: os proprietários, os financiadores, os anunciantes e o aparelho estatal. Através dessa miscelânea, configuram-se as articulações políticas do periódico e o diálogo com os dirigentes públicos, ao apontar direcionamentos a determinadas questões nacionais. Buscando contribuir com a circulação de diferentes pontos de vista sobre os acontecimentos, os diários destinaram espaços independentes de suas linhas editoriais para que jornalistas e colaboradores expressassem suas opiniões a respeito de variados assuntos por meio de comentários – localizados junto ao noticiário ou nas colunas – ou de artigos assinados.² A respeito do artigo de opinião, Teodoro León Gross afirma que este gênero jornalístico possui um discurso

¹ BAHIA, op. cit., p. 126-127.

² MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, p. 103-129.

dialético persuasivo que expõe uma análise singular frente a um fato.³ Por sua vez, Hector Borrat afirma que o jornal independente, entendido como ator de um sistema político que narra e comenta os embates em distintos âmbitos da sociedade, mantém relações de conflito internamente – discordâncias entre seus representantes – e externamente – divergências entre o diário e outros grupos sociais. Através de seu discurso polifônico, formado por linguagens políticas, o periódico interpreta os acontecimentos, dissemina as informações, implementa uma agenda pública e se projeta ao futuro.⁴

A partir das afirmações de Borrat estabeleceremos um ponto de interlocução entre os métodos expostos. Segundo John Greville Agard Pocock, ao se analisar um discurso político deve-se entender as linguagens – formadas pelo ato de enunciação através de configurações sociais e acontecimentos históricos – e seus efeitos no comportamento dos agentes. Desta forma, ao selecionar o contexto no qual deverão ser reconhecidas, as linguagens possuem um passado. Ao examinar o pensamento de escritores políticos, o enfoque metodológico de Pocock privilegia o contexto linguístico no qual tais autores estavam envolvidos. Apesar de restringir o emprego dos procedimentos linguísticos nas interpretações das ações dos agentes políticos do passado, a história conceitual de Reinhart Koselleck tem pontos de congruência com a perspectiva de Pocock, uma vez que tais abordagens analisam o sentido dos atos de linguagem e refletem a respeito de suas temporalidades. Para Koselleck, ao esquadrihar os conceitos – vocábulos criados para compreender os fenômenos históricos –, pode-se observar o espaço da experiência e o horizonte da expectativa. Ou seja, a pesquisa das estruturas semânticas de cada conceito revela-nos os componentes político-sociais do passado ao lado de elementos do presente, que por sua vez orienta-se para o futuro.⁵

O capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, identificaremos concepções a respeito do conceito de democracia e das discussões sobre esse sistema de governo na América Latina e no Paraguai. Por sua vez, na segunda parte analisaremos o discurso político de *La Tribuna* acerca do regime democrático e de outras questões correlatas, como a ideia de liberdade política. Entender o ideal democrático do diário é importante para compreendermos o seu projeto político-ideológico.

³ LEÓN GROSS, Teodoro. *El artículo de opinión*. Barcelona: Editorial Ariel, 1996, p. 171-179.

⁴ BORRAT, op. cit., p. 69-74.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Modernidade”. Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: ____; op. cit., 268; KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: ____; op. cit., p. 101-115. POCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática. In: ____; MICELI, Sergio (org.), op. cit., p. 64-66; POCK, J. G. A. Introdução: O Estado da Arte. In: ____; MICELI, Sergio (org.), op. cit., p. 36-37.

2.1. Percepções sobre a democracia

O conceito de **democracia** é um dos mais polissêmicos e está em constante ressignificação. Além disso, seus diferentes sentidos variam a partir da conjuntura-espacio-temporal. De modo geral, a democracia é entendida como uma forma de governo exercida pelo povo, que detém o poder. Em virtude de sua flexibilidade pode se desenvolver em regimes políticos diferentes, como o sistema monárquico e/ou republicano. Na contemporaneidade, essa organização política pressupõe uma série de elementos político-jurídicos essenciais para sua manutenção: a divisão dos poderes dentro do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), a adoção de uma Constituição que proclame e assegure os direitos individuais dos cidadãos e estabeleça as relações recíprocas entre governantes e governados, o sufrágio e a vigência dos direitos civis, políticos e sociais. Dentro da estrutura democrática há dois modelos de organização: a democracia direta e a democracia representativa. A primeira remonta à *pólis*, onde os cidadãos gregos se reuniam em assembleias e tomavam as decisões coletivamente; já a segunda refere-se à organização política dos Estados modernos, a qual – dada a sua extensão territorial e populacional – estabelece que o povo não cuide diretamente dos assuntos governamentais, mas elejam seus representantes para desempenhar tal atividade. Apesar da consolidação do segundo modelo, os cidadãos podem intervir na elaboração das leis e no funcionamento dos negócios públicos através da aplicação do *referendum* e da iniciativa popular. Em relação ao segundo tema, tais direitos fazem parte da essência ético-política da democracia. Agrega-se a esse núcleo a liberdade e a igualdade. A respeito da primeira ideia, entende-se que o sistema democrático não assegura a liberdade a todos os cidadãos, mas a garante ao maior número de pessoas. Sendo assim, há dois níveis de liberdade: a civil ou social, que resguarda os interesses privados e os direitos de praticar qualquer religião, de expressar opiniões e de dirigir reclamações às autoridades; e a política, que resguarda o direito do cidadão de participar no governo e de votar e ser votado.⁶

⁶ Nossa leitura é um amálgama das reflexões acerca do conceito de democracia encontradas nos seguintes trabalhos, Cf. AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967, p. 152-239; MONTENEGRO, Walter. *Introducción a las doctrinas político-económicas*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 61-87; e SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Democracia. In: _____. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 89-92. Em relação ao esquema temporal envolvendo o conceito de democracia, Cf. KOSELLECK, op. cit., p. 106-107. Sobre esse último ponto, Giovanni Sartori também reflete a respeito da democracia como portadora de experiência, Cf. SARTORI, Giovanni. *Teoría de la democracia: Los problemas clásicos*. Volumen 2. Versión española de Santiago Sánchez Gonzáles. Buenos Aires: REI, 1990, p. 319-342.

Por possuir uma concepção ampla e multifacetada, o conceito de democracia é pensado de muitas formas. Assim, apresentaremos como o tema aparece na obra de três importantes teóricos políticos: Norberto Bobbio, Giovanni Sartori e Robert Dahl. Começamos com as discussões a respeito da obra de Bobbio. De acordo com esse autor, as concepções em torno do regime democrático alteraram-se ao longo do tempo. Bobbio, no entanto, destacou que o sentido descritivo antigo de democracia não havia se alterado, pois, a ideia de um governo exercido pelo povo foi mantida, logo, as mudanças ocorridas referiu-se à maneira de exercer o direito democrático, uma vez que a democracia direta era inviável em Estados de significativa extensão territorial e populacional. Dessa maneira, o único modelo de governo democrático era o representativo, sistema em que os cidadãos não tomam suas decisões diretamente, mas através de representantes eleitos por eles. Sendo assim, uma das características da democracia é o sufrágio universal, no qual a maioria tem direito ao voto. Esse princípio é, ao mesmo tempo, uma aplicação da igualdade – pois torna os sujeitos iguais em relação aos seus direitos políticos – e da liberdade entre os indivíduos. Por essa razão, o sistema democrático é comensurado a partir da liberdade e da igualdade entre os cidadãos. Paralelamente ao desenvolvimento da democracia representativa, ocorreu o avanço dos direitos humanos: direitos de liberdade (ou direitos cívicos), direitos políticos e direitos sociais. Com isso, houve um alargamento desse sistema de governo, que passou da esfera política para a social. Em suma, além de ter sido associada a uma forma de governo, a democracia também pode ser entendida como um conjunto de instituições e como um regime marcado pelos valores operados por determinados grupos políticos. O princípio orientador desses fins é o de igualdade social e econômica.⁷

O segundo teórico político a ser analisado é Giovanni Sartori, que – em obra intitulada *Teoría de la democracia: El debate contemporáneo* – traça os significados do conceito de democracia. Em meio aos diferentes modelos expostos pelo autor, ressaltamos três deles. O primeiro é a democracia política, entendida como um sistema estruturado a partir da condensação da vontade popular em autoridades eleitas e circunscrito na lógica da igualdade jurídica. O segundo e o terceiro exemplos correspondem ao aparecimento de manifestações em que o elemento político perdeu o protagonismo. Uma delas é a democracia social, que corresponde a uma estrutura pautada pela igualdade de seus membros e que ascende a partir

⁷ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 17-25; BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 135-165; BOBBIO, Norberto. *Liberalismo y democracia*. Traducción: José F. Fernández Santillán. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000; BOBBIO, Norberto. *Igualdade e Liberdade*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

do movimento de baixo para cima. Outra é a democracia econômica, que se preocupa com a redistribuição da riqueza entre a população, a efetivação da igualdade de controle sobre o processo produtivo econômico e com a garantia de oportunidades a todos. Sartori também cita o modelo de democracia representativa, que simboliza a constatação dos indivíduos a respeito do privilégio e do poder injusto, manifestando-se através da igualdade política – por meio do sufrágio igual universal – ou da igualdade social – pela preocupação com os problemas referentes à classe. Além dessa forma de governo, o autor apresenta a democracia participativa, cujo objetivo consiste em estimular a ação dos cidadãos no sistema democrático para além do processo eleitoral. Por fim, Sartori discute a relação entre liberdade e democracia. Para ele, o primeiro ideal gira em torno do indivíduo e limita o poder estatal; já o segundo elemento preza pela coesão social, igualdade distributiva e inserção do poder popular no Estado. O encontro dessas duas doutrinas – nem sempre amistosamente – resulta na formação do modelo liberal-democrático.⁸

Seguindo com os teóricos políticos que apresentaram uma perspectiva a respeito do conceito de democracia, apontaremos as discussões a respeito desse sistema de governo nas obras de Robert Dahl. De acordo com o autor, as condições necessárias para o estabelecimento de um regime democrático é a garantia de que os cidadãos tenham plenas oportunidades de formular e manifestar suas preferências e de receber, por parte do governo, igualdade de tratamento. Para que tais condições sejam exequíveis, são necessários preceitos constitucionais que garantam e protejam a autonomia em criar e participar de organizações; a existência de eleições livres, idôneas e frequentes; o direito às informações diversificadas; a liberdade de expressão; e a competição de políticos com o apoio do eleitorado. Assim, Dahl classificou esse sistema político densamente inclusivo e vastamente aberto para contestações públicas como uma “democracia poliárquica”.⁹

A partir das concepções gerais de democracia, interessa-nos apresentar como tais ideias foram discutidas na América Latina e, especificamente, no Paraguai. Atentemo-nos ao primeiro caso. As linguagens políticas europeias ressoaram nos discursos políticos dos pensadores latino-americanos após a independência política da região. Ao analisar a implementação das ideias do liberalismo – e também de outros ideários – na América Latina entre 1870 e 1930, Charles A. Hale destaca que apesar de as ideologias adotadas pelas elites

⁸ SARTORI, Giovanni. *Teoría de la democracia: El debate contemporáneo*. Volumen 1. Versión española de Santiago Sánchez Gonzáles. Buenos Aires: REI, 1990, p. 28-40; 117-153; 258-259; SARTORI, op. cit., Volumen 2, p. 366-376; 410-420; 467-475.

⁹ DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 25-49; DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

políticas terem origem na Europa, estas haviam sido reconfiguradas a partir das particularidades dos países latino-americanos. Como exemplo, Hale destaca o caso argentino e chileno no decênio 1910-1920, caracterizado como um período de uma “intensa, mas breve, onda” da liberal-democracia na região. No primeiro caso, os princípios democráticos foram reforçados tanto pelo idealismo filosófico, quanto pela busca de elementos que caracterizassem a cultura argentina, cujo aspecto era a reafirmação da tradição liberal e das ideias democráticas, constitucionais, seculares e cosmopolitas de Mariano Moreno, Bernardino Rivadavia e dos integrantes da *Asociación de Mayo*. Já no segundo caso, o sistema democrático e constitucional chileno desenvolveu-se a partir do parlamentarismo multipartidário e teve como instrumento a *Alianza Liberal*, formada por jovens preocupados com os problemas sociais causados pela rápida urbanização e pelas recessões na indústria de nitrato. Além de evidenciar como ocorreu a assimilação dessas ideias, Hale afirma que os grupos locais reagiram a tais ideias, provocando em um primeiro momento a formação de uma ideologia conservadora no Chile e, posteriormente, a criação de um movimento corporativista, inspirado nas ideias do positivismo na região, pautado em um Estado forte.¹⁰ Apesar de alguns problemas existentes no texto, como o fato de o autor não ter considerado a experiência dos sujeitos, Hale chama-nos a atenção para as formas como determinadas noções políticas foram configuradas a partir das realidades sociais específicas.

Ao analisar os discursos políticos em torno do significado da democracia nas Américas – a partir das obras de Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi e Alexis de Tocqueville – José Luis Bendicho Beired ressalta que a perspectiva liberal-democrática na América Latina havia atendido às preocupações das elites políticas e intelectuais em detrimento aos interesses dos setores populares e eclesiásticos. Dessa forma, o autor aponta uma contradição: ao mesmo tempo em que instituições e direitos afirmavam-se, grande parte da sociedade era marginalizada e excluída. Além disso, a limitação da participação dos cidadãos e o controle do sufrágio deram aos regimes políticos ligados ao projeto liberal um caráter oligárquico.¹¹ As afirmações de Beired dialogam com as concepções de Francisco Weffort a respeito da formação do Estado na América Latina: a coexistência de uma ideologia liberal com elementos do comportamento oligárquico. Ou seja, ao mesmo tempo em que o liberalismo estabeleceu os princípios do Estado democrático de direito, o comportamento

¹⁰ HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina. América Latina: cultura y sociedad 1830-1930*. Traducción: Jordi Beltran e Àngels Solà. Barcelona: Crítica, 1991, p. 01-64.

¹¹ BEIRED, José Luis Bendicho. Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. *História*, São Paulo, Unesp, v. 22 (2), 2003, p. 59-78.

oligárquico buscou restringir a participação política aos membros da elite agrária e limitar a participação econômica, política e social dos setores populares.¹² Assim, há o diálogo com a perspectiva de Beired em relação aos governos liberal-democráticos que possuíam características oligárquicas.

Analisando um período mais recente, Arturo Valenzuela e Jonathan Hartlyn discutem aspectos da democracia política em determinados países latino-americanos entre o início da década de 1930 e o final dos anos 1980 a partir de três dimensões: os processos eleitorais e a estrutura político-partidária, o respeito aos princípios constitucionais e a relação dos governos com a cidadania. Assim, identificam o grau de comprometimento dessas nações com os princípios liberal-democráticos a partir de diferentes momentos históricos (fim dos regimes oligárquicos, ascensão dos militares ao poder, governos civis). Mesmo com algumas afirmações complicadas – como asseverar que no subcontinente não houve disputas territoriais e étnico-culturais como em alguns países europeus – e não levar em consideração particularidades da região, o texto apresenta duas importantes reflexões. Primeiramente, ressaltam que o processo democrático latino-americano, mesmo não tendo sido homogêneo, apresentou a necessidade de estabelecer alianças entre os atores políticos para, assim, resguardar as garantias constitucionais. O segundo ponto refere-se ao fato de que, apesar de ter havido momentos autoritários que rompessem com a ordem democrática, o comportamento e os valores democráticos permaneceram e, conseqüentemente, foram se moldando.¹³ Em uma linha de análise semelhante, Aníbal Pérez-Liñán e Scott Mainwaring analisam as variáveis no desenvolvimento da democracia política na América Latina entre 1945 e 2005. Para isso, realizam uma discussão bibliográfica e examinam dados quantitativos sobre o avanço democrático na região. Apesar dos problemas existentes no texto, como as dificuldades de organizar melhor algumas afirmativas, a principal contribuição do artigo foi evidenciar que a manutenção ou a queda dos regimes liberal-democráticos corresponde ao comportamento dos líderes políticos, das agremiações políticas e de outros atores centrais no processo. O compromisso dos cidadãos – influenciados pelos padrões culturais – com os princípios democráticos e a conjuntura política regional determinaria a vigência ou a ruptura da democracia.¹⁴ Mesmo possuindo uma perspectiva conservadora, os autores apresentam um

¹² WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 121-124.

¹³ HARTLYN, Jonathan; VALENZUELA, Arturo. A democracia na América Latina após 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Estado e Política*. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 127-196.

¹⁴ PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; MAINWARING, Scott. La supervivencia de la democracia en América Latina (1945-2005). *América Latina Hoy*, 68, 2014, p. 139-168.

aspecto interessante: deslocam o foco das instituições e privilegiam a atuação cidadã na manutenção ou no rompimento do sistema liberal-democrático.

Nos parágrafos anteriores externamos, a partir da ótica de vários autores, a ideia de democracia política desde América Latina. Entre as décadas de 1980 e 1990, os problemas envolvendo os regimes autoritários entraram em pauta, sobretudo em virtude do final das ditaduras militares no Cone Sul. Dessa maneira, discutiremos as visões de democracia em dois autores: Guillermo O'Donnell e Francisco Weffort. Em artigos publicados ao final dos anos 1970, O'Donnell refletiu sobre a natureza dos governos autoritários, sobretudo as alianças que os sustentaram e os choques entre os representantes dessas alianças e o sistema estatal. Dentre os modelos de estrutura de poder, o autor evidencia o “Estado burocrático-autoritário”, organizado pela oligarquia, cujo objetivo consistia em reimplantar a “ordem” na sociedade através da eliminação da cidadania, das instituições democráticas e da normalização da economia. Assim, defendeu que uma transição política entre o “Estado burocrático-autoritário” e a democracia política ocorreria “desde cima” através de uma coalizão entre setores da sociedade civil e de dissidentes do antigo sistema.¹⁵ Ou seja, O'Donnell acredita que a abertura política permitiria que a cidadania e as instituições liberal-democráticas fossem reestabelecidas. No momento em que se estabeleciam os arranjos políticos e que se intensificava as ações dos movimentos sociais no processo de redemocratização no Brasil, Francisco Weffort refletiu sobre o significado de democracia naquele momento. Apresentando uma perspectiva diferente de O'Donnell, Weffort não se restringiu à ideia de democracia política, mas foi além, ao propor a formação de mecanismos que possibilitassem a plena participação popular nas instituições como uma forma de evitar a consolidação de um sistema autoritário.¹⁶ O elemento central da argumentação de Weffort é a construção de um modelo de governo organizado pelos e para os setores populares.

E como as ideias de democracia foram discutidas no Paraguai? Nos trabalhos a respeito dos princípios democráticos na América Latina mencionados, percebe-se a ausência da experiência paraguaia. A omissão do Paraguai nas obras acadêmicas sobre os países da região foi discutida por Lorena Soler, a qual destacou que as especificidades da ditadura de Alfredo Stroessner, a visão de que o país seria a “exceção latino-americana” e o interesse em se compreender aspectos pontuais de sua história foram os fatores dessa ausência.¹⁷ Em

¹⁵ O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: Autoritarismo e Democratização*. Tradução: Evelyn Kay Massaro; Nathan Giraldi. São Paulo: Vértice, 1986, p. 11- 39; 78-93.

¹⁶ WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

¹⁷ SOLER, Lorena. *Paraguay, la Larga Invención del Golpe: el stronismo y el orden político paraguayo*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012, p. 14-15.

virtude da gradual abertura política nos países do Cone Sul, os primeiros trabalhos escritos por paraguaios a respeito do regime cívico-militar de Stroessner começaram a ser publicados em meados da década de 1980. A maioria dessas obras buscou pensar o período da transição de uma sociedade autoritária para uma democrática a partir da atuação dos movimentos sociais, da reconfiguração política do período e da inserção de novos atores políticos. Assim, destacamos quatro livros publicados entre 1987 e 1994 que discutem o processo de democratização do país.

As duas primeiras obras discutidas foram publicadas, no Paraguai, nos últimos anos do regime de Stroessner. Em *La sociedad a pesar del Estado*, Benjamin Arditi e José Carlos Rodríguez destacam que, em uma sociedade marcada pela tradição autoritária, foi necessário buscar na experiência de organização dos movimentos sociais – entendidos como atores além do Estado e dos partidos políticos – os elementos necessários para configurar as expectativas em relação à democracia. Assim, analisaram como os movimentos de camponeses, estudantes e operários – mesmo inseridos em um ambiente marcado pela exclusão dos direitos civis, sociais e políticos por parte dos organismos estatais – resgataram seus valores passados de luta e de mobilização e os vincularam à questão democrática.¹⁸ Por sua vez, Juan Andrés Cardozo, em *El Estado autoritario*, interpretou as características do autoritarismo estatal no Paraguai e os mecanismos de preservação dessa ordem. Em contraposição, apresentou os valores e os princípios necessários para a construção de uma sociedade democrática. Para o autor, a história política e social do Paraguai pautou-se pelo contínuo processo de repressão e intolerância, pela limitação dos direitos fundamentais dos cidadãos e pela redução dos espaços de liberdade de expressão e de pensamento. Essa estrutura apenas seria rompida, segundo Cardozo, se houvesse a construção de um sistema pluralista com base em uma democracia participativa e aberta à sociedade. No entanto, afirmou que as discussões em relação a um projeto de democracia no país não passavam de retórica, o que dificultava o processo de democratização.¹⁹

Com a quartelada que depôs Stroessner em 1989²⁰ e o processo de transição política no país, os estudos referentes ao processo de democratização no país aumentaram. Dentre eles

¹⁸ ARDITI, Benjamin; RODRIGUEZ, José Carlos. *La sociedad a pesar del Estado: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987.

¹⁹ CARDOZO, Juan Andrés. *El Estado autoritario*. Asunción: Ediciones Ñanduti Vive, 1988.

²⁰ As crises do *Partido Colorado* se acentuaram ao longo da década de 1980, assim, a agremiação política se dividiu em duas principais alas: os “tradicionalistas”, contrários ao governo de Alfredo Stroessner, e os “militantes”, favoráveis à ordem das coisas. Somado aos fatores partidários, intensificou-se nesse período as contestações populares e as manifestações da sociedade civil. Ante essa situação, a estrutura política da ditadura foi perdendo força, ocasionando no golpe de Estado – orquestrado por grupos das Forças Armadas e do *Partido Colorado* – que depôs Stroessner em fevereiro de 1989.

ressaltamos dois. Oscar Paciello, em *Transición a la democracia*, discutiu conceitos importantes da teoria social, como igualdade e democracia. A respeito do primeiro elemento, assegurou que este era um dos princípios necessários para a convivência entre os cidadãos. Em relação ao segundo conceito, afirmou que a democracia foi forjada fora do Paraguai e que ganhou conotações diferentes a partir da perspectiva que o definia. Além disso, destacou que o sistema democrático representaria a soberania popular e manifestar-se-ia nas leis e nas instituições, como os partidos políticos – classificados como instrumentos para organizar as aspirações coletivas. A pluralidade de ideias e a participação popular eram preceitos fundamentais, segundo Paciello, para a eficácia desse sistema de governo. Em relação à transição no país, o autor sinalizou que o interesse popular em se ocupar dos negócios públicos derrubaria as estruturas oligárquicas, autoritárias e antidemocráticas. Ademais, recomendou que todos os cidadãos lutassem para afiançar o caminho da democracia no Paraguai.²¹ Em 1994, um encontro na *University of Maryland* reuniu pensadores que debateram as relações entre cultura e democratização no Paraguai. O encontro resultou na publicação do livro *Hacia una cultura para la democracia en Paraguay*, que reuniu os textos completos das conferências. Na apresentação da obra, Sául Sosnowski e Augusto Roa Bastos, em artigos diferentes, expõem a importância em se formar uma cultura democrática participativa e representativa, capaz de resolver os problemas sociais.²²

Observamos que o conceito de democracia – e, também, de liberdade e de igualdade – sofreu alterações conforme o espaço e o tempo. As percepções de Arturo Valenzuela, Jonathan Hartlyn, Aníbal Pérez-Liñán e Scott Mainwaring dialogaram com as contribuições de Robert Dahl. Em contrapartida, os trabalhos de Francisco Weffort e Oscar Paciello possuem elementos discutidos nas obras de Norberto Bobbio. Desse modo, os debates em torno da melhor forma de governo – representativa ou participativa, mais política ou mais social – ecoaram nas reflexões de pensadores latino-americanos e paraguaios preocupados com o processo de democratização na região.

2.2. O percurso democrático

Apresentadas as concepções gerais da ideia de democracia e o seu reflexo na literatura latino-americana e paraguaia, cabe-nos indagar como *La Tribuna*, durante os cinco anos em que esteve sob a administração de Oscar Paciello, externou sua percepção sobre os princípios

²¹ PACIELLO, Oscar. *Transición a la democracia*. Asunción: Ediciones Librería del Foro; Instituto de Desarrollo Democráticos y Republicanos, 1991.

²² BARREIRO, Line; ESCOBAR, Ticio; SOSNOWSKI, Saúl (org.). *Hacia una cultura para la democracia en Paraguay*. Asunción: Municipalidad de Asunción; University of Maryland and College Park; Centro de Documentación y Estudios, 1994.

democráticos. A partir de artigos e editoriais, o jornal defendeu a democracia e o seu robustecimento no país. No entanto, seu discurso político foi heterogêneo, uma vez que seus colaboradores emitiram perspectivas diferentes das apresentadas pelos editorialistas. Em todo caso, essa postura ajudou a construir a imagem de uma empresa que respeitava a pluralidade das opiniões e que se comprometia com a imparcialidade. Dessa forma, pretendemos evidenciar as discussões dos responsáveis pelo diário a respeito dos diferentes modelos de democracia, a relação dos preceitos democráticos com determinados princípios (liberdade, igualdade) e instituições (partidos políticos, imprensa), a expectativa para o processo de democratização do país e as ausências existentes em seu discurso político. A postura do diário dialogou com as linguagens políticas internas e externas. Esse período foi marcado pelo fim do regime militar na Argentina, pela gradual transição no Brasil e pela tímida abertura política paraguaia, que se iniciou por volta de 1977 e foi abortada em virtude da intensificação das atividades repressoras dos aparelhos estatais diante do atentado a Anastásio Somoza.

Em *La Tribuna*, o funcionário que mais debateu a respeito da democracia foi Juan Andrés Cardozo, que apresentou em seus escritos as preocupações com o processo democrático na América Latina, a expectativa de novos horizontes e uma forma alternativa de pensar esse modelo de governo na região. Ao comparar o sistema democrático com o totalitarismo, o colunista apresentou sua perspectiva de democracia: a “(...) democracia formal está fundada na ideologia liberal e seu sistema político opera com base nas representações”.²³ Assim, ressaltou que a participação popular na gestão do governo era limitada, mas asseguraria a eleição de seus representantes por meio do sufrágio. Para refletir acerca da democracia, Cardozo utilizou o mesmo método de teóricos políticos – como Giovanni Sartori e Norberto Bobbio – que consiste em compreender um conceito a partir da definição de seu contrário, assim, individualizando sua especificidade.²⁴ Dessa maneira, ao comparar o sistema totalitário com o democrático – pois acreditava que um era a antítese do outro – o jornalista ressaltou a importância da liberal-democracia em distinção ao pensamento totalitário.²⁵ Apesar disso, apontou alguns problemas na democracia política, como a ineficiência dos estados democráticos em garantir condições justas aos cidadãos, o interesse pela máquina

²³ CARDOZO, Juan Andrés. Democracia y totalitarismo. *La Tribuna*, Asunción, 23 abr. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

²⁴ Cf. BOBBIO, op. cit., 1987, p. 135; SARTORI, op.cit., Volumen 1, p. 225.

²⁵ Juan Andrés Cardozo e *La Tribuna* entendiam o “totalitarismo” a partir da interpretação de Hannah Arendt, a qual realçou que esse sistema de governo havia se expressado na experiência nazista e stalinista. Dessa forma, Cardozo e o diário paraguaio classificavam o ideário comunista como uma prática totalitária, em virtude da mentalidade anticomunista, e acreditavam que a democracia era o oposto do totalitarismo. A respeito das discussões de Arendt a respeito do “totalitarismo”, Cf. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 415-640.

eleitoral em detrimento aos assuntos nacionais e os grupos de poder que optam pela corrupção e pela arbitrariedade. As críticas de Cardozo à liberal-democracia ressaltam a sua preocupação com a manutenção da igualdade, elemento central do ideário democrático. De acordo com os cientistas sociais, citados anteriormente, a igualdade garante que os indivíduos tenham os mesmos direitos e que todos os cidadãos possam participar do sufrágio universal. Ora, ao apontar a existência de indivíduos que se utilizavam de privilégios econômico e político, ao afiançar que a participação democrática se limitava ao voto e que os direitos sociais não eram assegurados à população, o colunista de *La Tribuna* ressaltou que esse modelo de governo possuía fragilidades e, apesar dos percalços, seria possível melhorá-lo. Portanto, há em seu discurso a expectativa de uma democracia que atendesse uma justiça social plena e que ampliasse a participação popular para além do voto. Nesse sentido, defendeu o estabelecimento de uma democracia participativa conduzida a partir da autogestão política dos cidadãos, da liberdade política e do pluralismo de ideias.²⁶

Ainda sobre o tema, Juan A. Cardozo acredita que o sistema democrático era a coincidência da vontade individual com os interesses do povo, que detinha o poder soberano. Em relação ao Paraguai, o colunista ressaltou que grande parte da população desejava viver em uma democracia. Dessa maneira, mesmo que a situação da época não facilitava o diálogo, havia o consenso de que os cidadãos identificavam os princípios democráticos com os valores de liberdade e de justiça social. No entanto, Cardozo apontou para a resignificação do conceito de democracia, já que diversos setores sociais – incluindo organizações camponesas e sindicais – passaram a reivindicar seu direito de participação. Assim, a atuação política não estaria restrita aos partidos políticos, mas havia se estendido para outros atores. Nesse novo cenário, a consciência política dos setores populares exigiria a conduta ética dos agentes públicos. Em suma, defendeu um modelo de governo que considerasse as aspirações do povo e que garantisse sua participação.²⁷

Para Cardozo, o país não vivia em uma democracia, contradizendo a linguagem política da ditadura cívico-militar de Stroessner. Contudo, acreditava que o desejo pelo ideal democrático – identificado com os princípios de liberdade e com as instituições responsáveis e representativas – era compartilhado pela população paraguaia, apesar de não haver condições necessárias para o avanço de um diálogo na sociedade. Em relação a esse aspecto, destacamos anteriormente que o regime havia criado mecanismos político-jurídicos que

²⁶ CARDOZO, Juan Andrés. Opción por la sociedad abierta y democrática. *La Tribuna*, Asunción, 01 jul. 1981. Opinión, p. A4.

²⁷ CARDOZO, Juan Andrés. Exigencia de la democracia. *La Tribuna*, Asunción, 21 fev. 1979. Opinión, p. 10.

impediam tanto as críticas governamentais, quanto a criação de movimentos sociais que contestassem a ordem vigente das coisas. Entretanto, muitos grupos se opuseram ao autoritarismo estatal e reivindicaram os preceitos democráticos e de liberdade. Dessa maneira, foi em virtude da experiência dessas organizações sociais que Cardozo ressaltou que, mesmo diante um espaço público controlado pelos aparelhos repressores do Estado, a sociedade paraguaia se identificava com os valores democráticos e de justiça social.

Ao ressaltar que a “democracia autêntica” era aquela que conciliava os interesses individuais com a vontade do povo, com o intuito de assegurar a soberania popular e o bem-estar geral, Cardozo apontou que a visão tradicional desse processo seria insuficiente, pois concebia uma “homogeneidade social” institucionalizada apenas nos mecanismos político-jurídicos. Ou seja, a garantia aos princípios democráticos existiria apenas nos textos constitucionais e não refletiria na realidade do país. Dessa forma, haveria que se pensar em um outro modelo de governo que não dependesse dos poderes comprometidos pelos vícios políticos (corrupção, prebendas). Assim, o aflorar dos movimentos sociais (campesinato, sindicalismo) havia alterado esse processo, pois as estruturas tradicionais deveriam se adequar para atender as demandas desses grupos. Dessa forma, o colunista acreditava que uma vez que as organizações fossem se aprimorando, os vícios políticos estariam – gradativamente – superados e a presença de novos agentes públicos idôneos e capacitados seriam solicitados. Portanto, avançaria o pluralismo político e se reduziria o antigo domínio de um “poder universalista”. Ampliando esse “espectro político”, o povo se conscientizaria politicamente e exigiria uma conduta ética das autoridades. Mesclando expectativa com realidade, Cardozo traçou os caminhos para o pleno exercício democrático no país. Ademais, para ele muitos elementos que culminariam em uma efetiva transição democrática no país não seguiriam as características clássicas da liberal-democracia, mas seriam readaptados às especificidades do Paraguai, com a incorporação de critérios sociais.

A respeito desse aspecto, Juan A. Cardozo refletiu sobre os princípios democráticos na América Latina. Para ele, em vários momentos o exercício da democracia representativa na região havia sido prejudicado ou utilizado para a instalação de governos ditatoriais. Assim, o preceito de democracia havia sido concebido para a realidade da Europa Ocidental, sobretudo para uma população que participava da vida política de seus países e para representantes que levavam ao Congresso o desejo real de seus representados. Entretanto, ao ser implementado na América, esse modelo de governo não pôde atender as expectativas estabelecidas pelos atores locais. Além dessas afirmações, Cardozo ressaltou que a “(...) democracia de alcances restringidos põe mais ênfase na liberdade individual antes que na social ou grupal; promete-se

a liberdade pessoal, mas se obstaculiza a realização coletiva”.²⁸ Dessa maneira, o colunista alertou que a “verdadeira democracia” seria o sistema de governo que surgisse do povo e para o povo. Como exemplo desse sistema na região, o autor apontou que:

Os governos militares, que ascenderam por meio de golpes de Estado ao poder, têm tentado às vezes e o estão anunciando agora, que haverá “um retorno ao sistema democrático, mas com limitações”. Pretende-se uma democracia mais formal que real, reabrem-se os Congressos, permite-se atividade de alguns partidos políticos (não todos), o povo pode votar para certos cargos públicos (não todos nem os principais) ou se estabelece algum sistema de eleição “indireta”, como se todo o povo fosse ignorante e só alguns privilegiados pudessem decidir, com capacidade, as questões de interesse nacional. Por isso, estes sistemas supostamente democráticos são mais representativos que participativos; também é uma modalidade mais política que econômica (...).²⁹

Em seu discurso político, Cardozo apresentou os problemas e os desafios em torno da prática da democracia representativa na América Latina. Para o colunista, a aplicação da democracia representativa teria dado margem para a instalação de regimes autoritários, contrários – inicialmente – aos princípios democráticos. Por conta do contexto endógeno, tais governos – que haviam ascendido o poder através de golpes de Estado – comprometeram-se em assegurar o retorno dos princípios democráticos, mas com limitações. Ou seja, manter-se-iam as atividades no Congresso e no Judiciário, mas limitar-se-iam os direitos e as instituições. Por ser pensada no contexto sociopolítico e cultural europeu, a introdução desse sistema de governo na América Latina proporcionava uma democracia mais figurativa do que real, com mais ênfase na liberdade individual do que na coletiva. Dessa maneira, o colunista defendeu os princípios da democracia participativa que priorizasse as liberdades coletivas e os elementos econômicos, assegurando a soberania popular.

Além disso, Cardozo dialogou com o processo de abertura política em alguns países da região – especificamente na Bolívia, no Brasil e no Equador – para enfatizar suas críticas ao modelo democrático. A transição política boliviana iniciou-se em novembro de 1977, quando a ditadura de Hugo Bánzer Suarez (1971-1979) anunciou eleições para o ano seguinte, pressionada pelos oficiais militares profissionais e constitucionalistas. No caso equatoriano, o Conselho Supremo de Governo (1976-1979), formado por membros das Forças Armadas, criou – entre 1977 e 1978 – medidas político-constitucionais (estatutos eleitoral e partidário) com o intuito de democratizar o país. A transição política brasileira iniciou-se na ditadura de Ernesto Geisel (1974-1979), cujo projeto de abertura política gradual visava acabar com o descontentamento popular e as reivindicações sociais. Nos três casos, além de fatores

²⁸ Democracia restringida. *La Tribuna*, Asunción, 09 jan. 1979. Política, p. 02 (tradução nossa).

²⁹ Idem.

internos, houve pressões externas para que o poder fosse paulatinamente transferido do domínio dos militares para os civis através das eleições. Entretanto, Cardozo observou esse processo como duvidoso, pois havia a ideia de limitar as garantias civis, políticas e sociais e, também, as instituições.

Posteriormente, questões envolvendo Bolívia e Equador foram discutidas por Cardozo. Em maio de 1979, a população equatoriana elegeu Jaime Roldós como presidente, após oito anos de o país ter sua normalidade institucional interrompida. Ao destacar o retorno do processo democrático no Equador, o colunista ressaltou que esse evento havia sido fruto da vontade dos povos latino-americanos.³⁰ Cinco meses depois, a Bolívia vivenciou uma nova sublevação militar. A esse respeito, Cardozo destacou que o episódio havia exposto a fragilidade da democracia na região e sua aguda instabilidade e classificou os grupos que afetavam contra a ordem democrática como “inimigos do povo”.³¹ A partir desses exemplos percebemos a enfática defesa, por parte do colunista, da soberania popular. Ainda sobre o tema, Cardozo destacou que:

No fluxo dos acontecimentos latino-americanos, a democracia tem vivido as vicissitudes de predomínio e decadência. O caráter da instabilidade tem sido sua constante. (...). Só em contadas nações, como Venezuela (...) o influxo de seu esquema de governo encontra o apoio dos diversos setores do poder social. Em contrapartida, na maioria dos países do continente a tendência em obscurecê-la e desanimá-la cobra inusitado impulso.³²

Ao comentar as experiências positivas – caso da Venezuela, que havia eleito Luís Herrera Campíns – e as negativas da democracia na região, Cardozo questionou os motivos do “estado de crise” na democracia latino-americana. Em uma primeira leitura, as lutas ideológicas poderiam ser a causa. Entretanto, o colunista destacou que a questão havia ido além desse fator, pois a ideologia seria apenas o “estalo de forças” que atuavam no poder econômico e social. Em essência, o problema estaria na falta de prática do ideal democrático e na ausência de uma ordem que consagrasse a liberdade e a participação dos cidadãos na “gestão política, econômica e cultural”. Dessa forma, a América Latina não poderia atingir uma etapa de desenvolvimento equilibrado fora da democracia.³³ Ao ressaltar que os problemas conjunturais da democracia política latino-americana não estariam ligados aos conflitos ideológicos da Guerra Fria, Cardozo questionou as linguagens políticas dos regimes

³⁰ CARDOZO, Juan Andrés. Roldos y el regreso a la democracia. *La Tribuna*, Asunción, 10 mai. 1979. Opinión, p. 10.

³¹ CARDOZO, Juan Andrés. Responsabilidad ante la frágil democracia. *La Tribuna*, Asunción, 17 out. 1979. Opinión, p. 10.

³² CARDOZO, Juan Andrés. Con su flujo ascendente y decadente la democracia es posible. *La Tribuna*, Asunción, 06 dez. 1978. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

³³ Idem.

autoritários da região, que justificavam a realização de ações arbitrárias como instrumento para conter o avanço do comunismo e salvaguardar as instituições democráticas. Para ele, o motivo da crise do modelo democrático dos países latino-americanos era decorrente dos elementos autoritários que caracterizavam os governos da região. Entretanto, nesse aspecto, Cardozo não apenas se dirigiu às autoridades, mas aos setores populares, aos grupos intelectualizados e à sociedade civil. A inação coletiva não contribuiria, segundo o colunista, para a implementação de um sistema político que resguardasse os direitos de todos e auxiliasse no desenvolvimento político, cultural e socioeconômico dos países da região. Por esse motivo, era preciso uma mobilização popular que estimulasse a introdução de um sistema democrático de fato.

O tema da democracia na região não ficou circunscrito aos artigos de Cardozo. Um dos colaboradores de *La Tribuna*, o filósofo Fernando Tellechea Yampey, também refletiu sobre o assunto. Para ele, na América Latina havia regimes tidos como democráticos que apresentavam “(...) uma deformação ou uma caricatura do que deveria ser um autêntico governo do povo”.³⁴ Além disso, defendeu que em uma autêntica democracia “(...) o poder econômico deveria estar nas mãos do povo, ou seja, deveria estar equitativamente repartido entre todos os membros da sociedade”.³⁵ Tellechea Yampey asseverou que nunca houve na América Latina um regime democrático *stricto sensu*, já que estes não passavam da má reprodução de um “legítimo governo do povo”. Apesar de ressaltar o perigo que significaria para a oligarquia a ascensão de um sistema inteiramente democrático, o filósofo destacou que a transição para uma ordem social equitativa deveria ser realizada. Novamente, percebemos a defesa da soberania popular em detrimento a um “modelo deformado”, que deveria ter suas bases alteradas. Ao compararmos o discurso político de Cardozo e Tellechea Yampey fica notório o exercício de ambos em pensar um modelo de democracia a partir das particularidades do Paraguai – e, também, da América Latina – e da conciliação entre a esfera liberal-democrática e elementos da democracia social. Ou seja, o elemento norteador na postura de ambos é a valorização da igualdade socioeconômica e o incentivo de uma maior participação cidadã no sistema democrático. Há, portanto, um diálogo entre a postura de ambos e as discussões de intelectuais e políticos que apontavam a importância da democracia participativa. Sobre a influência de linguagens de políticos, muitas ideias dos colunistas de *La*

³⁴ TELLECHEA YAMPEY, Fernando. El ideal de la democracia. *La Tribuna*, Asunción, 21 mai. 1981. Opinión, p. A4 (tradução nossa).

³⁵ Idem.

Tribuna dialogaram com as posturas de democrata-cristãos venezuelanos, como Aristides Calvani, Eduardo Fernández, Enrique Pérez Olivares e Luis Herrera Campíns.

Retornando às discussões realizadas por Juan A. Cardozo a respeito dos princípios democráticos, as ideias do colunista ficam mais claras quando evidenciadas em um caso concreto. Em maio de 1979, moradores de Fernando de la Mora foram impedidos pelas autoridades de se reunirem em uma assembleia que discutia problemas locais. A respeito do episódio, Cardozo se posicionou, ao afirmar que no país havia:

(...) uma tradição muito antiga de buscar obstáculos à democracia. De utilizar inclusive sua “defesa” para aniquilar sua possibilidade de vigência no país. Seguramente temos um rico histórico na fabricação de “subversivos” para deter algum tímido processo de abertura. Os mesmos regimes de fato demonstraram sempre grande habilidade para reprimir os partidários da democracia em nome dela. É possível que atualmente as falácias de representar os perigos irreais pelos verdadeiros já não enganem a ninguém, ou somente convencem a quem se interessa por anular toda viabilidade democrática. Mas a cidadania em geral desperta a ter consciência da importância de seus direitos cívicos e de que o poder, para ser autêntico, reside em sua soberania. A maturação de uma vontade democrática já começa a emergir não só nos setores dirigentes, nem em alguns meios de comunicação social, senão também em alguns setores genuinamente populares.³⁶

O colunista classificou a conjuntura como “despertar democrático” e ressaltou que havia a necessidade de uma atitude das autoridades nacionais para impulsionar esse processo. Assim, apontou que a responsabilidade com os princípios democráticos não significava alertar os aparelhos repressivos para “descobrir eventuais inimigos”, mas incentivar as estruturas necessárias para afiançar esse ideário, como o respeito aos direitos humanos. Por esse motivo, alertou que as experiências do passado haviam servido “(...) para confiarmos que (...) o alarmismo desaforado e as denúncias interessadas só contribuíram (...) a destruir toda tentativa de concórdia nacional”.³⁷

Cardozo caracterizou a democracia como um sistema moldado a partir da experiência dos cidadãos, que teriam o direito de se organizar, por meio de normas estabelecidas na relação governado-governante, e afirmou que no Paraguai havia uma antiga prática dos grupos que detinham o poder de impedir o avanço democrático. Dessa forma, os grupos políticos apropriavam-se do conceito de democracia para enfraquecer a abertura política no país e utilizavam a estratégia de fabricar “subversivos” para legitimar suas ações arbitrárias em “defesa” dos princípios democráticos. Apesar dessa conjuntura, o autor ressaltou que a sociedade havia “despertado” por meio da conscientização de seus direitos cívicos e de sua

³⁶ CARDOZO, Juan Andrés. Responsabilidad democrática. *La Tribuna*, Asunción, 23 mai. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

³⁷ Idem.

soberania. Esse movimento questionava as “falácias” das autoridades e não estaria restrito aos grupos “intelectualizados”, estendendo-se aos setores populares. A consolidação desse processo dependeria das articulações da população e do fato de o governo reconhecer a sua função de resguardar os direitos dos cidadãos e de garantir condições para a realização de suas manifestações. Ao final, destacou que as experiências – juntamente com o sentimento de nacionalidade – deveriam estimular a introdução da democracia no país e a superação da “intolerância” e da “hipocrisia”. Há na concepção de Cardozo uma clara crítica à ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner. Primeiramente, o autor questionou a linguagem política do regime, a qual assegurava a existência de uma democracia no país, e denunciou o *modus operandi* dos agentes nacionais para refrear as contestações ao governo. Assim, atendiam a necessidade de demonstrar – nacional e internacionalmente – que o Poder Executivo assegurava as liberdades e os princípios democráticos, mas, ao mesmo tempo, impediam a abertura política do país. Além disso, o colunista evidenciou a efervescência de movimentos que reivindicavam a democratização no país e o respeito às liberdades a partir da conscientização popular.

As afirmações de Cardozo são importantes, pois questionam algumas análises sobre a ditadura. A respeito dessa questão, uma parcela da literatura sobre o regime de Stroessner, publicada após a quartelada de 1989, considera que as contestações populares ou a reivindicação pela democratização do país ocorreram no início da década de 1980, motivadas pela crise econômica. Para tais autores, a conscientização da população paraguaia ocorreu em virtude de fatores econômicos. Outras obras destacam que a conscientização pública havia se dado pelo medo social ou pela luta de eclesiásticos católicos.³⁸ Diferentemente desses trabalhos, Cardozo ressalta que a conscientização dos setores populares foi alcançada através da experiência de uma longa tradição autoritária no país. Essa perspectiva coincide com a afirmação de Giovanni Sartori: “(...) a expressão democracia é porta-voz de experiências históricas cujo significado se fixa através de um processo de prova e erro (...)”.³⁹ Pelo fato de esse sistema de governo ter sido reconstruído constantemente, a experiência democrática não se pautou apenas nos casos em que houve o pleno respeito aos seus princípios, mas também em momentos de ausência dessas práticas.

³⁸ Sobre trabalhos que apontam a importância de fatores econômicos no processo de mobilização dos paraguaios na década de 1980, Cf. MASI, op. cit., 1989; SOLER, op. cit., 2012. A respeito da conscientização popular por meio do medo ou da Igreja Católica destacamos, respectivamente, Cf. ROA BASTOS, Augusto. Prólogo de la 1ª edición. El terror escrito por él mismo. In: BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner*. Asunción: Servilibro, 2006, p. 25-32; CÁRTER, Miguel. *El papel de la Iglesia en la caída de Stroessner*. Asunción: RP, 1991.

³⁹ SARTORI, op. cit., Volumen 2, p. 330 (tradução nossa).

A partir da análise dos artigos anteriores, delineamos o posicionamento de Juan Andrés Cardozo frente à democracia. Cabe-nos agora questionar se *La Tribuna* também endossava os mesmos preceitos. Se por um lado, Cardozo defendia elementos da democracia social e participativa, como suas ideias relacionavam-se com a posição do jornal? Apesar de destacar a importância da soberania popular no processo democrático, o jornal apoiava o sistema de democracia representativa. Mesmo com a existência das diferenças quanto ao enfoque do sistema de governo – mais social do que político ou vice-versa – não houve um embate direto entre a empresa jornalística e seus colaboradores. A postura do diário tornou-se clara no debate que realizou a respeito da importância dos partidos políticos no sistema democrático. Em meio às discussões da mudança na legislação eleitoral, ocorridas entre 1979 e 1981, o jornal reafirmou seu compromisso com a democracia representativa e a liberdade política. Além disso, realçou a importância de a população conhecer o pensamento de seus representantes. Para isso, caberia ao cidadão o dever de pesquisar o pensamento dos candidatos em uma eleição e, uma das maneiras para isso, seria o conhecimento de sua agremiação política – instituição formada por indivíduos com uma ideologia em comum e que servia de canal entre as autoridades públicas e a população. Tais associações, segundo o diário, constituiriam em organismos que possibilitavam a participação da cidadania nos assuntos públicos e conformariam “(...) correntes de opinião e as canalizam pelos procedimentos constitucionais buscando sua vigência com foco no bem-estar coletivo”.⁴⁰ Dessa forma, os partidos políticos seriam um instrumento essencial para a conformação da democracia, entendida como um princípio que reconhecia a “(...) existência de ideias diferentes (...)”,⁴¹ e “(...) o diálogo construtivo que permite alcançar o consenso (...)”.⁴² Contudo, *La Tribuna* apontou que havia indivíduos que desconheciam a legitimidade das agremiações políticas. Estes eram “(...) os inimigos da democracia, contra a qual se erguem por igual os totalitários que não admitem outra ideia que a própria, ou os sem-vergonhas que veem no primado das autocracias a ocasião para faturar às custas dos interesses gerais”.⁴³

Além do tom aguerrido, o discurso político do jornal apresentava alguns elementos que formavam o seu ideário. Primeiramente, o veículo entendia a democracia como um modelo de governo que garantia a liberdade política e a igualdade entre os cidadãos, a harmonia social, o bem-estar coletivo e o direito a manifestações sobre os assuntos públicos.

⁴⁰ Editorial: Necesidad de los partidos políticos. *La Tribuna*, Asunción, 05 mar. 1981. Opinión, p. 04 (tradução nossa).

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

Pois bem, dentro desse sistema a participação viria através da escolha de representantes, configurando a democracia representativa moderna – ou, segundo Robert Dahl, a “democracia poliarquica”. Nesse modelo, a população deveria conhecer o pensamento de seus representantes e, uma das maneiras para isso, seria a compreensão de sua agremiação política. Sendo assim, o diário considerava esse organismo como um elemento importante para o funcionamento da democracia. Por esse motivo, contrastou os indivíduos contrários aos partidos políticos. Fica o questionamento: a quem se direcionava a crítica de *La Tribuna*? Observamos anteriormente que Cardozo e Tellechea Yampey haviam questionado os elementos liberal-democráticos, criticando a ação prática das agremiações políticas, além de terem proposto um modelo de democracia que enfatizasse os aspectos sociais. Desse modo, existia uma divergência entre a empresa jornalística e seus colaboradores em relação a dois aspectos. O primeiro referiu-se ao debate entre os defensores da democracia social e participativa e dos da democracia representativa. Apesar das diferenças entre os enfoques, um discurso não eliminava o outro. Em outras palavras, acreditamos que as distintas concepções – tanto dos colunistas, quanto dos responsáveis pelo diário – desse modelo de governo afiançariam a construção de uma democracia plena. Nesse aspecto, os dois discursos políticos resguardaram a importância da soberania popular como um elemento central nesse sistema de governo. O segundo aspecto relacionou-se às expectativas projetadas nas diferentes visões. Enquanto *La Tribuna* acreditava que a democratização teria como eixo norteador o robustecimento das instituições, seus colunistas defendiam que o porvir democrático deveria ser estruturado a partir das ações populares, consideradas como a força legítima dessa forma de governo.

Entretanto, se não houve um enfrentamento direto entre *La Tribuna* e seus colaboradores, a quem o diário destinou seus ataques? Como ressaltamos no primeiro capítulo, apesar de ter existido uma relação amistosa com seu concorrente *ABC Color*, os dois veículos se enfrentaram diversas vezes. Em editorial, *La Tribuna* afirmou que há muito tempo advertia sobre a campanha desabonadora de *ABC Color* em relação aos partidos políticos e informou que seu colega havia assegurado, por muitas vezes, que as agremiações não contribuíam para a manutenção dos princípios democráticos no país e que a preocupação dos políticos estaria no sistema de votos. Para *ABC Color*, a vigência irrestrita dos direitos humanos era o fator que dinamizaria a democracia. A respeito do assunto, respondeu seu colega:

Para nós, entretanto, com suas luzes e suas sombras, nada garante melhor a pacífica convivência cidadã que a vigência e ação permanente dos partidos políticos. Eles são os que possibilitam esse direito inalienável dos cidadãos de participar, não somente

através do voto, senão mediante a prédica doutrinária constante e a ação social solidária e fraternal, na exaltação das grandes decisões que fazem o destino da nação. Ainda que muitas vezes enterrado, o clamor popular, através de seus órgãos naturais, os partidos políticos, sempre estará vigente na hora das grandes decisões. E sobretudo, para os autênticos democratas, a ação decidida do povo, através dos partidos políticos, constitui a única dissuasiva eficaz contra pretensões de oportunistas e interessados que sonham em criar o poder às suas costas.⁴⁴

Concentrar-nos-emos em um aspecto relevante no discurso político de *La Tribuna*: a importância dos partidos políticos em um regime democrático. Na bibliografia acerca do assunto, uma das obras mais significativa é a de Giovanni Sartori, *Partidos y sistemas de partidos*, publicada originalmente em 1976. Nesse trabalho, Sartori destacou que as agremiações políticas são instrumentos que teriam como objetivo representar as exigências dos setores populares ante às autoridades nacionais.⁴⁵ Remetendo ao caso paraguaio, a questão foi discutida por dois ideólogos do *coloradismo*:⁴⁶ Bacon Duarte Prado e Luís M. Argaña. Para o primeiro, os partidos políticos eram nucleações de cidadãos com semelhantes perspectivas, cujo objetivo consistia na captação do poder para o governo da sociedade política ou no controle dos atos governamentais. Assim, deveriam traçar programas, organizar metas e definir doutrinas.⁴⁷ Já para o segundo autor, o sistema de agremiações políticas seria uma forma de canalizar as diferentes opiniões de um pluralismo ideológico, sendo um instrumento necessário em uma democracia representativa. Nascidos através das interpretações de tensões, emoções e pressões de uma sociedade, os partidos políticos se comprometeriam a atender a vontade popular e dinamizar a vida social.⁴⁸ Os representantes de *La Tribuna* acreditavam que as agremiações políticas tinham a função de conciliar diferentes correntes de opiniões, canalizando-as a partir dos preceitos constitucionais, com o objetivo de atender ao bem-estar da sociedade. Assim, deveriam mobilizar e conscientizar a população, manifestando – dessa maneira – seu compromisso com os princípios representativos.

A respeito das discussões entre os dois diários, identificamos uma forma de *La Tribuna* se afirmar politicamente na opinião pública. O fato de *ABC Color* ter sido o principal jornal da época é um indicativo da estratégia de outros veículos, inclusive *La Tribuna*, em atacá-lo. Outra leitura que se faz a partir desse debate público é o “melhor modelo” de

⁴⁴ Editorial: Democracia y partidos políticos. *La Tribuna*, Asunción, 10 mai. 1981. Opinión/Cultura, p. A4 (tradução nossa).

⁴⁵ SARTORI, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos. Marco para un análisis*. Traducción: Fernando Santos Fontenla. Madri: Alianza Editorial, 2012, p. 60-67.

⁴⁶ Classificamos como “ideólogos do *coloradismo*” políticos e pensadores membros do *Partido Colorado* que publicaram trabalhos a respeito do sistema político do país a partir de uma perspectiva sectária.

⁴⁷ DUARTE PRADO, Bacon. *Fundamentos doctrinarios del coloradismo*. Asunción: El Arte S.A., 1959, p. 27-36.

⁴⁸ ARGAÑA, Luis María. *Historia de las ideas políticas del Paraguay*. Asunción: Instituto Colorado de Cultura, 1979, p. 21-32.

democracia. Enquanto um diário enfatizava mais a soberania popular e a democracia participativa, o outro defendia a manutenção das instituições e a vigência da democracia representativa. O discurso político do jornal de Oscar Paciello não apenas é moldado pelas críticas ao concorrente, mas a partir do diálogo com outras linguagens políticas, sobretudo com os ideólogos do *coloradismo*. Dessa forma, *La Tribuna* acreditava que o grupo político envolvendo os responsáveis pelo *ABC Color* – classificado como “plutocrata” – incomodava-se com a democracia representativa, uma vez que temia o resultado da escolha popular e, também, o sistema político-partidário. Assim, qualquer crítico às perspectivas políticas *coloradas* era visto como um “herege da democracia”, um “totalitário” ou um “plutocrata”. Por último, era necessário que *La Tribuna* se manifestasse ante à opinião pública no período em que se discutia a possibilidade de mudanças políticas, com o intuito de construir a imagem de um veículo responsável com os valores democráticos.

Esse último aspecto destaca um elemento muito debatido por *La Tribuna*: a relação existente entre a imprensa e a democracia. Anthony Mughan e Richard Gunther definem os meios de comunicação como o principal instrumento de ligação entre os cidadãos e seus representantes e como um elemento que garantia à população informações, diferentes opiniões e um espaço para que pudesse contestar publicamente o governo e as autoridades nacionais. Com isso, os princípios democráticos seriam fortalecidos. No entanto, para que isso ocorresse, haveria que garantir a liberdade de expressão.⁴⁹ Com uma perspectiva semelhante, Luiz Gonzaga Motta ressalta que a imprensa seria um mecanismo institucionalizado como expressão dos anseios populares, sendo sua função garantir o pleno exercício da democracia e vigiar os abusos dos governos autoritários.⁵⁰ Tomando as conexões entre os veículos de comunicação e o sistema democrático, C. Edwin Baker aponta a importância da imprensa em modelos de democracia, como a elitista, a liberal-pluralista e a republicana. Em uma abordagem elitista, a democracia é caracterizada como um sistema pautado nos processos eleitorais – que deveriam ocorrer frequentemente – e na renovação dos governantes, como uma forma de prevenir ou limitar a ocorrência de “regimes tiranos”. Esse sistema de governo necessitaria de uma imprensa livre e independente que evidenciasse – através de informações “objetivas” e com uma postura “neutra” – as ações das autoridades nacionais como uma forma de combater as práticas corruptas. Apesar de sua autonomia frente aos interesses

⁴⁹ MUGHAN, Anthony; GUNTHER, Richard. The Media in Democratic and Nondemocratic Regimes: A Multilevel Perspective. In: _____ (ed.). *Democracy and the Media: A Comparative Perspective* (Communication, Society and Politics). Cambridge: Cambridge University Press. 2000, p. 01-27.

⁵⁰ MOTTA, Luiz Gonzaga. Apresentação. In: _____ (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 13-14.

governamentais, essa forma de regime não deveria questionar a legitimidade da ordem constitucional e do sistema democrático, no caso de as elites serem sérias e competentes. O segundo modelo descrito por Baker parte da ideia de que o povo possui o direito de se autogovernar. Dentro dessa abordagem, a mobilização da população buscaria proteger os direitos e criar uma estrutura de barganhas entre grupos que deveria delinear as instituições. Nesse sentido, a função da imprensa era auxiliar no fornecimento de informações que indicassem os interesses de indivíduos e grupos e, também, organizar o povo. Por último, a democracia republicana preocupa-se com o “bem comum” e observa a política como uma questão de melhor argumento. Os meios impressos, nesse modelo de governo, deveriam priorizar uma narrativa reflexiva, objetiva e inclusiva.⁵¹

Determinados elementos traçados pelos autores caracterizam a postura de *La Tribuna* frente ao debate sobre a importância dos meios de comunicação no sistema democrático. Nos cinco anos de existência, o jornal defendeu o papel político dos meios impressos e a sua importância para o robustecimento da democracia. Ao dar as boas-vindas ao seu público-leitor, em novembro de 1978, o diário argumentou que:

LA TRIBUNA, tão “consustanciada” com a tarefa cultural do país, não podia desaparecer sem mais. (...). No Paraguai contemporâneo se dão novas situações que, em nosso entender, requerem um devido esclarecimento, imparcial apreciação e uma consciência crítica que contribua a criação de uma opinião pública radicalmente comprometida com a grandeza da Pátria.⁵²

Em virtude da mudança administrativa do diário, era necessário que seus responsáveis enfatizassem o compromisso da empresa em retornar à sua posição na “arena jornalística” com o propósito de ser um instrumento crítico que contribuísse para a geração de uma opinião pública comprometida com os interesses nacionais. Assim, *La Tribuna* se colocou como um veículo que orientaria a sociedade paraguaia a partir de sua conscientização, atuando como o promotor de uma vanguarda política que politizaria a população no período em que setores da sociedade civil e agremiações políticas intensificaram suas críticas ao regime cívico-militar de Alfredo Stroessner. Além disso, o diário buscou se afirmar na opinião pública nacional em um momento de efervescência de novas mídias, do protagonismo de *ABC Color* no mercado jornalístico paraguaio e das discussões sobre a abertura política no país. Em outro momento, *La Tribuna* ressaltou o valor da informação e a sua função na imprensa escrita:

E no tecido social, a informação cumpre um papel fundamental. (...). Exige-se dos meios de comunicação um conteúdo realmente importante. Na medida em que este conteúdo seja ocupado com honra, lealdade e responsabilidade se terá preenchida as

⁵¹ BAKER, C. Edwin. Different Democracies and Their Media. In: _____. *Media, markets and democracy*. West Nyack: Cambridge University Press, 2001, p. 129-153.

⁵² Editorial: Nuestra reaparición. *La Tribuna*, Asunción, 19 nov. 1978. Editorial, p. 16 (tradução nossa).

expectativas de bem público. (...). Compreendemos nossa missão e na medida de nossas forças, trataremos de cumprir garbosamente com nosso compromisso.⁵³

Para o diário, a grande imprensa teria a função de informar o cidadão, com o intuito de orientá-lo, conscientizá-lo a respeito de aspectos conjunturais. Além disso, entendia que o papel dos meios de comunicação na democracia representativa possuía “relevância excepcional”, já que a população poderia ser informada a respeito da atuação de seus representantes. Com isso, seria possível a participação dos cidadãos nas questões públicas. Entendia, desse modo, que um “(...) povo devidamente informado e (...) participante no manejo dos interesses públicos, é o melhor antídoto contra toda classe de extremismos ou extravios antidemocráticos”.⁵⁴ A partir desses elementos percebemos que o discurso político do diário apresenta pontos de convergência com as perspectivas dos teóricos de comunicação citados anteriormente (Mughan, Gunther e Motta), pois em ambos há a preocupação de que as informações publicadas sejam capazes de expressar os anseios populares e o compromisso em assegurar os princípios democráticos. Contudo, o papel político dos meios de comunicação não se restringiria ao ato de informar, mas também o de criticar de forma prudente todos os aspectos de uma sociedade. A respeito dessa questão, Juan Andrés Cardozo explicou que:

Crítica significa confrontação do conceito com sua própria realidade. (...). É, portanto, uma tarefa de inteligência que se aplica à realidade para interpretá-la, descrevê-la e analisá-la. (...). Mas, ademais, a crítica significa um questionamento. E esta palavra, como possa crer, não implica negatividade, oposição. Questionar é perguntar sobre a veracidade das coisas.⁵⁵

Dessa maneira, ao questionar os fatos e interpretar os acontecimentos relevantes para uma comunidade, o profissional da imprensa estaria exercendo seu papel político e social. Essa atividade apenas seria possível em uma sociedade democrática, pois criticar não significaria se opor, mas evidenciar as questões envoltas a um episódio. O jornalismo crítico em uma imprensa comprometida com os princípios democráticos, consistiria em um:

(...) eloquente indicador do desenvolvimento das instituições e do direito. (...). Não há em nossos dias meios de ligação, de vinculação mais eficiente entre governo e sociedade que a imprensa. Ela é o laço que possibilita o ideal de comunicação entre governantes e governados. E no fluxo de uma democracia de maior participação cidadã, é o canal por onde ascende as inquietações populares, por onde chega e expõe o sentir e a preocupação dos diversos componentes da sociedade.⁵⁶

Para Cardozo, os meios impressos seriam o instrumento que refletiria o grau de autonomia das instituições democráticas e jurídicas em um país e, também, o canal mais

⁵³ Valor de la información. *La Tribuna*, Asunción, 19 nov. 1978. Editorial, p. 16 (tradução nossa).

⁵⁴ Editorial: Por la Democracia. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1978. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

⁵⁵ CARDOZO, Juan Andrés. Función crítica de la prensa. *La Tribuna*, Asunción, 22 abr. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

⁵⁶ CARDOZO, Juan Andrés. Periodismo y situación nacional. *La Tribuna*, Asunción, 19 jan. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

sólido de mediação entre o governo e os anseios da população. Dessa forma, o discurso do colonista corrobora o ideário de *La Tribuna*, pois aponta a importância dos meios de comunicação no fortalecimento da democracia e como veículos que conscientizassem politicamente a população. Ao salientar que a responsabilidade da imprensa caminhava além da simples informação, os representantes de *La Tribuna* se colocaram como intérpretes dos fenômenos políticos e socioeconômicos do Paraguai por meio da imagem de uma instituição que representava os anseios do povo e orientava a opinião pública do país. Assim, ressaltou que não haveria uma efetiva participação dos setores populares fora das instituições democráticas.

Em virtude de seu compromisso com os princípios democráticos e com seu papel sociopolítico, *La Tribuna* dialogou com diferentes abordagens de democracia, o que evidencia a sua expectativa em relação a esse regime político e a pluralidade de seu discurso político. Apesar das diferenças a respeito do modelo de democracia ideal, *La Tribuna*, seus colaboradores e *ABC Color* possuíam um posicionamento em comum: acreditavam que, em uma democracia, a liberdade de imprensa ou de expressão deveria ser respeitada. A linguagem política do regime cívico-militar de Alfredo Stroessner ressaltava que havia no país liberdade de imprensa e de expressão. Em seu trabalho, Emilio A. Colmán evidenciou que, em evento organizado pela *Asociación de la Prensa del Paraguay* em agosto de 1964, Stroessner havia comparado a “boa” e a “má” imprensa e ressaltado que os meios de comunicação tinham a função de atender os interesses nacionais em detrimento dos anseios de certas pessoas ou grupos. Ademais, recomendou que tais órgãos não deveriam buscar o “afeto das massas” a partir de “mentiras e falsidades” e afirmou que a liberdade de imprensa não deveria ser conduzida por indivíduos que buscavam “destruir a liberdade humana”.⁵⁷ Três anos depois, a nova Constituição garantiu o direito à liberdade de expressão, a todos os cidadãos, mas não permitia o estímulo do ódio entre os paraguaios ou apologias ao crime ou à violência. Ademais, assegurou a liberdade de imprensa e admitiu o livre exercício do jornalismo, mas ressaltou que não aceitaria a publicação de temas considerados imorais.⁵⁸ Em 1967, Stroessner declarou ao jornalista argentino Julio Lagos que o motivo das “difamações” ao Paraguai em “matéria de liberdade de imprensa” seria o fato de o regime não ter injetado

⁵⁷ COLMÁN, op. cit., p. 32-33.

⁵⁸ Constitución de 1967. In: PAPPALARDO ZALDÍVAR, op. cit., p. 147.

dinheiro necessário para pagar “o silêncio dos difamadores” em forma de propaganda. Além disso, assegurou que havia uma liberdade de imprensa própria.⁵⁹

Apesar de ter sido questionado sobre uma situação específica, Stroessner aproveitou-se do espaço para reafirmar ante à opinião pública internacional a existência de liberdade de expressão/de imprensa no Paraguai. Porém, as afirmações do ditador eram insustentáveis por dois motivos. Primeiramente, o governo era um dos principais anunciantes dos meios de comunicação. No caso de *La Tribuna*, muitos órgãos estatais anunciaram em suas páginas, o que contribuiu para a manutenção de sua receita. Em segundo lugar, a prisão de profissionais da imprensa e a censura a determinados veículos jornalísticos foram situações constantes durante o regime de Stroessner. Por fim, o ditador afirmou – coberto por um espírito patriótico – que a liberdade de imprensa paraguaia não era um modelo importado, mas que possuía particularidades. Portanto, a afirmação de que no país havia uma imprensa livre não passava de mera retórica.

Como apontamos no capítulo anterior, a opção dos responsáveis por *La Tribuna* em suprimir um espaço de discussão de assuntos nacionais entre as décadas de 1940 e 1970 foi uma tática para evitar as represálias dos organismos governamentais. Entretanto, durante a administração de Oscar Paciello, o diário debateu a liberdade de imprensa em diversos momentos. De acordo com *La Tribuna*, a condição do pleno desenvolvimento da imprensa nacional era a garantia constitucional da liberdade de expressão, princípio que orientaria o “(...) sentido da função social que cumpria a imprensa”.⁶⁰ Dessa forma, o diário acreditava que o aperfeiçoamento das instituições e dos valores democráticos seria alcançado através da “(...) participação da imprensa em tudo quanto concerne ao interesse público”.⁶¹ O diário expôs ante à opinião pública a sua percepção do papel dos meios de comunicação na democracia representativa e apontou os perigos da “ideologia totalitária” em deter o avanço das informações relevantes para a população. No entanto, o veículo não apenas ressaltou a responsabilidade do Estado em garantir o princípio da liberdade de expressão, mas a compreensão – por parte das autoridades nacionais – da função social e política dos jornalistas e do direito a informar e a ser informado.⁶²

⁵⁹ ARCHIVO DIFILM. *Alfredo Stroessner habla de los paraguayos en Argentina* 1967. Asunción: Julio Lagos, 20 mai. 1967, 01'22''- 02'05''. 03'29''. Película: 16mm. Cor: preto e branco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2whPwmUaCnc>. Acesso em 16 jan. 2018.

⁶⁰ Editorial: Nuestros deberes. *La Tribuna*, Asunción, 02 jan. 1979. Editorial, p. 16.

⁶¹ Editorial: Prueba de madurez. *La Tribuna*, Asunción, 11 jan. 1983. Opinión, p. 05.

⁶² Editorial: La prensa. *La Tribuna*, Asunción, 23 mai. 1979. Opinión, p. 10.

Contudo, quem era o destinatário dessas críticas? No editorial de 23 de maio de 1979, o diário ressaltou que enquanto a liberdade de imprensa não fosse devidamente valorizada, convinha relembrar os elementos básicos desse preceito.⁶³ Pois bem, o texto foi publicado na mesma edição em que foi informado o caso dos cidadãos que haviam sido impedidos por agentes estatais de se manifestarem em uma assembleia pública. Outro elemento já ressaltado foi o fato de o diário classificar qualquer manifestação antidemocrática de “totalitária”. Com isso, *La Tribuna* criticou as ações autoritárias dos funcionários governamentais, ao mesmo tempo em que buscava se proteger de qualquer represália da ditadura através das discussões em torno da função informativa da imprensa e da liberdade de expressão dos profissionais de comunicação. Como apontamos no capítulo passado, os comentários a respeito das ações de agentes públicos foram um dos pretextos para que o *Ministerio del Interior* autorizasse o fechamento temporário da empresa jornalística.

Por fim, *La Tribuna* apresentou, pouco tempo antes de ser definitivamente fechada, sua expectativa para a abertura política do Paraguai. Em editorial de junho de 1983, o jornal ressaltou que a região vivia momentos que indicavam a necessidade de aperfeiçoar as instituições e citou os exemplos da Argentina, do Brasil e do Chile. Dessa forma, se antes existia o pretexto “(...) que se impunham medidas de força para enfrentar o perigo comunista, agora tal pretexto já não existe, já que é difícil ver manipulações marxistas na ação dos empresários, (...) ou nos caminhoneiros que enraivecidos pela crise buscam qualquer saída”.⁶⁴ Assim, o diário classificou essa situação como “insustentável”, defendeu o aperfeiçoamento da atividade política e da gestão pública e ressaltou a importância da classe política, entendida como o “canal natural” entre o governo e a sociedade. Dessa maneira, apontou que mudanças na administração pública e o desenvolvimento das potencialidades dos cidadãos seriam elementos necessários para o “aperfeiçoamento das instituições políticas”.⁶⁵

Os representantes pelo jornal alegaram que a “ameaça comunista” não justificava a manutenção daquele sistema de governo e defenderam o aperfeiçoamento das atividades políticas e das instituições públicas. Nota-se que o veículo se preservou em relação à caracterização do regime. Em nenhum momento classificou o governo como uma ditadura ou um sistema autoritário. Tal cautela fez parte de sua tática para não sofrer nenhuma perseguição dos organismos estatais. Observamos, além disso, que o editorial citou as experiências na Argentina, no Brasil e no Chile. No primeiro caso, a pressão internacional

⁶³ Idem.

⁶⁴ Editorial: La política y los políticos. *La Tribuna*, Asunción, 22 jun. 1983. Opinión, p. 04 (tradução nossa).

⁶⁵ Idem.

pela redemocratização e a derrota militar na Guerra das Malvinas (1982) resultaram na decisão da Junta Militar do Governo argentino em entregar o poder aos civis em 1983. Por sua vez, nesse mesmo ano, o deputado brasileiro Dante de Oliveira apresentou ao Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional para reestabelecer eleições diretas para presidente. Essa ação culminou na campanha nacional das “Diretas Já”. Por último, o cenário chileno era delicado: uma grave crise econômica ocorrida em 1982, seguida de protestos de trabalhadores descontentes com a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Dessa maneira, os responsáveis por *La Tribuna* apontaram que o Paraguai deveria seguir os passos de seus vizinhos e buscar caminhos para a democratização do país. Porém, qual o modelo de transição defendido pelo diário? Comentamos anteriormente que uma das questões debatidas por Guillermo O’Donnell foi se a abertura política se daria a partir da coalizão entre a sociedade civil e figuras do antigo governo, reestabelecendo – dessa maneira – a cidadania e as instituições democráticas. De fato, ao ressaltar que a classe política representaria o canal entre o governo e a sociedade e garantir o aperfeiçoamento das instituições, o discurso político do diário se aproxima das possibilidades apontadas por O’Donnell.

Percebemos, portanto, que os responsáveis pelo jornal acreditavam que o processo transitório deveria se dar “de cima para baixo”, sem a participação direta da população. Em momentos, observamos a preocupação do diário com a organização de movimentos sociais que pudessem contestar a ordem das coisas. Isso enfatiza a visão conservadora de *La Tribuna*. Porém, os representantes do periódico defenderam a democratização do país? Primeiramente, cabe-nos entender o significado desse conceito. Guillermo O’Donnell e Philippe C. Schmitter entendem a democratização como um processo em que as normas da cidadania estão aplicadas em instituições políticas regidas anteriormente por outros preceitos, amparadas na inclusão de indivíduos que não gozavam de direitos e obrigações ou alocadas em instituições que não participavam da vida cidadã, como organizações educativas e partidárias.⁶⁶ Em suma, o processo de democratização seria acompanhado, necessariamente, pela discussão em torno dos direitos que regem a cidadania. De acordo com o discurso político de *La Tribuna*, não havia no Paraguai um regime democrático de fato. Para Juan Andrés Cardozo, o país necessitava de uma democracia participativa, pois havia que superar o modelo de representatividade. As perspectivas dos responsáveis pelo jornal e de seus colunistas se preocuparam excessivamente com os direitos civis e políticos e, em grau menor, com os

⁶⁶ O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transiciones desde un Gobierno Autoritario*. Vol.4. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1988, p. 21-23.

direitos sociais. Ademais, defenderam questões amplas, não considerando grupos sociais específicos, como as mulheres e os indígenas.

A respeito do primeiro grupo, a busca das mulheres por direitos políticos e sociais intensificou-se na segunda metade do século XX. Por meio da lei 704 de 1961, foram reconhecidas as garantias políticas das mulheres, que passaram a participar do sufrágio eleitoral. Entre as décadas de 1960 e 1980, criou-se distintas organizações de mulheres, que reivindicavam direitos civis e sociais. Esse período foi marcado pelo estabelecimento do movimento feminista no país.⁶⁷ Apesar dessas manifestações terem ocorrido ao mesmo tempo em que *La Tribuna* discutia questões envolvendo a democracia, o diário ignorou temas relacionados à participação política das mulheres e à luta feminina pela conquista de garantias sociais. Em relação ao segundo grupo mencionado, entre as décadas de 1970 e 1980, os povos indígenas começaram a questionar os planos desenvolvimentistas do regime e os planos governamentais que visavam integrá-los à sociedade paraguaia. Dessa forma, a população indígena começou a se organizar politicamente através de mobilizações em Assunção e no interior, que reivindicavam o direito à terra e maior autonomia.⁶⁸ Da mesma forma como ocorreu com o movimento feminino, *La Tribuna* não incluiu em suas discussões a situação dos indígenas no processo de democratização do país. Dessa maneira, apoiou uma abertura política que robustecesse as instituições democráticas e resguardasse a participação cidadã, sem levar em consideração questões envolvendo outros grupos.

Como parte de seu ideário democrático, *La Tribuna* defendeu a pluralidade de opiniões e a liberdade de expressão. Isso explica, portanto, as diferentes concepções de democracia apresentadas no diário. Para seus colunistas (Juan A. Cardozo e Fernando T. Yampey), havia a necessidade de ressignificar o conceito de democracia, adequando-o às particularidades do Paraguai e levando em consideração a soberania popular, a participação dos cidadãos e os princípios de justiça social. Com isso, criticaram a democracia representativa e defenderam a valorização da igualdade social e econômica e a conscientização da população. Por sua vez, a empresa jornalística externou uma perspectiva diferente, pois defendeu a democracia representativa e o robustecimento das instituições. No entanto, ao defenderem a necessidade da abertura política e do respeito às liberdades, as

⁶⁷ ECHAURI, Carmen; ELIAS, Margarita et al., op. cit.; SILVA, op. cit., 2016; SZWAKO, José Eduardo León. *'Del otro lado de la vereda': luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2012.

⁶⁸ HORST, René D. Harder. *El régimen de Stroessner y la resistencia indígena*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica (CEADUC), 2011.

perspectivas de *La Tribuna* e de seus colunistas convergiram. Outro elemento de destaque no discurso político do jornal foi a expectativa por um modelo de democracia a ser adotado no Paraguai. Para os responsáveis pelo veículo, as experiências do passado – existência de governos autoritários, ausência de direitos sociais, políticos e sociais etc. – ajudariam a estruturar um modelo democrático no país.

Ao externar suas concepções a respeito dos valores democráticos e dos princípios correlatos, *La Tribuna* pretendeu se afirmar politicamente na opinião pública paraguaia e contribuir para as discussões sobre a abertura política. Para isso, dialogou com as linguagens políticas da época, ressaltou a experiência de países da região, debateu com a perspectiva diferenciada de seu concorrente – *ABC Color* – e apontou, timidamente, o horizonte democrático. Apesar de ter enfatizado a importância da soberania popular, a concepção de *La Tribuna* a respeito da democracia restringiu-se à cidadania de um modo geral, não enfatizando a participação de outros atores no processo de democratização. O ideário democrático de *La Tribuna* manifestou-se na postura adotada em relação a temas importantes para a sociedade da época, como o papel dos partidos políticos opositores, as mudanças na legislação eleitoral e a importância do respeito aos direitos humanos. Tais questões serão abordadas no quarto capítulo.



Capítulo 3

O caminho para o desenvolvimento

O objetivo deste capítulo é identificar como *La Tribuna* debateu o processo de desenvolvimento no Paraguai a partir da interpretação do discurso político dos editoriais e dos artigos escritos por colaboradores do jornal. Apesar das diferentes gestões, o diário manteve uma postura liberal, pois salientou a necessidade de estimular o crescimento das atividades comerciais e industriais e de se combater o comunismo no país. A cultura política de *La Tribuna* durante a administração de Oscar Paciello se ajustou a fatores internos, como a oscilação econômica, e em certos episódios externos, como a crise do petróleo de 1979 e o recesso econômico na América Latina.

Convém apresentarmos, inicialmente, algumas questões sobre a concepção de desenvolvimento e as discussões a respeito desse conceito no caso paraguaio. A noção de desenvolvimento pode ser entendida como o aumento da eficácia de um sistema produtivo mediante a acumulação e o incremento técnico, como medidas estipuladas a partir dos objetivos aspirados por agentes dominantes de uma sociedade. A respeito dessa concepção, a escola heterodoxa entende que o processo desenvolvimentista se refere à hegemonia do Estado como propulsor e orientador das atividades econômicas e como árbitro dos conflitos entre os setores sociais em torno dos interesses do país. Essa ideia se associa à noção de industrialização, processo que impulsiona a mudança estrutural do sistema econômico nacional.¹ Na América Latina, as discussões a respeito da promoção do desenvolvimento econômico e social dos países da região alocaram-se na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).² Para Raúl Prebisch – principal autor da CEPAL –, a função da

¹ Nossa leitura é um amálgama das discussões a respeito do conceito de desenvolvimento existentes nas obras de Osvaldo Sunkel, Pedro Paz e Celso Furtado. Apesar de eventuais diferenças interpretativas, tais autores constroem seus argumentos a partir do panorama do pensamento econômico e com uma abordagem histórico-estruturalista. Cf. FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 37-39; FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 21-26; SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro: *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. Siglo Veintiuno. Editores, México, 1971, p. 22-26.

² A respeito da trajetória histórica da CEPAL, Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña. In: _____ (org.). *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Volumen I. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998; MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010; PIRES, Marcos Cordeiro. O pensamento econômico latino-americano e a CEPAL. In: MENDONÇA, Marina Gusmão PIRES, Marcos Cordeiro (org.). *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: LTC, 2012. Para melhor compreensão do impacto do pensamento da CEPAL na intelectualidade e nos governos latino-americanos, Cf. DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina. Hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados/Universidad Santiago de Chile, 2007, p. 93-106. Sobre o início do processo de industrialização na América Latina, Cf. BULMER-THOMAS, Víctor. Las economías latinoamericanas, 1929-1939. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*. Tomo 11. Economía y sociedad desde 1930. Traducción: Jordi Beltran. Barcelona: Editorial Crítica, 1997; CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina: ensayo de interpretación histórica*. México: Siglo XXI Editores, 1988, p. 165-183; DÁVILA, Jerry. *Dictatorship in South America*. Malden: Wiley-Blackwell, 2013; FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia

América Latina – pertencente à periferia da economia mundial – como produtora de alimentos e matérias-primas aos centros industriais seria superada através da industrialização (“desenvolvimento para dentro”), da contribuição dos Estados nacionais nesse processo e do melhor aproveitamento do comércio exterior para incentivar o desenvolvimento econômico. Além disso, acreditava que a industrialização progressiva resultaria no crescimento econômico da América Latina, no aumento da produtividade e dos salários, no alcance do pleno emprego e na recuperação gradual do avanço técnico.³

Nas décadas de 1960 e 1970, pesquisadores ligados à CEPAL buscaram analisar o processo socioeconômico latino-americano a partir da ideia de dependência. Dentre eles estavam Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto. Segundo Furtado, o processo de industrialização dos anos 1950 apresentou falhas, pois não havia rompido com a relação de dependência com o mercado internacional e não conseguiu estruturar uma política de planejamento sólida. Assim, esses entraves seriam superados quando uma comunidade nacional formulasse um projeto de desenvolvimento que modificasse as estruturas socioeconômicas.⁴ Por sua vez, Cardoso e Falleto analisam a relação de dependência da periferia com os centros industrializados – através do mercado internacional – e a inter-relação com os grupos sociopolíticos internos. Dessa forma, os autores entendem que a industrialização dos países latino-americanos foi marcada por um sistema de alianças entre os grupos tradicionais (setor exportador) e os novos grupos (setores urbano-industriais). No entanto, com as transformações sociopolíticas essa estrutura foi substituída pelo modelo dependente-associado, o qual estabeleceu a relação entre os setores produtivos voltados ao mercado interno e o sistema econômico internacional. Dessa maneira, a integração entre a ação estatal e os capitais privados nacional e internacional permitiu a dinamização da produção industrial, a partir da introdução de novas técnicas.⁵

As ideias desenvolvimentistas dos autores ligados à CEPAL ecoaram no Paraguai a partir do final da década de 1960. Ao mesmo tempo em que economistas planejavam o desenvolvimento dos países latino-americanos, o Estado paraguaio se recuperava de uma guerra civil que alterou suas estruturas políticas e socioeconômicas. Além disso, por ter a agricultura como seu principal pilar econômico, não contava com uma experiência industrial.

Editora Nacional, 1978; THORP, Rosemary. Las economías latinoamericanas, 1939-c. 1950. In: BETHELL, op. cit., 1997.

³ PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, ano 3, n. 3, 1949, p. 47-94.

⁴ FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966.

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

Com a ascensão de Alfredo Stroessner ao poder, em 1954, foram aplicadas medidas austeras e monetaristas e, posteriormente, o governo elaborou os primeiros planos econômicos. Foi nesse período que surgiram trabalhos que refletiram esse processo. Escrito por Ulpiano Fonseca Nascimento e publicado em 1968, o artigo “Elementos para la formulación de una política de desarrollo económico en la América Latina (El caso del Paraguay)” apresenta aspectos econômicos desde os tempos coloniais e concentra-se nas políticas econômicas adotadas pelo governo de Stroessner. O autor esboçou uma estratégia de desenvolvimento a partir dos seguintes itens: diversificação do setor econômico, formação de capital nacional, transformação industrial das matérias-primas destinadas ao mercado externo, fomento da indústria, modernização técnica do sistema produtivo agrário, planejamento econômico e a intervenção estatal. Para que isso ocorresse, seria necessário a articulação de um diálogo entre diversos grupos políticos e econômicos do país. Entretanto, apontou elementos que dificultavam esse processo, como a ausência de uma equipe técnica capacitada, o problema na tributação de setores econômicos, a exploração superficial dos latifúndios e a decisão de atores sociopolíticos em reforçarem suas posições frente a um contexto de tensões sociais.⁶ Percebemos, nesse trabalho, tanto a influência do histórico-estruturalismo⁷ (Furtado, Prebisch), quanto da interpretação da dependência (Cardoso, Faletto). Apesar de seus méritos, o artigo não teve uma significativa repercussão na literatura econômica paraguaia.

Na década seguinte, o paraguaio Aníbal Miranda – integracionista e assessor econômico – lançou a obra *Apuntes sobre el Desarrollo Paraguay* em dois volumes. Nesse trabalho, o autor apresenta duas etapas do desenvolvimento econômico paraguaio. A primeira corresponde ao período entre a formação do Estado nacional (1814-1840) e a mercantilização estatal (1840-1870). Nessa fase houve um “crescimento para dentro”, em que o Estado foi o promotor do sistema econômico do país e detentor de sua estrutura produtiva. Por sua vez, a segunda etapa relaciona-se à inserção da economia paraguaia na divisão internacional do trabalho durante a reconstrução nacional (1870-1940) – período caracterizado pelo lento e vegetativo crescimento, baixo índice na exportação de produtos primários, empréstimos ingleses e argentinos e ausência de uma industrialização local – e o desenvolvimento corporativista-dependente (1940-1973) – época compreendida pelo auxílio político-

⁶ NASCIMENTO, Ulpiano Fonseca. Elementos para la formulación de una política de desarrollo económico en la América Latina (El caso del Paraguay). *El Trimestre Económico*, Vol. 35, No. 137, 1968.

⁷ O enfoque histórico-estruturalista orienta-se a partir do cruzamento do método histórico com a teoria estruturalista do subdesenvolvimento na América Latina. Com isso, pretendeu-se explicar os processos de desenvolvimento nessa região levando em consideração elementos do passado. O autor que difundiu essa forma de análise foi Raúl Prebisch. Ao longo do tempo, esse método foi utilizado por outros pesquisadores alocados na CEPAL (BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 10-17).

econômico dos EUA, aumento nos índices de exportação de matérias-primas, oscilação nos níveis de crescimento econômico, início de obras de infraestrutura e aproximação com o Brasil. A última etapa inicia-se em 1973, com a assinatura do Tratado de Itaipu, e caracteriza-se pela construção de programas sociais, investimento estrangeiro e construção dos empreendimentos binacionais. Nesse período, houve um consenso entre os diferentes grupos quanto à necessidade de formular um planejamento econômico que respondesse aos problemas estruturais do país. Ao analisar aspectos socioeconômicos e políticos paraguaios desde sua independência, o autor conclui que esse processo proporcionou um “desenvolvimento-dependente”, resultando no atraso econômico, social e político do Paraguai. Além disso, ressalta a importância em se incentivar a industrialização local.⁸ Utilizando como suporte teórico-metodológico a “análise integrada” de Cardoso e Faletto,⁹ Miranda analisou as particularidades do caso paraguaio a partir de fatores endógenos e exógenos. Entretanto, a afirmação de um “desenvolvimento-dependente paraguaio” é questionável, pois o país não havia estruturado as bases para o estabelecimento desse processo. Apesar desses fatores, a obra ecoou na literatura econômica do Paraguai.

Por último, o ensaio *Evolución histórica de la economía paraguaya*, escrito por Delfín Ugarte Centurión – economista e responsável pelo *Ministerio de Industria y Comercio* – e publicado em 1983, tem como escopo analisar as características do processo econômico paraguaio. Dividido em duas partes – a primeira entre a colonização espanhola e o fim do governo de Federico Chaves e a segunda sobre o regime de Alfredo Stroessner –, o livro apresenta três etapas: a transição do modelo econômico de exploração para o crescimento econômico voltado para as atividades produtivas internas, do processo de modernização do Estado para a introdução da política econômica liberal (*laissez-faire*) e do período de estagnação do setor primário exportador para o estabelecimento de políticas desenvolvimentistas.¹⁰ A obra é inspirada nos trabalhos realizados pelos pesquisadores alocados na CEPAL, pois a influência de Celso Furtado e de Raúl Prebisch em sua composição é perceptível. Isso deve-se ao fato de Ugarte Centurión ter sido representante do Paraguai na CEPAL. Apesar de apresentar certos índices econômicos e algumas discussões sobre a história econômica paraguaia, o trabalho apresenta diversos problemas. Primeiro, no

⁸ MIRANDA, Aníbal. *Apuntes sobre el desarrollo paraguayo*. Volumen 1. Asunción: Editorial Cromos, 1979; MIRANDA, Aníbal. *Apuntes sobre el desarrollo paraguayo: 1940-1973*. Volumen 2. Asunción: Universidad Católica “Nuestra Señora de Asunción”, 1980.

⁹ Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, o método de “análise integrada” consiste na interpretação do processo de desenvolvimento a partir da vinculação de elementos econômicos, políticos e sociais (CARDOSO; FALETTTO, op. cit., p. 16-38).

¹⁰ UGARTE CENTURIÓN, Delfín. *Evolución histórica de la economía paraguaya*. Asunción, Ed. Graphis, 1983.

afã de querer inserir em seu trabalho conceitos histórico-estruturalistas, o autor realizou diversos anacronismos. Ao se referir aos governos de Francia e de Carlos e Solano López, classifica o primeiro como um “modelo de desenvolvimento isolacionista” e os dois últimos um “modelo de desenvolvimento autônomo”. Adiante, ressalta que uma das políticas econômicas do Estado *Lopizta* era a “industrialização por substituição de importações” e que Inglaterra, antes do conflito bélico entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, nunca havia respeitado o país “na dinâmica centro-periferia”. Esses conceitos foram utilizados por Prebisch após a Segunda Guerra Mundial, portanto aplicá-los a outros contextos históricos e a casos particulares sem o devido cuidado é um erro. O segundo problema é o tom propagandístico revestido de pesquisa científica. Em trechos há o enaltecimento da conduta econômica da ditadura de Stroessner em detrimento das políticas realizadas nos regimes liberais. Apesar das deficiências, o ensaio apresenta questões importantes para se entender o processo econômico do Paraguai.¹¹

Este capítulo se divide em duas partes. Na primeira, apresentaremos as características da economia paraguaia, enfatizando a política econômica da ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner. Já na segunda, analisaremos o discurso político de *La Tribuna* a respeito do processo de desenvolvimento socioeconômico no Paraguai. Compreender o pensamento desenvolvimentista do jornal auxiliar-nos-á a entender seu projeto político-ideológico e suas críticas a determinados elementos da condução econômica do regime de Stroessner.

3.1. Aspectos da economia paraguaia

A estrutura econômica paraguaia é pautada pela produção primária, com alta preponderância no setor agrícola. A intervenção estatal na economia e o estímulo ao crescimento interno foram características que marcaram os primeiros governos do Paraguai no século XIX. A reorganização do Estado, após o conflito bélico com a Tríplice Aliança,

¹¹ A análise de Ugarte Centurión a respeito da história econômica do Paraguai reflete elementos presentes no revisionismo histórico paraguaio. De acordo com Marcela C. Quinteros, esse movimento iniciou-se entre o final do século XIX e o começo da centúria passada e foi composto por intelectuais vinculados ao *Partido Colorado*, que apresentaram uma releitura do passado oitocentista com o intuito de realimentar o sentimento nacional, debilitado em virtude da derrota do país no conflito com a Tríplice Aliança. Nessa interpretação, valorizou-se as ações de Solano López e buscou-se caracterizar os colorados como defensores da identidade paraguaia em sobreposição aos membros do *Partido Liberal*, vistos como apoiadores dos interesses estrangeiros (QUINTEROS, op. cit., p. 198-199). Em relação ao campo econômico, Francisco Doratioto classifica como “fantasiosa” as afirmações revisionistas de que o Paraguai anterior a 1865 havia promovido uma industrialização “para dentro”, com recursos próprios e sem depender dos centros industriais, gerando um estranhamento com a Inglaterra. Além disso, ressalta que os projetos de infraestrutura no Paraguai foram atendidos pelo capital britânico e grande parte das importações paraguaias correspondia a produtos ingleses (DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 30). Ao interpretar a história econômica paraguaia a partir do enfoque revisionista, Ugarte Centurión enfraquece parte de suas argumentações a respeito do Paraguai anterior ao conflito bélico com a Tríplice Aliança.

orientou-se a partir da política de *laissez-faire*. Assim, estabeleceu a comercialização de matérias-primas no mercado internacional e o investimento de capital estrangeiro no país.¹² Apesar das oscilações econômicas, o Paraguai vivenciou um lento crescimento econômico, mas que foi truncado por conta da guerra com a Bolívia. Em virtude do cenário nacional e internacional, a política de *laissez-faire* passou por um processo de contestação. Com isso, o Estado novamente passou a intervir na estrutura econômica do país. Visando orientar sua ação no campo econômico, a administração estatal estabeleceu o Plano Trienal (1940-1943) e o Plano Quinquenal (1943-1948). Para controlar os efeitos das oscilações internacionais e controlar a fuga de capitais, o Estado fixou o valor do câmbio e o preço dos bens básicos, inferiu no sistema de comercialização de produtos agropecuários, impôs um regime de racionamento para a venda de determinados artigos importados, definiu uma nova unidade monetária (guarani) e proibiu as transações internas de moedas estrangeiras. Nesse período, houve o crescimento das exportações de matérias-primas e a construção de obras de infraestrutura, financiadas pelo capital estadunidense. Essa etapa foi interrompida pela guerra civil de 1947, que afetou as atividades produtivas, elevou o índice inflacionário, provocou a queda das exportações e aumentou os gastos públicos. Como consequência, houve uma

¹² Durante a ditadura de José G. Rodríguez de Francia (1814-1840), o Estado restringiu o comércio exterior, confiscou terras de latifundiários e de setores eclesiásticos e as arrendou aos camponeses. Seus sucessores, Carlos A. López e Francisco S. López, mantiveram a presença estatal na economia, mas realizaram a abertura do comércio exterior, investiram em obras de infraestrutura e estimularam o processo de industrialização. Em virtude da derrota na Guerra da Tríplice Aliança, as atividades produtivas foram destruídas e os intercâmbios comerciais interrompidos. Os pilares da reconstrução estatal centraram-se no investimento de capital estrangeiro direto – realizado através da compra de terras públicas, da criação de latifúndios que exportavam matérias-primas, da instalação de casas comerciais e do estabelecimento de indústrias extrativas e manufatureiras – e indireto – através de empréstimos onerosos com bancos argentinos e britânicos. Por conta da conjuntura internacional entre as décadas de 1910 e 1920, houve oscilações no volume de produtos primários exportados e no equilíbrio orçamentário. Cf. ARACES, Nidia R. De la Independencia a la Guerra de la Triple Alianza (1811-1870). In: TELESKA, op. cit., p. 165-194; BÁEZ, Julia. Aspectos del desarrollo histórico paraguayo y sus tendencias actuales. *Problemas del Desarrollo, Revista Latinoamericana de Economía*. Vol. 13, No. 49, 1982, p. 98-101; BOUGADE LA DARDYE, Emmanuel de. *Paraguay*. London: s/e, 1892, p. 236 *apud* MIRANDA, op. cit., 1979, p. 138; BREZZO, op. cit., p. 205-208; DORATIOTO, op. cit., 2002, p. 25-30; HERKEN, Juan Carlos. Crecimiento económico en el Paraguay: la herencia de las dos guerras: 1864-1870/ 1932-35. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. *Estado y Economía en Paraguay 1870-2010*. Asunción: Centro de Análisis y difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2011, p. 26-27; HILL, Anthony. *Cien años del Paraguay dentro de la División Internacional del Trabajo. La evolución económica reciente en una perspectiva histórica*. Asunción: Banco Paraguay de Datos, 1980 (Mimeo), p. 04-09; LAÍNO, Domingo. *Paraguay: de la independencia a la dependencia. Historia del saquero inglés en el Paraguay de la posguerra*. Asunción: Ediciones Cerro Corá, 1979, p. 49-124; LEWIS, op. cit., 1986, p. 50-51; LEWIS, op. cit., 1992, p. 140; LEWIS, Paul. *Paraguay, 1930-c. 1990*. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*. Tomo 15. El Cono Sur desde 1930. Traducción: Jordi Beltrán. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 190; MIRANDA, op. cit., 1979, p. 93-168; 192-232; MOLINIER, Lila. La economía paraguaya de entreguerras. In: ROJAS VILLAGRA, op. cit., p. 209-250; NASCIMENTO, op. cit., p. 91-95; PARQUET, Reinerio. *Las empresas transnacionales en la economía del Paraguay*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe; Naciones Unidas, 1987, p. 09-13; QUINTEROS; MOREIRA, op. cit., p. 103-104; ROJAS VILLAGRA, Luis. La economía paraguaya independiente. El periodo francista. In: ____ (org). *Proceso Histórico de la Economía Paraguaya*. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012, p. 175; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 226-242; WARREN, op. cit., 2008, p. 354-356.

profunda recessão econômica por mais de duas décadas. Para superar a crise econômica, o regime de Federico Chaves elaborou um programa de estabilização e desenvolvimento econômico que pretendia implementar o equilíbrio orçamentário, estimular a produção agrícola e manufatureira, restringir os créditos bancários e aumentar as exportações. Apesar das tentativas governamentais, as dívidas interna e externa aumentaram e a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* foi negativa.¹³

Federico Chaves foi deposto em 1954 por Alfredo Stroessner que, meses depois, ascendeu ao poder. Paralelamente aos esforços para reorganizar as bases institucionais e garantir a consolidação do regime, os primeiros anos do novo governo foram marcados pela adoção de uma política de austeridade. Após mudanças administrativas no *Banco Central del Paraguay* (BCP), a ditadura pediu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) um empréstimo para resolver a crise financeira do país. Além de liberar o crédito solicitado, o FMI enviou uma comissão ao Paraguai para iniciar os estudos de um programa para controlar a inflação e reformar o sistema financeiro. O resultado foi a instauração do *Plan de estabilización*, em 1956, que deveria ser desenvolvido através da restrição do crédito, da mudança do regime de câmbio e da construção de obras de infraestrutura. Além disso, foram elaboradas políticas para atrair investimentos estrangeiros e fortificou-se os laços de cooperação econômica entre os Estados Unidos e o Paraguai. Dessa forma, esperava-se garantir estabilidade econômica e financeira ao país e estimular a produção industrial e agrícola. A implementação de tais medidas significou a contração do gasto público e da massa monetária, o congelamento dos salários mínimos e a adoção do câmbio livre. Em pouco tempo, as ações desempenhadas pelo regime repercutiram positivamente na economia. O volume das exportações cresceu e a incidência de produtos comercializados no mercado interno elevou-se, diminuindo a inflação.

¹³ BIRCH, Melissa. Estabilidad Política y Rezago Económico. El Gobierno de Federico Chaves 1949-1954. In: MASI; BORDA, op. cit., p. 159-177; CONSTITUCIÓN DE 1940. In: PAPPALARDO ZALDÍVAR, op. cit., p. 115-133; DUARTE FLORES, Eliseo. *Banco Central do Paraguai: análise institucional da criação a autonomia*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993, p. 31-34; ENRIQUEZ GAMÓN, Efraín. La economía del sector público. In: FLETCHNER, Carlos (ed.). *Economía del Paraguay Contemporáneo*. Vol. II. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos (CPES), 1984, p. 283-291; GÓMEZ FLORENTÍN, op. cit., 2011, p. 98-128; GÓMEZ FLORENTÍN, op. cit., 2013, p. 65-76; HERKEN, Juan Carlos; ARCE, Lucas; OVANDO, Fernando. La economía del Paraguay entre 1940-2008: Crecimiento, convergencia regional e incertidumbres. In: MASI; BORDA, op. cit., p. 66-110; HERKEN KRAUER, Juan Carlos. La industria en el Paraguay. In: FLETCHNER, op. cit., p. 86; LEWIS, op. cit., 2002, p. 202; PARQUET, op. cit., p. 13-14; RIVAROLA, Domingo M. Paraguay: un caso de país de pequeña escala y su alternativa de desarrollo. In: COMPARACIÓN ANALÍTICA ENTRE LOS MODELOS DE DESARROLLO A PARTIR DE 1950 DE LOS PAÍSES DE PEQUEÑA ESCALA DE EUROPA Y AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Documento. Montevideo: Comisión Económica para la América Latina, 1992, p. 04-05; RUIZ DÍAZ, Ana Leticia C. *La Política Económica en el Paraguay. Avances, logros y perspectivas. Antes y Después de 1989*. San Lorenzo: Universidad Nacional de Asunción, 2010, p. 30-31; SCAVONE YEGROS, op. cit., p. 250-262; UGARTE CENTURIÓN, op. cit., p. 135, YORE, op. cit., p. 62-64.

Apesar de uma relativa melhora na situação econômica, houve contestações sociais às políticas adotadas. Como consequência, a maioria delas foi desarticulada pelo aparelho repressor estatal.¹⁴

As políticas econômicas traçadas pelo Poder Executivo prosseguiram ao longo da década de 1960. Com a estabilização monetária e o controle da inflação, o governo direcionou seus esforços na criação de empresas e de órgãos públicos e no planejamento de estratégias para o desenvolvimento econômico do país. Após a redação da *Carta de Punta del Este* em 1961, o governo paraguaio impulsionou o sistema de planejamento socioeconômico. Para levar adiante as recomendações do documento (estimular o crescimento e a distribuição equitativa de renda, acelerar a industrialização e elaborar programas de reforma agrária), criou-se uma série de órgãos públicos, como a *Secretaria Técnica de Planificación* (STP). Esse organismo colocou em curso as políticas de planejamento econômico no país, ao elaborar os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social nas décadas de 1960 e 1970. O plano referente ao biênio 1965-1966 traçou estratégias para cada setor da economia, como o aumento da produtividade agropecuária, a elevação da exportação de produtos manufaturados, a substituição de importações de certos bens de consumo e o aproveitamento do potencial energético do Rio Paraná. Já o plano correspondente ao biênio 1967-1968 indicou a maior participação do Estado na produção de bens estratégicos e na orientação da conduta econômica do setor privado, a ocupação física e econômica do território e o crescimento do nível de renda com o intuito de elevar o bem-estar social. A preeminência do Estado como condutor e propulsor do desenvolvimento econômico – com as tarefas de elaborar planos desenvolvimentistas, formar e consolidar o capital nacional e investir o capital estrangeiro nas atividades produtivas – foi legitimada com a promulgação da Constituição de 1967.¹⁵

Por conta do paulatino crescimento econômico e da ajuda financeira internacional – que somou setenta e sete milhões de dólares –, as autoridades paraguaias decidiram investir

¹⁴ BAER, WERNER; BIRCH, MELISSA H. Expansion of the Economic Frontier: Paraguayan Growth in the 1970s. *World Development*, Vol. 12, No. 8, 1984, p. 785; BULMER-THOMAS, Víctor. *The economic history of Latin America since independence*. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 281; CAMPOS, Luis A. Expansión y crisis del neoliberalismo económico paraguayo (1956-1986). In: CENTRO PARAGUAYO DE ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS. *Economía Paraguaya 1986. Análisis/Debates*, tomo I. Asunción: 1987, p. 204; DUARTE FLORES, op. cit., p. 34-35; LEWIS, op. cit., 1986, p. 283-297; MASI, op. cit., p. 50; MORA, Frank O.; COONEY, Jerry W. *Paraguay and the United States: distant allies*. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2007, p. 141-153; NICKSON, op. cit., 2010, p. 267; PARQUET, op. cit., p. 18; PERONI, Guillermo F.; BURT, Martín. *Paraguay: laws and economy*. Asunción: Editora Litocolor, 1984, p. 12; RUIZ DÍAZ, op. cit., p. 42; SOSTOA, Osmar; CÁCERES, Oscar; ENCISO, Horacio. La economía paraguaya durante la dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). In: VILLAGRA, op. cit., p. 267; YORE, op. cit., p. 65.

¹⁵ BÁEZ, op. cit., p. 110; CONSTITUCIÓN DE 1967. In: PAPPALARDO ZALDÍVAR, op. cit., p. 151-153; LEWIS, op. cit., 1986, p. 288-289; MIRANDA, op. cit., 1992, p. 122; NASCIMENTO, op. cit., p. 119-120; RUIZ DÍAZ, op. cit., p. 34-40; UGARTE CENTURIÓN, op. cit., p. 144-150.

em uma política que transformasse a estrutura agrária do país, baseada no modo de produção primário-extrativo. Dessa forma, foi aprovado o Estatuto Agrário, que tinha como objetivos a incorporação dos camponeses ao desenvolvimento econômico, o povoamento das regiões interioranas e a exploração eficiente das terras incultas. Na realidade, a intenção do regime ao promover a colonização no interior era suspender os conflitos entre os pequenos agricultores e os grandes fazendeiros na região central e, conseqüentemente, criar uma base de apoio formada pelos camponeses favorecidos. Com o tempo, o programa mostrou-se inoperante, pois a distribuição de glebas foi realizada sem uma política de assistência técnica e creditícia entre o campesinato. Como consequência, muitas famílias venderam suas propriedades e migraram para os centros urbanos. Tal conjuntura favoreceu a entrada de colonos brasileiros, atraídos pelos baixos preços de áreas cultiváveis e pelas facilidades nos créditos junto ao *Banco Nacional de Fomento*. A rápida expansão da região fronteira do Leste paraguaio aprofundou as atividades primário-exportadoras e desenvolveu o setor agrícola no país.¹⁶

O planejamento do desenvolvimento econômico e social do Paraguai pautou-se em três setores estratégicos: a agricultura, a indústria e a eletrificação. A partir da crescente demanda externa por bens primários, a ditadura criou as bases de uma “modernização capitalista” no campo, que integrou a agricultura nacional ao capital estrangeiro agroindustrial e ao mercado internacional, transformando a estrutura produtiva na região e aumentando o PIB na década de 1970. Concomitantemente ao processo de crescimento agrícola, órgãos governamentais realizaram estudos estratégicos para o aproveitamento do sistema fluvial no interior do país. Posteriormente, o regime decidiu construir usinas hidroelétricas para

¹⁶ ABENTE BRUN, Diego. *El regimen stronista. Naturaleza, sustento y longevidad*. Asunción: El Lector, 2014, p. 28-51; BAER; BIRCH, op. cit., p. 785-789; BÁEZ, op. cit., p. 110; BIRCH, Melisa. Financiamiento Externo, Institucionalidad Autoritaria y Lento Crecimiento. Los Primeros Años de Gobierno de Alfredo Stroessner 1954-1972. In: MASI; BORDA, op. cit., p. 183-188; BOUVIER, Virginia M. *El ocaso de un sistema. Encrucijada en Paraguay*. Asunción: Ediciones Ñandutí Vive, 1988, p. 39; CAMPOS, op. cit., p. 204-206; HILL, op. cit., p. 27; MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987, p. 14-16; MIRANDA, op. cit., 1992, p. 122-124; MORA, op. cit., p. 234-238; MORA; COONEY, op. cit., p. 163-168; NERI FARINA, op. cit., p. 118; NICKSON, Andrew. Brazilian Colonization of the Eastern Border Region of Paraguay. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 13, nº 01, 1981, p. 114-118; NICKSON, op. cit., 2010, p. 269-288; PÉBAYLE, Raymond. Les Brésiliens, migrants brésiliens au Paraguay. *Revue européenne de migrations internationales*. Vol. 10. Nº 2, 1994, 73-76; RIVAROLA, op. cit., p. 06-07; SOSTOA; CÁCERES; ENCISO, op. cit., p. 264-269; SIMÓN G., José Luis. *Política internacional para la democracia*. Asunción: Fundación Hans Seidel; Universidad Nacional de Asunción, 1995, p. 57-60; UGARTE CENTURIÓN, op. cit., p. 175-177. A respeito dos índices da ajuda estadunidense ao Paraguai entre 1946 e 1988, Cf. BOUVIER, op. cit., 89. Sobre a presença brasileira em território paraguaio entre as décadas de 1960 e 1980, Cf. ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010; CHIAVENATO, op. cit., 1980, p. 91-99; LAINO, Domingo. *Fronteiras e penetração brasileira*. Tradução: Jorge S. Rajoy. São Paulo: Global Editora, 1979; MENEZES, op. cit., p. 133-160. Sobre a participação do campesinato no sistema socioeconômico paraguaio, Cf. GALEANO, Luis A. Los campesinos y la lucha por la tierra. In: TELESICA, op. cit., p. 357-373; FOGEL, Ramon. Tierra y democracia. La lucha de los campesinos paraguayos. *Nueva Sociedad*. Nº 96, 1988, p. 163-173.

fomentar o desenvolvimento nacional, utilizando-se de empréstimos internacionais e firmando acordos binacionais com Argentina e Brasil. Paralelamente ao avanço dos planos citados, a ditadura de Stroessner elaborou políticas de incentivo à indústria, com o objetivo de estimular o crescimento produtivo, a absorção da força de trabalho e o crescimento na elaboração de produtos primários. Dessa forma, o estímulo à industrialização era um elemento importante para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico paraguaio.¹⁷

Descritos os principais elementos da política econômica da ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner, convém apresentarmos índices macroeconômicos e dados sociais durante as décadas de 1950 e 1980. Entre 1955 e 1969 o PIB do Paraguai elevou-se 65,3%, abaixo do crescimento populacional (42,4%); porém, a balança comercial mostrou-se oscilante. Além disso, o crescimento das exportações foi vegetativo (37,3%) em comparação às cifras de importações (101,7%). No decênio seguinte, a economia nacional externou índices expressivos: entre 1970 e 1981, o PIB elevou-se 147,7%, o volume de importações cresceu 692,8%, juntamente com o de exportações (361,2%). Entretanto, a balança comercial manteve-se em déficit, pois o volume de importações foi maior do que o de exportações. Uma das explicações dessa disparidade reside no aumento do comércio ilegal nas regiões fronteiriças e nas facilidades na importação de produtos manufaturados sem o pagamento de impostos. Mesmo com o crescimento econômico e com uma relativa melhora na condição de vida da população, não houve um pleno desenvolvimento socioeconômico. O aumento do acesso ao ensino e a serviços essenciais (saneamento básico e eletricidade) foram mais significativos nas cidades do que no interior. No entanto, o principal entrave para o desenvolvimento era a elevadíssima desigualdade social. Em um país cuja principal atividade econômica era a agricultura, a concentração de grandes quantidades de terras nas mãos de poucas pessoas aumentou a exploração da força de trabalho camponesa e a migração para as cidades, resultando na marginalização social e na elevação do desemprego e do subemprego. Apesar de ter existido uma política que pretendia avançar na reforma agrária, o problema da má distribuição de terras não foi sanado. A concessão de propriedade de terras a setores sociais (militares, colorados) fez parte de um sistema de prebendas, cujo objetivo era garantir a manutenção da ditadura no poder. Na década de 1980, a economia paraguaia sofreu uma retração expressiva em virtude do fim das obras da Usina Hidroelétrica de Itaipu, da redução

¹⁷ BAEZ, op. cit., p. 112-113; BORDA, Dionisio. Empresariado y transición a la democracia en el Paraguay. In: SOLER, Lorena *et al.* (comp.). *Antología del pensamiento crítico paraguayo contemporáneo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 317-333; BOUVIER, op. cit., p. 39; CAMPOS, op. cit., p. 205; FOGEL, op. cit., p. 155-163; HILL, op. cit., p. 48; LEWIS, op. cit., 1986, p. 291; MENEZES, op. cit., p. 12-13; MIRANDA, op. cit., 1992, p. 116-118; NASCIMENTO, op. cit., p. 102-104; PERONI; BURT, op. cit., p. 17-18; UGARTE CENTURIÓN, op. cit., p. 216-266.

dos empréstimos internacionais, no impacto da dívida externa e dos desdobramentos da segunda crise internacional do petróleo. Mesmo tendo apresentado um leve crescimento do PIB (22%), esse valor ficou abaixo do aumento populacional (23,8%). Ademais, os volumes de importação e de exportação diminuíram. Mesmo com o corte do investimento governamental nas áreas de educação e de saúde e com a manutenção dos índices de desigualdade na concentração de terras, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país manteve seu ritmo de crescimento.¹⁸

3.2. O itinerário desenvolvimentista

Em suas administrações anteriores, *La Tribuna* não criticou as primeiras políticas de incentivo econômico do regime cívico-militar de Alfredo Stroessner, pelo contrário, corroborou as medidas apresentadas nos planos elaborados pela *Secretaría Técnica de Planificación* (STP).¹⁹ A partir do retorno da empresa em novembro de 1978, a concepção de desenvolvimento do jornal começou a ser perfilada por seus responsáveis, que acreditavam na necessidade de se estruturar um processo de desenvolvimento rápido e autossustentável por meio da utilização dos recursos humanos e materiais.

Um maior investimento na produção agrícola e uma melhor distribuição de renda entre a população foram concebidos como condições essenciais para impulsionar o desenvolvimento no país e erradicar as desigualdades sociais. Caso contrário, “(...) chegar-se-ia a uma forma de crescimento em que o processo econômico estaria vazio de conteúdo humano e na qual o autêntico progresso seria praticamente inexistente”.²⁰ De imediato, observamos que o diário privilegiou tanto a abordagem econômica, quanto o enfoque social,

¹⁸ A respeito dos indicadores macroeconômicos do Paraguai entre 1955 e 1981, Cf. UGARTE CENTURIÓN, op. cit., p. 284; 321-323. Já os dados macroeconômicos referentes aos anos 1982-1989, Cf. ARCE, Lucas; Zárate, Walter. Auge económico, estancamiento y caída de Stroessner. 1973-1989. In: BORDA; MASI, op. cit., p. 238-240. Acerca dos índices de crescimento demográfico nas regiões urbanas e rurais entre 1950 e 1992, Cf. DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS, op. cit., p. 23. Sobre os indicadores socioeconômicos entre 1960 e 1989 (renda total, concentração de terras, coeficiente de *Gini*, renda *per capita*, IDH, investimento estatal na saúde e na educação, residência com serviços básicos e níveis educativos da população com mais de sete anos de idade), Cf. ABENTE BRUN, op. cit., 2014, p. 30; IBARRA GÜELL, Pedro; UNCETA, Koldo (coord.). *Ensayos sobre el desarrollo humano*. Barcelona: Icaria Editorial, 2001, p. 379-380; PROGRAMA NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. *Informe Nacional sobre Desarrollo Humano 2008. Equidad para el Desarrollo*. Asunción: PNUD, 2008, p. 61; 95-96; MORLEY, Samuel; VOS, Rob. *Poverty and Dualistic Growth in Paraguay*. Washington, D.C.: Banco Inter-Americano de Desarrollo, 1997 *apud* INDART, Gustavo. *Pobreza y distribución del Ingreso en Paraguay*. Washington, D.C.: Banco Inter-Americano de Desarrollo, 2000, p. 22-24; SAUMA, Pablo. *La Distribución del Ingreso en el Paraguay*. Asunción: DIS/UNA, 1993 *apud* INDART, op. cit., p. 09; 20-24.

¹⁹ Cf. COLMÁN, op. cit., p. 40-42. A baliza cronológica da pesquisa de Emilio Colmán é 1963-1966. Logo, o autor se refere às políticas econômicas desenvolvidas pelo regime de Stroessner entre as décadas de 1950 e 1960. Além disso, nesse trabalho não há menção direta ao plano de desenvolvimento elaborado pela STP nesse período.

²⁰ Autosostenimiento económico. *La Tribuna*, Asunción, 20 nov. 1978. Opinión, p. 12 (tradução nossa).

em sua percepção de desenvolvimento. Em segundo lugar, são notáveis suas críticas à elaboração e execução dos planos da STP. Apesar de o discurso político oficialista enfatizar os esforços na condução de medidas em prol do desenvolvimento socioeconômico, o jornal destacou a inexistência de uma distribuição de renda equitativa no país e a preocupação excessiva do governo com os aspectos relacionados ao crescimento econômico. *A priori*, percebemos que a linguagem política do jornal dialogava com os escritos de Raúl Prebisch, de Celso Furtado e de Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, analisaremos a postura desenvolvimentista de *La Tribuna* através de duas dimensões: a ressalva do papel do Estado como orientador e promotor do desenvolvimento e a defesa da industrialização e da modernização do sistema agrícola.

Em seu artigo 94, a Constituição de 1967 garantiu ao Estado paraguaio a função de promover o desenvolvimento econômico – com o propósito de criar empregos e riqueza e de assegurar o bem-estar – a partir de “(...) programas globais baseados em princípios de justiça social (...)”.²¹ Além dos princípios constitucionais, o *Partido Colorado* e o *Partido Liberal Radical* ressaltaram em seus programas o papel do Estado como orientador e planejador do desenvolvimento socioeconômico do país e a necessidade de se estabelecer planos gerais e setoriais para incentivar esse processo.²² Partindo para fatores externos, a corrente desenvolvimentista da CEPAL entendia que o Estado teria a função de organizar e conduzir o planejamento econômico com o propósito de impulsionar as políticas de desenvolvimento e, conseqüentemente, de melhorar a situação socioeconômica do país. Ao apontar a existência do distanciamento entre os mecanismos de planejamento e os setores privados na elaboração dos planos nacionais, a CEPAL ressaltou a necessidade de aperfeiçoar esse processo através da capacitação da equipe técnica responsável pelos planos, do estabelecimento de canais de comunicação entre técnicos e diferentes grupos sociais (partidos políticos, sindicatos, empresários, universidades etc.) e da elaboração de medidas que melhorassem a capacitação dos recursos humanos, a distribuição de renda e as condições de vida da população.²³

Como ressaltado anteriormente, a criação da STP – em 1962 – concretizou os esforços dos governos passados que, desde a década de 1940, haviam tentado estabelecer um órgão capaz de apresentar planos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que dialogava com as propostas da “Aliança para o Progresso”. Instituída pelo decreto 312 e regulamentada pela lei

²¹ CONSTITUCIÓN DE 1967. In: PAPPALARDO ZALDÍVAR, op. cit., p. 151 (tradução nossa).

²² Cf. Declaración de principios y programa del Partido Colorado. In: DOLDÁN, Enzo A. *Reflexiones sobre el liberalismo y los partidos políticos del Paraguay*: con el ideario programa de cada partido político. Asunción: Talleres Gráficos Orbis, 1980, p. 150; Ideário del Partido Liberal Radical. In: DOLDÁN, op. cit., p. 107.

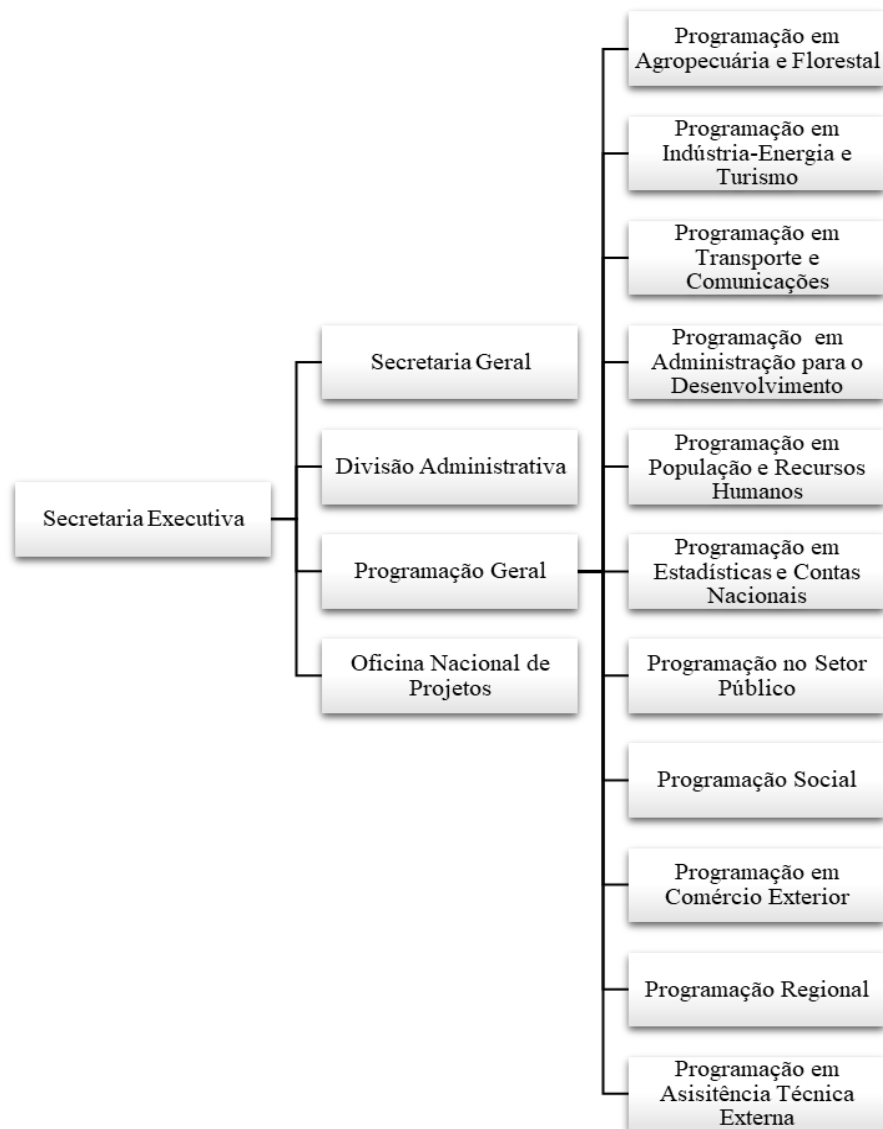
²³ COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA, op. cit., 1969, p. 98-136.

841, a STP estava ligada diretamente à Presidência da República e tinha como escopo a análise da situação socioeconômica paraguaia e a elaboração de planos para o desenvolvimento do país a partir do ideário do regime: crescimento econômico através da intensificação das exportações, fomento das atividades agroindustriais, substituição seletiva de importações, gradativa participação da população ao sistema econômico e elaboração de medidas que melhorassem as condições de vida dos cidadãos. Estruturalmente, a STP era administrada pela secretaria executiva e subdividida em quatro setores: secretaria geral, programação geral (ou divisões técnicas), divisão administrativa e Oficina Nacional de Projetos (Figura 2). Em suma, tais departamentos possuíam a função de obter informações sobre a conjuntura socioeconômica do país, diagnosticar os problemas existentes em cada campo da economia, identificar projetos de investimento, analisar as perspectivas econômicas e formular estratégias para o desenvolvimento socioeconômico.

Durante todo o regime, Federico Mandelburger assumiu o posto de secretário executivo da entidade e todos os integrantes de sua equipe – engenheiros, economistas, assessores, assistentes técnicos e funcionários de ministérios – eram recomendados a Stroessner antes de serem nomeados. Metodologicamente, a elaboração dos planos se pautava em projeções de variáveis econômicas e sociais, a partir de dados estatísticos. Uma vez finalizado, seu conteúdo (diagnóstico, objetivos, metas etc.) seguia para análise da secretaria executiva, que o cruzava com as informações recebidas pelos ministérios e organismos públicos e privados e, após aprovado, seguia para a Presidência da República. Regularmente, os técnicos da STP apresentavam a Stroessner os resultados da implementação das recomendações dos planos – realizadas pelos ministérios competentes – e sinalizavam as atividades econômicas que deveriam ser melhor acompanhadas. O primeiro plano foi realizado mediante um convênio assinado entre a CEPAL e o governo paraguaio. Já o segundo, executou-se a partir das recomendações da comissão *ad-hoc* do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso e das missões do Instituto Latino-Americano de Estudos Sociais.²⁴

Figura 2. Organização da *Secretaría Técnica de Planificación*

²⁴ 2º Plan Bienal. *Presentación Oficial*. Asunción: Presidencia de la República; Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social, 1966; *20 años de planificación en la República del Paraguay. 1962-1982*. Asunción: Presidencia de la República; Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social, 1982.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do organograma encontrado em *20 años de planificación en la República del Paraguay*, op. cit., s/p (tradução nossa).

Dialogando tanto com linguagens políticas endógenas (Constituição de 1967 e programas partidários), quanto exógenas (CEPAL), os representantes de *La Tribuna* defenderam a ação direta do Estado no sistema econômico do Paraguai e na condução do desenvolvimento a partir de um planejamento geral e setorializado. Em suas análises, o colunista Juan Andrés Cardozo afirmou que um Estado excessivamente a favor do livre-mercado não cumpria com o desenvolvimento nacional e que o governo tinha a obrigação de “(...) intervir na determinação das leis e medidas que regulam a economia do país”.²⁵ O discurso político de Cardozo é reforçado com o posicionamento do jornal, o qual enfatizou que o desenvolvimento econômico paraguaio deveria ser impulsionado pelo Estado a partir de uma política de planejamento que dialogasse com os setores sociais – sobretudo os grupos da iniciativa privada – e que traduzisse os anseios populares. Além disso, apontou a ingerência dos agentes governamentais ao ressaltar as dificuldades de se realizar atividades sem compreender as

²⁵ CARDOZO, Juan Andrés. Regulación de la economía según los principios éticos. *La Tribuna*, Asunción, 20 jun. 1981. Opinión, caderno A, p. 04 (tradução nossa).

técnicas e sem conhecer os problemas do país. Dessa forma, apresentou os dois pontos que conduziram suas críticas em relação aos planos criados pelo regime: a falta de capacitação técnica dos funcionários encarregados do planejamento econômico e a inação frente aos problemas sociais.²⁶

A respeito do primeiro ponto, o diário ressaltou que o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de 1965 havia sido um marco para o desenvolvimento oscilante da sociedade paraguaia e que o governo de Stroessner havia convocado técnicos estrangeiros para elaborá-lo. Além disso, destacou a interferência política na escolha dos profissionais responsáveis pelos planejamentos posteriores, e asseverou que:

(...) os interesses pessoais e de um pequeno grupo dominante primavam sobre os (...) gerais que aos de interesse nacional. Nisso não houve mudanças significativas. Os planos de desenvolvimento ainda esperam melhores dias quando seus lineamentos e recomendações sejam levados a sério.²⁷

Ao criticar os governos anteriores por não terem conseguido estruturar as bases para a formação de espaços de capacitação científico-tecnológica nacionais em virtude da presença estrangeira no Paraguai, o diário destacou que o desenvolvimento no país seria robustecido a partir da criação de uma equipe técnica autóctone que conduzisse os planejamentos econômicos. A respeito desse ponto, o jornal expressou a importância de o crescimento econômico acompanhar a modernização na gestão administrativa do Estado e ressaltou que os dois principais problemas relacionados à execução dos planos de desenvolvimento socioeconômico eram a evasão no setor público dos poucos técnicos qualificados e a falta de capacitação dos funcionários públicos. O primeiro empecilho relacionava-se às diferenças salariais dos profissionais habilitados dos setores público e privado. Apesar das garantias de pertencer à burocracia estatal, muitos trabalhadores com uma formação mais sólida optavam por deixar seus cargos nas entidades governamentais por conta dos baixos salários. Além disso, essa decisão coincidia com a impossibilidade de organização de movimentos por equiparação salarial em virtude das represálias do aparelho estatal. Ao enfatizar os problemas referentes à qualificação profissional dos técnicos e ao aspecto salarial, o diário evidenciou a perspectiva tecnocrata de seus representantes – os quais defendiam que as decisões a respeito da condução dos planos de desenvolvimento estivessem a cargo de especialistas qualificados no exterior por meio de bolsas de estudo concedidas pelo governo – e cobrou das autoridades a alteração dessa prática. Já o segundo obstáculo coincidiu com criação de órgãos estatais

²⁶ Editorial: Política económica. *La Tribuna*, Asunción, 01 mar. 1979. Opinión, p. 10.

²⁷ Tecnología y planificación, bases del desarrollo nacional. *La Tribuna*, Asunción, 08 abr. 1979. Economía, p. 04 (tradução nossa).

destinados à execução do planejamento econômico, com o consequente aumento de empregos nas instituições governamentais.²⁸

A maioria desses funcionários era contratada pela burocracia estatal por conta dos vínculos familiares ou partidários, levando ao predomínio de indivíduos sem habilidades ou experiência, e toda a equipe da STP era admitida mediante indicação de seu secretário executivo. Ou seja, o regime havia comprometido o desenvolvimento do país em favor de seu interesse em se manter no poder através do sistema de prebendas.²⁹ Esse debate não ficou circunscrito apenas ao diário *La Tribuna*, mas apareceu em outros veículos. Como exemplo, destacamos o artigo de Edwin M. Brítez publicado pelo jornal *ABC Color* em 1983, o qual refletiu sobre a situação dos funcionários públicos a partir da queixa do presidente do BCP ao Congresso Nacional a respeito do despreparo do nível profissional dos egressos de universidades que haviam sido alocados em repartições públicas. Para o autor, o problema não seria a falta de bons profissionais, mas o regime de recomendações vigente no período. Ademais, ressaltou que o serviço público havia deixado de ser uma oportunidade de trabalho viável diante dos baixos salários e dos casos de corrupção e peculato.³⁰

As asseverações de *La Tribuna* também coincidem com as afirmações de Ulpiano Fonseca Nascimento a respeito dos problemas existentes na elaboração dos primeiros planejamentos econômicos. Ao realizar um panorama dos planos para o desenvolvimento nos países latino-americanos, incluindo o Paraguai, o autor sinalizou que os especialistas estrangeiros responsáveis pela formulação desses documentos haviam introduzido um modelo exógeno sem considerar as particularidades socioeconômicas locais. Além disso, destacou que o objetivo dos governos ao agilizar esse processo foi tentar captar empréstimos de organismos internacionais. Dessa forma, a procura de soluções para as dificuldades socioeconômicas tornou-se uma preocupação secundária. Destacando o caso paraguaio, afirmou que havia no país a escassez de técnicos e que o regime marginalizava os profissionais que não pertenciam ao grupo político que estava no poder. Em sua conclusão, Nascimento ressaltou que as dificuldades na aplicação do planejamento econômico residia na ausência de diálogo com os setores sociais, na falta de uma equipe técnica atuante, na interferência da ideologia de grupos que detinham o poder e no desconhecimento de aspectos da realidade nacional.³¹ Apesar de

²⁸ Cf. Editorial: Crecimiento y administración. *La Tribuna*, Asunción, 12 jan. 1979. Opinión, p. 10.

²⁹ As informações a respeito do alto número de empregados em órgãos estatais e da prática prebendaria estão em LEWIS, op. cit., 1986, p. 289.

³⁰ BRÍTEZ, Edwin M. Sobre capaces y mediocres. *ABC Color*, Asunción, 12 fev. 1983 *apud* BRÍTEZ, Edwin M. *et al. Hacia el cambio político. Los años ochenta en Paraguay. Enfoques periodísticos*. Asunción: El Lector, 1987, p. 207-209.

³¹ NASCIMENTO, op. cit., p. 122-126.

não ter sido citado diretamente nos artigos publicados em *La Tribuna*, acreditamos que os responsáveis pelo jornal tinham conhecimento do estudo de Nascimento, pois constantemente mencionavam trabalhos acadêmicos lançados em periódicos internacionais. No entanto, o que nos chama a atenção é o fato de que os problemas apontados ao final da década de 1960 ainda persistiam.

Um dos reflexos na condução dos programas de planejamento econômico realizados por funcionários públicos preocupados com os interesses governamentais foi o descompromisso com os problemas sociais. Para o diário, a ideia de que o desenvolvimento deveria atender as necessidades essenciais dos cidadãos era consenso entre diferentes setores sociais, autoridades nacionais e técnicos de planejamento. Apesar disso, tal perspectiva não havia sido seguida na prática. Ante essa constatação, o jornal se questionou a respeito do caminho desejável para o Paraguai: “(...) ou a um tipo de sociedade dependente, e por consequência com maiores desequilíbrios internos, ou à criação de oportunidades efetivas que elevem (...) a qualidade de vida, em especial da população de baixa renda”.³² Além de sua indagação, o jornal entendia que o pleno desenvolvimento paraguaio apenas seria possível caso os problemas sociais fossem sanados pelo regime e apontou que o planejamento governamental, por se preocupar excessivamente com os aspectos econômicos, não havia atendido às necessidades dos setores sociais menos favorecidos, que ainda conviviam com o desemprego e o subemprego e a falta de acesso à moradia salubre, à terra e à eletricidade. Para os responsáveis pelo jornal, a população estava imobilizada ante as decisões alheias – já que não possuía poder de decisão – e os projetos estipulados pelas autoridades nacionais apenas se preocupavam com a situação social quando se tratava de absorver força de trabalho de baixo custo.³³ Dessa forma, o jornal fez uma crítica à conduta das políticas do Poder Executivo e a defesa de uma maior participação social e econômica dos paraguaios. Tal preocupação de *La Tribuna* pautou-se no receio de que setores marginalizados economicamente pudessem se organizar para exigir sua participação no sistema socioeconômico, podendo transformar o estado das coisas no país. Apesar de os planos elaborados pela STP ressaltarem que havia o compromisso com o bem-estar populacional e a intenção de integrar os cidadãos à vida econômica do país, o diário afirmou que, na prática, tal ideário não era efetivamente seguido.

³² El crecimiento debe atender necesidades humanas básicas. *La Tribuna*, Asunción, 27 nov. 1978. Economía, p. 08 (tradução nossa).

³³ Idem.

Prosseguindo nessa linha de raciocínio, o jornal ressaltou que as políticas governamentais nesse campo tinham como objetivo o aumento de emprego e de renda e a ênfase na construção de grandes obras de infraestrutura. Apesar de concordar com as medidas governamentais na esfera macroeconômica, o diário denunciou a desatenção do regime com a situação enfrentada pela população de baixa renda no interior e na capital do país. Para o veículo, ao invés de o Plano de Desenvolvimento de 1977/1981 ter apresentado medidas capazes de sanar eficazmente os problemas sociais, decidiu-se enfatizar as ações que estimulassem o crescimento econômico a partir da exportação de produtos básicos. Levando apenas em consideração os aspectos financeiros e monetaristas, as autoridades nacionais acreditavam que o desenvolvimento seria atingido com a ampliação da participação de diferentes grupos sociais (camponeses, trabalhadores urbanos, comerciantes etc.) no sistema econômico do país. As políticas destinadas ao aumento de moradias, à distribuição equitativa de renda e de terras e à expansão do acesso à eletricidade e de serviços de saneamento básico haviam sido marginalizadas pelos agentes públicos encarregados pela condução econômica do Paraguai. No referido plano, assim como em seus antecessores, havia metas destinadas a resolver os problemas sociais do país e os obstáculos sociais; entretanto, tais recomendações não se refletiram na prática.³⁴

Portanto, para *La Tribuna* havia a necessidade de impulsionar as medidas destinadas ao crescimento econômico conjuntamente com ações que melhorassem as condições de vida dos habitantes das áreas rurais e urbanas. Assim, o veículo apontou que o descompromisso com os problemas sociais era de responsabilidade dos funcionários estatais dos ministérios competentes e não dos técnicos da área de planejamento do governo, que estariam cumprindo com suas funções. Essa postura relacionou-se com as reflexões da CEPAL acerca dos problemas na elaboração e na condução dos planejamentos econômicos na América Latina. Para a comissão, não havia um diálogo entre técnicos responsáveis pelos planejamentos, agentes estatais e setores da sociedade no processo de elaboração dos planos – que, por sua vez, não levavam em consideração aspectos relacionados ao desemprego/subemprego, o alto grau de concentração de renda. Ademais, os técnicos de planejamento de diferentes países latino-americanos não tinham a experiência suficiente para lidar com os problemas socioeconômicos e encontravam-se diante de uma série de entraves, como as dificuldades de acesso às mais variadas informações (dados, estatísticas, censos populacionais etc.) e a ausência de mecanismos que controlassem a execução dos planos.³⁵ Dessa forma, os

³⁴ Lo social debe ser objetivo de la política económica. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1978. Economía, p. 06.

³⁵ COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA, op. cit., p. 120-129.

problemas encontrados pelos técnicos responsáveis pelo planejamento no Paraguai não eram exceção. Retornando à posição de *La Tribuna*, apesar de ter compreendido as dificuldades no processo de elaboração dos planos, o jornal não atenuou as críticas aos técnicos, nem tampouco os eximiu da necessidade de se capacitarem profissionalmente.

Dias depois, *La Tribuna* retornou à discussão ao apontar que a concentração de renda entre as camadas mais ricas havia sido resultado do significativo crescimento econômico paraguaio dos últimos anos. Porém, ressaltou que tal processo não foi acompanhado de políticas que tivessem como escopo o melhoramento da situação da população de baixa renda. Nesse sentido, o diário ressaltou a obrigação de o governo formular “(...) medidas que tendam a fazer participes aos estratos de menores rendas (...), tanto por um (...) sentido humanista, como também (...) se evitarão tensões sociais (...)”.³⁶ Ao comentar a importância do planejamento para o desenvolvimento socioeconômico, o diário afirmou:

No Paraguai, a Aliança para o Progresso teve talvez, com a criação da Secretaria Técnica de Planejamento seu maior êxito. (...). Desde então tem ocorrido mudanças significativas, os planos têm se mostrado menos ambiciosos e têm aceitado que as dificuldades da estrutura e a conformação econômico-social não podem ser modificadas senão quando a administração central adote ou imponha mudanças internas em profundidade.³⁷

Para os responsáveis por *La Tribuna*, a fragilidade na condução de políticas sociais e a marginalização da população do sistema financeiro poderiam gerar contestações populares por uma maior participação política e econômica, alterando a ordem institucional do país e dificultando o processo de desenvolvimento. Havia, dessa forma, a desconfiança de que setores partidários pudessem aproveitar-se dessa situação para instaurar um novo regime que truncaria a possibilidade de uma abertura política. Esse alarme condizia com a conjuntura internacional, sobretudo com os fatos ocorridos no Irã e na Nicarágua.³⁸ Assim, para frear esse movimento seria preciso que os órgãos governamentais reformulassem seus projetos de planejamento econômico, introduzindo medidas eficazes que melhorassem as condições de

³⁶ Tendencia reciente de la distribución de ingresos en el Paraguay. *La Tribuna*, Asunción, 04 jan. 1979. Economía, p. 04 (tradução nossa).

³⁷ La planificación en el desarrollo del país. *La Tribuna*, Asunción, 11 jan. 1979. Economía, p. 04 (tradução nossa).

³⁸ No Irã, a ditadura do xá Mohammad Reza Pahlevi foi derrubada, em 1979, pelos muçulmanos tradicionalistas, chefiados pelo aiatolá Ruhollah Khomeini, que proclamou a República Islâmica do Irã e tornou-se chefe religioso e político. Em relação ao caso nicaraguense, entre as décadas de 1960 e 1970 o movimento guerrilheiro da Frente Sandinista de Libertação Nacional – formada por operários, camponeses, eclesiásticos etc. – intensificou sua luta contra a ditadura de Anastácio Somoza. Com o assassinato de Pedro Joaquín Chamorro, editor do jornal *La Prensa*, com a adesão das elites locais e da população e com a crise política e econômica, a Frente Sandinista ampliou, em 1978, suas ações por todo o país e pressionou a derrubada do regime, o que ocorreu em meados do ano seguinte. Ao assumir o comando do Estado, o movimento sandinista apresentou um programa que enfatizou a soberania popular. Diante da situação, Somoza exilou-se no Paraguai, onde foi assassinado em 1980, em um ataque terrorista em Assunção.

vida da população. Frente a tal conjuntura, em janeiro de 1979 a STP emitiu um documento solicitando a criação de comissões internacionais para analisar aspectos socioeconômicos, de um ministério de Economia, Minas e Hidrocarbonetos e de um ministério de Transportes e Comunicações; recomendando a descentralização da administração central; e propondo a regionalização jurídico-administrativo que possibilitasse a elaboração de planos específicos para o desenvolvimento.³⁹ Além de afirmar a necessidade de reformulação dos mecanismos públicos para facilitar o planejamento socioeconômico, as medidas apresentadas pela secretaria relacionaram-se a outros dois acontecimentos importantes. O primeiro refere-se à publicação, no final de 1978, do estudo realizado pelos técnicos do Banco Mundial (BM), que haviam sinalizado às autoridades nacionais a ausência de coordenação efetiva entre os diferentes setores administrativos que conduziam a economia paraguaia. Portanto, sugeriu-se a criação de uma entidade composta por ministérios e órgãos governamentais que supervisionasse a elaboração e a condução das políticas econômicas no país.⁴⁰ O segundo episódio foi decorrente das críticas do BM e relacionou-se ao documento elaborado pelos técnicos da STP que havia exigido do Poder Executivo a implementação de medidas que aumentassem a eficácia da administração pública para cumprir satisfatoriamente com as metas enunciadas no plano de desenvolvimento vigente.⁴¹ Destarte, os responsáveis por *La Tribuna* apontaram a necessidade de modernização do aparelho burocrático estatal com o intuito de conduzir o pleno desenvolvimento no país, atendendo os aspectos sociais e econômicos.⁴² A respeito desse ponto, para o jornal a modernização do Paraguai deveria levar em consideração não apenas fatores macroeconômicos, mas aspectos sociais que garantissem melhores condições de vida à população.⁴³

Há, nesse discurso político, o diálogo com a perspectiva desenvolvimentista da CEPAL e, também, com a sociologia da modernização. Em relação à primeira linha de pensamento, o jornal acreditava que a implementação de um processo de modernização no país conduziria a uma igualdade social por meio de medidas redistributivas realizadas pelas autoridades nacionais.⁴⁴ Ou seja, concomitantemente à solidificação da industrialização, o Estado deveria assegurar uma série de garantias aos setores populares e, dessa maneira,

³⁹ La planificación en el desarrollo del país. *La Tribuna*, op. cit.

⁴⁰ Proyectos se estancan por falta de coordinación. *La Tribuna*, Asunción, 04 dez. 1978. Economía, p. 07.

⁴¹ Plantean una reforma de la administración pública. *La Tribuna*, Asunción, 07 jan. 1979. Economía, p. 07.

⁴² A defesa pela reforma dos organismos governamentais apareceu em diversos artigos e editoriais. A título de exemplo, Cf. Editorial: Reformas necesarias. *La Tribuna*, Asunción, 27 ago. 1979. Opinión, p. 10; e Editorial: Reestructuración administrativa. *La Tribuna*, Asunción, 09 abr. 1979. Opinión, p. 10.

⁴³ Modernización del proceso económico en Paraguay. *La Tribuna*, Asunción, 14 mai. 1979. Economía, p. 07.

⁴⁴ Sobre a questão da “homogeneidade social” no pensamento desenvolvimentista da CEPAL, Cf. BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 38-48.

formar um corpo social uniforme. A respeito do segundo aspecto, Gino Germani – um dos expoentes da referida corrente sociológica – asseverou que a modernização era um processo formado por diferentes aspectos que variavam a partir das particularidades de cada país e da conjuntura internacional. Dentre tais elementos estavam o desenvolvimento econômico, a modernização social e a modernização política, entendidos pelo autor como movimentos que transformariam a estrutura das sociedades e, conseqüentemente, estimulariam uma série de mudanças.⁴⁵ A transição de uma estrutura social “tradicional” para uma “industrial” seria composta por duas etapas: “democracia representativa com participação limitada” e “democracia representativa com participação ampliada”. A primeira fase corresponderia à integração da economia nacional ao mercado mundial, o surgimento de uma classe média urbana, o funcionamento das instituições democráticas e às garantias constitucionais. Entretanto, uma das deficiências desse processo na América Latina era a falta da participação política dos setores populares, aspecto que seria revisto na fase seguinte, na qual haveria a integração da população (classe média e classe operária) das áreas centrais. Com as migrações internas massivas, a acentuação do crescimento industrial a ampliação de garantias sociais (emprego, educação etc.) haveria o diálogo com outros grupos nacionais, garantindo um regime de participação total.⁴⁶

Em consonância com essa abordagem, os representantes de *La Tribuna* acreditavam que o desenvolvimento paraguaio apenas seria possível se houvesse a ampliação dos direitos sociais (redistribuição de renda, aumento no número de empregos etc.) e a maior participação político-econômica dos cidadãos, aspecto que só seria exequível com a abertura política do país. Não obstante, essa interpretação apresenta alguns problemas. Primeiramente, as projeções realizadas pelo veículo não levaram em consideração a incipiente industrialização do país e a pequena classe operária, aspectos importantes – segundo as teorias citadas – para a integração dos grupos sociais à vida político-econômica nacional. Em segundo lugar, a política de “reforma agrária” do regime de Alfredo Stroessner, ao invés de atenuar o problema da concentração de terras, acentuou a desigualdade social no campo, resultando na impossibilidade de se construir uma aliança entre os diferentes setores da sociedade. Por último, o jornal parece defender uma participação popular tutelada, pois temia que grupos políticos aproveitassem a situação para “mobilizarem” a população em prol de seus interesses.

⁴⁵ GERMANI, Gino. *Sociologia da modernização*. Tradução: Eurico de Lima Figueiredo. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974, p. 08-22.

⁴⁶ GERMANI, Gino; SILVERT, Kalman. Estructura social e intervención militar en América Latina. In: DI TELLA, Torcuato S.; GERMANI, Gino *et al.* *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965, p. 233-235; GERMANI, Gino. Hacia una democracia de masas. In: DI TELLA; GERMANI *et. al.*, op. cit., p. 211.

La Tribuna associou a falta de comprometimento dos agentes públicos com as dificuldades encontradas na implementação de políticas que sanassem os problemas sociais e modernizassem o aparelho burocrático. Sobre esse último ponto, o diário destacou – aproveitando-se das críticas dos funcionários do BM e dos técnicos da STP – que a alteração das estruturas administrativas do regime refletiria positivamente na condução das medidas apresentadas nos planos da STP. Os problemas a respeito do planejamento econômico foram debatidos pelo veículo em artigo que realizou um balanço da condução das políticas em prol do desenvolvimento nacional. Nele, o jornal lembrou a influência dos setores sociais e políticos na preparação do primeiro plano de desenvolvimento. Entretanto, apontou que após mais de um decênio as medidas elaboradas para acelerar a taxa de crescimento das principais atividades econômicas não haviam refletido na prática, em virtude da “improvisação”, das “medidas a curto prazo” que interrompiam as metas de longo alcance e da “(...) atuação dentro de limites estreitos que ainda têm a ver mais com a preservação do status quo que com o melhoramento das condições e a qualidade de vida para a população”.⁴⁷

Com um tom mais energético, *La Tribuna* chegava a afirmar que os avanços econômicos sob Stroessner não haviam significado soluções efetivas aos problemas sociais e que as políticas de curto prazo conduzidas pelo regime unicamente se preocupavam em manter o crescimento econômico-financeiro do país – em prol de um grupo dominante – ao invés de direcionar suas ações para atingir as metas de longo alcance para melhorar as condições de vida da população. Ao apresentar os índices macroeconômicos e as medidas traçadas pelos planos de desenvolvimento para sanar os problemas sociais vigentes (falta de acesso aos serviços básicos, desemprego, desestímulo às atividades produtivas e ao melhoramento técnico etc.), o diário ressaltou que a distribuição equitativa de renda não havia sido tratada como um objetivo realmente necessário. Apesar de os planos terem ressaltado metas para fomentar o desenvolvimento do país, havia um distanciamento entre as propostas e a atitude das autoridades em levar adiante tais recomendações da STP. Assim, o jornal criticou os modelos considerados ultrapassados da administração pública, denunciou suas ações corruptas e ineficientes e questionou a linguagem política do governo sobre suas ações a favor do desenvolvimento. De modo geral, as críticas externadas pelo periódico à condução do planejamento econômico governamental apontaram que o aumento das diferenças sociais e a existência de uma estrutura burocrática corrupta e partidarizada poderiam gerar futuras contestações político-econômicas por parte de diferentes grupos prejudicados pela inação do

⁴⁷ Enfoque sobre desarrollo y sus logros en Paraguay. *La Tribuna*, Asunción, 22 jan. 1979. Economía, p. 04 (tradução nossa).

Estado em diferentes áreas. Novamente, nota-se o receio dos responsáveis pelo veículo de que a conjuntura pudesse suscitar uma mobilização popular e, conseqüentemente, a mudança da ordem vigente.

Os entraves existentes no caminho do desenvolvimento paraguaio também ecoaram nos artigos assinados por Aníbal Miranda e publicados em *La Tribuna*. Ao analisar a situação energética do Paraguai, o autor comentou o trabalho conduzido pela STP e realizou algumas críticas ao referido órgão governamental e a situação do planejamento no país. Para ele, a metodologia de coleta de dados adotada pelos técnicos estatais havia “(...) sido obstaculizado pela falta de um método único que pudesse se tomar válido para toda a administração pública, em especial no que se refere (...) à distribuição de renda nacional”.⁴⁸ Além disso, ressaltou que a execução dos planos da STP havia se atrasado em virtude “(...) de fatores de ordem política e rigidez da estrutura produtiva, investimentos não adequados às prioridades estabelecidas e outros elementos exógenos ao sistema (...)”.⁴⁹ Após apontar os problemas referentes à condução dos planos elaborados pela secretaria estatal, Miranda destacou o reflexo dessa conjuntura, especificamente a respeito da marginalização das medidas sociais no planejamento econômico. Em virtude dessa situação, o país havia regredido na distribuição de renda, uma vez que os “(...) estratos de alta renda concentram o poder econômico e o poder político, em detrimento dos estratos assalariados, trabalhadores, o pequeno produtor camponês, e nessa medida se ampliou a brecha social”.⁵⁰ Com isso, houve a intensificação de uma série de problemas sociais: diminuição dos salários reais frente à elevação dos preços, subemprego e falta de atenção médica e de educação. Ante tal situação, o autor ressaltou que um “(...) crescimento pensado (...) para satisfazer os desejos e privilégios de uma minoria demonstra (...) os resultados a que se pode chegar ao não corrigir o rumo”.⁵¹

Observamos que as asseverações de Miranda condizem com o discurso político dos responsáveis por *La Tribuna* em vários aspectos. Primeiramente, ambos criticavam a estrutura organizacional da STP, juntamente com o processo de elaboração dos planos e a carência tanto de técnicos qualificados, quanto de uma metodologia eficaz.⁵² Entretanto, concluíram que tais problemas não poderiam ser atribuídos à secretária, mas aos interesses políticos e econômicos de determinadas autoridades governamentais. Nesse aspecto, concordaram com a

⁴⁸ MIRANDA, Aníbal. Planificación y aprovechamiento energético. *La Tribuna*, Asunción, 12 jan. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ MIRANDA, Aníbal. Proyectos y realidades. *La Tribuna*, Asunción, 04 jan. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

⁵¹ Idem.

⁵² Além disso, a STP havia encontrado uma série de dificuldades para obter dados e informações, o que resalta os problemas no diálogo entre os órgãos estatais.

ideia da reestruturação do aparelho burocrático do Estado. Tal perspectiva criticou o sistema de prebendas do regime cívico-militar de Stroessner e a influência do Executivo no trabalho das instituições públicas. O significativo crescimento econômico, a ampliação das obras de infraestrutura e a intervenção estatal no fomento ao desenvolvimento nacional foram algumas medidas enaltecidas por Miranda e pelo diário. Não obstante, foram apontados problemas na execução dessas metas. A questão sobre o cooperativismo é um exemplo. Em editorial, o jornal destacou que essa forma de organização coletiva impulsionaria o desenvolvimento social e econômico do país, pois ajudaria a combater as dificuldades do pequeno produtor agrícola em conseguir créditos, e contribuiria para a modernização da agricultura.⁵³ Miranda e *La Tribuna* também ressaltaram que a marginalização das metas sociais no planejamento público e a inação do governo quanto aos problemas de redistribuição de renda, diminuição salarial, desemprego e falta de acesso a direitos essenciais (moradia, saúde e educação) refletiram a desatenção estatal frente às necessidades urgentes da população e a condução de uma política econômica em prol de um grupo minoritário que detinha o poder. Tais questões não apenas seriam um obstáculo ao desenvolvimento nacional, mas poderiam ser o estopim para a formação de movimentos populares que contestariam o regime de Stroessner, ocasionando em uma possível alteração na ordem política.

As críticas ao Poder Executivo e aos funcionários públicos e a comparação do Paraguai com o caso nicaraguense conduziram à suspensão temporária do jornal em 1979. Após o seu retorno, o veículo minimizou suas opiniões a respeito do planejamento econômico. Entretanto, o tema foi novamente abordado em editoriais publicados entre 1981 e 1982. A propósito da proximidade do fim da vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento, *La Tribuna* destacou as metas atingidas e a esperança na elaboração de um novo plano que mantivesse a estratégia de “crescimento para fora” e implementasse medidas para otimizar esse processo.⁵⁴ Em editorial, o jornal reafirmou a necessidade de o país intensificar sua produção manufatureira como uma maneira de acelerar o crescimento econômico nacional e de se buscar formas de melhorar a dinâmica de escoamento dos produtos paraguaios nos mercados externos através de iniciativas públicas ou privadas.⁵⁵ As críticas dos responsáveis de *La Tribuna* ao trabalho desenvolvido pela equipe técnica da STP foram, de certa forma, absorvidas pelos funcionários dessa secretaria. Publicado dois anos após o diário ter sido definitivamente fechado, o Plano de Desenvolvimento Econômico e

⁵³ Editorial: El cooperativismo. *La Tribuna*, Asunción, 25 nov. 1978. Opinión, p. 12.

⁵⁴ Editorial: Planificación necesaria. *La Tribuna*, Asunción, 20 nov. 1981. Opinión, p. 05.

⁵⁵ Editorial: Estrategia. *La Tribuna*, Asunción, 31 jan. 1982. Opinión, p. 05.

Social para o quinquênio 1985-1989 apontou a necessidade de os órgãos competentes implementarem políticas apropriadas para a reativação econômica, projetarem novas metas de desenvolvimento – dinamizando a ação pública e promovendo o investimento privado, a captação de capital e de tecnologia do exterior – e recuperarem a dinâmica do crescimento econômico, frente às repercussões desfavoráveis na economia nacional no biênio 1982-1983. Tais atividades deveriam ser implementadas nos marcos da “paz social”, da “justiça” e da “liberdade política”. De acordo com a STP, as mudanças na mentalidade da administração pública e dos setores privados haviam permitido a participação ativa do Estado em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, a partir de uma perspectiva de política de economia mista. Ao fazer um balanço da planificação no país, o plano 1985-1989 ressaltou que os principais problemas estruturais que obstaculizaram o processo de desenvolvimento autônomo e sustentável foram a desigual distribuição de terras, a manutenção de um sistema tributário não equitativo, a concentração do capital produtivo e financeiro nas mãos de um estrato reduzido da população, a presença de enclaves empresariais multinacionais e uma estrutura inadequada para a formação de empresas nacionais.⁵⁶ Entendemos que os funcionários da STP evidenciaram, nesse plano, uma autocritica da conduta desse órgão e se disponibilizaram a ajustar as deficiências – sobretudo a desatenção ao campo social – a partir das críticas feitas pela opinião pública, em especial aquelas realizadas pelos responsáveis por *La Tribuna*.

O discurso político das autoridades nacionais, dos técnicos de órgãos estatais e de uma parcela da opinião pública defendia tanto o fortalecimento das atividades primário-exportadoras, quanto o avanço da industrialização no país, como um requisito para alcançar um desenvolvimento pleno. A respeito do primeiro aspecto, *La Tribuna* ressaltou que não havia, segundo economistas, desenvolvimento agrícola sem desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o processo desenvolvimentista se intensificaria a partir da “(...) constante aplicação de capitais com objetivo de incentivar a produção em um processo sustentável que, à medida que cresce, diversifica-se e dinamiza áreas da atividade econômica”.⁵⁷ Ao destacar o caso paraguaio, o jornal assegurou que as atividades agrícolas tiveram um papel preponderante no crescimento econômico nacional, demonstrando “(...) constituir o pilar mais sólido de nosso desenvolvimento”.⁵⁸ A internacionalização do setor agrícola no Paraguai

⁵⁶ *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social. 1985-1989*. Primera parte: Situación Socioeconómica Global. 1970-1984. Asunción: Presidencia de la República; Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social, 1985, p. 02-09.

⁵⁷ Editorial: Pilar de desarrollo. *La Tribuna*, Asunción, 28 dez. 1978. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

⁵⁸ Idem.

havia permitido a integração dessa atividade ao capital e ao mercado internacionais por meio de investimentos de agências estrangeiras em latifúndios tradicionais e da presença de corporações multinacionais. Ou seja, houve uma gradual incorporação do capital estrangeiro e um menor investimento do Estado.⁵⁹ Para os responsáveis por *La Tribuna*, o desenvolvimento econômico significava a ampliação de capitais com o intuito de estimular os meios produtivos e dinamizar as atividades econômicas. Assim, considerava que o setor agrícola era a base do desenvolvimentismo paraguaio, pois havia auxiliado na formação do capital nacional, aumentado o consumo interno e fomentado outras atividades produtivas. Ademais, ressaltou a importância das ações estatais que haviam fomentado o setor primário através de incentivos aos produtores rurais.

Sobre essa questão, *La Tribuna* ressaltou a necessidade de a produção agrícola no país ser acompanhada e incentivada a partir da “(...) participação direta do Estado no processo de comercialização”.⁶⁰ Para que tal setor aumentasse sua produtividade deveria haver uma “(...) melhor tecnologia utilizada”.⁶¹ Em relação a esse ponto, o jornal destacou a existência – no Paraguai – de empresas internacionais que possuíam equipamentos tecnológicos que, a curto ou a longo prazo, refletiria em índices positivos. Ou seja, enfatizou que a internacionalização agrícola no país havia resultado na implementação de equipamentos tecnológicos de ponta que aumentou significativamente a produção primária. Diante tal situação, apresentou duas alternativas: “(...) ou a grande empresa agrícola ou pecuária, com tecnologia e capitais estrangeiros altamente eficientes e rentáveis, ou a agrupação dos pequenos produtores substancialmente assistidos tecnológica e financeiramente”.⁶² Assim, o diário recomendou – por questões de soberania e segurança nacionais – que o Estado devesse criar mecanismos para evitar que os camponeses se tornassem dependentes das empresas de capital estrangeiro.

A situação que *La Tribuna* apresenta pode ser associada às discussões de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto a respeito do “enclave agrícola”. Para os autores, essa condição correspondia a uma economia vinculada ao mercado exterior por meio da produção gerada por áreas do setor primário controladas no exterior. Nesse sistema, o mercado interno seria prejudicado, pois a concentração de renda ficaria circunscrita ao setor de enclave, além

⁵⁹ HILL, op. cit., p. 48. Hill baseou-se no termo “internacionalização do mercado interno”, cunhado por Cardoso e Falleto para caracterizar o sistema econômico de um país dependente das estruturas monopolistas internacionais. Cf. CARDOSO; FALLETO, op. cit.

⁶⁰ Editorial: Las decisiones económicas. *La Tribuna*, Asunción, 25 fev. 1982. Opinión, p. 05 (tradução nossa).

⁶¹ Editorial: El pequeño productor. *La Tribuna*, Asunción, 17 jan. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

⁶² Editorial: Multinacional o pequeño productor. *La Tribuna*, Asunción, 19 mar. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

de ter a economia de subsistência e a produção para o mercado interno afetadas.⁶³ Nessa mesma linha de raciocínio, Celso Furtado apontou que a introdução de novas linhas de produção na periferia – orientadas pelos países do centro – resultaria em problemas socioeconômicos, como o traslado de agricultores e o agravamento da concentração da propriedade da terra.⁶⁴ Ademais, enfatizou que a agricultura voltada à exportação e organizada em empresas capitalistas concentrava-se no cultivo de determinados produtos e caracterizava-se pela oferta elástica da força de trabalho, uma vez que o salário real dos agricultores era superior ao que se obtinha na agricultura tradicional.⁶⁵ Dessa maneira, os responsáveis por *La Tribuna* ressaltaram que uma das formas de superar esse modelo era o estabelecimento de políticas que garantissem assistência financeira aos agricultores e que estimulasse a introdução de técnicas modernas na produção agrícola. Tal questão também foi discutida por Aníbal Miranda, o qual afirmou que “(...) a existência de minifúndios com um baixo nível de produtividade, o uso de implementos ineficientes e antiquados (...), a falta de mecanização (...), são outros tantos problemas que afetam o setor primário (...)”.⁶⁶

Os discursos políticos dos representantes de *La Tribuna* dialogaram com as perspectivas de Raúl Prebisch. De acordo com esse autor, as atividades primário-exportadoras forneciam as divisas utilizadas na importação dos bens necessários para o processo de industrialização na América Latina. Por esse motivo, defendeu que o Estado deveria estimular a produção agrícola através do aumento nos preços dos bens produzidos e da introdução de novas técnicas no campo para incrementar o rendimento do solo utilizado para o cultivo.⁶⁷ De tal modo que, para se atingir o pleno crescimento agrícola no Paraguai, seria preciso – na ótica dos responsáveis pelo diário – que o governo facilitasse o avanço de uma cultura tecnológica nos meios rurais do país e a concessão de créditos aos produtores agrários. Não obstante, um dos problemas no processo de desenvolvimento nacional era a debilidade socioeconômica e política do modelo de exportação na América Latina. Desde uma perspectiva econômica, essa estrutura colocava a economia nacional à mercê da flutuação dos preços das matérias-primas no mercado internacional. Assim, a alteração da paridade nos tipos de câmbio geraria “(...) efeitos desastrosos (...) absorvidos (...) pelo produtor. Amplia-se assim a impotência no campesinato e as finanças do Estado devem afrontar situações

⁶³ CARDOSO; FALLETO, op. cit., p. 46-51.

⁶⁴ FURTADO, op. cit., 2000, p. 77.

⁶⁵ FURTADO, op. cit., 1966, p. 63.

⁶⁶ MIRANDA, Aníbal. Revisión del proceso inflacionario. *La Tribuna*, Asunción, 11 fev. 1979. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

⁶⁷ PREBISCH, op. cit., 1949, p. 51-92; PREBISCH, Raúl. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963, p. 43-52.

críticas”.⁶⁸ A partir do ponto de vista social, “(...) os pequenos camponeses praticamente são condenados a vegetar dentro dos baixíssimos índices de rentabilidade e a especulação tende à acumulação de elites plutocráticas que são as que marcam as pautas para a eternidade do modelo”.⁶⁹ Por sua vez, através do enfoque político, o diário ressaltou que a extrema dependência “(...) que gera este estado de coisas, (...) resta muita capacidade de manobra ou negociação a qualquer governo que, nessa forma, não pode exercer em plenitude seus direitos de autodeterminação”.⁷⁰

Observa-se a preocupação de *La Tribuna* com dois elementos tangenciados ao modelo agroexportador: a relação entre as elites econômicas e políticas e a condição de dependência. A respeito do primeiro aspecto, o diário ressaltou que, dentro da estrutura econômica pautada pela exportação de bens primários, os camponeses seriam prejudicados por conta da baixa rentabilidade, enquanto os “setores plutocráticos” (latifundiários, exportadores) se beneficiariam, em virtude da acumulação de capital. Correlativamente a tais fatores, as autoridades nacionais estariam inaptas a negociar com os agentes envolvidos. O discurso político do jornal convergia com as análises de Cardoso e Falleto que, ao pensarem na situação do enclave – no caso paraguaio, o “enclave agrário” –, ressaltaram que os desdobramentos desse modelo eram a abundância de força de trabalho, salários menores, o estabelecimento de um grupo exportador nacional que se incorpora ao mercado mundial, e o fortalecimento do setor oligárquico, cuja função era controlar tanto o aparelho burocrático do Estado, quanto o sistema latifundiário.⁷¹

Sobre o segundo ponto, o diário concordou com a perspectiva de alguns estudiosos latino-americanos – ou seja, pensadores alocados à CEPAL – de que a economia dos países periféricos se subordinava – seja na questão tecnológica, quanto na exportação de matérias-primas – aos países do centro. Assim, essa relação de dependência prejudicava o pleno desenvolvimento da periferia. Nessa lógica, um dos problemas apontados pelos autores foi a deterioração dos termos de troca no comércio internacional. Novamente, o discurso político do jornal corroborou as afirmações de Raúl Prebisch em relação à diminuição do valor das matérias-primas dos países latino-americanos como consequência da elasticidade preço-demanda.⁷² Isso explicava o impacto das oscilações do mercado externo sobre o setor agropecuário paraguaio. Preocupados com a vulnerabilidade do principal campo econômico

⁶⁸ Editorial: Difícil coyuntura. *La Tribuna*, Asunción, 10 jan. 1980. Opinión, p. 08 (tradução nossa).

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ CARDOSO; FALLETO, op. cit., p. 48-51.

⁷² PREBISCH, op. cit., 1949, p. 57-63; PREBISCH, op. cit., 1963, p. 81-83.

do país, os representantes de *La Tribuna* apontaram que apenas o crescimento das atividades agrícolas não geraria um desenvolvimento harmônico, pois seria “(...) preciso equilibrar esta produção com sua transformação industrial”.⁷³ Como consequência, o diário destacava a necessidade de transformar os bens primários em produtos manufaturados e comercializá-los internacionalmente. Para isso, era necessário a intensificação da produção industrial no país e a criação – por parte do Estado – de recursos que incentivasse as atividades industriais e que aliviasse as pressões da iniciativa privada.⁷⁴ Tendo como base a produção de algodão, o diário exemplificou a possibilidade desse processo de transformação. Era conveniente exportar o algodão minimamente transformado – com o valor agregado do processo – ao invés de comercializá-lo em bruto. Porém, o processo de industrialização requeria a criação de empresas adequadas. Como o empresariado industrial paraguaio não possuía capital para a instalação dessas firmas, recorria ao crédito externo. Diante dessa situação, *La Tribuna* sinalizou que uma alternativa viável seria que o Estado estimulasse o setor industrial. Com isso, seria possível gerar novas fontes de emprego e diminuir o sistema de liquidez.⁷⁵

Diante dessa possibilidade, o diário apresentou o principal impacto resultante do processamento industrial da produção agropecuária: a substituição de bens importados por nacionais. Contudo, isso apenas seria possível mediante uma política industrial definida, resultante de um planejamento elaborado em conjunto com os setores empresarial e trabalhista e os funcionários estatais. Com isso, problemas envolvendo a utilização da energia elétrica e as incoerências no sistema tributário poderiam ser debatidos.⁷⁶ Nesse sentido, o diário apresentou os principais impedimentos internos que haviam obstaculizado o processo de crescimento industrial: “(...) o limitado número de habitantes (...); o baixo poder aquisitivo da população; a grande preponderância do setor agropecuário na geração dos bens e a concentração das exportações sobre os mesmos”.⁷⁷ Por sua vez, “(...) as barreiras alfandegárias impostas pelos países industrializados para a entrada de nossos produtos (...)”,⁷⁸ a “(...) baixa dispersão tecnológica entre os países do Terceiro Mundo devido ao seu escasso poder econômico, e a condicionante que significa a vizinhança com a Argentina e o Brasil

⁷³ Editorial: Agricultura y desarrollo. *La Tribuna*, Asunción, 09 jul. 1981. Opinión, caderno A, p. 04 (tradução nossa).

⁷⁴ Editorial: La producción industrial. *La Tribuna*, Asunción, 29 dez. 1978. Opinión, p. 10 (tradução nossa).

⁷⁵ Editorial: Política económica II. *La Tribuna*, Asunción, 15 jan. 1979. Opinión, p. 10.

⁷⁶ Editorial: Día de la industria. *La Tribuna*, Asunción, 07 set. 1980. Opinión, p. 08.

⁷⁷ Se plantean opciones en el camino de la industrialización. *La Tribuna*, Asunción, 20 nov. 1978. Economía, p. 08 (tradução nossa).

⁷⁸ Idem.

como competidores mais eficientes”⁷⁹ eram os empecilhos à industrialização no campo externo.

Apesar de apontar a importância do setor primário na economia nacional, *La Tribuna* ressaltou que a forte dependência dessa atividade em relação ao comércio exterior era prejudicial ao Paraguai. Por essa razão, propôs que as matérias-primas fossem exportadas manufaturadas e não mais comercializadas de forma bruta. Com isso, a produção industrial se intensificaria e os problemas relacionados à mediterraneidade do país seriam sanados, pois o elevado custo dos fretes seria minimizado pelo preço das mercadorias com o valor adicionado do trabalho dos operários paraguaios. O discurso político do jornal é enfático: o avanço industrial seria o elemento fundamental do desenvolvimento do país. Essa postura dialogou com a tese desenvolvimentista da CEPAL, que defendia a industrialização por substituição de importações e a harmonização do mercado interno com o esforço exportador. Nessa perspectiva, o Estado seria o agente que deveria conduzir esse processo e criar condições para a inserção dos bens manufaturados nos mercados internacionais, através de um planejamento econômico e de medidas constitucionais. Não obstante, essa linha de pensamento não descartava a atuação da iniciativa privada e de políticas que estimulassem os investimentos externos.

La Tribuna não apenas ressaltou as potencialidades da industrialização no país, mas também os elementos que obstaculizariam o avanço desse processo. Primeiramente, defendeu que o Estado deveria intensificar sua participação na industrialização, diminuir as pressões tributárias aos empresários industriais e marginalizar o investimento estrangeiro direto, privilegiando o capital nacional. A respeito desse ponto, o jornal destacou que enquanto se criavam facilidades para o capital estrangeiro, o regime não havia instrumentalizado um sistema de mercado de capitais que orientasse “(...) o capital originado nos investidores da atividade produtiva, principalmente da indústria”.⁸⁰ Para o diário, tais discussões eram importantes em um período que os “(...) desejos de aproveitamento da (...) energia de Itaipu deve-se acompanhar com seu plano (...) de fortalecimento do capital nacional, com foco na cobertura de investimentos que possibilitem projetos industriais”.⁸¹

Para *La Tribuna*, o crescimento econômico – e, conseqüentemente, o desenvolvimento nacional – apenas seria atingido mediante o avanço da formação de capital, considerado uma parte não consumida da produção do país. Assim, acreditava que ao invés de sanar esse

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Está atrasada la industrialización del país. *La Tribuna*, Asunción, 18 fev. 1979. Economía, p. 04 (tradução nossa).

⁸¹ Idem.

problema, o Estado contribuía para o seu agravamento. Dessa forma, criticou dois aspectos da condução econômica do regime: as facilidades concedidas ao capital estrangeiro e as dificuldades de se estimular a formação do capital privado nacional. Como o Estado não conseguia atrair investimentos nacionais para seus grandes projetos, recorria aos créditos externos, resultando uma taxa de juros elevada, que se refletia nos impostos destinados ao empresariado. Ante isso, o jornal defendeu que o governo não inferiorizasse o capital nacional em detrimento do de origem estrangeira e propôs que houvesse um incentivo do capital autóctone nas atividades produtivas de maior rentabilidade. Ademais, apontou que a formação do capital nacional seria exequível a partir de duas importantes medidas: a captação da poupança e a criação de um mercado de capitais. O jornal ressaltou ainda a necessidade de se aproveitar melhor a poupança pública, que estava crescendo por conta da política monetária de estabilidade. Com isso, desenvolver-se-ia um mercado de capitais capaz de atrair mecanismos que gerassem mais recursos e de estabelecer uma ligação entre o Estado e o capital privado interno, resultando na intensificação da industrialização no país. Contudo, havia a pressão tributária ao empresariado. Dessa forma, o diário defendeu a modificação no sistema de tributação com o intuito de reduzir a diferença entre os setores mais ricos e mais pobres da sociedade através do equilíbrio na arrecadação fiscal.⁸²

Outro obstáculo à industrialização apontado por *La Tribuna* referiu-se às incertezas quanto ao aproveitamento hidroelétrico das entidades binacionais para fomentar a expansão do processo industrial no país. Para o veículo, a hidroeletricidade poderia “(...) dar a tônica para um estilo de desenvolvimento”.⁸³ Dessa maneira, observou que a indefinição nesse assunto acarretou em “(...) atrasos no fluxo de investimento privado, particularmente as empresas interessadas na exploração de matérias-primas que levariam como um de seus componentes básicos a eletricidade”.⁸⁴ Ressaltava também a necessidade de um planejamento no campo energético, beneficiando os diversos setores da economia. Não obstante, a situação não mudou três anos depois, quando o jornal manifestou que não havia nenhuma previsão sobre o aproveitamento energético para o setor industrial e levantou a hipótese de que o excedente da energia elétrica seria vendido ao Brasil. Com isso, o diário alertou que se não houvesse uma alteração na mentalidade do regime, “(...) nosso desenvolvimento seguirá sendo uma nebulosa, ainda que em teoria se disponha de suficiente energia.”⁸⁵

⁸² Editorial: Política tributaria. *La Tribuna*, Asunción, 02 dez. 1978. Opinión, p. 12.

⁸³ MIRANDA, Aníbal. Planificación y aprovechamiento energético. *La Tribuna*, op. cit. (tradução nossa).

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Editorial: Energía y desarrollo. *La Tribuna*, Asunción, 01 nov. 1982. Opinión, p. 05.

A respeito desse ponto, convém destacarmos algumas questões. Após anos de negociações entre Brasil e Paraguai sobre os recursos hídricos do Rio Paraná, em abril de 1973 os ditadores Emílio G. Médici e Alfredo Stroessner assinaram o Tratado de Itaipu, que estabeleceu os regulamentos sobre o aproveitamento hidroelétrico entre os dois países e criou a entidade binacional Itaipu. Além disso, o documento apresentou uma série de medidas, incluindo a prerrogativa de que a quantidade de energia elétrica produzida pelos países seria dividida em partes iguais, sendo que o excedente deveria ser comercializado entre eles. Ou seja, o Paraguai estava proibido de vender a eletricidade não consumida às outras nações da região. Apesar da imposição por parte do Estado brasileiro, o regime cívico-militar de Stroessner postergou sua postura em relação ao assunto. Dessa forma, a polêmica prolongou-se por mais de uma década. Assim, concomitantemente às indefinições governamentais, as elites econômicas nacionais discutiram a melhor forma de utilização da grande quantidade de eletricidade produzida e que não seria absorvida internamente. Desse modo, foram apresentados dois projetos: o da burguesia agroexportadora e o da burguesia industrial. Para o primeiro grupo, ligado ao mercado internacional e à burocracia estatal, as rendas energéticas poderiam acarretar em maiores pressões inflacionárias e na apropriação privada dos fundos públicos. Além disso, foi proposta a aceleração do modelo comercial-exportador a partir do aproveitamento gradual da energia em base da renegociação do preço com o Brasil – gerando uma renda de setecentos milhões a um bilhão de dólares anuais em divisas – e a exportação massiva de eletricidade. Por outro lado, a burguesia industrial desejava intensificar o processo de “industrialização rápida” através da utilização do excedente energético como um mecanismo para transformar a maior parte dos produtos agrícolas. No entanto, esse grupo não defendia mudanças na estratégia de substituição de importações, pois seu objetivo era atrair o capital manufatureiro regional, com a intenção de ascender à tecnologia industrial avançada e aos mercados internacionais.⁸⁶

Ante esse cenário, pode-se afirmar que *La Tribuna* convergiu – em muitos aspectos – com o projeto da burguesia industrial. Ao afirmar que o aproveitamento hidroelétrico era a “tônica para o estilo de desenvolvimento”, o diário alinhou-se ao grupo favorável à “industrialização rápida” e à exportação dos bens manufaturados no mercado internacional. Assim, os representantes do jornal acreditavam que a utilização dos excedentes energéticos

⁸⁶ BÁEZ CARÍSIMO, Julia. Crisis energética: su impacto en Paraguay. *Problemas del Desarrollo, Revista Latinoamericana de Economía*. Vol. 12, No. 46, 1981, p. 139-142; HILL, op. cit., p. 67; HILL, Anthony. *El milagro brasileiro del Paraguay. Evolución y perspectiva*. Asunción: CDE, 1993, p. 46-52. Cf. MENEZES, op. cit.; TRATADO DE ITAIPU. Decreto Legislativo nº 23, de 1973. Tratado entre o Brasil e o Paraguai, de 26 de abril de 1973. Disponível: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_ITAIPU.pdf. Acesso em 10 set. 2018.

intensificaria a produção industrial, contribuindo para a captação de investimentos privados e, consequentemente, para o crescimento econômico do país. Para isso, defendeu um posicionamento governamental a respeito do destino da energia elétrica não utilizada e da elaboração de um planejamento energético que favorecesse os interesses dos diferentes setores econômicos. Não obstante, o diário não foi o único veículo da grande imprensa que explicitou os projetos das elites econômicas do país.

Anthony Hill, ao comentar a posição do Paraguai como produtor de eletricidade, destacou que o assunto referente ao aproveitamento dos recursos energéticos rendeu uma discussão pública entre os principais jornais do país: *La Tribuna* e *ABC Color*. Tais empresas jornalísticas possuíam, de acordo com Hill, diferenças em relação ao ritmo e grau desejáveis do avanço industrial, em um cenário de abundância de energia elétrica.⁸⁷ O debate entre ambos os veículos ganhou destaque no início de 1980. No último editorial de 1979, *La Tribuna* havia sustentado a utilização do excedente elétrico como um instrumento que fomentasse a produção industrial. Dias depois, *ABC Color* afirmou que o diário de Oscar Paciello, ao defender a industrialização, estaria refletindo intenções “demagógicas”. Em resposta, *La Tribuna* ressaltou que a verdadeira preocupação de seu colega era com a transformação do agricultor paraguaio em operário industrial. Além disso, externou que *ABC Color* temia a intensificação das atividades industriais no Paraguai e que seu principal objetivo era reajustar as condições de preço e de prazo que o Tratado de Itaipu havia estabelecido para a energia fornecida ao Brasil, ou seja, o mais importante era “(...) remover os términos de um tratado (...), para que dessa forma se venda toda a energia, para que os camponeses continuem constituindo o último elo da cadeia de exploração (...)”.⁸⁸ Dois meses depois, *La Tribuna* retornou ao debate, ao ressaltar que havia os que defendiam o aproveitamento máximo da energia elétrica produzida na Usina de Itaipu como um instrumento necessário para o desenvolvimento industrial do país e os que se opuseram a tal linha de ação política e econômica, alegando que a industrialização acelerada implicaria na “estrangeirização da economia nacional”. Ademais, esse último grupo temia que a industrialização criasse um “cinturão proletário”, que serviria como “lenha para qualquer tipo de agitação”. Dessa forma, preferiam importar bens do que produzi-los localmente. Contrariando essa perspectiva, *La Tribuna* afirmou que a intensificação das atividades industriais resultaria em “(...) milhares de operários qualificados, (...) amparados em leis sociais e uma justa participação nos benefícios da riqueza, a cultura e a educação, na saúde e

⁸⁷ HILL, op. cit., 1993, p. 46.

⁸⁸ Editorial: Industrializarse o importar. *La Tribuna*, Asunción, 03 jan. 1980. Opinión, p. 08 (tradução nossa).

no bem-estar (...)”.⁸⁹ Assim, *La Tribuna* apontou que o problema estaria na existência de “(...) milhares de desocupados que (...) constituem caldo de cultivo para qualquer aventura que não perdoará, por nenhum conceito, à oligarquia plutocrática que poderia se fortalecer no modelo agroexportador que se pretende introduzir a contrapelo da história”.⁹⁰

A partir desses dois editoriais, observamos o projeto político-econômico que ambos os jornais defendiam.⁹¹ Os responsáveis pelo *ABC Color* eram contrários ao avanço da “industrialização acelerada”, pois temiam que esse processo acarretasse uma maior dependência – e, conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade – de vários setores econômicos ao capital estrangeiro, gerando significativas mudanças na estrutura nacional. Assim, acreditavam que o “principal objetivo” do país era reajustar os acordos estabelecidos no Tratado de Itaipu, sobretudo em relação às imposições do preço do excedente elétrico. Com isso, pretendiam aumentar o preço do produto energético ao Brasil e traçar alternativas de exportação dessa matéria no mercado regional. Essa perspectiva chocava-se com a alternativa proposta pelos representantes de *La Tribuna*. Para estes, a industrialização no país resultaria na substituição de produtos importados e na absorção de força de trabalho, resultando em benefícios sociais e na participação da classe trabalhadora no cenário econômico. Para tal, era necessário implementar uma medida que aproveitasse ao máximo a energia elétrica produzida pela Usina de Itaipu, impulsionando a industrialização no Paraguai e garantindo o bem-estar a todos os setores sociais.

Dessa forma, *La Tribuna* privilegiava os interesses da burguesia industrial, enquanto *ABC Color* endossava o posicionamento da elite agroexportadora paraguaia e dos grupos em torno do comércio de importações. Entretanto, as duas propostas não foram totalmente contrárias. Como aponta Anthony Hill, ambos os projetos eram complementares, pois defenderam a internacionalização da economia, a atração de capital nacional e internacional, o fortalecimento da economia dentro do mercado mundial e a estratégia de “crescimento para fora”.⁹² Pois bem, percebemos que há um conflito entre a interpretação de Hill e o discurso político dos representantes de *La Tribuna*. Apesar de os dois diários apoiarem pautas semelhantes, eles divergiam em relação ao modo de levá-las adiante. Enquanto *ABC Color* era favorável à inserção do Paraguai no comércio exterior como produtor de bens primários e ao

⁸⁹ Editorial: Los verdaderos intereses nacionales. *La Tribuna*, Asunción, 08 mar. 1980. Opinión, p. 08 (tradução nossa).

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Ressaltamos que tomaremos como base para nossas análises os editoriais publicados por *La Tribuna*. Como o nosso foco não é identificar a fundo as discussões entre os dois jornais no período em que foram lançados, decidimos não apresentar os trechos do editorial de *ABC Color*, haja vista que no artigo de *La Tribuna* foram externados os excertos existentes no texto de seu colega.

⁹² HILL, op. cit., 1993, p. 47.

investimento estrangeiro no setor agropecuário, *La Tribuna* acreditava que era importante o país intensificar a produção industrial, com o intuito de exportar produtos manufaturados localmente. Para isso, o capital privado local – e, também, o capital estrangeiro – eram importantes para intensificar esse processo. Em suma, enquanto um diário indicava que o caminho para o desenvolvimento era a industrialização nacional, o outro defendia que a base desenvolvimentista estaria na esfera agropecuária.

Interessa-nos apontar alguns elementos existentes no discurso político de *La Tribuna* que nos ajudam a melhor projetar o seu ideário. Primeiramente, o jornal reiterou seu discurso favorável à industrialização através da retórica nacionalista e da linguagem política do *Partido Colorado*. Em relação ao primeiro aspecto, mostrou-se desconfortável com o fato de os representantes do *ABC Color* terem classificado sua posição como um “messianismo demagógico” que se pautava por uma “grandeza nacionalista”. A resposta de *La Tribuna* a seu concorrente foi sutil. Ao criticar os temerosos com a transição de um país subdesenvolvido para um “altamente industrializado”, o veículo externou ante à opinião pública quem acreditava ser o “demagogo”. Assim, o jornal utilizou adjetivos – como “antiparaguaios” e “importadores” – para designar os grupos com posições contrárias às suas. O uso de rótulos que remetesse à figura do *legionario*⁹³ era uma prática comum nos cenários jornalístico e político. Nessa mesma linha de pensamento, associou as práticas desenvolvimentistas do período com as ações realizadas durante os governos de Carlos A. López e Francisco S. López, na segunda metade do Oitocentos. A retórica nacionalista também foi um instrumento utilizado pelos membros do *coloradismo* para atacar seus adversários e para enaltecer o regime cívico-militar de Alfredo Stroessner. A título de exemplo, o periódico colorado *Patria* e o programa radiofônico *La Voz del Coloradismo* destinavam grandes espaços para hostilizar

⁹³ A denominação *legionario* refere-se ao grupo de paraguaios que se insurgiram contra Francisco Solano López e formaram, durante a Guerra da Tríplice Aliança, a *Legión Paraguaya*, guerreando ao lado dos aliados. Após a contenda, o termo foi incorporado à linguagem política dos paraguaios e utilizada para acusar os opositores políticos de antipatrióticos ou entreguistas. A partir da década de 1880, com a criação das agremiações colorada e liberal, os correligionários do *Partido Colorado* passaram a caracterizar os membros do *Partido Liberal* como *legionarios*, remetendo à participação de muitos desses sujeitos nas fileiras aliadas durante o referido conflito bélico. Ao longo do século XX, essa linguagem política ecoou nos discursos políticos dos colorados, tanto no período em que eram oposição, quanto na época em que faziam parte do governo. Durante a ditadura de Alfredo Stroessner, esse vocábulo deixou de circunscrever-se apenas aos liberais e passou a identificar todos os opositores do regime, independentemente se eram colorados dissidentes, comunistas, democrata-cristãos ou febreristas (COLMÁN DUARTE, op. cit., p. 14-15; DORATIOTO, op. cit., 2012, p. 32; FUENTES ARMADANS, Claudio José. Arquitectura de la palabra *legionario*, evolución discursiva de un estigma político paraguayo. In: CABALLERO MERLO, Javier Numan; PERIS CASTIGLIONI, Carlos Aníbal (Comp.). *Paraguay desde la perspectiva de Michel Foucault*. Asunción: Editorial Arandurã; Sociodata; Universidad Nacional del Este, 2014, p. 119; SOUZA, op. cit., p. 140).

as opiniões dissonantes. Além disso, o discurso oficial atrelava a figura de Stroessner com as dos López, como uma forma de fortificar o nacionalismo paraguaio.⁹⁴

La Tribuna também utilizou essa prática como uma forma de evidenciar seu alinhamento com o ideário colorado, como na defesa do diário a respeito da industrialização no país. Ao criticar a postura político-econômica do *ABC Color* e dos favoráveis à venda do excedente energético, o jornal destacou que tais grupos desconheciam – ou não seguiam – a filosofia política governamental a respeito do desenvolvimento industrial, evidenciada no programa do *Partido Colorado*.⁹⁵ Percebemos, portanto, que o jornal legitimou seu discurso político com base na linguagem política difundida pelo partido oficial. Mas por que não houve um diálogo com a Carta Magna, que defendia a industrialização no país? Por três motivos: pelo fato de o proprietário de *La Tribuna* ser membro do *Partido Colorado*, para não criar um mal-estar com o governo e como estratégia para enfraquecer os argumentos de seu concorrente, classificando-o como antigovernista e/ou anticolorado.

Ainda sobre as diferenças entre as elites agroexportadora e industrial – e seus representantes na imprensa: *ABC Color* e *La Tribuna*, respectivamente –, chama-nos a atenção a forma como cada grupo observava a relação entre a industrialização e a ampliação da classe operária. Anteriormente observamos que *La Tribuna* havia ressaltado que o concorrente o classificara como um “demagogo” que pretendia transformar o “agricultor paraguaio em operário industrial”. Assim, apontou que os setores agroexportadores acreditavam que a intensificação da produção industrial se refletiria na criação de “cinturões de miséria” e no fortalecimento da classe operária, estabelecendo um clima propenso para que se contestasse a ordem das coisas. Contrapondo-se a tal perspectiva, *La Tribuna* ressaltou que a industrialização permitiria a formação de milhares de trabalhadores qualificados, amparados pelas leis trabalhistas, partícipes da vida econômica e com direitos sociais. Além disso, asseverou que o “perigo” de uma “agitação social” estaria nos milhares de desempregados que essa “oligarquia plutocrática” teria ajudado a criar. Dessa forma, acusou seus adversários de

⁹⁴ O movimento revisionista, conduzido por intelectuais ligados ao *Partido Colorado*, associou o “ser nacional” ao ideário colorado. Com a intensificação da presença militar no poder e com os governos colorados, a partir do final da década de 1940, o nacionalismo foi reforçado. Stroessner aproveitou-se dessa estrutura e utilizou o sentimento nacionalista como um instrumento para legitimar seu regime e defender a identidade paraguaia frente ao avanço de forças inimigas – ou seja, o comunismo – através da vinculação de sua imagem com as “famílias fundadoras”, da exaltação dos heróis nacionais – como Solano López – e da experiência da participação do país nos conflitos bélicos internacionais (MORAES, op. cit., p. 70-76; QUINTEROS; SOLER, op. cit., p. 88-96; SOLER, op. cit., p. 117-136).

⁹⁵ O programa da agremiação colorada contava com uma seção acerca do desenvolvimento industrial no país, o qual ressaltava o compromisso de se formular políticas que expandissem as atividades desse setor com o objetivo de melhorar o nível de renda da população, expandir e diversificar a exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados, fomentar o investimento industrial e capitalizar recursos privados nacionais e internacionais (Declaración de principios y programa del Partido Colorado. In: DOLDÁN, op. cit., p. 156-157).

defender a exploração do camponês paraguaio, aumentando as dificuldades desse ator em participar da vida econômica do país. Com isso, o que explicaria o fato de *ABC Color* e do setor agroexportador terem desabonado os defensores da industrialização no Paraguai? Havia o temor de que sua posição social fosse diminuída? Existia o receio de que esse processo resultaria na criação de uma classe operária que, com o tempo, poderia formar uma força política que exigiria mudanças estruturais?

A literatura latino-americana nos oferece estudos a respeito da conexão entre o desenvolvimento industrial e o movimento da classe trabalhadora. Como exemplo, apresentaremos dois deles. Jorge Graciarena apontou que em uma sociedade na qual as atividades industriais se desenvolveram mais que outras áreas, declinava a importância político-econômica da oligarquia latifundiária. Em contrapartida, elevava-se o poder socioeconômico e político dos grupos ligados à indústria. Isso significou que os grupos oligárquicos foram contrários ao desenvolvimento? Não, desde que sua posição político-econômica não fosse alterada e que esse processo ajudasse a enfraquecer qualquer possibilidade de sublevação popular.⁹⁶ Por outro lado, Francisco Weffort indica que, na América Latina, a coexistência entre a ideologia liberal e os padrões oligárquicos refletiram-se na relação de subordinação da classe trabalhadora aos interesses político-econômicos de seus patrões e a sua participação “semi-servil” no processo produtivo.⁹⁷

Retornando ao caso paraguaio, a participação do setor agropecuário exportador no sistema econômico do país era alta. A ditadura cívico-militar de Stroessner promoveu políticas que visavam modernizar as estruturas produtivas no campo a partir da lógica de “crescimento para fora”. Além de suas preocupações econômicas, o regime aproveitou-se da tradição agrária do país e fomentou a distribuição de terras para seus apoiadores (militares, funcionários públicos, comerciantes). Com isso, o grupo oligárquico tradicional teve de conviver com novos atores, intensificando um fenômeno apontado por Weffort: um comportamento econômico com princípios liberais, mas com características conservadoras. Pois bem, ante tais elementos, por que o setor agroexportador rechaçou a possibilidade da industrialização no Paraguai, sendo que sua força era mais expressiva? Apesar de elaborar políticas que visavam ampliar a indústria nacional, o regime de Stroessner dificultou a intensificação das atividades industriais no país em virtude de sua ideologia anticomunista e de seus interesses político-econômicos. Por razões já mencionadas, era conveniente para a ditadura resguardar o poder das elites agrárias. Além disso, a relação das autoridades

⁹⁶ GRACIARENA, Jorge. Desarrollo y política. In: DI TELLA; GERMANI *et al.*, op. cit., p. 251-258.

⁹⁷ WEFFORT, op. cit., 2003, p. 125.

governamentais com o contrabando nas fronteiras fez com que essa atividade ilegal se intensificasse, dificultando ainda mais o setor manufatureiro. Isso resultou no fechamento de numerosas companhias e na demissão de operários.⁹⁸

Em trabalho sobre o papel político dos empresários paraguaios, Dionisio Borda ressaltou que esse ator perdeu força durante o governo de Stroessner, uma vez que as relações individuais entre os empresários e o Estado substituiu a mediação realizada pelos grêmios sindicais. Ademais, a partir da década de 1970 muitos industriais começaram a criticar o regime, exigindo a criação de leis de investimentos e de créditos que fossem efetivas, e a aplicação de medidas que fomentassem as atividades industriais, além de criticar a inadequação do sistema tributário e a excessiva burocracia. Com isso, empresários industriais que mantinham vínculos com grupos político-partidários opositores ao regime ou até mesmo que criticavam a condução econômica do governo eram prejudicados financeiramente.⁹⁹ A partir desse cenário, percebemos que o relacionamento entre a burguesia industrial e as autoridades nacionais era conflituoso, diferentemente da relação governo-elites agrárias. Mesmo tendo uma participação maior na economia, o setor agroexportador sentiu-se ameaçado com a possibilidade de o campo industrial intensificar sua força produtiva em virtude da utilização do excedente elétrico da Usina de Itaipu.

Questionamos antes a probabilidade de a oligarquia latifundiária temer a formação de um movimento operário que provocasse uma “revolução popular”. Convém pontuarmos uma questão. Tanto as elites agrárias, quanto a burguesia industrial, receavam o sindicalismo e as manifestações trabalhistas, pois acreditavam que isso provocaria mudanças políticas e econômicas. Os dois atores da imprensa escrita paraguaia (*ABC Color* e *La Tribuna*) também compartilharam dessa angústia. Como evidenciado anteriormente, *La Tribuna* – em diversos momentos – destacou que a ausência de direitos sociais e a marginalização econômica da população poderia gerar insurreições que prejudicariam a ordem institucional e o desenvolvimento nacional. Diferentemente de seu concorrente, *ABC Color* considerava que a formação de uma classe operária sólida resultaria em sublevações que colocaria em risco o *status quo*. Em suma, ambos os diários possuíam o mesmo receio, mas divergiam sobre os motivos que levariam a um possível levante popular. Retornando ao ponto central dessa discussão, o que teria motivado a posição desses grupos? No âmbito internacional, o ano de 1979 foi marcado por dois importantes movimentos que impactaram as discussões políticas no Paraguai: as revoluções nicaraguense e iraniana derrubaram regimes tradicionais e

⁹⁸ SOSTOA; CÁCERES; ENCISO, op. cit., p. 261-265.

⁹⁹ BORDA, op. cit., 2015, p. 333-338.

implementaram uma nova ordem, além de terem sido intensificadas pela força popular. No entanto, esse mesmo ano também representou o início de graduais mudanças na organização política dos operários paraguaios. Vale lembrar que na primeira década do regime de Stroessner as forças policiais reprimiram a greve trabalhista de 1958. Com o intuito de evitar novas contestações, a ditadura interveio na *Confederación Paraguaya de Trabajadores* (CPT), nomeou Enrique Gaona Volta como secretário-geral da entidade e dificultou uma articulação política dos trabalhadores. Posteriormente, o governo impôs uma legislação trabalhista que, na prática, restringiu os direitos da classe operária – proibindo, dentre outras questões, contestações ao regime – e dificultou a formação de sindicatos, que deveriam ser estabelecidos em empresas com mais de vinte funcionários. Com a nomeação de Modesto Ali como secretário-geral da CPT, em 1978, a central de trabalhadores começou um processo de “abertura”. Em alguns episódios, Ali enfrentou as autoridades nacionais para assegurar os direitos trabalhistas e, em virtude de sua postura, foi proibido pelo ministro da *Justicia y Trabajo* de se candidatar a um novo mandato frente à CPT.¹⁰⁰ Isso ressaltava o temor das elites política e econômica com o gradativo aumento do movimento operário no país.

O posicionamento desenvolvimentista de *La Tribuna* pautou-se por aspectos econômicos (modernização da produção agrária e intensificação da industrialização), sociais (inserção dos trabalhadores no sistema econômico) e políticos (condições para o estabelecimento de uma abertura política). A defesa de um modelo de desenvolvimento apresentada pelo jornal relacionou-se a um contexto econômico positivo ao Paraguai. Dessa forma, foi possível pensar em mudanças nas estruturas socioeconômicas do país. No entanto, havia elementos históricos que poderiam refrear esse processo, como a corrupção e o sistema de prebendas. Apesar de a STP ter incorporado as críticas do diário a respeito das questões sociais, a equipe econômica do regime não levou em consideração muitos aspectos realçados pelo periódico. Pouco tempo após o fechamento de *La Tribuna*, houve o aumento de contestações sociais, em virtude da crise econômica e da incapacidade do governo em estimular a industrialização e em garantir direitos à classe trabalhadora.

De acordo com *La Tribuna*, o caminho para o desenvolvimentismo no Paraguai seria trilhado por dois elementos que se inter cruzavam: a participação do Estado como promotor dos instrumentos responsáveis pelo desenvolvimento e a intensificação das atividades

¹⁰⁰ ALEXANDER, Robert Jackson. *A history of organized labor in Uruguay and Paraguay*. Westport, Connecticut; London: Praeger, 2005, p. 124-127; NICKSON, R. Andrew; KOLINSKI, Charles J. *Historical Dictionary of Paraguay*. Latin American Historical Dictionaries, No. 24. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, Inc., 1993, p. 328; PAREDES, op. cit., 2005b, p. 21-22

industriais. Para avançar na direção do desenvolvimento, seria necessário levar em consideração aspectos macroeconômicos e elementos sociais. Dessa maneira, o jornal defendeu a elaboração de uma planificação elaborada por uma equipe técnica capacitada, que estabelecesse medidas socioeconômicas exequíveis e que levasse em consideração os anseios dos mais variados setores sociais. Segundo o diário, isso seria possível através da valorização dos técnicos e da modernização da burocracia estatal. Com isso, as recomendações do organismo responsável pelo planejamento seriam seguidas pelas autoridades nacionais. Em virtude dessa linha de pensamento, o veículo denunciou os problemas envolvendo a elaboração e a condução dos planos para o desenvolvimento, a ineficiência do poder público e as práticas clientelistas. Outro ponto importante para o desenvolvimento nacional realçado pelos responsáveis por *La Tribuna* foi a modernização das atividades agropecuárias, através da introdução de equipamentos técnicos e de investimentos financeiros público e privado. Apesar de o setor agroexportador ter sido um dos responsáveis pelos positivos indicadores macroeconômicos da década de 1970 – por conta da junção entre a tradição dessa esfera produtiva e da política governamental de “desenvolvimento para fora” –, a dependência desse segmento econômico às oscilações no mercado internacional fez com que os representantes do diário defendessem a exportação das matérias-primas manufaturadas. Nesse sentido, *La Tribuna* acreditava que a intensificação da industrialização seria o instrumento necessário para o desenvolvimento nacional, pois garantiria melhorias econômicas, sociais e políticas, como a absorção da força de trabalho, a formação de capital autóctone, a garantia dos direitos sociais aos trabalhadores e as condições necessárias para uma transição política. Para que isso ocorresse seria necessário, de acordo com o diário, uma série de medidas, como incentivos do poder público, utilização do excedente energético das usinas hidroelétricas binacionais e um planejamento estruturado.

O ideário desenvolvimentista de *La Tribuna* dialogou com as linguagens políticas do período, como as discussões de pesquisadores alocados na CEPAL, e com os projetos da burguesia “nacionalista”, que defendia o crescimento da produção industrial no país. Com isso, o jornal se posicionou na opinião pública e pôde debater com as perspectivas da elite agroexportadora, representada pelo *ABC Color*. O projeto político-ideológico de *La Tribuna* refletiu em seu posicionamento sobre determinados assuntos relevantes para a sociedade paraguaia no período, como a sobretaxa da energia elétrica e os tributos aplicados aos derivados de petróleo. No próximo capítulo, discutiremos a postura do diário a respeito das questões energéticas.



Capítulo 4

A atuação política do jornal

Os responsáveis por *La Tribuna* acreditavam que os meios de comunicação tinham o dever de informar os cidadãos sobre as atividades das autoridades nacionais e os interesses coletivos, com o intuito de orientar a opinião pública e contribuir com o robustecimento dos princípios democráticos. Além disso, realçaram que a escolha e a abordagem dos temas publicados faziam parte de seus posicionamentos.¹ Assim, entendiam que a imprensa possuía o dever de manter um discurso “objetivo”² e “independente” dos interesses de grupos sociais e governamentais. *La Tribuna*, durante os cinco anos da gestão de Oscar Paciello, posicionou-se a respeito de aspectos sociopolíticos ao criticar determinados elementos da ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner e propor soluções aos problemas econômicos e partidário-eleitorais do país.

Este capítulo tem como objetivo analisar a postura do jornal no que se refere a cinco casos político-econômicos do período: o *Acuerdo Nacional*, a mudança da legislação eleitoral, as violações aos direitos humanos, o tributo elétrico e o aumento do preço dos derivados de petróleo. Acreditamos que o diário, ao cobrir esses eventos, criticou determinados aspectos do governo. Primeiramente, observaremos o espaço concedido aos representantes da oposição “lícita” e “ilícita”, as denúncias às ações do Poder Executivo e a cobertura dos casos de violações aos direitos humanos. Em seguida, identificaremos a postura do periódico frente à elevação do custo de energia elétrica e ao aumento do preço dos derivados de petróleo. Para cumprir tais objetivos, analisaremos reportagens existentes nas seções de “economia” e de “política”, editoriais e artigos opinativos. Além de terem ganho um amplo destaque no jornal, os temas abordados refletem o posicionamento político-ideológico dos representantes de *La Tribuna* em relação à defesa das liberdades e do regime democrático, ao processo de desenvolvimento socioeconômico e ao respeito aos direitos humanos.

4.1. Os debates políticos

A Constituição Nacional de 1870 pautava-se pelos princípios liberal-democráticos, como a figura do cidadão com direitos e deveres e a incorporação do sufrágio a todos os homens maiores de dezoito anos de idade. Como o país necessitava de um reordenamento institucional e um sistema de poder político que estabelecesse uma relação sólida entre o

¹ Editorial: Día del periodismo. *La Tribuna*, Asunción, 26 abr. 1980. Opinión, p. 08.

² A seleção e o tratamento dos fatos se pautam pelo ideário dos responsáveis pelos meios de comunicação. Para dar um tom de legitimidade em seus posicionamentos, as empresas jornalísticas adotam a técnica da “objetividade”. A respeito desse tema, Aníbal Orué Pozzo ressalta que a utilização da narrativa “objetiva” auxilia no processo de classificação e priorização dos acontecimentos (ORUÉ POZZO, op. cit., 2012, p. 257). Por fim, de acordo com Ciro Marcondes Filho, a narrativa jornalística pautada na “objetividade” se romperia no momento em que o enfoque de determinado assunto fosse definido, pois sua parcialidade e o encobrimento/desenvolvimento dos fatos seriam evidenciados (MARCONDES FILHO, op. cit., p. 99.).

Estado e a sociedade, grupos políticos e econômicos – latifundiários, caudilhos, comerciantes, intelectuais etc. – fundaram as primeiras agremiações políticas do país: *Partido Colorado* e *Partido Liberal*. Apesar de a Carta Magna reconhecer o pluripartidarismo, o sistema político pautava-se por uma estrutura de agremiação única, pois a facção partidária que assumia o poder impunha obstáculos para o avanço de outros grupos. Em suma, esse período foi marcado por um regime político oligárquico, por eleições fraudulentas e pela alternância no poder a partir de golpes. Em relação à Legislação Eleitoral, a primeira lei sobre eleições foi promulgada em dezembro de 1870 e, em três décadas, houve no país cinco leis eleitorais (1886, 1911, 1913, 1915, 1916). Em 1927 foi sancionada a reforma do Estatuto Eleitoral, permitindo a participação e a representação pluripartidária no Congresso Nacional.³

Por quase trinta anos, os liberais e os colorados formaram as únicas forças político-partidárias expressivas do Paraguai. Não obstante, esse cenário começou a mudar no início do século passado. No fim de 1914, operários e estudantes fundaram o *Partido Obrero*, de inspiração marxista, e no mesmo período foi criado o *Partido Socialista Revolucionario*. Com a intensificação das críticas ao modelo liberal-democrático, surgiram na década de 1920 dois grupos políticos que apresentaram alternativas político-ideológicas: o *Corporativismo Católico* e a *Liga Nacional Independiente*. O primeiro foi formado em 1928 e era composto por figuras anticomunistas que pregavam o fim do liberalismo econômico e do sistema democrático. Por sua vez, o segundo foi formado no mesmo ano e acreditava na necessidade de o Estado intervir na vida socioeconômica para resolver problemas estruturais e estabelecer uma justiça distributiva. Paralelamente à formação desses grupos antiliberais, operários tentaram organizar uma agremiação comunista para concorrer com candidatos próprios nas eleições, mas por conta da forte repressão governamental, o movimento não conseguiu formar um partido político. Posteriormente, diferentes grêmios da capital se organizaram em organizações trabalhistas com apoio de sindicatos e associações operárias. Atuando em conjunto, deliberaram em assembleia geral a fundação do *Partido Comunista Paraguayo*

³ ABENTE, op. cit., 1989, p. 532-533; ABENTE, Diego. Un sistema de partidos en transición: El caso de Paraguay. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (org.). *La Construcción de instituciones democráticas. Sistemas de Partidos en América Latina*. Traducción: Fermín Donoso; David Grimsditch. Chile: Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica, 1996, p. 245-248; BARREIRO, Line; SOTO, Lilian. Regulación Jurídica de los Partidos Políticos en Paraguay. In: ZOVATTO, Daniel (Coord.). *Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas/Unam, p. 739-744; CHUDYK LYLYK, Miguel. *La Justicia Electoral y su incidencia en el Estado*. Asunción: Servilibro, 2011, p. 27-29; FILÁRTIGA CALLIZO, Camilo. La estabilidad del sistema de partidos de Paraguay (1989-2015). In: FREIDENBERG, Flavia (ed.). *Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015. Tomo 2. Cono Sur y Países Andinos*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Jurídica; Instituto Nacional Electoral, 2016, p. 195-196; LEÓN-ROESCH; ORTIZ, op. cit., p. 413-420.

(PCP) em 1928. Em virtude de problemas internos, a agremiação política se diluiu e reduziu suas atividades, sendo reorganizado no exterior em 1933.⁴

Antes da Constituição de 1940, o sistema eleitoral paraguaio era dividido por departamentos. Após a promulgação dessa Carta Magna o sistema eleitoral foi estruturado em um único círculo nacional. Em outubro de 1946, o Poder Executivo criou a *Junta Electoral Central* (JEC), cuja função era dirigir o processo eleitoral no país e organizar o *Registro Cívico Nacional* e o *Archivo Electoral*. Durante a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner, foi criado em 1960 um novo Estatuto Eleitoral, que regulamentou e organizou o funcionamento dos partidos políticos, além de ter garantido a representatividade no Congresso Nacional e na JEC a partir do partido político vencedor nas eleições presidenciais, ou seja, a agremiação política que elegeesse o presidente tinha o direito de preencher 66% das vagas no Congresso. Aos outros partidos políticos concorrentes, os 33% eram divididos entre eles. O *Partido Colorado* – agremiação oficial da ditadura – ocupou a maioria dos lugares do Congresso Nacional, da JEC e dos conselhos eleitorais distritais. Esse sistema assegurou a prática de manipulação de votos nas eleições, a partir do preenchimento de cédulas e do registro ilegal de eleitores.⁵

Em 1951, surgiu o *Partido Revolucionario Febrerista* (PRF), que defendia a estruturação de uma sociedade igualitária e a intervenção estatal no sistema socioeconômico. As origens desse partido remontam ao *Club Revolucionario “17 de Febrero”*, criado em maio de 1936 por líderes sindicais, estudantes e profissionais liberais que haviam apoiado o governo do coronel Rafael Franco. Quatro anos depois, um grupo do *Partido Colorado* se opôs ao regime de Alfredo Stroessner e formou, em 1959, o *Movimiento Popular Colorado* (MOPOCO), que defendeu uma transformação econômica e social através dos meios democráticos. Sua estratégia de despertar a simpatia da corrente democrática da agremiação colorada e derrotar os apoiadores da ditadura malogrou e, como consequência, grande parte de seus membros foi exilada. Na década seguinte houve a criação do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), formado por um grupo de católicos preocupados com a crise moral e

⁴ ASHWELL, op. cit., p. 219-257; COLMÁN DUARTE, op. cit., p. 197-218.

⁵ CHUDYK LYLYK, op. cit., p. 162-163; CROCETTI, op. cit., p. 78-79; 253; 390-392; DOLMÁN, op. cit., p. 60-61; FILÁRTIGA CALLIZO, op. cit., p. 198-199; LEÓN-ROESCH; ORTIZ, op. cit., p. 420-421; MAROTTA, Emanuele. Sistemas Eleitorais. In: BOBBIO, Norberto *et al.* *Diccionario de política*. Vol. 1. Tradução: Carmen C. Varriale *et al.* Coordenação da tradução: João Ferreira. Revisão geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1178-1179; PRIETO, Justo. *Legislación electoral del Paraguay*. In: IIDH/CAPEL/Universidad de la República del Uruguay, 1988, p. 305; ROSSI, M. Laura. *El desarrollo de la enseñanza social de los obispos del Paraguay (1940-1993). Un compromiso progresivo con la dignidad de la persona humana*. Roma: Gregorian Biblical BookShop, 1998, p. 58

política do país. Durante a ditadura cívico-militar de Stroessner, o partido não foi reconhecido legalmente e era proibido de participar de eleições e de se manifestar nas ruas. Não obstante, o governo permitiu o funcionamento parcial da agremiação, restringindo seus membros a reuniões privadas e proibindo-os de assumirem cargos públicos.⁶

Entre 1947 e 1963, o sistema político-partidário do Paraguai correspondeu ao predomínio do *Partido Colorado*, à proibição da participação das demais agremiações políticas no processo político nacional, à repressão governamental aos opositores – a maioria foi perseguida ou exilada forçosamente –, e ao uso da estrutura eleitoral como um instrumento exclusivo por parte da agremiação política oficial. A partir da promulgação da legislação eleitoral, em 1960, e da decisão de um setor do *Partido Liberal* (PL) em participar das eleições gerais de 1963, o sistema político foi marcado por um pluripartidário limitado. O ingresso do PL na arena eleitoral obrigou o PRF a participar do processo eleitoral de 1965. Por conta das divergências entre seus correligionários, o PL foi fracionado em 1966. Com isso, manteve-se o *Partido Liberal* e surgiu o *Partido Liberal Radical* (PLR). Dessa forma, o pluripartidarismo limitado deu-se em virtude da distinção existente entre a agremiação política oficial, os partidos políticos reconhecidos como interlocutores legítimos (PRL, PL e PRF), as instituições toleradas – mas não reconhecidas – (PDC) e as organizações proibidas (PCP e MOPOCO). Em 1977, realizou-se a Assembleia Nacional Constituinte que emendou o artigo 173 da Constituição de 1967, possibilitando a reeleição presidencial ilimitada. Esse evento provocou a retirada do setor majoritário do PLR do Congresso e a formação, em 1978, do *Partido Liberal Radical Auténtico* (PLRA), composto por jovens políticos que contestaram as ações governamentais e criticaram o colaboracionismo dos liberais tradicionais ao regime. A partir desses episódios, houve uma divisão entre os partidos opositores que participavam das eleições (PL, PLR) e os que se abstiveram do processo eleitoral vigente (PRF, PLRA, PDC), considerados pelo regime como interlocutores ilícitos e subversivos. Os congressistas opositores foram impedidos de incidirem profundamente no âmbito político-estatal, já que poderiam opinar, mas não decidir. Já os representantes da oposição “ilegal” foram reprimidos pelos aparelhos do regime através de recursos constitucionais que detinham suas ações.⁷

4.1.1. O *Acuerdo Nacional*

⁶ CANO RADIL, Bernadino. *El Partido Colorado y Alfredo Stroessner*. Asunción: El Lector, 2014, p. 57-67; CÉSPEDES RUFFINELLI, Roberto. *El Febrerismo: del movimiento al partido 1936-1951*. Asunción: Arandurã Editorial, 2013, p. 61-65; 130; LEWIS, op. cit., 1986, p. 405-407; 412-414.

⁷ ABENTE, op. cit., 1996, p. 256; ARDITI, op. cit., p. 38-42; JARA GOIRIS, op. cit., 2000, p. 67-68. A respeito dos debates em torno das agremiações políticas liberais, Cf. SILVA, op. cit., 2016, p. 100-116.

Inspirados no processo de abertura política na Argentina e no Brasil, os partidos políticos paraguaios opositores ao regime de Alfredo Stroessner decidiram, ao final da década de 1970, aglutinar suas forças em uma aliança pluripartidária. Dessa forma, no início de 1979, o *Acuerdo Nacional* (AN) foi oficializado e contou com a participação de duas agremiações não reconhecidas pelo governo (*Partido Liberal Radical Auténtico* e *Partido Demócrata Cristiano*), um grupo político perseguido pelo regime (*Movimiento Popular Colorado*) e uma instituição legalizada (*Partido Revolucionario Febrerista*). Essa nucleação pluripartidária defendeu a estruturação de um sistema de garantias que permitisse às agremiações políticas sua organização e mobilização, solicitou o levantamento do Estado de Sítio, a promoção dos direitos humanos, criticou a legislação eleitoral e exigiu que o governo fosse exercido de acordo com os princípios democráticos. Considerados pela ditadura como subversivos, os membros do AN foram perseguidos e suas atividades opositoras foram desmoralizadas.⁸ *La Tribuna* defendia a democracia representativa e a organização política através de agremiações. Assim, qual foi a postura do diário frente a esse movimento? O posicionamento dos representantes do jornal foi moldado a partir da atitude da aliança com o passar do tempo e, também, das condições do cenário político.

Em novembro de 1978, deputados do *Partido Liberal Radical* (PLR) exigiram explicações do Poder Executivo sobre a expulsão de membros do *Movimiento Popular Colorado* (MOPOCO), que haviam retornado ao país dois dias antes. No mês seguinte, o *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) entregou à imprensa a “Carta 78”, cujo propósito foi denunciar ações consideradas antidemocráticas que haviam sido desenvolvidas pelo governo e sustentadas pelo Poder Judiciário, como a falta de liberdade sindical e o fato de os paraguaios serem proibidos de ocuparem cargos públicos caso não estivessem vinculados à agremiação oficial.⁹ *La Tribuna* destinou espaço para que dirigentes e membros do *Partido Colorado*, das agremiações opositoras legalizadas e dos movimentos não reconhecidos pudessem informar sobre suas atividades, explicar-se acerca de alguma acusação, apontar problemas existentes no governo ou manifestar-se diante de um assunto específico. Essa posição pautou-se em seu ideário; assim, ao externar a denúncia dos deputados liberal-radicais e publicar trechos da carta dos democrata-cristãos, *La Tribuna* assegurou ante à opinião pública sua figura democrática.

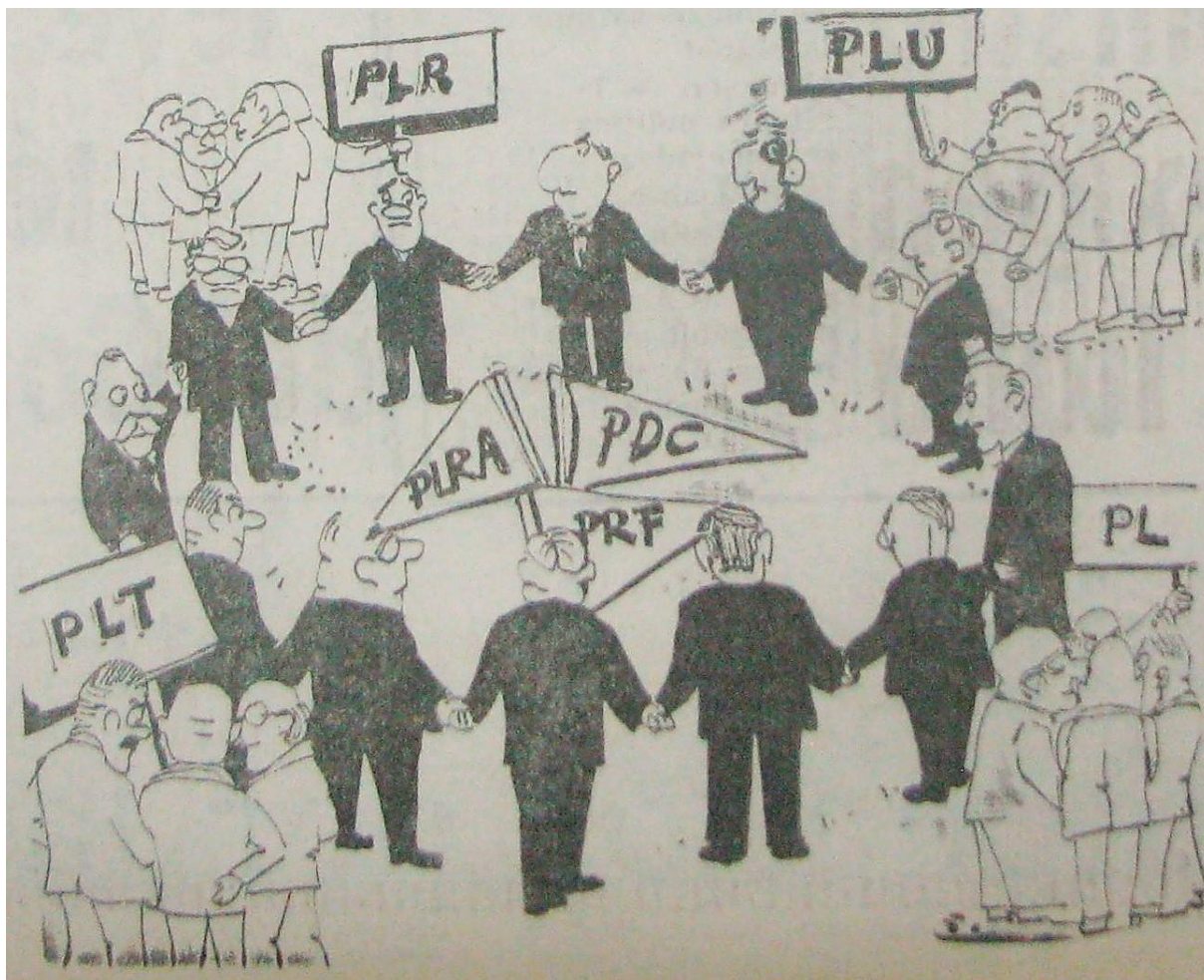
⁸ JARA GOIRIS, op. cit., 2000, p. 74-78; MIRANDA, op. cit., 1992, p. 151.

⁹ Informe sobre expulsiones piden diputados del PLR. *La Tribuna*, Asunción, 19 nov. 1978. Política, p. 04; La Democracia Cristiana exige cambios en pública “Carta 78”. *La Tribuna*, Asunción, 14 dez. 1978. Política, p. 02.

No início de 1979, o *Partido Liberal Radical Auténtico* (PLRA), o *Partido Revolucionario Febrerista* (PRF) e o PDC oficializaram o AN. Em reunião aberta ao público, a nucleação pluripartidária divulgou seu programa e se comprometeu a instalar um regime democrático que assegurasse a vigência dos direitos humanos. Sobre o episódio, *La Tribuna* entrevistou políticos pertencentes às agremiações que compunham o AN, os quais destacaram que a coligação havia surgido como uma ferramenta que pretendia aglutinar a oposição do país, enfatizaram que a aliança ajudaria a introduzir na população a consciência de lutar pela democracia e criticaram as ações arbitrárias do governo. A respeito das opiniões divergentes de distintos setores políticos em relação ao AN, o diário ressaltou que alguns haviam apoiado tal iniciativa, apontada como um fato histórico na oposição ao regime, e outros haviam qualificado o movimento como uma forma de conspiração aos princípios democráticos.¹⁰ Apesar de não ter dedicado um editorial que abordasse a oficialização da coligação político-partidária, *La Tribuna* reagiu com entusiasmo à notícia da conformação do AN. Essa postura pode ser observada no espaço destinado às informações do evento de inauguração e nas entrevistas com os políticos vinculados à aliança pluripartidária. O respeito aos direitos humanos, a necessidade da democratização e a condenação a determinados atos governamentais foram alguns dos temas existentes no discurso dos entrevistados. Outro fator que evidencia o posicionamento do jornal é a charge que ilustrou a notícia sobre a data do primeiro ato público do AN (Figura 3).

Figura 3. Conformação do *Acuerdo Nacional*

¹⁰ Anuncian fecha para ratificación del “Acuerdo”. *La Tribuna*, Asunción, 19 jan. 1978. Política, p. 02; Domingo Laíno: “No tiene precedentes”. *La Tribuna*, Asunción, 05 jan. 1979. Política, p. 03; Deben participar todos. *La Tribuna*, idem; Los febreristas, radicales auténticos y demócratas-cristianos firmaron el “Acuerdo”. *La Tribuna*, Asunción, idem; Por los derechos cívicos. *La Tribuna*, idem.



Fonte: Anuncian fecha para ratificación del “Acuerdo”. *La Tribuna*, Asunción, 19 jan.1978. Política, p. 02.

Nota: *La Tribuna* não mencionou a autoria da charge.

Na imagem, percebemos a existência de cinco pequenos grupos, quatro nos cantos e um ao centro. Os agrupamentos nas margens apresentam homens com roupas brancas discutindo e segurando placas retangulares com os seguintes dizeres: PLR, PLT, PLU e PL. Nota-se que a quantidade de indivíduos varia de um grupo para o outro. No centro, há uma roda de homens vestidos de negro e, ancorado ao solo no meio do círculo, placas triangulares com os seguintes dizeres: PLRA, PDC e PRF. Enquanto os sujeitos das margens parecem estar confabulando e apresentam uma postura sisuda, os homens ao centro têm uma postura serena e amistosa, dando as mãos uns aos outros. Percebe-se que o grupo com a placa PLR é o mais unido dos quatro, pois seus integrantes também estão com as mãos dadas. O espaço da imagem representa o cenário das agremiações políticas opositoras ao regime de Stroessner. As personagens das beiradas relacionam-se aos políticos nucleados nas seguintes facções liberais: *Partido Liberal Radical*, *Partido Liberal Teeté*, *Partido Liberal Unificado* e *Partido Liberal*. Por sua vez, as figuras ao centro simbolizam a união entre os membros do *Partido Liberal Radical Auténtico*, do *Partido Demócrata Cristiano* e do *Partido Revolucionario Febrerista*.

O uso do contraste claro e escuro sinaliza a diferença entre os sujeitos representados, pois enquanto os das margens optam pelo distanciamento – apesar da forte coesão entre os liberal-radicais –, os do círculo conformam uma união. Apesar da aliança entre as personagens, as placas triangulares no centro da roda traduzem as divergências ideológicas do grupo. Dessa forma, a imagem ressalta a ausência de diálogo entre as agremiações opositoras ao governo e manifesta expectativa de *La Tribuna* em relação à criação do AN.

A assinatura dos documentos referentes à criação da coligação foi suspensa pelas forças policiais. Ao diário *La Tribuna*, representantes da aliança pluripartidária classificaram a decisão como ilegal. Em função do ocorrido, os líderes dos partidos vinculados ao AN anteciparam a assinatura do documento que regulamentava as atividades da organização. *La Tribuna* informou sobre o evento e, novamente, entrevistou políticos que participaram da sessão, os quais reiteraram o compromisso de lutar pelo estabelecimento da democracia no país e posicionaram-se contra o governo. Além disso, o jornal publicou o comunicado da juventude do PRF e do PDC, o qual denunciou as ações policiais e destacou que as autoridades nacionais deveriam compreender a importância da democratização.¹¹ Acerca da perseguição do regime às ações do agrupamento, o diário assumiu a postura de noticiar o caso e abrir espaço para políticos opositores exporem suas perspectivas sobre a coligação. Não obstante, o periódico destacou a necessidade do estabelecimento de um diálogo nacional que discutisse os princípios de liberdade e de democracia e, também, de se organizar politicamente a população paraguaia. Por sua vez, Juan A. Cardozo evidenciou a relevância de estabelecer o diálogo político no Paraguai e apontou que isto só ocorreria se o interlocutor não se negasse a discutir e a aceitar as ideias do outro, pois em um local onde não houvesse diálogo crítico estabeleciam-se condições favoráveis à violência e à opressão.¹²

Embora não tivesse publicado um artigo exclusivamente sobre o AN, nem tampouco defendido publicamente os ideais defendidos por esse movimento, *La Tribuna* simpatizou, inicialmente, com a proposta da nucleação, pelo mérito de ter sido a primeira frente pluripartidária paraguaia e por haver defendido tanto o ideário democrático, quanto o princípio de mobilização dos setores sociais. Além disso, havia a expectativa de que o país passaria por mudanças políticas. Ao destacar que a ausência do diálogo na sociedade provocaria ações arbitrárias, o jornal aludiu à proibição do evento que oficializou o AN.

¹¹ Denuncian suspensión de un acto. *La Tribuna*, Asunción, 03 fev. 1979. Política, p. 02; Juventud de la oposición denuncia medida policial. *La Tribuna*, Asunción, 07 fev. 1979. Política, p. 02; No se realizará el acto del “Acuerdo”. *La Tribuna*, Asunción, 02 fev. 1979. Política, p. 02; Opositores ratificaron el “Acuerdo Nacional”. *La Tribuna*, Asunción, 04 fev. 1979. Política, p. 02.

¹² CARDOZO, Juan Andrés. Hora del dialogo nacional. *La Tribuna*, Asunción, 20 fev. 1979. Opinión, p. 10; Editorial: Aprender a dialogar. *La Tribuna*, Asunción, 19 fev. 1979. Opinión, p. 10.

Aproveitando-se da conjuntura do período, os representantes pelo diário notaram na coligação uma forma de se juntarem às vozes dissonantes que exigiam a abertura política e o respeito às garantias democráticas no país. Dessa maneira, a postura crítica do jornal ao regime cívico-militar de Stroessner ficou clara. Entretanto, a situação mudou após o fechamento do veículo em junho de 1979. Ao retornar suas atividades, o diário publicou trechos da fala do ministro do *Interior*, o qual comparou o AN à *Frente Sandinista* e destacou que o movimento nicaraguense era formado por pessoas que supostamente representavam o povo e que encaminhariam suas ações pela via democrática. Ademais, o ministro ressaltou que o governo não proibia as atividades dos membros do AN, acusou a imprensa empresarial de se utilizar das declarações dos políticos opositores para aumentar a venda de seus exemplares e advertiu que o regime se defenderia caso fosse atacado por opositores através dos meios de comunicação.¹³ Temendo novas represálias do Poder Executivo e respeitando as imposições das autoridades, a administração do jornal refreou seu posicionamento contestador e reforçou a prática de autocensura. Em virtude da inclusão do MOPOCO na nucleação pluripartidária, do temor de a coligação resultar em um movimento semelhante à *Frente Sandinista* e das ameaças do ministro do *Interior*, a relação do diário com o AN alterou-se, pois passou a criticar a aliança e a questionar sua atuação no cenário político paraguaio.

A partir desse momento, o jornal abriu espaço para que figuras políticas pudessem externar suas opiniões contrárias ao AN. Em entrevista, parlamentares liberal-radicais afirmaram que o PLR não havia aceito o convite para compor os quadros do AN, pois entendiam que o PRF se sobrepunha aos outros partidos políticos que compunham a coligação e que os grupos pertencentes à organização eram “socialistas”. Assim, acreditavam que o AN só teria coerência e autenticidade se agregasse pessoas comprometidas com uma mesma ideologia. Outra agremiação política que havia recusado o convite para compor o AN foi o *Partido Liberal Unificado* (PLU), porque acreditava que a nucleação era um grupo elitista que não tinha base popular e que se limitava ao campo teórico. *La Tribuna* também abriu espaço para deputados do PL, os quais afirmaram que a união entre as figuras do AN deu-se pelo fato de eles não terem conseguido atuar nos partidos políticos reconhecidos e com representação no Congresso Nacional. O jornal também externou a postura de outras lideranças políticas contrárias ao AN, como um dos setores do MOPOCO, que condenou membros de sua facção

¹³ Montanaro: “Si nos atacan por la prensa, nos vamos a defender”. *La Tribuna*, Asunción, 22 jul. 1979. Política, p. 02.

por terem aceito participar da nucleação pluripartidária, e o *Partido Liberal Teeté* (PLT), que ressaltou o fato de o AN não possuir entendimento nacional e beneficiar apenas o sistema.¹⁴

A relação do diário com o AN alterou-se definitivamente a partir de janeiro de 1980, quando começou a publicar artigos redigidos por um colunista que se denominava D.A.A. Apoiado nos textos desse colaborador, o diário externou seu ponto de vista a respeito do *Acuerdo Nacional* (AN). Em seus escritos, D.A.A. questionou a eficácia da nucleação pluripartidária e externou os problemas em sua estrutura. Com uma linguagem ácida, assegurou que o AN havia sido um projeto de dirigentes do PDC e do PRF para atrair o eleitorado liberal e os colorados descontentes com o governo e que o objetivo dessa tática era enfraquecer a atuação das agremiações políticas tradicionais (PL e *Partido Colorado*) e, conseqüentemente, ocupar o espaço deixado por elas. Para atingir esse propósito e conquistar apelo nacional, o articulista afirmou que o AN integrou em suas bases o PLRA e o MOPOCO, visando utilizá-los como “instrumentos úteis”. Contudo, D.A.A. apontou que o órgão que havia se beneficiado dessa estratégia foi o PLRA, pois aproveitou-se da plataforma da coligação para promover publicamente seus correligionários. Em relação à força e à representatividade do AN, o autor ressaltou que oito grupos políticos estavam de fora da nucleação e destacou que a aliança pluripartidária havia falhado na conquista dos setores populares – por ter sido mais um simples acordo entre dirigentes –, no enfrentamento com os partidos políticos tradicionais e no enfraquecimento do governo – na realidade, teria legitimado a imagem “democrática” do regime ante à opinião pública nacional e internacional. A respeito da fragilidade do AN, o autor analisou os fundamentos ideológicos das quatro agremiações políticas, apresentou os problemas existentes neles e apontou a probabilidade de a coligação se desintegrar em um futuro próximo.¹⁵

Em virtude de seu tom aguerrido, as declarações de D.A.A. eclodiram no cenário político paraguaio. Elogios e refutações a seus artigos eram publicadas pelo diário. No entanto, a afirmação de que o PRF recebia recursos financeiros do exterior fez com que as discussões saíssem do campo das ideias e se deslocassem para o Judiciário. Ante esse

¹⁴ Dicen que en el “Acuerdo” PRF “utiliza a los demás”. *La Tribuna*, Asunción, 18 dez. 1979. Política, p. 02; “Es un Acuerdo de facciones antiliberales”. *La Tribuna*, Asunción, 14 abr. 1980. Política, p. 02; Liberales critican al “Acuerdo”. *La Tribuna*, Asunción, 05 abr. 1980. Política, p. 02; “Mi miedo no llega al punto de temer a cualquiera del Acuerdo”. *La Tribuna*, Asunción, 13 mar. 1980. Política, p. 02; Osvaldo Chaves rechaza el Acuerdo Nacional. *La Tribuna*, Asunción, 18 abr. 1980. Política, p. 04.

¹⁵ D.A. Disquisiciones sobre el acuerdo Nacional [I]. *La Tribuna*, Asunción, 25 jan. 1980. Política, p. 02; D.A. Disquisiciones sobre el Acuerdo Nacional [II]. *La Tribuna*, Asunción, 26 jan. 1980. Política, p. 02; D.A.A. Disquisiciones sobre el Acuerdo Nacional [III]. *La Tribuna*, Asunción, 11 fev. 1980. Política, p. 02; D.A.A. Disquisiciones sobre el Acuerdo Nacional [IV]. *La Tribuna*, Asunción, 12 fev. 1980. Política, p. 02; D.A.A. Fragilidad del Acuerdo Nacional (I). *La Tribuna*, Asunción, 11 mai. 1980. Política, p. 02; D.A.A. Fragilidad del Acuerdo Nacional [II]. *La Tribuna*, Asunción, 12 mai. 1980. Política, p. 02.

improprio, Carlos Caballero Gatti, presidente da agremiação febrerista, moveu uma intimação contra Oscar Paciello, em razão das asseverações de D.A.A., e exigiu que fosse informada a identidade do colunista. Procurado pelo escrivão público, o responsável por *La Tribuna* negou o pedido. Em editorial, o diário ressaltou a importância do respeito às diferenças ideológicas, afirmou que qualquer restrição ao livre exercício de pensamento representaria um obstáculo ao processo democrático e a incapacidade de enfrentar as ideias dissonantes e, por último, assegurou que nada o silenciaria, apesar das intimações. A respeito do assunto, D.A.A. demonstrou-se surpreso com a postura de Caballero Gatti. Em maio de 1980, o presidente do PRF anunciou que havia encaminhado ao partido o pedido para mover uma ação judicial por calúnia e difamação contra Paciello, pois este se responsabilizaria por D.A.A. e ressaltou que as declarações feitas eram falsas. Posteriormente, *La Tribuna* observou que o seu diretor ainda não havia sido notificado oficialmente e assegurou que continuaria a garantir espaço em suas páginas para que correntes de opinião democráticas se manifestassem. Membros do PRF se reuniram para discutirem três propostas sobre o caso: a solicitação de uma investigação para averiguar se uma parte das ações de *La Tribuna* fora adquirida por Pastor Coronel, chefe do *Departamento de Investigaciones de la Policia de la Capital*, o que explicaria o fato de o artigo assinado por D.A.A. ser uma das formas utilizadas pelo regime para atacar o PRF; a defesa da continuidade da querela; e a recomendação para que a agremiação suspendesse a decisão de seguir com a ação jurídica. A última proposta foi aceita, assim, a agremiação resolveu não processar Paciello e esperar as próximas manifestações de D.A.A.¹⁶

Tempos depois, a situação interna do AN retornou aos artigos de D.A.A. De acordo com o articulista, um setor do *Partido Comunista Paraguayo* (PCP), o MOPOCO e o PLRA teriam pedido a incorporação de organizações trabalhistas, camponesas, estudantis e eclesíásticas nos quadros do AN. Para D.A.A., isso comprovou que a coligação havia sofrido uma guinada ao comunismo. Ao ser questionado sobre suas afirmações, o articulista reiterou as informações a respeito da mudança ideológica do AN e comentou que Oscar Paciello havia

¹⁶ D.A.A. “Con ideas y no con querellas” (I). *La Tribuna*, Asunción, 20 mai. 1980. Política, p. 02; Editorial: Esperando la querella. *La Tribuna*, Asunción, 22 mai. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Y la conducta la democracia. *La Tribuna*, Asunción, 14 mai. 1980. Opinión, p. 08; Intimación notarial del PRF a la Dirección de La Tribuna. *La Tribuna*, Asunción, 14 mai. 1980. Política, p. 02; “Someteremos a la directiva la decisión de querellar a La Tribuna”. *La Tribuna*, Asunción, 21 mai. 1980. Política, p. 02. Cf. Informe sobre a sessão extraordinária e reservada do *Partido Revolucionario Febrerista* em 22 de maio de 1980 e Informe sobre a conferência de imprensa na sede do *Partido Revolucionario Febrerista* em 20 de maio de 1980. *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*, numeração R174F, laudas 1040-1043 e 1049-1050 (microfilme).

lhe pedido mais prudência no conteúdo de seus textos.¹⁷ Antes de prosseguirmos, convém aclarar quem foi D.A.A. Em seus textos, o articulista deu algumas pistas acerca de sua identidade: paraguaio residente em Buenos Aires, mas que amiúde retornava ao Paraguai para visitar sua família; ex-funcionário público nos governos liberais; correligionário do PL; e veterano da Guerra do Chaco. Quando questionando a respeito de sua identidade, argumentava que era apenas um cidadão idoso interessado na política de seu país e que a opção pelo anonimato fazia parte de uma estratégia para evitar ataques pessoais. No entanto, Humberto Pérez Cáceres, colunista de *La Tribuna*, informou que havia a hipótese de que o colaborador anônimo fosse Artemio Daniel Mereles; porém, tal tese foi descartada após a negativa de Mereles, em carta publicada pelo *ABC Color*.¹⁸ De fato, a suspeita tinha embasamento, já que Mereles havia sido advogado, veterano na Guerra do Chaco, funcionário do *Ministerio del Interior* e do *Ministerio de Hacienda*, membro do PL e desde a década de 1940 residia na Argentina. Ao cruzar a trajetória de Mereles com as informações do articulista, a possibilidade de que seriam a mesma pessoa é alta. Além disso, nos primeiros escritos o colaborador assinava como D.A., ou seja, as iniciais de “Artemio Daniel” invertidas. Pretendendo despistar a opinião pública, agregou mais uma letra A. Contudo, as polêmicas envolvendo o AN encerraram-se com os artigos de D.A.A.? Não!

Em julho de 1981, o PRF organizou uma reunião pública para debater a modificação da legislação eleitoral. Entretanto, os membros do PLRA não compareceram ao encontro, atitude que criou um mal-estar na cúpula do AN. Acerca disso, *La Tribuna* destacou que o ato do PLRA teria sido considerado arbitrário pelos integrantes da aliança pluripartidária. Por sua vez, um democrata-cristão argumentou que a ausência dos liberal-radicais autênticos havia sido um repúdio à participação de membros do PL e do PLR no evento. Apesar da justificativa, o PRF recomendou que seus correligionários criticassem, “de forma fraternal”, a atitude dos liberal-radicais autênticos. Em sua coluna, Bernardo Neri Farina afirmou que o episódio havia externado a desintegração interna do AN em virtude das disputas políticas entre seus grupos. Dias depois, o diário publicou um documento do PRF, o qual apontou que o AN respeitava a autonomia das agremiações nucleadas e que seu compromisso era fomentar a luta pela democracia no país. No mesmo período, Luis A. Resck, membro do PDC, foi recebido pelo presidente venezuelano, Luis Herrera Campins, um mês após ter chegado a

¹⁷ D.A.A. Comentando el comunicado de prensa febrerista. *La Tribuna*, Asunción, 28 jul. 1980. Política, p. 02; D.A.A. “Triunfa la tesis comunista en el Acuerdo Nacional”. *La Tribuna*, Asunción, 20 jul. 1980. Política, p. 02.

¹⁸ Cf. PÉREZ CÁCERES, Humberto. ¿Quién es D.A.A. al fin? *La Tribuna*, Asunción, 14 jun. 1981. Política, p. A-2; D.A.A. “Con ideas y no con querellas” (I). *La Tribuna*, op. cit.; D.A. Disquisiciones sobre el acuerdo Nacional [I]. *La Tribuna*, op. cit.

Caracas como exilado político. Na ocasião, Resck afirmou que antes de deixar o Paraguai havia conseguido organizar uma aliança nacional, cujo objetivo era derrubar o regime de Stroessner. Em virtude da repercussão negativa dessa declaração, o comitê político do PRF emitiu um comunicado desmentido o democrata-cristão e esclarecendo que a proposta da coligação era superar a situação política do país através de um processo de abertura democrática e de forma pacífica. Já o PDC, afirmou que era contrário a qualquer método de ação violenta e que Resck estava desvinculado da agremiação. Acerca do episódio, *La Tribuna* criticou a atitude do político, afirmou que este deu a entender que o AN realizava rebeliões para destituir o governo – o que era ilegal, segundo os preceitos constitucionais –, e ressaltou que respeitava os direitos de se propor mudanças, mas dentro da lei. Por sua vez, Neri Farina ressaltou que o episódio comprovou a desunião da nucleação e que o PRF e o PDC posicionaram-se contrários a Resck como uma forma de evitar represálias.¹⁹

À guisa de conclusão, cabe-nos certos questionamentos. Primeiramente, qual o motivo de *La Tribuna* ter publicado os artigos de D.A.A.? A intensão do jornal responde a fatores políticos e econômicos. Como pretendia atingir um espaço de destaque no mercado jornalístico e diante da concorrência com outros veículos, o diário utilizou-se dos artigos polêmicos de uma figura misteriosa para aumentar seu público-leitor e, consequentemente, a receita da empresa. É importante lembrar que os artigos de D.A.A. ganharam destaque no primeiro semestre de 1980, quando se planejava a desativação temporária do veículo para a incorporação de uma nova tecnologia. No campo político-partidário, tais artigos tiveram motivações eleitorais. Publicados em meio aos debates envolvendo as eleições municipais e às modificações na legislação eleitoral, os textos levantaram a hipótese de liberal-radicais autênticos migrarem para outras correntes do liberalismo – para, assim, disputarem eleições ou assumirem cargos – e de que febreristas, por pressões externas, deixassem a abstenção e participassem da corrida eleitoral. Dessa forma, até que ponto tais grupos poderiam se apropriar de suas ações no AN e do espaço cedido na imprensa para se promoverem nas eleições? A partir dessa dúvida, D.A.A. apontou as incertezas das agremiações que compunham o AN.

¹⁹ “Acuerdo nacional para derrocar al régimen”. *La Tribuna*, Asunción, 05 ago. 1981. Política, p. 03; <<Disentimos con el gobierno pero no queremos violencia>>. *La Tribuna*, Asunción, 06 ago. 1981. Política, p. 02; Editorial: Testigo de cargo. *La Tribuna*, Asunción, 05 ago. 1981. Opinión, p. 05; “El AN expresión eficiente de la oposición paraguaya”. *La Tribuna*, Asunción, 28 set. 1981. Política, p. 02; Febreristas critican actitud ausentista de los <auténticos>. *La Tribuna*, Asunción, 31 jul. 1981. Política, p. 02; Habría malestar en el Acuerdo Nacional por actitud del PLRA. *La Tribuna*, Asunción, 28 jul. 1981. Política, p. 03; Los febreristas emitieron un comunicado aclaratorio. *La Tribuna*, Asunción, 06 ago. 1981. Política, p. 02; NERI FARINA, Bernardo. El Acuerdo no parece ya demasiado unido. *La Tribuna*, Asunción, 09 ago. 1981. Política, p. 03; NERI FARINA, Bernardo. ¿Hay acuerdo en el Acuerdo? *La Tribuna*, Asunción, 02 ago. 1981. Política, p. 03.

Em relação à mudança na lei eleitoral, a criação da aliança pluripartidária teria surgido por conta dos problemas de representatividade eleitoral? Provavelmente. Tanto no discurso dos membros do AN, quanto na fala dos políticos contrários à coligação, essa questão aparece. Ao destacar esses aspectos, o diário – ancorado nos artigos de D.A.A. – criticou o sistema eleitoral do país. A partir desse ponto, o que explicaria a mudança de postura do jornal em relação ao AN? Expondo as divergências, as incongruências discursivas e as fragmentações da coligação, o jornal trouxe à tona antigos debates do cenário político paraguaio: o personalismo de certos dirigentes e as dificuldades da oposição em se unir frente a uma causa em comum. Como destacado anteriormente, a euforia inicial de parte da opinião pública paraguaia – inclusive de *La Tribuna* – a respeito da criação do AN é explicada pelo fato de ter sido a primeira nucleação pluripartidária de oposição ao regime cívico-militar de Stroessner. A partir da experiência de governantes personalistas e das disputas violentas entre os partidos políticos surgiu a expectativa – por parte de uma parcela da sociedade – para um futuro democrático. Ao demonstrar que tal movimento não havia acabado com os vícios políticos do passado, o jornal passou a encará-lo como um entrave ao avanço democrático no país.

4.1.2. A legislação eleitoral

A Constituição Nacional de 1967 estabelecia o Congresso Nacional paraguaio bicameral, sendo composto pelo Senado e pela Câmara de Deputados. O decreto-lei 204, promulgado em 1959, instituiu o sistema eleitoral pelo qual o partido político mais votado nas eleições tinha o direito de ocupar dois terços das cadeiras da Câmara, deixando às demais agremiações o terço restante, e assegurou que o sufrágio seria direto e secreto através de uma estrutura de lista completa e de representação proporcional. Além disso, o regulamento jurídico estabeleceu as normas para a eleição da *Junta Electoral Central* (JEC), cuja composição remetia a seis membros designados pela maioria dos votos na Câmara, destinando os quatro principais postos ao partido político com maior expressão nas eleições e o restante às agremiações minoritárias. No ano seguinte, o decreto foi sancionado e transformou-se na lei 600.²⁰ Em virtude das deficiências na legislação eleitoral, setores político-partidários vinham, desde o início da década de 1970, reivindicando mudanças nessa matéria. Após as eleições presidenciais de 1978, o assunto foi novamente posto em pauta e ganhou uma repercussão maior. Ante esse cenário, pretendemos observar a postura de *La Tribuna* quanto à

²⁰ Cf. ARDITI, op. cit., p. 42-45; LÓPEZ, Magdalena. Paraguay: de la transición a la democracia (1989-2008). Un abordaje normativo-electoral. *Espacio Abierto*, vol. 21, núm. 2, abril-junio, 2012, p. 215-216.

mudança da lei 600. Ao cobrir tais discussões, o diário externou seu compromisso com a democracia representativa e sua defesa em relação ao fortalecimento das instituições através da alteração de um elemento político-constitucional.

A primeira vez que a reforma da legislação eleitoral apareceu em *La Tribuna* – durante a gestão de Oscar Paciello – foi na “Carta 78”, publicada pelo *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), que havia denunciado irregularidades nas eleições. No entanto, foi no início de 1979 que a discussão acerca do tema ganhou destaque. Sobre o assunto, o diário entrevistou políticos vinculados ao *Partido Liberal* (PL), ao *Partido Liberal Radical* (PLR), ao *Partido Revolucionario Febrerista* (PRF) e ao PDC, que defenderam a reforma da lei 600 e apontaram algumas debilidades no processo eleitoral, como o descompromisso com a soberania popular, as incongruências com os preceitos constitucionais e a ausência de igualdade aos demais partidos políticos. O jornal também entrevistou eleitores, os quais denunciaram a existência de fraudes nas eleições e sinalizaram que a desinformação entre os setores sociais mais carentes e a ausência de liberdade cívica seriam os principais problemas do sistema eleitoral.²¹

A defesa da democracia representativa e da soberania popular, a importância da disseminação da informação crítica entre os cidadãos, o respeito às liberdades cívica e política e a garantia à pluralidade de ideias são elementos existentes tanto no discurso político dos atores entrevistados por *La Tribuna*, quanto no ideário do jornal. Além de assegurar seu compromisso político e social, o diário utilizou os debates referentes à mudança da lei 600 para direcionar a opinião pública paraguaia. As discussões em torno do estatuto eleitoral também foram abordadas por *ABC Color*. No entanto, como observamos no segundo capítulo, os responsáveis por esse periódico possuíam uma idiossincrasia distinta de *La Tribuna*, pois acreditavam que a atuação dos partidos políticos não contribuiria para o robustecimento da democracia no país. Dessa maneira, para conduzir as discussões na opinião pública paraguaia e se diferenciar na cobertura do caso, o diário de Oscar Paciello cedeu espaço para as diferentes manifestações sobre o assunto e pressionou as autoridades nacionais a tomarem uma postura frente às demandas das agremiações políticas e de setores da população.

A lei 600 reconhecia apenas o *Partido Colorado*, o PL, o PLR e o PRF. Legalizada em 1963, no contexto da “abertura partidária” do regime, a agremiação febrerista participou dos

²¹ “Devolver al pueblo la esperanza en las elecciones”. *La Tribuna*, Asunción, 29 jul. 1979. Política, p. 02; Diversas opiniones en torno a la Ley Electoral N° 600. *La Tribuna*, Asunción, 25 jan. 1979. Política, p. 02; “Existen muchísimos problemas para votar”. *La Tribuna*, Asunción, 24 jan. 1979. Política, p. 02; “Hace falta una ley que sea prenda de garantía”. *La Tribuna*, Asunción, 25 jan. 1979. Política, p. 02; La Democracia Cristiana exige cambios en pública “Carta 78”. *La Tribuna*, Asunción, 14 dez. 1978. Política, p. 02; “La igualdad de trato y oportunidades no existe”. *La Tribuna*, Asunción, 26 jan. 1979. Política, p. 02; “La reforma de la ley electoral es necesaria”. *La Tribuna*, Asunción, 31 jan. 1979. Política, p. 02.

processos eleitorais por uma década, mas resolveu ausentar-se das disputas eleitorais presidenciais por considerá-las uma farsa. A respeito dessa questão e diante dos debates sobre o descontentamento com o estatuto eleitoral, *La Tribuna* entrevistou dirigentes e correligionários do partido, os quais afirmaram que a decisão do PRF em se abster nas eleições municipais agendadas para 1980 era uma forma de protesto à vigência da legislação eleitoral, acusaram o regime de querer marginalizar o PRF do cenário político e esclareceram que a reivindicação pela constituição de um espaço político favorável seria necessária para o processo de democratização do país. Em virtude das declarações dos febreristas, a bancada colorada no Senado apontou que o PRF violava os direitos cívicos ao insistir em sua não participação nas eleições presidenciais.²² A partir do posicionamento de seus membros, percebemos que o PRF era favorável à modificação da lei eleitoral, mas temia que o governo se utilizasse de um novo regulamento jurídico para recrudescer a repressão a seus correligionários e alterar sua posição “privilegiada” – uma vez que era um dos poucos partidos reconhecidos – frente às outras agremiações políticas.

Ao publicar os discursos políticos dos atores partidários, *La Tribuna* estimulou a polêmica e movimentou a opinião pública, além de introduzir no cenário político a necessidade de reformar a legislação eleitoral. Entretanto, o diário mostrou-se incomodado com os constantes repúdios dos partidos políticos à ordem judiciária do país. Dessa forma, sugeriu ao *Partido Colorado* a criação de um ambiente de diálogo e à oposição que findasse as fragmentações do próprio movimento. Sobre o abstencionismo eleitoral do PRF, o diário ressaltou a importância das eleições em um sistema democrático, informou que o artigo 111 da Constituição de 1967 asseverava a obrigatoriedade de os eleitores participarem das votações e afirmou que a ação política não poderia fundar-se na desobediência, mas na busca pela melhora dos mecanismos que possibilitassem a participação cidadã na vida pública. Portanto, assegurou que o robustecimento dos princípios democráticos evitaria as incongruências geradas pela participação das instituições partidárias. Todavia, o jornal apontou que não havia projetos concretos que propunham reajustar a legislação eleitoral.²³ Assim, *La Tribuna* passou a suspeitar das intenções das figuras partidárias, pois acreditava

²² Febreristas dicen que la Ley 600 será reformada. *La Tribuna*, Asunción, 19 set. 1979. Política, p. 02; Febreristas votarán en blanco como protesta. *La Tribuna*, Asunción, 20 jul. 1979. Política, p. 03; Objetivo febrerista: la democracia para el país. *La Tribuna*, Asunción, 13 ago. 1979. Política, p. 02; Senador colorado afirma que la oposición viola derechos cívicos. *La Tribuna*, Asunción, 20 jul. 1979. Política, p. 03.

²³ Editorial: Ley electoral. *La Tribuna*, Asunción, 10 set. 1979. Opinión, p. 08; Editorial: Ley electoral. *La Tribuna*, Asunción, 19 set. 1979. Opinión, p. 08; Editorial: Robustecer la democracia. *La Tribuna*, Asunción, 19 ago. 1979. Opinión, p. 10.

que haveria um consenso entre forças opositoras e oficiais para que a situação permanecesse estável.

A postura do diário frente ao caso traduziu a defesa de seus representantes pelo sistema de representatividade, pela participação dos setores populares no processo político e pelas garantias constitucionais. Buscando uma postura “imparcial” – a partir de uma narrativa “objetiva” –, o jornal ao mesmo tempo que cobrou uma ação mais energética da oposição e das autoridades sobre a alteração da legislação eleitoral, criticou as ações desses grupos em relação à modificação do referido estatuto. Além disso, demonstrou a apreensão de que as agremiações políticas opositoras estivessem mais preocupadas com questões próprias do que com o sistema democrático ou com a possibilidade de ganhar mais espaço para atender aos anseios da população. O posicionamento desses partidos – que observava o povo como um “instrumento” do sistema eleitoral – contrariava o ideário do jornal, o qual acreditava que as agremiações políticas representariam um canal de ligação entre as reivindicações populares e o governo. A ação do periódico ao entrevistar o eleitorado foi simbólica, pois não apenas mostrou os problemas eleitorais, mas evidenciou os anseios dos cidadãos por um sistema de representatividade mais eficaz. Dessa forma, *La Tribuna* desabonou os partidos políticos? De forma alguma. A suspeita de um possível consenso para a manutenção da ordem das coisas foi uma crítica do diário ao real compromisso dessas instituições com os princípios democráticos e, conseqüentemente, com a participação e representação popular nesse sistema.

A pressão da opinião pública – e de *La Tribuna* – pela revisão da legislação eleitoral surtiu efeito. Em setembro de 1979, o presidente da JEC informou que legisladores colorados estavam estudando as propostas de alteração da lei 600. Não obstante, os debates sobre a sua modificação perderam força nos meses seguintes, mas ressurgiram no início de maio de 1980. Na ocasião, *La Tribuna* ressaltou que havia informações de que possivelmente naquele mês seria colocado em consideração no Parlamento um projeto de lei que alterasse o estatuto eleitoral. A respeito do assunto, a deputada pelo PLR, Ligia Prieto de Centurión, recomendou a criação de partidos políticos fortes que auxiliassem no processo democrático do país e a necessidade de garantias às agremiações de oposição.²⁴ A respeito da representatividade, a Constituição de 1967 previa que houvesse sessenta deputados e trinta senadores. Acerca dessa questão, *La Tribuna* ressaltou que o mais importante não era a discussão de um teto

²⁴ “Debe discutirse con la participación de los partidos políticos del país”. *La Tribuna*, Asunción, 11 mai. 1980. Política, p. 03; Ley 600: cambios son posibles. *La Tribuna*, Asunción, 23 set. 1979. Política, p. 02; “Ley de muy difícil parto”. *La Tribuna*, Asunción, 07 mai. 1980. Política, p. 02; Modificaciones proyectadas a la Ley Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 16 mai. 1980. Política, p. 02.

representativo, mas a criação de maiores oportunidades de participação no Congresso; entretanto, defendeu o reajuste de representantes no Senado e na Câmara de Deputados.²⁵

Um ponto no discurso do jornal chama a atenção: a defesa por uma maior participação parlamentar. *La Tribuna* se preocupava com a efetiva presença popular no governo e com o equilíbrio entre os poderes do Estado. Pois bem, ao ressaltar que a questão não girava em torno da quantidade de representantes, mas do peso que estes teriam no Parlamento, fica nítida a defesa do diário em torno de uma maior força do Congresso Nacional. Essa postura fazia do jornal um defensor do parlamentarismo? De forma alguma! Há mais elementos que reforçam a sua postura republicana e presidencialista, do que o contrário. Entretanto, o veículo tinha a visão de que um Parlamento mais plural e mais diversificado evitaria um dissenso entre seus próprios membros e um choque com os demais poderes e seria uma maneira de ampliar a participação dos setores populares no jogo político. Com isso, haveria o amadurecimento do sistema democrático no país. Agora, apesar de defender a pluralidade e a soberania popular, o diário acreditava que o Congresso deveria reunir todas as vozes do país? Não. O mesmo discurso político que clamava maior diversificação, marginalizava a participação de certos grupos políticos, como os comunistas. Apesar de essa postura ter dialogado com as linguagens políticas da época, a postura anticomunista do diário foi uma característica de sua idiossincrasia desde a fundação.

Por conta das eleições municipais de 1980, a discussão referente à alteração da lei 600 só foi retomada em março do ano seguinte. A respeito do assunto, o senador do PL, Serviliano Alonso Peralta, afirmou que o estatuto eleitoral possuía muitas falhas – o que causava imperfeições no sistema democrático do país – e defendeu tanto o aumento da quantidade de parlamentares, quanto a instauração de um modelo organizacional das agremiações políticas. Dois meses depois, o presidente do *Partido Colorado* e o responsável pela Comissão Eleitoral da agremiação colorada declararam à imprensa que os estudos sobre a reforma do estatuto eleitoral haviam sido iniciados em 1978, convidaram os demais partidos políticos para participarem desse processo e ressaltaram que a proposta de alteração da lei eleitoral seria levada – quando concluída – à discussão de seus correligionários e que, uma vez aprovada, seria enviada ao Congresso. A respeito disso, *La Tribuna* informou que as agremiações opositoras haviam concordado com mudanças na participação parlamentar e recomendou aos partidos políticos que discutissem a necessidade da educação cívica visando uma melhor

²⁵ Editorial: Afirmar la democracia. *La Tribuna*, Asunción, 06 mai. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Ley Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 11 mai. 1980. Opinión, p. 06.

utilização do novo estatuto e o aperfeiçoamento das instituições.²⁶ Esse último aspecto é importante, pois o diário reafirmou seu ideário e criticou tanto o partido oficial, quanto as agremiações políticas opositoras, por não levarem em consideração elementos além das disputas por mais cadeiras no Parlamento. Segundo o diário, a preocupação em educar politicamente a educação para que esta pudesse ter uma maior participação no sistema democrático foi colocada de lado pelos partidos políticos, sendo necessário – através de uma nova legislação – sanar esse problema e solidificar a consciência cívica.

La Tribuna cedeu um amplo espaço para que os membros das agremiações opositoras pudessem se manifestar a respeito do assunto. Correligionários do PRF declararam que o projeto de alteração do estatuto eleitoral – elaborado pelos colorados – possuía conotações repressivas, proibia os partidos políticos de se relacionarem com órgãos internacionais e impedia o voto em branco. Tais elementos prejudicariam o PRF, pois a agremiação política mantinha relações com a Internacional Socialista e havia um decênio que não participava das eleições. Para o PRF, as alterações na referida lei era uma tentativa de liquidar a oposição democrática e de impor um sistema de partido único. Além disso, apontou que a reforma da lei 600 deveria se propor a resolver os problemas que vinham estancando o desenvolvimento da transição democrática no país. As críticas à mudança na legislação eleitoral não ficaram circunscritas a um grupo político; pelo contrário, outras agremiações manifestaram-se sobre o caso. O PDC classificou a alteração do estatuto eleitoral como inconstitucional, pois pretendia manter os aspectos antidemocráticos e prejudicar o funcionamento das organizações políticas representativas. Já o PL afirmou que o projeto de modificação da lei 600 deveria regular as atividades das agremiações políticas e fortalecer as Juntas Eleitorais para que não houvesse mais fraudes. Além de repercutirem em *La Tribuna* seus posicionamentos sobre a mudança do estatuto eleitoral, os membros dos partidos políticos opositores realizaram assembleias e reuniões que discutiram o projeto redigido pelos parlamentares colorados. Das agremiações políticas opositoras, duas apresentaram à Câmara dos Deputados projetos de alteração da lei 600: o PDC e o PLR. O primeiro assegurava o direito ao voto em branco e ao espaço na imprensa de qualquer agremiação, permitia a aliança dos partidos políticos com órgãos nacionais e internacionais e estipulava a criação de um Tribunal Eleitoral em substituição à JEC. Por sua vez, o segundo projeto proibia a monopolização dos direitos políticos dos

²⁶ “Debe existir una reforma en la Ley Electoral 600”. *La Tribuna*, Asunción, 30 mar. 1981. Política, p. A2; Editorial: Anteproyecto. *La Tribuna*, Asunción, 13 jul. 1981. Opinión, p. A5; Ley 600: No habrían cambios substanciales. *La Tribuna*, Asunción, 07 jul. 1981. Política, p. A2; Partido Colorado proyecta modificar Ley Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 02 jul. 1981. Política, p. A2; Partido Liberal estudia posible reforma de la ley electoral. *La Tribuna*, Asunción, 03 jul. 1981. Política, p. A2.

paraguaios pelo partido oficial e propunha uma série de medidas que garantisse a proteção aos cidadãos de qualquer ato de discriminação política.²⁷ *La Tribuna* publicou – na íntegra – os projetos citados e noticiou as reuniões e articulações das agremiações políticas opositoras.

O projeto de modificação da lei eleitoral escrito pelos colorados foi divulgado em julho de 1981. No mês seguinte, a Comissão Constitucional da Câmara de Deputados iniciou as discussões dos três projetos de lei com a participação de seus redatores. Os debates duraram até outubro, quando o texto dos parlamentares colorados foi admitido e levado à Câmara dos Deputados para ser apreciado. A maioria dos deputados aceitou o documento, porém algumas bancadas manifestaram argumentos em torno do texto. Após mais um período de debates, o projeto de lei foi aprovado e seguiu para estudo na Comissão Constitucional do Senado. Sendo admitido, seguiu para votação e foi aceito pela maioria dos senadores. Enviado ao Poder Executivo e sancionado por Alfredo Stroessner em dezembro de 1981, transformou-se na lei 886. Em meio aos debates, um grupo de políticos que não participavam institucionalmente do processo eleitoral do país – ou seja, membros do PDC, do PRF e do PLRA – afirmou que o projeto era um “golpe muito duro para a vigência da democracia no Paraguai”. Em contrapartida, parlamentares colorados consideraram que o novo código eleitoral “fortaleceria os partidos políticos e, conseqüentemente, o sistema democrático representativo”. Dentre as alterações, o novo estatuto eleitoral previa a proibição das agremiações políticas que propusessem destruir a democracia representativa, das alianças com partidos políticos estrangeiros e de proclamar a abstenção eleitoral.²⁸ Sobre a aprovação do

²⁷ El PRF propugna diálogo de partidos políticos. *La Tribuna*, Asunción, 12 jul. 1981. Política, p. A2; “El proyecto es una trampa para el Partido Febreristas”. *La Tribuna*, Asunción, 22 jul. 1981. Política, p. A2; “El proyecto no mejorará las prácticas electorales”. *La Tribuna*, Asunción, 07 jul. 1981. Política, p. A2; En el PRF se habló sobre la Ley 600. *La Tribuna*, Asunción, 10 jul. 1981. Política, p. A2; La Democracia Cristiana también envió un proyecto a Diputados. *La Tribuna*, Asunción, 17 ago. 1981. Política, p. 02; “Nos preocupa que salga una buena ley”. *La Tribuna*, Asunción, 18 jul. 1981. Política, p. A2; Nuevo proyecto de Estatuto Electoral fue presentado ayer en la Cámara de Diputados. *La Tribuna*, Asunción, 23 jul. 1981. Gobierno, p. 04; PDC cuestiona ideas sobre la Ley 600. *La Tribuna*, Asunción, 14 jul. 1981. Política, p. A2; Preparan otro proyecto sobre Estatuto Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 14 jul. 1981. Política, p. A2.

²⁸ Anteproyecto de Ley Electoral de la Junta de Gobierno de la ANR. *La Tribuna*, Asunción, 16 jul. 1981. Política, p. A2; Anteproyecto de Ley Electoral.... *La Tribuna*, Asunción, 16 jul. 1981. Política, p. A8; Aprobaron proyecto de Ley Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 14 nov. 1981. Gobierno, p. 06; Dictaminaron proyecto Ley Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 23 out. 1981. Gobierno, p. 06; Diputados iniciarán el martes el estudio del Estatuto Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 08 ago. 1981. Gobierno, p. 04; Diputados iniciaron diálogo en torno a la Ley Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 12 ago. 1981. Gobierno, p. 04; Estatuto Electoral: debate en particular iniciaron ayer. *La Tribuna*, Asunción, 11 nov. 1981. Gobierno, p. 06; Estatuto Electoral estudiarán mañana. *La Tribuna*, Asunción, 25 nov. 1981. Gobierno, p. 06; Estudian hoy en particular el nuevo Estatuto Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 10 nov. 1981. Gobierno, p. 06; Estudiarán hoy nuevo Estatuto Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 26 nov. 1981. Gobierno, p. 06; Estudiarán proyectos de reformas a la Ley 600. *La Tribuna*, Asunción, 25 ago. 1981. Gobierno, p. 04; Nuevo Estatuto Electoral fue dictaminado ayer en comisión. *La Tribuna*, Asunción, 27 nov. 1981.

novo código eleitoral, *La Tribuna* ressaltou a existência de um consenso democrático entre diferentes nucleações políticas no processo de alteração da lei e assegurou que o episódio havia significado a maturidade nas práticas republicanas do país, sendo um passo importante para o aperfeiçoamento das instituições.²⁹

Ao longo do debate, *La Tribuna* apresentou uma postura incisiva sobre a necessidade de reformar a legislação eleitoral. Seu posicionamento partiu da estratégia de se afirmar politicamente no cenário jornalístico nacional, defendendo suas balizas ideológicas, e de conduzir as discussões na opinião pública, ao dedicar espaço para debater o assunto e ao entrevistar políticos de várias agremiações. Nesse sentido, criticou tanto as ações dos partidos políticos opositores, quanto as atitudes do *Partido Colorado* e das autoridades nacionais. Para o jornal, a atualização da lei 600 seria o primeiro passo para o estabelecimento de princípios democráticos e o fortalecimento das instituições nacionais. Dessa maneira, enfatizou a necessidade de se pensar a questão além do jogo eleitoral e levar em consideração os anseios populares. Com isso, o jornal não resumiu a democracia apenas ao voto, mas ressaltou a necessidade de garantir um governo mais plural e que destinasse um maior espaço à população.

4.1.3. As violações aos direitos humanos

Durante a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner, existiram três atores políticos encarregados de exigir do governo a defesa dos direitos humanos: os familiares dos presos e desaparecidos, a *Juventud Paraguaya por los Derechos Humanos* e a *Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay*. Os dois primeiros grupos organizaram atos públicos para cobrar do Poder Executivo explicações acerca de presos e desaparecidos políticos e denunciaram a líderes da Igreja Católica e a diplomatas estadunidenses os atos cometidos pelos organismos repressivos do Estado. Por sua vez, a *Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay* – criada na década de 1960 – deu assistência aos prisioneiros políticos e seus membros denunciaram em eventos internacionais a violação aos direitos humanos por parte das autoridades paraguaias. Além desses atores políticos, autoridades estadunidenses atuaram na defesa dos direitos humanos. A partir de meados da década de 1970, os Estados Unidos começaram a cobrar do regime de Stroessner a instauração da democracia no país e ameaçaram retirar a ajuda econômica e a assistência militar caso tal

Gobierno, p. 06; Se aprobó proyecto de ley Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 07 nov. 1981. Gobierno, p. 06; Senadores sancionaron ayer el nuevo Estatuto Electoral. *La Tribuna*, Asunción, 04 dez. 1981. Gobierno, p. 06.

²⁹ Cf. Tribuna Libre: Democracia. *La Tribuna*, Asunción, 12 nov. 1981. Deportes, p. 32.

exigência fosse desrespeitada. Nesse período, o embaixador estadunidense Robert White, que atuou no Paraguai de 1977 a 1980, demandou o respeito aos direitos humanos, exigiu a libertação dos presos políticos e auxiliou na criação do *Acuerdo Nacional*.³⁰ Pretendemos, fundamentalmente, analisar o posicionamento de *La Tribuna* em relação às violações aos direitos humanos por meio dos organismos repressores da ditadura de Stroessner. Ao destinar espaço para que opositores ao regime denunciassem o desrespeito aos direitos humanos, o jornal reafirmou ante à opinião pública sua imagem de defensor dos princípios liberal-democráticos e criticou o sistema repressivo da ditadura.

La Tribuna externou declarações de grupos político-partidários da oposição a respeito da situação dos exilados e prisioneiros políticos. Acerca dessa questão, em 1979 parlamentares do *Partido Liberal Radical* (PLR) solicitaram às autoridades nacionais a reintegração de exilados ao Paraguai, exigiram a libertação de presos políticos e o fim da perseguição aos opositores e solicitaram informações sobre cidadãos paraguaios desaparecidos na Argentina. Além das ações dos liberal-radicais, membros do *Movimiento Popular Colorado* (MOPOCO) encaminharam ações ao Judiciário pedindo autorização para que seus dirigentes retornassem ao país. Setores da sociedade civil também cobraram do governo uma posição em relação aos prisioneiros políticos. Uma das organizações foi a *Juventud Paraguaya por los Derechos Humanos*, que emitiu um comunicado à imprensa solicitando às autoridades a liberdade dos detidos políticos em dependências policiais.³¹ Ao ceder espaço para que políticos opositores ao regime pudessem denunciar as arbitrariedades governamentais, o jornal reafirmou seu compromisso com a pluralidade das ideias. Não obstante, o diário condescendia com a reivindicação realizada pelos opositores? Um dos elementos que formava o ideário do periódico era o respeito às liberdades civil e política, preceitos compreendidos como essenciais para que os cidadãos gozassem das prerrogativas contidas na ideia de direitos humanos. Dessa forma, apesar das divergências partidárias, *La Tribuna* ressaltou a importância em se respeitar os direitos fundamentais dos paraguaios. Entretanto, sua postura sofreu alterações ao longo do tempo. Em razão do recrudescimento

³⁰ MORA, op. cit., p. 241-244; NERI FARINA, op. cit., p. 152; PAREDES, op. cit., 2005a, p. 258-269. Para compreender as ações de figuras engajadas na defesa dos direitos humanos, como Carmem de Lara Castro e Luis Resck, e a formação e atuação de entidades comprometidas com esse ideal, como a *Comisión de Defensa de los Derechos Humanos del Paraguay* e a *Juventud Paraguaya de los Derechos Humanos*, Cf. SILVA, op. cit., 2016.

³¹ Diputados integró sus comisiones. *La Tribuna*, Asunción, 07 abr. 1979. Política, p. 02; Diputados radicales desean una ley de amnistía amplia. *La Tribuna*, Asunción, 06 jan. 1979. Política, p. 02; El Fiscal del Estado rechazó la petición de tres exilados. *La Tribuna*, Asunción, 24 mai. 1979. Política, p. 02; Paraguayos desaparecidos en Argentina: un proyecto. *La Tribuna*, Asunción, 25 set. 1979. Política, p. 02; Piden información sobre paraguayos desaparecidos. *La Tribuna*, Asunción, 06 ago. 1979. Política, p. 02; Piden libertad de detenidos. *La Tribuna*, Asunción, 11 jun. 1979. Política, p. 02.

dos organismos repressores, do temor de ser suspenso e do receio de eventuais boicotes publicitários e de represálias contra seus funcionários, o jornal “abrandou” sua postura em relação ao tema.

La Tribuna também cobriu o aprisionamento de dois líderes políticos da oposição: Domingo Laíno, economista e correligionário do *Partido Liberal Radical Auténtico* (PLRA), e Luís A. Resck, membro do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC). Por denunciar publicamente os crimes envolvendo o regime de Stroessner, Laíno foi perseguido durante anos pelas forças repressivas. Em julho de 1978, foi preso pelas autoridades policiais, mas dias depois sua liberdade foi decretada, por conta da pressão internacional e da inconsistência das acusações aferidas contra ele.³² Porém, em setembro de 1979, Laíno foi novamente detido, sob a alegação de que teria dito que o presidente brasileiro, João Figueiredo, havia negado receber Stroessner nas instalações da Usina de Itaipu. As denúncias nacionais e internacionais sobre a prisão, as negações dos pedidos de *habeas corpus* pela *Corte Suprema de Justicia* (CSJ) e as reclamações dos advogados do político foram noticiadas por *La Tribuna*. Após três meses de reclusão, Laíno foi libertado.³³ No entanto, meses depois foi aprisionado outra vez. O motivo de seu encarceramento não foi informado pelas autoridades; entretanto, membros do PLRA levantaram a hipótese de que a prisão era uma estratégia governamental frente à aproximação das eleições municipais de 1980. Novamente, setores políticos nacionais e internacionais se manifestaram a favor de Laíno, que foi libertado quinze dias depois.³⁴ Em 1983, Laíno foi encarcerado sob a justificativa de supostas ligações com os

³² BOCCIA PAZ; GONZÁLEZ; PALAU, op. cit., p. 170-173; LEWIS, op. cit., 1986, p. 405; NERI FARINA, op. cit., p. 221.

³³ Ante el planteo de Habeas Corpus hoy plazo urgente. *La Tribuna*, Asunción, 18 set. 1979. Política, p. 02; Denuncian que el Dr. Laino sigue preso en Mbuyapey. *La Tribuna*, Asunción, 22 set. 1979. Política, p. 02; Doctor Laíno sigue detenido. *La Tribuna*, Asunción, 17 set. 1979. Política, p. 02; El Doctor Domingo Laíno fue liberado ayer luego de tres meses de confinamiento. *La Tribuna*, Asunción, 22 dez. 1979. Política, p. 02; El doctor Laíno fue detenido ayer pasado el mediodía. *La Tribuna*, Asunción, 16 set. 1979. Política, p. 02; El Gobierno dispuso el confinamiento de Laíno. *La Tribuna*, Asunción, 21 set. 1979. Política, p. 02; La Corte recibirá hoy el informe sobre Laíno. *La Tribuna*, Asunción, 19 set. 1979. Política, p. 02; La esposa de Robert White visitó a la familia Laíno. *La Tribuna*, Asunción, 18 set. 1979. Política, p. 02; Laíno: Pese a “libre comunicación” sus abogados no pudieron verlo. *La Tribuna*, Asunción, 12 nov. 1979. Política, p. 02; Niegan amparo a Laíno y el juez declárase incompetente. *La Tribuna*, Asunción, 17 out. 1979. Política, p. 02; Nogués-White: la entrevista sería más que protocolar. *La Tribuna*, Asunción, 18 set. 1979. Política, p. 02; Plantean inconstitucionalidad de una resolución de la Corte. *La Tribuna*, Asunción, 26 set. 1979. Política, p. 02; Regresaron ayer de Canadá opositores. *La Tribuna*, Asunción, 17 out. 1979. Política, p. 02; Un proyecto de pedido de informe al P.E. sobre el Estado de Sitio. *La Tribuna*, Asunción, 09 out. 1979. Política, p. 02; Urgen reforma de ley 356. *La Tribuna*, Asunción, 19 set. 1979. Política, p. 02.

³⁴ Fue puesto en libertad anoche el Dr. Laíno, presidente del PLRA. *La Tribuna*, Asunción, 16 out. 1980. Política, p. 02; La Corte Suprema de Justicia fijó audiencia para hoy a Laíno. *La Tribuna*, Asunción, 03 out. 1980. Política, p. 02; Morales no recibió a los abogados de Laíno. *La Tribuna*, Asunción, 02 out. 1980. Política, p. 02; PLRA: “¿De qué se acusa a Laíno?”. *La Tribuna*, Asunción, 15 out. 1980. Política, p. 02; Piden

assassinos de Anastácio Somoza. Após um curto período detido, foi levado à fronteira com a Argentina e desterrado do país. Ao informar sobre o caso, *La Tribuna* ressaltou que seu repórter havia sido impedido pelos oficiais de conversar com Laíno.³⁵

Em virtude de sua importância política, o caso envolvendo Domingo Laíno teve uma significativa repercussão nos meios de comunicação do Paraguai. Assim como seus colegas da imprensa, *La Tribuna* também se colocou à disposição para publicar declarações a respeito do líder político. A prisão de Laíno em 1979 foi amplamente coberta pelo diário; não obstante, ao longo do tempo o espaço destinado ao político foi diminuindo. Apesar de não ter havido um editorial que comentasse o ocorrido, as reportagens sobre o caso traduziram uma preocupação dos responsáveis pelo veículo com o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos paraguaios. Diferentemente da redução paulatina do espaço destinado às denúncias de parlamentares a respeito de políticos proibidos de regressarem ao Paraguai, *La Tribuna* deu destaque às prisões de Laíno, a ponto de seu repórter ter sido proibido de conversar com o político. Mas o tratamento dado pelo jornal a Domingo Laíno foi o mesmo concedido a outros políticos que foram aprisionados? Não exatamente.

Em junho de 1981, Luís A. Resck foi preso, acusado de ter expressado que a Junta de Governo do *Partido Colorado* havia usado uma linguagem ofensiva e desinformada ao se referir à Venezuela. Frente ao fato, dirigentes do *Acuerdo Nacional* (AN) apresentaram dois pedidos de recurso de amparo³⁶ a favor de Resck e parlamentares de oposição discutiram o episódio na Câmara dos Deputados. Dias depois, o Poder Executivo decidiu desterrar Resck, que se exilou na Venezuela.³⁷ Se compararmos com as informações referentes ao caso de Laíno, o espaço concedido por *La Tribuna* ao episódio envolvendo Resck foi menor. Assim, como explicar tal questão? A relação entre o democrata-cristão e o jornal era complexa, já que o político realizava declarações enfáticas contra as autoridades nacionais em entrevistas. Essa

comparecencia de Laíno ante el Juez. *La Tribuna*, Asunción, 02 out. 1980. Portada, p. 01; Se cumplen 12 días de arresto de Laíno. *La Tribuna*, Asunción, 12 out. 1980. Política, p. 02.

³⁵ Comunicado policial en torno a la detención del Dr. Laíno. *La Tribuna*, Asunción, 10 dez. 1982. Política, p. 02; El doctor Domingo Laino fue deportado ayer de nuestro país. *La Tribuna*, Asunción, 15 dez. 1982. Política, p. 02; No permitieron la entrada al país al doctor Domingo Laino. *La Tribuna*, Asunción, 25 mar. 1983. Política, p. 02; PLRA: organismo de base se solidarizó con el Dr. Laíno. *La Tribuna*, Asunción, 14 dez. 1982. Política, p. 02.

³⁶ O recurso de amparo é um instrumento jurídico que resguarda os direitos fundamentais dos cidadãos.

³⁷ Montanaro explicó detención de Resck. *La Tribuna*, Asunción, 25 jun. 1981. Política-Municipales, p. A2; Opositores reaccionaron por la detención de Resck. *La Tribuna*, Asunción, 26 jun. 1981. Política, p. A3; Presentan pedido de Habeas Corpus. *La Tribuna*, Asunción, 27 jun. 1981. Política, p. A2; Resck fue desterrado y se halla en Clorinda. *La Tribuna*, Asunción, 28 jun. 1981. Política, p. A2; Resck sigue detenido. *La Tribuna*, Asunción, 26 jun. 1981. Política, p. A2; Resck sigue por ahora en Clorinda. *La Tribuna*, Asunción, 01 jul. 1981. Política-Municipales, p. A2; Resck sería confinado o desterrado. *La Tribuna*, Asunción, 27 jun. 1981. Política, p. A2; Solicitan informe sobre una detención. *La Tribuna*, idem.

cautela do veículo representava o temor de alguma represália contra a empresa ou a seus funcionários, já que Juan Andrés Cardozo havia sido libertado dias antes do ocorrido a Resck. Contudo, haveria outra questão que explicasse a postura de *La Tribuna*? Anteriormente, apontamos que dentro do AN havia divergências entre as lideranças partidárias. Dentre os políticos da oposição, o mais popular era Laíno. Por razões estratégicas – afirmar-se na opinião pública nacional e internacional, dialogar com parcelas políticas da oposição etc. –, o diário optou por conceder-lhe mais espaço.

No entanto, *La Tribuna* apenas acompanhou as detenções de políticos paraguaios? Não. Houve, também, a cobertura de casos em que jornalistas foram encarcerados. Em novembro de 1979, Alcibíades González Delvalle, funcionário do *ABC Color* e secretário-geral do *Sindicato de Periodistas del Paraguay*, foi preso em virtude de suas críticas ao regime. Posteriormente, seus advogados entraram com um recurso de amparo; porém, tal pedido foi negado. Ademais, o Judiciário assegurou que o jornalista não havia sofrido maus-tratos. Paralelamente às ações jurídicas, profissionais da imprensa e organismos sindicais nacionais e internacionais lançaram comunicados que classificaram o caso como um ataque à liberdade de expressão e enviaram notas às autoridades solicitando a liberdade do jornalista. O episódio também repercutiu no setor político-partidário. Em conferência, membros do AN asseveraram que o ocorrido era um atentado aos direitos humanos. Na ocasião, Luis A. Resck denunciou que González Delvalle havia sido torturado.³⁸ A respeito dessa declaração, Pedro Justino Machi, colaborador de *La Tribuna*, apontou que Resck havia desabonado o Judiciário.³⁹ Após quarenta dias detido, González Delvalle foi liberado. Seis meses depois, novamente foi preso, por conta da publicação de um artigo no jornal *ABC Color*. Dessa vez, o caso repercutiu no Congresso Nacional. Deputados da oposição apresentaram um projeto de resolução sobre a nova prisão do jornalista, ressaltando que a situação era “arbitrária e moralmente injusta”. No início de setembro de 1980, González Delvalle foi libertado.⁴⁰ Sobre

³⁸ Acuerdo Nacional negó ser grupo subversivo. *La Tribuna*, Asunción, 18 nov. 1979. Política, p. 02; Apelarán medida judicial contra un colega detenido. *La Tribuna*, Asunción, 15 nov. 1979. Política, p. 02; Aplican el Art. 79 a González Delvalle. *La Tribuna*, Asunción, 09 nov. 1979. Ciudad, p. 03; Caso González Delvalle transciende fronteras. *La Tribuna*, Asunción, 04 dez. 1979. Política, p. 02; Política, p. 02; González Delvalle sigue detenido e incomunicado. *La Tribuna*, Asunción, 07 nov. 1979. Política, p. 02; “Ha sido torturado”. *La Tribuna*, Asunción, 18 nov. 1979. Política, p. 02; Incomunicación relativa. *La Tribuna*, Asunción, 15 nov. 1979. Política, p. 02; Nota de CPT a ministro. *La Tribuna*, Asunción, 14 nov. 1979. Política, p. 02; Periodista del diario ABC fue detenido. *La Tribuna*, Asunción, 06 nov. 1979. Política, p. 02; Presentaron recurso de amparo en favor de González Delvalle. *La Tribuna*, Asunción, 10 nov. 1979. Política, p. 02.

³⁹ JUSTINO MACHI, Pedro. ¿Y la actuación judicial? *La Tribuna*, Asunción, 20 nov. 1979. Política, p. 02.

⁴⁰ Delvalle reasumió las tareas periodísticas y sindicales. *La Tribuna*, Asunción, 20 dez. 1979; Deploran prisión de González Delvalle. *La Tribuna*, Asunción, 03 jul. 1980. Política, p. 02; El periodista González Delvalle salió ayer en libertad provisoria. *La Tribuna*, Asunción, 03 set. 1980. Ciudad, p. 04.

o ocorrido, *La Tribuna* assegurou que o encarceramento do jornalista não esteve associado a nenhum artigo sobre a desobediência ao governo, mas por ter dado declarações “impróprias”.⁴¹

A postura de *La Tribuna* diante do caso envolvendo Alcibíades González Delvalle mostrou-se diferente nos dois episódios em questão. Na primeira prisão, o diário foi coerente com a sua linha de pensamento e reafirmou seu ideário político: a defesa da liberdade de expressão e dos direitos humanos. Esse posicionamento ficou evidente quando o diário expôs – através de reportagens e artigos – acusações de que a prisão do jornalista feria a liberdade de imprensa e denúncias de que havia sido torturado. Apesar de publicar diversas opiniões a respeito do episódio, o jornal tomou cuidado com o conteúdo das declarações. Tal cautela pode ser compreendida pelo temor do veículo de ter suas atividades suspensas. Em todo caso, a postura de *La Tribuna* alterou-se na ocasião da segunda detenção de González Delvalle, que recebeu pouco destaque nas edições do diário.

No espaço de tempo entre as prisões de González Delvalle, o jornalista Hector Rodríguez, também do *ABC Color*, foi detido pelas forças policiais no final de fevereiro de 1980. Mantido incomunicável por “ordem superior”, as autoridades informaram que seu encarceramento havia sido enquadrado pelo artigo constitucional que proibia manifestações públicas. Tanto o *Habeas Corpus*, quanto o pedido de amparo, foram negados pelo Poder Judiciário. Sobre o fato, agremiações políticas opositoras, entidades de defesa aos direitos humanos e outras instituições manifestaram solidariedade ao jornalista. Após vinte e oito dias preso, Rodríguez foi levado ao ministro do *Interior*, que o alertou para “se comportar bem” e, em seguida, foi liberado.⁴² No período em que *La Tribuna* suspendeu temporariamente suas edições, seu secretário de redação e principal articulista, Juan Andrés Cardozo, foi detido em fevereiro de 1981. Ao retornar às atividades, o caso foi discutido pelo colunista Bernardo Neri Farina, o qual informou a situação do colega. Como não havia acusações oficiais contra o jornalista, o presidente do PDC – agremiação política que Cardozo fazia parte – dialogou com funcionários do *Ministerio del Interior*, mas não conseguiu uma informação concreta. Em reunião, o AN manifestou preocupação quanto ao estado de saúde de Cardozo, que havia

⁴¹ Editorial: Insólita declaración. *La Tribuna*, Asunción, 27 jun. 1980. Opinión, p. 08.

⁴² Acción legal iniciarán en favor de periodista. *La Tribuna*, Asunción, 03 mar. 1980. Política, p. 02; Ante detención de un periodista ayer se pronunciaron el SPP y el Club de Prensa. *La Tribuna*, Asunción, 01 mar. 1980. Política, p. 02; Héctor Rodríguez fue puesto en libertad. *La Tribuna*, Asunción, 28 mar. 1980. Política, p. 02; Periodista incomunicado: rechazan acción de amparo. *La Tribuna*, Asunción, 14 mar. 1980. Política, p. 02; Periodista llamado a comparecer ante la Corte Suprema. *La Tribuna*, Asunción, 05 mar. 1980. Política, p. 02; Sin cambio alguno la situación de periodista detenido e incomunicado. *La Tribuna*, Asunción, 07 mar. 1980. Política, p. 02; Solidaridad con periodista detenido. *La Tribuna*, Asunción, 02 mar. 1980. Política, p. 02.

piorado por conta das torturas.⁴³ Diferentemente das prisões dos jornalistas do *ABC Color*, *La Tribuna* não se manifestou a respeito da detenção de seu funcionário, tampouco publicou reportagens sobre o assunto.

Em ambos os casos, *La Tribuna* apresentou posicionamentos diferentes. A respeito da prisão de Rodríguez, o jornal reafirmou seu compromisso com a liberdade de expressão, ao destinar um significativo espaço a respeito do ocorrido, e apontou as fragilidades da acusação ao jornalista, ao externar manifestações de diferentes organizações sociais e políticas e o encontro com o ministro do *Interior*. Após o atentado contra Anastácio Somoza e o retorno do diário, a postura do veículo mudou. Isso pode ser notado no modo pelo qual o periódico abordou o aprisionamento de seu funcionário, Juan Andrés Cardozo. Diferentemente dos outros casos, a cobertura da detenção de Cardozo foi bem escassa. Como ressaltamos anteriormente, o jornalista Rafael Alejandro Mella Latorre trabalhava em *La Tribuna* quando foi preso, acusado de ter participado do assassinato de Somoza. Em documento destinado ao Chefe de Polícia, foi informado que Mella Latorre havia se relacionado com outros funcionários de *La Tribuna* e que determinados indivíduos estavam sendo investigados.⁴⁴ Por ter sido secretário de redação do jornal e membro de uma agremiação política não reconhecida, Cardozo foi considerado pelas forças repressivas como suspeito. Dessa forma, não era conveniente para o veículo cobrir a prisão de seu funcionário, pois temia algum tipo de represália.

Ao final de 1981, *La Tribuna* noticiou as prisões de Félix Humberto Paiva e Fernando Cazenave, respectivamente, secretário de redação e chefe de redação do diário *Ultima Hora*. No Congresso, senadores do PLR e do *Partido Liberal* exigiram a imediata liberdade de Cazenave e classificaram a situação como um ataque à liberdade de imprensa. A respeito do caso, *La Tribuna* buscou informações junto às autoridades, às quais ressaltaram que tais detenções faziam parte de uma campanha orquestrada por setores políticos, juntamente com a imprensa, com o propósito de atacar o governo e afirmaram que medidas seriam adotadas quando a defesa da “paz pública” fosse afetada.⁴⁵ Notamos que a cobertura realizada por *La Tribuna* envolvendo o caso de Cazenave e Paiva diferenciou-se do tratamento dado ao episódio envolvendo Juan A. Cardozo. Apontamos que essa postura se deveu ao receio da

⁴³ NERI FARINA, Bernardo. Periodistas aún detenidos. *La Tribuna*, Asunción, 22 mar. 1981. Política, p. A2; Preocupación por la suerte de Cardozo. *La Tribuna*, Asunción, 04 abr. 1981. Política, p. A2.

⁴⁴ *Informe ao General de División Francisco A. Benítez B. Chefe de Policía da Capital*. Assunção, junho de 1984, numeração R008F, laudas 0398-0407 (microfilme).

⁴⁵ Parlamentarios piden libertad de Fernando Cazenave. *La Tribuna*, Asunción, 04 dez. 1981. Gobierno, p. 06; Periodista detenido. *La Tribuna*, Asunción, 03 dez. 1981. Política, p. 02.

empresa jornalística em ter suas atividades suspensas pouco tempo depois do significativo investimento financeiro que havia realizado para custear sua modernização tecnológica.

A defesa de *La Tribuna* em torno das liberdades política e de expressão refletiu-se em sua postura frente às violações aos direitos humanos de políticos opositores e de jornalistas. Entretanto, o discurso político do veículo apresentou contradições. Como exemplo citaremos o posicionamento controverso em relação à suspensão da *Rádio Ñandutí* e à prisão de Aldo Zuccolillo, diretor-proprietário do diário *ABC Color*. Em relação ao primeiro caso, o fechamento temporário por trinta dias da referida emissora radiofônica, em julho de 1983, foi justificado pelo fato de esse veículo ter “criando alarme social” ao externar comentários que colocavam em perigo a “tranquilidade política do país” e semeavam “o ódio entre os paraguaios”. Frente ao ocorrido, parlamentares liberal-radicais classificaram o episódio como um ato de repressão e de violação à livre difusão das ideias. A respeito do caso, *La Tribuna* destacou que muitos meios de comunicação não cumpriam com o seu dever crítico – ao apelar para o uso do sensacionalismo – e que se utilizavam de certas garantias constitucionais – liberdade de expressão, por exemplo – como instrumento para propagar suas ideologias. Sobre isso, defendeu a regulamentação da radiodifusão como uma forma de barrar a ação de “oportunistas políticos” que utilizavam a imprensa imprudentemente, liberando os microfones para que qualquer pessoa se manifestasse, abrindo precedentes para “difamações”. Em virtude dos comentários do jornal, Humberto Rubín – dono da *Rádio Ñandutí* – declarou em atos públicos que os responsáveis por *La Tribuna* haviam concordado com a decisão do regime em suspender sua estação de rádio. Frente a tais manifestações, Oscar Paciello acusou o responsável pela *Rádio Ñandutí* de ter propagado inverdades com o intuito de se aproveitar da situação para se vitimizar.⁴⁶ Como resposta, Rubín declarou que *La Tribuna* ocultava informações, apresentava uma perspectiva distorcida da realidade e buscava pretextos para cercear a liberdade de sua empresa radiofônica.⁴⁷

⁴⁶ Denunciaron ayer en el Senado caso “Zucolillo” y Radio Ñandutí. *La Tribuna*, Asunción, 22 jul. 1983. Gobierno, p. 03; Diputados: prolongado debate sobre la Ley 209 y Radio Ñandutí. *La Tribuna*, Asunción, 15 jul. 1983. Política, p. 02; Editorial: Clausura de Ñandutí. *La Tribuna*, Asunción, 10 jul. 1983. Opinión, p. 04; Editorial: La radiodifusión. *La Tribuna*, Asunción, 21 jul. 1983. Opinión, p. 04; El caso de Radio Ñandutí. *La Tribuna*, Asunción, 13 jul. 1983. Política, p. 02; Ministerio del Interior suspendió a Radió [sic] Ñandutí por 30 días. *La Tribuna*, Asunción, 10 jul. 1983. Gobierno, p. 03; PACIELLO, Oscar. Hablar claro. *La Tribuna*, Asunción, 10 ago. 1983. Opinión, p. 04; Radicales condenan la suspensión de R. Ñandutí. *La Tribuna*, Asunción, 11 jul. 1983. Política, p. 02.

⁴⁷ Cf. *Informe sobre o programa “Superonda” da Rádio Ñandutí*. Assunção, 10 ago. 1983, numeração R189F, laudas 1077-1083 (microfilme).

Sobre o segundo caso, concomitantemente à suspensão da *Rádio Ñandutí*, Aldo Zuccolillo foi encarcerado por onze dias. Em matéria de capa, *La Tribuna* publicou as informações referentes ao acontecimento. Após o processo jurídico de uma advogada que questionou a independência do Poder Judiciário, *ABC Color* publicou entrevistas de pessoas que concordaram com a perspectiva da jurista. Por conceder espaço a tais manifestações e manter o anonimato de suas fontes, o jornal foi acusado de violar a lei que penalizava agravos às autoridades nacionais. Na audiência sobre o caso, Zuccolillo se recusou a revelar as identidades de suas fontes e assumiu a responsabilidade pelas publicações. Com isso, sua prisão foi decretada. Frente ao episódio, partidos políticos opositores lançaram comunicados em apoio ao responsável pelo *ABC Color* e classificaram o fato como um “atentado à estabilidade do Estado de Direito” e uma demonstração da “subordinação do Judiciário ao Executivo”.⁴⁸ A respeito da situação, *La Tribuna* destacou que a prisão de Zuccolillo e a suspensão da *Rádio Ñandutí* trouxeram à tona o debate em torno da liberdade de opinião, já que eram veículos com uma expressiva audiência. No entanto, apontou sua expectativa para o momento em que se deixaria de utilizar a liberdade de expressão como “refúgio” para se publicar tudo que fosse possível.⁴⁹

Em relação aos dois casos, notamos várias incongruências entre o posicionamento de *La Tribuna* e o seu ideário. Primeiramente, apesar de defender o respeito à liberdade de expressão, o jornal questionou a utilização desse direito. Tanto Rubín, quanto Zuccolillo, abusavam – segundo o diário – das garantias constitucionais e, por essa razão, a decisão das autoridades nacionais em suspender a *Rádio Ñandutí* e decretar a prisão do diretor-proprietário do *ABC Color* estava correta. Ou seja, *La Tribuna* manifestava-se contrária à violação aos direitos humanos, desde que os atores envolvidos não demonstrassem uma postura política diferente da ideologia dos responsáveis pelo veículo jornalístico. Em segundo lugar, a empresa de Oscar Paciello questionou – nas entrelinhas – a decisão de Aldo Zuccolillo em se negar a revelar a identidade de suas fontes. Lembremos da polêmica envolvendo o colunista D.A.A. e Carlos Caballero Gatti. Quando questionado por um integrante do Judiciário, Oscar Paciello negou-se a revelar a identidade do colunista, alegando que havia um preceito que assegurava o segredo profissional. Poderíamos, em um primeiro momento, ressaltar que os casos eram diferentes, pois enquanto um se tratava da identidade de

⁴⁸ El Partido Liberal Radical emitió un pronunciamiento. *La Tribuna*, Asunción, 17 jul. 1983. Política, p. 02; PL: expresan preocupación por la prensa independiente. *La Tribuna*, idem; PRF: prosiguió charla sobre crisis en partidos políticos. *La Tribuna*, idem; Se decretó prisión a Zuccolillo. *La Tribuna*, Asunción, 16 jul. 1983. Portada, p. 01.

⁴⁹ Editorial: Crisis de identidad. *La Tribuna*, Asunción, 17 jul. 1983. Opinión, p. 04.

um colunista que atacava políticos opositores ao regime, o outro se referia a indivíduos que criticaram as ações das autoridades. Contudo, tais aspectos justificavam a validade desse direito apenas para Oscar Paciello. Dessa forma, esse posicionamento contradizia a defesa do jornal em prol da pluralidade de ideias, já que resguardava certos direitos só quando convinha a seus responsáveis.

La Tribuna ressaltou a importância das liberdades e externou que o Estado deveria assegurar tais prerrogativas. Dessa forma, a discussão no campo das ideias tornar-se-ia mera retórica. Era, portanto, necessário evidenciar ante a opinião pública seu compromisso com tais ideais de maneira concreta. Assim, cedeu espaço para que parlamentares opositores ao governo cobrassem maiores informações sobre os presos políticos e cobriu os aprisionamentos de líderes políticos e de jornalistas. Ao tornar público tais casos, questionou – indiretamente – a linguagem política do regime cívico-militar de Stroessner. Adotando uma postura cautelosa e se colocando como um veículo “independente”, criticou a estrutura repressiva da ditadura e reafirmou sua posição como uma instituição preocupada com os problemas sociopolíticos do país. No entanto, manteve uma postura questionável, pois mostrou-se indiferente frente à sorte de alguns dos atores envolvidos. A prisão de Juan Andrés Cardozo não ganhou destaque em suas páginas, tampouco solidarizou-se oficialmente diante da prisão dos colegas jornalistas. Essa apatia pode ser explicada pelo medo de que fosse novamente fechada, acarretando prejuízos financeiros e arriscando o bem-estar de seus profissionais. Apesar de defender as liberdades políticas, criticou a ação dos responsáveis pelos meios de comunicação concorrentes, questionando o uso da liberdade de expressão por parte deles. Portanto, a crítica à conduta dos aparelhos governamentais limitou-se aos princípios existentes em uma constituição autoritária e excludente.

4.2. Os problemas energéticos

Entre as décadas de 1960 e 1970, a política econômica da ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner caracterizou-se pela implementação de obras hidroelétricas e pelo forte investimento em empresas públicas, como a *Administración Nacional de Electricidad* (ANDE). O objetivo dessa empresa era satisfazer as necessidades da eletricidade no Paraguai. Para isso, projetava, construía e adquiria obras de geração, transmissão e distribuição elétrica. ANDE – monopólio estatal de energia elétrica, financiado pelo capital estrangeiro – e a *Refinería Paraguaya S.A.* (REPSA) – filial da transnacional *Bolivian Oil Company* (BOC) que ostentava o monopólio de importação, refinação e comercialização de petróleo – foram os principais órgãos do setor energético no período. As decisões econômicas do país sujeitavam-

se à discussão e aprovação de uma instância formada pelo Poder Executivo, pela Equipe Econômica e pelo Conselho de Ministros. Os debates acerca da fixação de preços da energia elétrica eram submetidos à aprovação dos responsáveis pelas pastas ministeriais. Nesse sistema, ANDE relacionava-se com o Executivo através do *Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones*.⁵⁰

A tabela a seguir correspondente ao consumo por fontes energéticas entre 1970 e 1980, de acordo com os dados divulgados pela *Secretaría Técnica de Planificación* (STP). As cifras apresentadas foram calculadas em Tonelada Equivalente de Petróleo (TEP), energia obtida através do aquecimento liberado na combustão de uma tonelada de petróleo cru. 1 TEP corresponde a 11,628 megawatts por hora.

Tabela 1. Consumo final energético por fontes, em milhares de TEP, entre 1970 e 1980

Fonte:	1970	1980
Óleo diesel	66,30	252,00
Nafta	56,30	115,50
Óleo Combustível	30,60	31,80
Elettricidade	16,50	66,20
Gás Liquefeito de Petróleo	08,10	17,80

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações de REPÚBLICA DEL PARAGUAY. *Plan Nacional de Energía. Volumen I*. Secretaría Técnica de Planificación, 1992, p. 28.

O petróleo é formado por uma combinação de hidrocarbonetos, oxigênio, nitrogênio, enxofre e íons metálicos. Distintos produtos energéticos derivam dessa substância: gasolina, gás natural, gás liquefeito de petróleo, parafinas, lubrificantes, solventes e graxas. A produção petroleira inicia-se com a descoberta e extração de reservas. Nessa etapa são obtidos etano, propano, petróleo cru e líquidos de gás natural. A conversão do petróleo cru em produtos comercializáveis – como a gasolina, o óleo diesel, a querosene e a nafta – consiste no segundo estágio desse processamento. O transporte, o armazenamento, a distribuição e a venda desses produtos compreendem a última etapa dessa cadeia.⁵¹ Ao observarmos a Tabela 1, notamos que os três derivados de petróleo mais consumidos no Paraguai entre 1970 e 1980 foram óleo diesel, nafta e óleo combustível. Como REPSA havia monopolizado a refinação e a

⁵⁰ BÁEZ CARÍSIMO, op. cit., 1981, p. 137-138; COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, op. cit., p. 24; Principales indicadores económico-financieros en la década del 70. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1979. Economía, p. 17; REPÚBLICA DEL PARAGUAY. *Plan Nacional de Energía. Volumen I*. Secretaría Técnica de Planificación, 1992, p. 36-37.

⁵¹ MACHADO, Eduardo L. *Petróleo e Petroquímica*. São Paulo: EBC, 2012, p. 04-06.

comercialização dos derivados de petróleo no país, fica clara a razão de essas fontes serem as mais utilizadas. Tais índices também demonstram que nesse decênio houve uma ampliação significativa no consumo da energia elétrica e dos combustíveis fósseis. Atrelado a esse aumento, houve as crises internacionais do petróleo (1973 e 1979) e a crise hídrica do Rio Acaray. Esses fatores foram responsáveis pelo crescimento do preço dessas fontes e, consequentemente, na expansão dos índices inflacionários do país.

A seguir, as cifras correspondentes ao consumo de energia elétrica entre 1970 e 1980, segundo os dados divulgados pela STP.

Tabela 2. Consumo final de eletricidade por área, em milhares de TEP, entre 1970 e 1980

Setor:	1970	1980
Residencial e comercial	6,75	29,84
Transporte	0,03	0,04
Indústria	8,00	32,02
Público e outros	1,23	3,80
Consumo próprio	0,46	0,49

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de REPÚBLICA DEL PARAGUAY, op. cit., p. 19.

A partir da Tabela 2, constata-se que o consumo geral de energia elétrica cresceu 301% em dez anos no Paraguai, elevando-se no setor residencial e comercial 342% e na esfera industrial 300%. Apesar de o campo industrial ter sido o maior consumidor de energia elétrica no Paraguai, quem arcou com o impacto causado pelo aumento do valor dessa fonte energética foram os cidadãos. A utilização da eletricidade hidroelétrica era inferior ao uso dos produtos provenientes do petróleo, já que parte do interior não possuía energia elétrica. Diante da seguinte conjuntura, as críticas de *La Tribuna* ao regime de Stroessner evidenciaram-se no campo socioeconômico através de dois fatores que se entrecruzaram: o aumento do preço da energia elétrica pela ANDE e a elevação do valor dos derivados de petróleo pela REPSA.

4.2.1. O tributo energético

Em agosto de 1948, a *Compañía Americana de Luz y Tracción*, empresa privada de capital ítalo-argentino, foi nacionalizada pelo Estado paraguaio. Toda a geração de energia dessa companhia concentrava-se na usina de Puerto Sajonia, que contava com uma estrutura obsoleta, movida a lenha. Meses depois, o *Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones* criou a *Administración Nacional de Eletricidad* (ANDE). Apesar da inexistência de técnicos paraguaios capacitados, ANDE foi aos poucos profissionalizando sua equipe e melhorando suas instalações. No início dos anos 1960, funcionários da ANDE realizaram uma série de

estudos técnicos a respeito do aproveitamento hidroelétrico, como parte da política de planejamento econômico conduzida pelo governo. Em 1964, apresentou-se o plano para a construção de uma usina hidroelétrica que aproveitasse as potencialidades do rio Acaray, localizado no departamento do Alto Paraná. Para a concretização desse empreendimento, o regime de Alfredo Stroessner emprestou quatorze milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A partir desse investimento estrangeiro direto, as obras da represa foram iniciadas em 1966. Com setecentos e sessenta e oito metros de longitude, um dique de duzentos e dez milhões de metros cúbicos e um lago artificial de vinte e cinco quilômetros quadrados, a usina foi inaugurada três anos depois. No decênio seguinte, concluiu-se a segunda etapa do projeto. Ao total, a potência geradora em funcionamento da represa foi de cento e noventa e quatro mil quilowatts, atendendo 65% da população da capital e 35% dos habitantes do interior do país. Diante de tal conjuntura, os responsáveis por *La Tribuna* associaram os projetos de geração de eletricidade com o desenvolvimento industrial no Paraguai e asseguraram que a criação da hidroelétrica de Acaray seria a solução dos problemas econômicos nacionais. Por essa razão, defenderam os investimentos públicos e privados nesse setor.⁵²

A usina representou o início da eletrificação no Paraguai e, conseqüentemente, o aumento no consumo de energia elétrica. Somado a esse fator, a crise hídrica do rio Acaray – decorrente da seca que assolou o departamento do Alto Paraná em meados da década de 1970 – obrigou o governo a projetar alternativas para resolver a situação. Visando melhorar o setor de energia elétrica, a STP emitiu o plano quinquenal 1977-1981, recomendando o aproveitamento dos recursos hídricos nacionais e o desenvolvimento de políticas que ampliassem o acesso à eletricidade. Entre os instrumentos utilizados para incentivar esse projeto estavam a ANDE e o Plano Centro-Norte-Sul da usina de Acaray. Dessa forma, o Poder Executivo autorizou a introdução do aumento do preço da energia elétrica para reduzir o consumo entre a população. Essa medida entrou em vigor em junho de 1977 e o prazo de duração estava previsto para três meses, conforme estudos que asseguraram que a seca naquela região findaria nessa época. Não obstante, a elevação da tarifa manteve-se até novembro de 1979, quando o *Consejo Nacional de Coordinación Económica* (CNCE) aprovou uma nova taxa para o custo da eletricidade.⁵³ Apresentado os contornos da situação da energia hidroelétrica, identificaremos a postura de *La Tribuna* em relação ao aumento do

⁵² PARQUET, op. cit., p. 14; COLMÁN, op. cit. p. 40-42; DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para la Historia Política de Itaipú*. Asunción: s/e, 2010, p. 110-113; NERI FARINA, op. cit., p. 137-138, ROMANACH, Mario José. *Paraguay: un país en crisis*. Asunción: Servilibro, 2007, p. 65-66.

⁵³ NERI FARINA, op. cit., p. 137-138; RUIZ-DÍAZ, op. cit., p. 262.

preço da eletricidade e suas críticas ao regime cívico-militar de Alfredo Stroessner e aos funcionários estatais responsáveis por esse setor energético. Seguindo o seu ideário, o diário atacou a taxação de uma importante fonte térmica, pois acreditava que essa medida seria um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do Paraguai.

Em janeiro de 1979, Enzo Debernardi, presidente da ANDE, apresentou ao CNCE a situação do rio Acaray e do tributo energético e sugeriu baixar a sobretaxa em 50% aos industriais. Sobre essa questão, o empresariado alocado na *Unión Industrial Paraguaya* (UIP)⁵⁴ se reuniu e deliberou que a permanência do tributo acarretaria no aumento do preço dos produtos manufaturados, desencadeando um processo inflacionário. Diante da situação, *La Tribuna* sugeriu ao presidente da ANDE que aceitasse as reivindicações dos industriais. Posteriormente, o CNCE anunciou a manutenção do tributo energético por tempo indeterminado e pediu a Debernardi para que apresentasse à imprensa todos os detalhes da reunião. Entretanto, o responsável pela ANDE esquivou-se dos jornalistas ao término da conferência. Sobre os acontecimentos, *La Tribuna* criticou o fato de os funcionários públicos omitirem informações à imprensa – e, conseqüentemente, ao público-leitor – e contestou o discurso das autoridades de que os consumidores de baixa renda não sofreriam com a manutenção da sobretaxa, uma vez que a cobrança adicional influenciaria no custo dos produtos manufaturados localmente, cujo maior mercado era a classe de baixo poder aquisitivo. Além disso, o diário observou que a fundamentação dada para a manutenção da taxa era inexata, questionou a justificativa oficial de que a escassez de chuva seria a causa da sobretaxa, cobrou do governo respostas às dúvidas dos cidadãos frente à polêmica e destacou que a manutenção dessa cobrança resultaria em um atraso no desenvolvimento econômico, já que havia a possibilidade de o empresariado desistir de seus investimentos. Sobre isso, os industriais nucleados na UIP decidiram aumentar o preço das mercadorias como uma forma de reação à manutenção do tributo. Ao investigar o tema, *La Tribuna* apontou que o desvio hídrico no Acaray – que alimentaria a Usina de Itaipu – havia influenciado no nível de geração de eletricidade, por conta da escassez de água, e assegurou que a implementação da

⁵⁴ O empresariado paraguaio se organizava politicamente em duas organizações: a *Unión Industrial Paraguaya* (UIP) e a *Federación de la Producción, la Industria y el Comercio* (FEPRINCO), fundadas, respectivamente, em 1936 e 1952. Ambas formavam, até 1973, uma frente comum, mas decidiram-se separar por divergências, pois enquanto os membros da UIP apoiavam o protecionismo, os da FEPRINCO eram favoráveis ao livre-comércio, sendo mais aliada ao governo. Apesar de tais nucleações terem apoiado Stroessner, criticavam certas atitudes da ditadura, como a ausência de uma política de fomento e de crédito mais eficaz, o sistema de corrupção e a burocratização do Estado (BORDA, op. cit., p. 317-354).

sobretaxa seria uma forma de a ANDE coletar fundos para seus projetos e livrar-se da dependência dos empréstimos internacionais.⁵⁵

O Poder Executivo mostrou-se disposto a reduzir a cobrança do tributo energético das empresas geradoras de produtos básicos, com o intuito de evitar o encarecimento dos bens de primeira necessidade. Entretanto, ANDE anunciou que o imposto continuaria, mesmo com o alto índice de chuvas no Alto Paraná. Diante da situação, o governo prorrogou a liberação de combustíveis fósseis à Usina de Acaray para a geração térmica do país, proporcionando a manutenção da cobrança. Sobre o assunto, *La Tribuna* destacou que os benefícios obtidos pela companhia estatal em relação à sobretaxa não foram aclarados publicamente e alertou que o tributo não desapareceria facilmente, sendo necessário buscar alternativas de geração de energia elétrica. Reafirmando sua função de interpretar a conjuntura socioeconômica nacional e de intermediar o discurso político dos agentes estatais e os interesses da sociedade, *La Tribuna* apresentou uma série de artigos investigativos acerca da sobretaxa. Para entender o motivo dessa cobrança, consultou funcionários públicos, que garantiram a relação entre a tarifa e o programa de eletrificação no interior. Posteriormente, o diário pesquisou a comercialização térmica do Paraguai com seus vizinhos (Argentina e Brasil) e constatou que eles compravam energia elétrica a um preço abaixo do mercado. A partir dessa comprovação, afirmou que a aplicação do tributo havia se relacionado à comercialização térmica com os dois países limítrofes, pois ANDE teria entregue mais energia elétrica do que poderia fornecer, resultando no esvaziamento da usina de Acaray. Dessa forma, o diário atestou que o governo brasileiro deveria pagar mais pela energia que recebia, questionou a necessidade do tributo imposto aos paraguaios, denunciou o fato de os dados da companhia estatal serem contraditórios – sugerindo que seus funcionários teriam manipulado os índices divulgados – e alertou sobre o perigo de um provável racionamento de eletricidade no país.⁵⁶

⁵⁵ ANDE y UIP continuarán negociando reducción. *La Tribuna*, Asunción, 06 jan. 1979. Economía, p. 06; Debernardi habló ayer acerca del sobreprecio. *La Tribuna*, Asunción, 06 jan. 1979. Economía, p. 07; Editorial: Sobreprecio y dudas. *La Tribuna*, Asunción, 07 jan. 1979. Opinión, p. 10; El sobreprecio térmico continua vigente para todo tipo de usuario. *La Tribuna*, Asunción, 09 jan. 1979. Economía, p. 04; Es necesaria una claridad de objetivos en ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 06 jan. 1979. Economía, p. 07; Es perentoria la necesidad de mayor apertura informativa en la ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 09 jan. 1979. Economía, p. 04; Incidencia económica y social del recargo es mínima, según la ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 09 jan. 1979. Economía, p. 05; Industriales alzarán precios de los productos. *La Tribuna*, *La Tribuna*, idem.

⁵⁶ Análisis de costos de ANDE prueba que el aumento de tarifas fue innecesario. *La Tribuna*, Asunción, 15 fev. 1979. Economía, p. 06; ANDE continuará sin tributar por combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 06 fev. 1979. Economía, p. 04; Crisis pluvial no justifica aumento de tarifas. *La Tribuna*, Asunción, 20 fev. 1979. Economía, p. 06; Editorial: Lluvias y sobreprecio. *La Tribuna*, Asunción, 05 abr. 1979. Opinión, p. 10; Gobierno bajará sobreprecio para productos controlados. *La Tribuna*, Asunción, 16 jan. 1979. Economía, p. 05; Había el racionamento de energía. *La Tribuna*, Asunción, 22 fev. 1979. Economía, p. 06; Oculta realidad de la medida

Os debates sobre a vigência do aumento da energia elétrica no país ecoaram no campo político-partidário, com as críticas dos deputados do *Partido Liberal Radical* e do *Partido Liberal*. Frente às pressões da opinião pública, o Poder Executivo começou a estudar a supressão do imposto e sua substituição por um tributo que complementasse os gastos da implementação de novas fontes de geração energética destinadas a satisfazer o consumo nacional. Paralelamente, ANDE evidenciou a necessidade de impor medidas que auxiliassem a diminuição do consumo de eletricidade no país através de uma nova sobretaxa ao consumidor residencial e sugeriu às indústrias a busca de geradores elétricos.⁵⁷ Apesar do aparente recuo do governo, as polêmicas a respeito do tema continuaram. Em evento convocado pela ANDE, Debernardi – ao ser interrogado sobre o informe que seria enviado ao governo – repreendeu Bernardo Neri Farina – um dos redatores de *La Tribuna* –, acusando-o de ser o responsável pelas injúrias à corporação pública na imprensa nacional. Ao esclarecer o ocorrido, Neri Farina afirmou que o tributo era um problema que atingia os paraguaios e que a imprensa tinha o dever de questionar os funcionários estatais e de buscar fontes que explicassem a manutenção desse imposto. Sobre o episódio, o diário solidarizou-se com seu funcionário e afirmou que o papel das empresas jornalísticas seria o de informar a população sobre como são administrados os negócios públicos.⁵⁸

Ao final de julho de 1979, a polêmica sobre o tributo energético voltou à tona. Após discussões, o governo decidiu manter o aumento do valor da eletricidade como uma estratégia para proteger o país frente à crise internacional do petróleo. Apesar do discurso dos agentes públicos, o jornal criticou os projetos de expansão e de infraestrutura conduzidos pela companhia elétrica – uma vez que estes teriam sido os causadores da implementação da sobretaxa –, opôs-se às ações do regime frente à situação e ressaltou a necessidade de uma política energética e a criação de organismos que levassem em consideração os interesses nacionais nesse setor. Consultados por *La Tribuna*, especialistas discordaram da manutenção do tributo energético, asseveraram que o governo deveria estabelecer um tributo único e

adoptada por ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 05 abr. 1979. Economía, p. 05; Sobreprecio de ANDE ligado a electrificación. *La Tribuna*, Asunción, 20 jan. 1979. Economía, p. 06; Sobreprecio térmico: no se avizora levantamiento. *La Tribuna*, Asunción, 05 abr. 1979. Economía, p. 05; “Un día que siga el sobreprecio es un día que se posterga el desarrollo nacional”. *La Tribuna*, Asunción, 01 abr. 1979. Economía, p. 06.

⁵⁷ ANDE sugerirá que las industrias traten de autoabastecerse en energía eléctrica. *La Tribuna*, Asunción, 09 jun. 1979. Economía, p. 04; Criticaron ayer en diputados escasez y costo de energía. *La Tribuna*, Asunción, 01 jun. 1979. Política, p. 02; El sobreprecio térmico sería sustituido por una nueva tarifa. *La Tribuna*, Asunción, 07 jun. 1979. Economía, p. 05.

⁵⁸ Debernardi increpó a periodista. *La Tribuna*, Asunción, 12 jun. 1979. Economía, p. 06; En una democracia el puesto público no implica impunidad. *La Tribuna*, Asunción, idem; NERI FARINA, Bernardo. La satisfacción y el orgullo de no sabernos mentirosos. *La Tribuna*, idem.

ressaltaram que ANDE teria que explicar à sociedade paraguaia o destino dos valores recebidos. Ademais, o jornal afirmou que o nível das reservas na usina de Acaray havia sido normalizado no início de 1979 e que o verdadeiro motivo de a sobretaxa ter continuado referiu-se à amortização dos empréstimos destinados à construção da represa e ao programa de eletrificação do interior paraguaio. Também assegurou que a geração térmica resultante do déficit hidroelétrico frente ao consumo nacional foi paga com as finanças obtidas através da tarifa aos usuários. Buscando justificar sua tese a respeito das diferentes informações cedidas pelos órgãos estatais, o diário publicou um documento elaborado por técnicos do setor público, o qual ressaltou que a Usina de Acaray havia produzido 260 milhões de quilowatts nos primeiros cinco meses daquele ano, confrontando a cifra de 183,4 milhões exposta pelos funcionários da ANDE.⁵⁹ Apesar de o debate referente ao tema ter diminuído nas semanas seguintes, havia a expectativa de que a situação seria resolvida em pouco tempo.

Em exposição à Comissão de Orçamento da Câmara de Deputados, Enzo Debernardi afirmou que ANDE estava estudando a possibilidade de mudanças na sobretaxa da energia elétrica e externou que o órgão não faria mais empréstimos internacionais, por conta da conjuntura do período. Ao mesmo tempo em que se debatia uma possível redução do tributo, Blás N. Riquelme, presidente da UIP, informou aos empresários associados que há meses vinha dialogando com Debernardi e Stroessner sobre a probabilidade de um tratamento diferenciado aos industriais. Finalmente, após vinte e oito meses de vigência ininterrupta do tributo energético, o CNCE anunciou a substituição da taxa por um aumento em termos reais da energia elétrica. Acerca do acontecimento, *La Tribuna* destacou a demora do Poder Executivo em tomar uma decisão sobre o fim do imposto e informou ao seu público-leitor que nos primeiros meses de 1979 ANDE havia arrecadado mais de trezentos milhões de guaranis, provenientes do tributo energético. Desse valor, 1/3 foi utilizado para subsidiar a geração térmica (afetada pelos contratos de abastecimentos energético assinados com os governos brasileiro e argentino), e o resto como benefício extra do órgão. Sobre a decisão governamental, Blás Riquelme afirmou que o setor industrial estava satisfeito e externou que essa mudança havia representado uma redução de 20% no valor da energia elétrica. No final de novembro de 1979, *La Tribuna* informou que ANDE publicou – com atraso – o balanço

⁵⁹ ANDE habría cometido errores. *La Tribuna*, Asunción, 25 jul. 1979. Economía, p. 04; Editorial: Cuestión energética. *La Tribuna*, Asunción, 25 jul. 1979. Opinión, p. 10. Editorial: Sobreprecio térmico. *La Tribuna*, Asunción, 08 jun. 1979. Opinión, p. 10; El sobreprecio demuestra situación de ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 19 ago. 1979. Economía, p. 04; Formulan respuesta a ANDE con respecto al sobreprecio y a la presa de Yguazú. *La Tribuna*, Asunción, 20 ago. 1979. Economía, p. 05; Razones estratégicas impiden levantar sobreprecio. *La Tribuna*, Asunción, 22 jul. 1979. Economía, p. 04.

referente ao ano anterior, o qual sinalizou que o acentuado crescimento da demanda da eletricidade e a carência de chuvas na Bacia do Acaray obrigaram a complementação da geração hidráulica com outros produtos, resultando na manutenção do tributo energético. O diário criticou as justificativas da companhia e destacou que o documento não havia respondido a todas as interrogantes dos setores sociais realizadas nos últimos meses.⁶⁰

Ao longo da polêmica, a política fiscal contracionista da ditadura de Stroessner foi rechaçada pela opinião pública e por setores da sociedade. Dessa forma, observamos o embate entre a linguagem política do regime, que apresentava os avanços macroeconômicos, e o discurso político de *La Tribuna*, que apontou entraves ao desenvolvimento social e econômico. Portanto, a discussão acerca do aumento dos preços da energia elétrica implementado pela ANDE foi utilizada pelo jornal como uma forma de criticar a administração econômica da ditadura – ao informar ao seu público-leitor sobre a má gestão dos órgãos estatais por funcionários que manipulavam índices, ocultavam informações públicas e coagiam veículos da imprensa – e de defender os interesses do empresariado paraguaio. A respeito desse último ponto, vale destacar que dentre as atividades exercidas por Oscar Paciello estava assessoria jurídica a distintas empresas privadas e públicas em diferentes áreas e que os empresários eram assíduos leitores do periódico, uma vez que havia no diário um espaço significativo para as ações financeiras do país. Além da preocupação com o ritmo da indústria nacional e, conseqüentemente, do processo desenvolvimentista, o jornal externou sua inquietação a respeito do impacto da sobretaxa elétrica para a população. Contudo, a quais parcelas da sociedade o diário se solidarizava? A discussão sobre o assunto concentrou-se na capital do país e em algumas cidades, já que na zona rural havia uma baixa incidência de energia elétrica. Por essa razão, parte dos residentes nas áreas rurais utilizava derivados de petróleo como fontes energéticas. Portanto, *La Tribuna* concedeu um amplo espaço à questão por ter sido um assunto que atendeu – majoritariamente – aos interesses dos habitantes das cidades.

Por último, o posicionamento de *La Tribuna* a respeito da sobretaxa elétrica convergiu e divergiu de alguns aspectos de seu ideário. De acordo com a lógica do jornal, a manutenção

⁶⁰ ANDE: memoria con atraso. *La Tribuna*, Asunción, 30 nov. 1979. Economía, p. 05; Complicada tarifa de ANDE para las industrias. *La Tribuna*, Asunción, 11 nov. 1979. *La Tribuna Económica*, p. 02; La UIP está de acuerdo con tarifas de ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 13 nov. 1979. Economía, p. 05; Plan de consumo de Itaipú entregará la UIP a ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 16 out. 1979. Economía, p. 07; Sin medidas económicas de fondo. *La Tribuna*, Asunción, 11 nov. 1979. *La Tribuna Económica*, p. 02; Situación financiera de ANDE depende del valor monetario internacional. *La Tribuna*, Asunción, 12 out. 1979. Economía, p. 05; Sobreprecio: podría haber “cambios en la situación”. *La Tribuna*, Asunción, 11 out. 1979. Economía, p. 05.

da tarifa representaria um “efeito cascata”, prejudicando o consumo nacional, a produção autóctone e contribuindo para o empobrecimento dos setores populares. A partir dessa conjuntura, apareceriam problemas econômicos que poderiam eclodir contestações sociais. Assim, defendia que o Estado deveria conduzir o processo desenvolvimentista e acreditava que a hidroeletricidade era um instrumento que intensificaria a produção industrial. No entanto, a decisão da ampliação do acesso à eletricidade nas regiões interioranas foi criticada pelo jornal, pois teria sido mantida pela sobretaxa implementada pelo governo.⁶¹ Além disso, afirmou que o Estado deveria encontrar outra forma de financiar os programas de ampliação de energia elétrica. Apesar das críticas, *La Tribuna* não apresentou alternativas que pudessem substituir a medida governamental. Nem mesmo o estabelecimento do diálogo entre o empresariado e os organismos estatais – defendido pelo jornal – foi proposto nesse caso.

4.2.2. As polêmicas em torno da REPSA

O direito de explorar, refinar, armazenar e transportar derivados de petróleo era exercido pelo Estado paraguaio através da concessão a empresas autárquicas e/ou mistas. Através de um acordo com o responsável pelo *Ministerio del Exterior*, os empresários estadunidenses Philippe de Bourbon e Marcel Degrave conseguiram com que a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner autorizasse, em 1962, a construção e instalação de uma refinaria de petróleo no país por quinze anos. Dessa forma, foi criada a *Refinaría Paraguaya S.A. (REPSA)*, filial da transnacional *Bolivian Oil Company (BOC)*, que iniciou suas atividades em 1966. Por conta da maquinaria ultrapassada da REPSA – que datava de 1932 – o petróleo chegava semi-refinado no país, portanto, cabia à empresa transformá-lo em combustível e distribuí-lo em todo território paraguaio. Além disso, REPSA criou uma triangulação para fixar o preço dos combustíveis e aumentar seus lucros. Na França, havia duas empresas que compravam barris de petróleo na Argélia e revendiam à petrolífera a um preço superfaturado. Ao invés de armazenar todo o depósito de petróleo no Paraguai, REPSA mantinha grande parte de seu estoque em Zárate, na Argentina, a cerca de mil e duzentos quilômetros de Villa Elisa, cidade metropolitana de Assunção. Dessa forma, quando a companhia pretendia aumentar o preço dos combustíveis, retinha o petróleo em território argentino e afirmava ante a opinião pública e às autoridades paraguaias que não havia entrega no mercado internacional. Os termos da lei de concessão da REPSA, as condições em que a refinaria importava o petróleo, a forma como a empresa fixava os preços dos combustíveis e

⁶¹ Cf. Es necesaria una claridad de objetivos en ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 06 jan. 1979. Economía, p. 07.

os lucros exorbitantes da petroleira foram elementos que geraram questionamentos por parte da sociedade.⁶² Dessa forma, pretendemos identificar a postura de *La Tribuna* frente às ações da REPSA e das autoridades nacionais e ao valor dos combustíveis fixado pela refinadora. O posicionamento do jornal a respeito desses fatores evidenciou tanto o seu ideário desenvolvimentista, quanto sua oposição às políticas econômicas do regime.

O preço final dos combustíveis no Paraguai era um dos mais caros do mundo e refletiu-se nas finanças dos trabalhadores. Um dos motivos desse encarecimento foi a deficiência da fiscalização dos funcionários estatais e a concessão de benefícios à REPSA. Com o início da crise internacional do petróleo de 1979 e a superelevação do valor do combustível, *La Tribuna* externou uma série de críticas à refinadora, além de cobrar da ditadura ações que reduzissem o custo dos derivados de petróleo. No início de 1979, a Equipe Econômica do governo comunicou a possibilidade de finalizar a concessão à companhia petroquímica, pois acreditava que o Estado deveria administrar a refinaria. No entanto, recebeu uma contraproposta – por parte dos os dirigentes da REPSA – de estabelecer uma empresa de capital misto. Nesse período, a refinadora anunciou o incremento do preço bruto do petróleo importado pelo Paraguai e o aumento no valor dos derivados dessa fonte energética. Diante disso, o jornal assegurou que a elevação dos preços dos combustíveis teria um impacto desastroso na economia e setores sociais endossaram suas críticas em relação à política energética conduzida pelo regime. Consultados pelo diário, órgãos estatais asseguraram que buscariam evitar que a elevação do preço dos carburantes impactasse o custo das mercadorias. Para *La Tribuna*, a protagonista desta situação seria a REPSA, pois obteve lucros como resultado do descenso do valor unitário das importações de petróleo nos últimos anos. Para agravar a situação, REPSA restringiu a entrega dos combustíveis no país. Ao jornal, funcionários públicos afirmaram que o caso teria sido consequência da nova restrição dos Estados produtores de petróleo e da negativa do Poder Executivo em aumentar os valores de comercialização de petróleo.⁶³

⁶² CHIAVENATO, op. cit., 1980, p. 27-30; PARQUET, op. cit., p. 50; LAÍNO, Domingo. *REPSA: Fraude y entrega*. Asunción: Intercontinental Editora, 1989, p. 21-39; MAURO, Luis Alberto. *El petróleo y sus manejos en el Paraguay. REPSA, el negociado del siglo!* Primer Tomo. Asunción: El Foro, 1981, p. 11-91; NERI FARINA, op. cit., p. 277-278; NICKSON; KOLINSKI, op. cit., p. 500; PERONI; BURT, op. cit., p. 211.

⁶³ Director de REPSA dijo que aumentos son ya inevitables. *La Tribuna*, Asunción, 04 abr. 1979. Economía, p. 06; Editorial: Empresas mixtas. *La Tribuna*, Asunción, 27 fev. 1979. Opinión, p. 10; Equipo Económico analiza hoy REPSA. *La Tribuna*, Asunción, Quinta-feira, 15 fev. 1979. Economía, p. 04; Petróleo: mayor costo provoca planes de reducción del consumo de derivados. *La Tribuna*, Asunción, 29 mar. 1979. Economía, p. 04; Problema energético complica el plan anti inflacionario oficial. *La Tribuna*, Asunción, 01 abr. 1979. Economía, p. 04; Racionamiento podría ir a una semana o más. *La Tribuna*, Asunción, 01 mai. 1979. Economía, p. 06; Rara merma de combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 06 jan. 1979. Economía, p. 04; REPSA es sindicada como

De acordo com *La Tribuna*, essa situação refletiu a incapacidade da REPSA em prover, satisfatoriamente, as necessidades nesse campo energético e a conjuntura do mercado internacional não justificava as ações da refinaria. Ademais, destacou que o desabastecimento de combustível teria sido gerado para preparar psicologicamente a opinião pública – que, uma vez impactada pela situação, aceitaria o aumento dessa fonte energética como algo menos grave –, alertou para o fato de que cada dia de restrição diminuía em 20% a produtividade econômica, questionou a concessão governamental à empresa petroleira – alegando que o setor de energia seria uma questão de segurança nacional – e ressaltou que a medida havia demonstrado a desconsideração da companhia petroquímica com o consumidor. Para o jornal, o desabastecimento de combustíveis se enquadrava em um conjunto de problemas de imprevisíveis consequências ao longo prazo: deficiências energéticas, crescente processo inflacionário, incapacidade das autoridades em regular o mercado de bens de consumo, crescente desajuste monetário e déficit na balança comercial. Ante essa conjuntura, apresentou alternativas: planejamento político para poupar o uso de combustível e procura, por parte dos órgãos estatais, de novas fontes de abastecimento.⁶⁴

Em virtude da conjuntura energética, funcionários públicos afirmaram que REPSA havia danificado a economia nacional e se “esquecido” das facilidades concedidas para operar no país, pois as restrições fiscais fizeram com que se tornasse a empresa mais beneficiada pelo Estado. Acerca disso, *La Tribuna* responsabilizou o governo, já que sua função era resolver a situação. Diante da pressão na opinião pública, REPSA justificou à imprensa que a restrição da entrega dos combustíveis havia ocorrido por conta do desabastecimento dos galões de petróleo, ressaltou que a implementação de uma nova tarifa estava sendo estudada pelo regime e se comprometeu a não aumentar – de imediato – o valor dos combustíveis. Sobre o assunto, o responsável pelo *Ministerio de Industria y Comercio* (MIC) assegurou que o governo adotaria medidas para enfrentar a questão, como a racionalização do consumo dos carburantes. Em meados de 1979, a crise de abastecimento de combustíveis agravou-se e *La Tribuna* apontou a inação do governo para conseguir normalizar a situação. Ao ser entrevistado pelo diário, o vice-presidente da REPSA declarou que a refinadora se orientava a

causante de restricción. *La Tribuna*, Asunción, ídem; REPSA puede absorber el sobrecosto. *La Tribuna*, Asunción, 29 mar. 1979. Economía, p. 04; REPSA ya no cubrirá todo el consumo. *La Tribuna*, Asunción, 03 mai. 1979. Economía, p. 04.

⁶⁴ Alternativas para la provisión de combustible. *La Tribuna*, Asunción, 04 mai. 1979. Economía, p. 04; Editorial: No al aumento. *La Tribuna*, Asunción, 06 mai. 1979. Opinión, p. 10; Editorial: REPSA: urgente decisión. *La Tribuna*, Asunción, 03 mai. 1979. Opinión, p. 10; El Estado debe hacerse cargo inmediatamente”. *La Tribuna*, Asunción, 03 mai. 1979. Economía, p. 04; Se debe implementar cuanto antes una política energética. *La Tribuna*, Asunción, 07 mai. 1979. Economía, p. 05.

partir do aumento dos preços. Para o jornal, tal afirmação corroborou a tese de que o desabastecimento de carburantes estaria ligado às pressões da empresa sobre o governo para conseguir o reajuste dos valores de comercialização dos derivados de petróleo. Em nova entrevista, o responsável pela REPSA defendeu a elevação do valor dos combustíveis, criticou a metodologia dos estudos realizados por *La Tribuna* sobre o preço do petróleo e o lucro da refinaria e atestou que o MIC estava ciente de todas as ações da companhia petroleira. Em resposta a tais afirmações, o diário acusou REPSA de desrespeitar a opinião pública ao duvidar dos dados e dos estudos apresentados ao público-leitor e alertou que o Poder Executivo não possuía meios para impor a normalização da relação oferta-demanda, pois a especulação havia sido provocada pelos monopólios petrolíferos.⁶⁵

A suspeita de *La Tribuna* em relação à adulteração dos dados oficiais foi confirmada por fontes ligadas à comercialização de derivados de petróleo, as quais indicaram que havia superfaturamento da refinaria e das empresas distribuidoras na entrega diária de combustíveis. Em virtude da denúncia, o jornal criticou a inação do MIC ante o caso e propôs que o governo assumisse o controle da compra de petróleo já processado como forma de defender a economia e a segurança do país. A respeito da situação, o diário afirmou que a implementação da tarifa aos combustíveis, como forma de normatizar sua comercialização, era inevitável e que esse aumento havia gerado um sentimento de inquietude nos meios empresariais em relação ao desenfreamento dos índices inflacionários. Os desdobramentos da crise refletiram-se no campo político-partidário. Parlamentares do *Partido Liberal Radical* (PLR) criticaram as ações da REPSA e a acusaram de “furar o povo paraguaio”, propuseram que o Estado intervisse no problema e rechaçaram o aumento do preço dos carburantes. Por sua vez, o *Acuerdo Nacional* criticou a política econômica do regime e exigiu que se investigassem as ações da REPSA, do Poder Judiciário e de outros órgãos públicos e privados. Concomitantemente às manifestações político-partidárias, os impasses envolvendo a REPSA continuavam. Ao final de maio de 1979, o governo estabeleceu mudanças em suas ações no

⁶⁵ Ausencia de medidas correctivas agravó escasez de rubros básicos. *La Tribuna*, Asunción, 20 mai. 1979. Economía, p. 04; A Refinería Paraguaya le toca ahora hablar con la verdad sobre las causas del desabastecimiento. *La Tribuna*, Asunción, 22 mai. 1979. Economía, p. 06; Combustible: oficializarían el actual racionamiento. *La Tribuna*, Asunción, 17 mai. 1979. Economía, p. 06; Coordinación podría optar por aplicar plan de restricciones. *La Tribuna*, Asunción, 18 mai. 1979. Economía, p. 06; Entre el racionamiento y el alza de precios. *La Tribuna*, Asunción, 17 mai. 1979. Economía, p. 06; Editorial: Política energética. *La Tribuna*, Asunción, 05 mai. 1979. Opinión, p. 10; Editorial: Superar la dependencia de REPSA. *La Tribuna*, Asunción, 19 mai. 1979. Opinión, p. 10; REPSA cree que corresponde al gobierno solucionar la crisis. *La Tribuna*, Asunción, 21 mai. 1979. Economía, p. 06; REPSA es primera en lista de liberaciones. *La Tribuna*, Asunción, 05 mai. 1979. Economía, p. 04; REPSA no aumentará aun los precios de combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 08 mai. 1979. Economía, p. 04.

setor energético e comprometeu-se em estudar a instauração de uma refinaria de capital misto. No mês seguinte, o Poder Executivo estabeleceu a tarifa aos combustíveis e regulou a venda e o consumo do hidrocarboneto líquido.⁶⁶

La Tribuna denunciou a conformidade das autoridades nacionais com as ações da REPSA e defendeu a nacionalização da empresa petroleira, pois entendia que o controle e a supervisão dos sistemas de produção e distribuição de fontes energéticas seriam elementos estratégicos para a sobrevivência do Estado. O jornal também ressaltou que a elevação do custo dos combustíveis impactaria o plano anti-inflacionário estipulado pelo *Banco Central del Paraguay* (BCP) e o poder aquisitivo dos assalariados e apontou que a decisão pela livre importação – adotada para abafar as críticas do empresariado contra a refinaria – daria margem à “anarquia” da comercialização de combustíveis e aumentaria a vulnerabilidade energética. Ao final de 1979, REPSA pediu ao governo a elevação do valor dos derivados de petróleo. Sobre isso, *La Tribuna* alertou o possível desequilíbrio gerado na economia caso o novo reajuste fosse aceito e exigiu que o MIC analisasse os índices proporcionados pela refinaria, pois suspeitava que REPSA estaria enviando índices inflados. Ademais, assegurou que a negociação entre o Paraguai e os Estados latino-americanos produtores e/ou distribuidores de petróleo seria a solução do problema energético. Como forma de pressionar o regime a aceitar sua solicitação, REPSA novamente provocou o desabastecimento dos derivados de petróleo em território paraguaio, provocando uma “psicose social” e prejudicando as atividades econômicas. Frente à conjuntura, o CNCE cedeu às exigências da REPSA e aumentou o valor dos combustíveis. Após a decisão, a companhia normatizou o sistema de distribuição, mas não na quantidade demandada pelos donos de postos de gasolina. Como consequência desse processo, a *Federación de la Producción, la Industria y el*

⁶⁶ Asumir el control de las compras de petróleo crudo. *La Tribuna*, Asunción, 25 mai. 1979. Economía, p. 04; Bancada L.R. condenó el aumento de combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 09 jun. 1979. Política, p. 02; Combustibles aumentaron el 60,71%. *La Tribuna*, Asunción, 02 jun. 1979. Economía, p. 04; Criticaron ayer en diputados escasez y costo de energía. *La Tribuna*, Asunción, 01 jun. 1979. Política, p. 02; Dicen que habría sobrefacturación. *La Tribuna*, Asunción, 25 mai. 1979. Economía, p. 04; El Acuerdo Nacional critica al Gobierno. *La Tribuna*, Asunción, 09 jun. 1979. Política, p. 02; Gobierno rechazaría planteos de REPSA. *La Tribuna*, Asunción, 31 mai. 1979. Economía, p. 05; La escasez de productos básicos presagia nuevos desequilibrios. *La Tribuna*, Asunción, 27 mai. 1979. Economía, p. 06; Por una posición negociadora firme. *La Tribuna*, Asunción, 31 mai. 1979. Economía, p. 05; Intervención de REPSA trata Coordinación. *La Tribuna*, Asunción, 26 out. 1979. Economía, p. 06; “REPSA mete la mano en nuestros bolsillos”. *La Tribuna*, Asunción, 26 out. 1979. Política, p. 04; Superar costosa intermediación. *La Tribuna*, Asunción, 31 mai. 1979. Economía, p. 05.

Comercio (FEPRINCO) anunció que no había otra opción de que estudiar el encarecimiento de los productos fabricados localmente.⁶⁷

Concomitantemente al proceso de normalización en el abastecimiento de combustible, REPSA pidió al Poder Ejecutivo un reajuste en el precio de los derivados de petróleo. Apesar de las autoridades tenerse manifestado favorables a la solicitud, portavoces de órganos estatales aseguraron que el pedido era inoportuno y que, caso fuese aprobado, incidiría negativamente en las actividades productivas y en la política anti-inflacionaria. Para *La Tribuna*, no habría la probabilidad de REPSA utilizar-se de alguna artimaña para presionar al régimen a aceptar su reivindicación, pues pretendía mejorar su imagen pública ante la posibilidad de la creación de una empresa mixta; entretanto, en mediados de 1980 el nuevo ajuste fue aceptado. Ante el hecho, el diario criticó las medidas adoptadas por la refinería y resaltó que tal aumento no concordaba con la conjuntura internacional, ya que el barril de petróleo había subido. Meses después, hubo un nuevo aumento en el valor de los carburantes. Sobre esto, *La Tribuna* planteó la hipótesis de que el reajuste estaría relacionado con el hecho de REPSA haber importado combustibles refinados de Argentina y resaltó que, ante las circunstancias, la oposición ganaría fuerza, pues tendría argumentos para cuestionar la estabilidad monetaria, tida como la estructura más sólida del desarrollo económico. Como alertado por el diario, la bancada del *Partido Liberal Radical* en el Senado solicitó al Poder Ejecutivo información sobre el crecimiento de la tarifa de los derivados de petróleo; además, figuras de las agrupaciones opositoras manifestaron su oposición a la decisión gubernamental. De la misma manera, industriales nucleados en FEPRINCO expresaron sus indignaciones ante la situación. Coincidiendo con su ideario, *La Tribuna* defendió la sustitución de la importación de petróleo por otra fuente

⁶⁷ Afirman que REPSA pidió al MIC 23 por ciento más. *La Tribuna*, Asunción, 17 jun. 1979. Economía, p. 07; Aumento de 12% promedio obtuvo REPSA del Gobierno. *La Tribuna*, Asunción, 08 nov. 1979. Economía, p. 05; Aumento en carburantes afectó labor del MOPC. *La Tribuna*, Asunción, 29 nov. 1979. Economía, p. 07; Aumento solicitado por REPSA podría acordarse. *La Tribuna*, Asunción, 07 nov. 1979. Economía, p. 07; Aún no se normalizó la entrega de combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 09 nov. 1979. Economía, p. 07; Coordinación estudiará mañana pedido de REPSA. *La Tribuna*, Asunción, 01 nov. 1979. Economía, p. 07; Editorial: El pueblo espera. *La Tribuna*, Asunción, 07 jun. 1979. Opinión, p. 10; Editorial: Nuevos precios. *La Tribuna*, Asunción, 02 jun. 1979. Opinión, p. 10; Editorial: Reaccionar. *La Tribuna*, Asunción, 25 oct. 1979. Opinión, p. 10; FEPRINCO solicitará aclaración a la ANDE. *La Tribuna*, Asunción, 09 nov. 1979. Economía, p. 07; La responsabilidad no asumida. *La Tribuna*, Asunción, 04 jun. 1979. Economía, p. 04; Persiste venta ilegal de los combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 11 nov. 1979. Economía, p. 05; REPSA con otro golpe a la economía. *La Tribuna*, Asunción, 28 oct. 1979. *La Tribuna Económica*, p. 02; REPSA pidió nuevo aumento de precios de combustibles, en menos de seis meses. *La Tribuna*, Asunción, 25 oct. 1979. Economía, p. 09; Se cumplen sombríos pronósticos. *La Tribuna*, ídem; Se reduce provisión de carburantes. *La Tribuna*, Asunción, 23 jan. 1980. Economía, p. 07; Sigue escasez artificial y discriminación en gasoil. *La Tribuna*, Asunción, 05 nov. 1979. Economía, p. 07; Un esperado desenlace. *La Tribuna*, Asunción, 08 nov. 1979. Economía, p. 05.

energética produzida no país como uma forma de garantir a soberania nacional e reduzir a dependência do mercado interno e das artimanhas da REPSA.⁶⁸

Ao longo da cobertura do caso, *La Tribuna* questionou a forma como REPSA havia conduzido suas atividades no mercado paraguaio – muitas vezes de forma ilegal – e as facilidades – como as restrições fiscais, por exemplo – concedidas à refinaria pelo Poder Executivo. Apesar de consultar as partes envolvidas, o diário destinou um amplo espaço para que industriais e comerciantes externassem suas críticas à administração da REPSA e à ineficiência governamental – como a falta de fiscalização por parte de funcionários públicos – frente ao problema. O tratamento desse episódio diferenciou-se da cobertura relacionada à sobretaxa da energia hidroelétrica, pois enquanto este assunto centrou-se entre os residentes da capital e de algumas cidades, a polêmica acerca do aumento do preço dos combustíveis ecoou em todo o país. Essa questão pode ser explicada por alguns fatores. Primeiramente, o setor rural era o maior consumidor dos produtos derivados de petróleo, já que parte dessa região não possuía acesso à eletricidade. Além disso, os carburantes eram uma matéria necessária para as maquinarias utilizadas na agroindústria. Outro fator refere-se ao fato de que muitas indústrias nacionais, na impossibilidade em ter acesso à energia gerada nas hidroelétricas, utilizaram-se de estações termoelétricas – conduzidas a partir de fontes fósseis – para as atividades de seus equipamentos. Somado a esse ponto, os transportes rodoviários que conduziam víveres, matérias-primas e produtos manufaturados necessitavam dos combustíveis. Foi por esse motivo que os comerciantes e industriais elevavam o valor dos produtos a cada movimento no preço das fontes energéticas. Temendo o aumento dos índices inflacionários e a concessão de reajustes salariais rotineiramente, o governo adotou políticas austeras, mas estas não conseguiram estancar a inflação. Ao denunciar as ações de REPSA, como a manipulação das cifras apresentadas e o desabastecimento de combustível, *La Tribuna* opôs-se ao regime de Stroessner, defendeu a modernização das estruturas estatais e sugeriu a

⁶⁸ Combustibles aumentan casi 100 por ciento en sus precios entre 1978 y 1980. *La Tribuna*, Asunción, 11 jun. 1980. Economía, p. 06; Combustibles aumentarían en un 10 por ciento. *La Tribuna*, Asunción, 30 mai. 1980. Economía, p. 07; Detectaron entregas anormales de gasoil. *La Tribuna*, Asunción, 24 jan. 1980. Economía, p. 05; Editorial: Estudiar consecuencias. *La Tribuna*, Asunción, 15 out. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Los combustibles y el futuro. *La Tribuna*, Asunción, 11 jun. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Otro golpe. *La Tribuna*, Asunción, 08 out. 1980. Opinión, p. 08; FEPRINCO advierte sobre efectos negativos. *La Tribuna*, Asunción, 15 out. 1980. Portada, p. 01; Gobierno aumentó precio de combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 08 out. 1980. Portada, p. 01; La vigencia de un trauma para la economía. *La Tribuna*, Asunción, 12 out. 1980. *La Tribuna Económica*, p. 01; Lucha contra inflación encontrará nuevos tropiezos. *La Tribuna*, Asunción, 04 jun. 1980. Economía, p. 06; REPSA ya importa más gasoil que petróleo. *La Tribuna*, Asunción, 09 out. 1980. Portada, p. 01; Romper el cerco de una dependencia costosa. *La Tribuna*, Asunción, 19 out. 1980. *La Tribuna Económica*, p. 01; Senadores radicales piden informe sobre el aumento en combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 09 out. 1980. Política, p. 02.

busca de uma matéria-prima que substituísse a importação do petróleo. A respeito desse último ponto, o jornal acreditava que esse fator enfraqueceria a dependência do Estado com os altos índices de importação de petróleo e garantiria a segurança nacional. Dessa forma, propôs a criação de uma política que estimulasse a produção de combustíveis a partir da cana-de-açúcar como resposta à crise do petróleo e como uma forma de controlar a balança comercial. Essa recomendação foi inspirada na experiência brasileira, que havia tido êxito em seu programa de produção e comercialização de etanol.

Sobre essa proposta, *La Tribuna* publicou uma série de artigos assinados por Luis Sisto Alén. A ideia de aproveitar o potencial energético do álcool surgiu após a primeira crise internacional do petróleo em 1973; no entanto, problemas de infraestrutura e indefinições das autoridades enfraqueceram o projeto. A partir da situação do final da década de 1970, Sisto Alén ressaltou a necessidade de o governo prosseguir com a ideia, haja vista que a produção local do álcool teria um impacto positivo entre os agricultores. Para os técnicos da STP, a produção do etanol geraria uma melhor distribuição de renda, a criação de novos empregos no setor agrícola, a diminuição do massivo êxodo rural e a expansão dos bens de capital. Em conjunto com a energia produzida nas hidroelétricas binacionais, a utilização de um “carburante nacional e renovável” auxiliaria no crescimento industrial e no controle dos índices inflacionários.⁶⁹ Em virtude da situação, o Poder Executivo anunciou no final de 1979 que o programa de mescla de álcool absoluto com gasolina começaria após a finalização das obras de uma nova fábrica da *Administración Paraguaya de Alcoholes* (APAL), entidade estatal criada em 1952 e que atuava na fabricação de produtos derivados da cana-de-açúcar, como aguardente e álcool. Dessa forma, estimulou-se a redução de 20% no consumo de combustíveis fósseis no país. Acerca da conjuntura, *La Tribuna* ressaltou a importância do projeto para superar a dependência do petróleo, mas apontou a necessidade de criar uma política sólida no setor da produção do etanol. Além disso, havia problemas sociais nesse processo. Em artigo publicado pelo jornal, Horacio Eduardo Jimenez apontou que o cultivo e a colheita da cana-de-açúcar eram realizados por milhares de famílias camponesas que não possuíam assistência técnica, tampouco creditícia. Segundo o autor, a fixação de um preço de venda e o estabelecimento de medidas que solucionassem os problemas do cultivador de cana-

⁶⁹ SIXTO ALÉN, Luis. Hacia un plan de sustitución del petróleo. *La Tribuna*, Asunción, 18 jul. 1979. Economía, p. 06; SIXTO ALÉN, Luis. Necesidad de formular ahora un Plan Global Nacional de Energía. *La Tribuna*, Asunción, 21 jul. 1979. Economía, p. 06; SIXTO ALÉN, Luis. Sustitución total de nafta riñe con el plan actual de alcohol absoluto. *La Tribuna*, Asunción, 23 jul. 1979. Economía, p. 04.

de-açúcar resolveriam a questão. Paralelamente a essas discussões, os primeiros postos de gasolina do país começaram a receber etanol no início de 1981.⁷⁰

Além das críticas às ações de REPSA e da defesa da substituição dos derivados de petróleo, *La Tribuna* apoiou o fim do monopólio legal da refinaria e a intervenção do Estado paraguaio na administração dessa empresa. Com a crise internacional do petróleo, a proximidade do vencimento da concessão pública à REPSA, com as polêmicas envolvendo o aumento constante do preço dos carburantes e com as facilidades governamentais destinadas à empresa, *La Tribuna* aproveitou-se da situação para pleitear a criação de uma empresa estatal que refinasse e comercializasse os combustíveis no país. Dessa forma, exigiu mudanças na ordem das coisas, pois entendia que REPSA era um entrave no processo desenvolvimentista do país. Em relação ao assunto, o Poder Executivo decidiu manter os esquemas de refinação e comercialização de derivados de petróleo. Para o jornal, essa atitude reafirmou o compromisso do governo tanto com uma empresa que há mais de vinte anos solapava a economia nacional, quanto com o capital estrangeiro. Além disso, a decisão de não nacionalizar a refinaria – por parte do regime – foi vista pelo diário como uma atitude reprovável, pois grande parte das nações capitalistas eram conscientes da importância de reservar em suas mãos a propriedade e o controle do sistema de produção e distribuição de fontes energéticas. Ademais, ressaltou que a intervenção estatal nesse setor diminuiria o déficit comercial, estancaria a dívida externa e controlaria os índices inflacionários. Em virtude das discussões, o governo propôs negociar a compra dos barris de petróleo diretamente com os países produtores, mas assegurou que essa prática não resultaria na estabilidade dos preços dos combustíveis.⁷¹

⁷⁰ Comienza la época del uso de fuentes locales de energía. *La Tribuna*, Asunción, 04 mar. 1981. Economía & Negocios, caderno B, p. 01; Editorial: Carburante. *La Tribuna*, Asunción, 17 nov. 1982. Opinión, p. 05; Editorial: Combustibles. *La Tribuna*, Asunción, 13 abr. 1981. Opinión, caderno A, p. 04; Editorial: De nuevo el alcohol. *La Tribuna*, Asunción, 16 set. 1981. Opinión, p. 05; Editorial: El alcohol como combustible. *La Tribuna*, Asunción, 05 abr. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Otro golpe. *La Tribuna*, Asunción, 08 out. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Urgen definiciones. *La Tribuna*, Asunción, 24 set. 1980. Opinión, p. 08; En enero comenzarán a usar nafta con alcohol. *La Tribuna*, Asunción, 20 mar. 1980. Economía, p. 06; JIMÉNEZ, Horacio Eduardo. El cañicultor ve llegar el momento de las decisiones. *La Tribuna*, Asunción, 04 mar. 1981. Economía & Negocios, caderno B, p. 01; La Administración Paraguaya de Alcoholes y su positivo aporte económico y social. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1979. Economía, p. 18-19; Precio de nafta bajará poco con el alcohol. *La Tribuna*, Asunción, 14 set. 1979. Economía, p. 07.

⁷¹ Alternativas para la provisión de combustible. *La Tribuna*, op. cit; Asumir el control de las compras de petróleo crudo. *La Tribuna*, op. cit; Editorial: La nacionalización. *La Tribuna*, Asunción, 09 dez. 1978. Opinión, p. 10; Editorial: REPSA: urgente decisión. *La Tribuna*, op. cit.; Equipo Económico analiza hoy REPSA. *La Tribuna*, op. cit.; Entregaron a Paraguay zona franca en Rosario. *La Tribuna*, Asunción, 17 jan. 1980. Economía, p. 05; La presencia estatal en la refinería ¿será un recurso válido? *La Tribuna*, Asunción, 11 mai. 1980. *La Tribuna Económica*, p. 02-03; La responsabilidad no asumida. *La Tribuna*, op. cit.

Ante o desprestígio da refinaria na opinião pública e a pressão sobre o destino da empresa no país, o Poder Executivo confirmou a intenção em criar uma empresa de capital misto com a REPSA. No primeiro semestre de 1980, o CNCE aprovou as principais diretrizes sobre a constituição da nova refinaria e encaminhou o projeto ao Congresso. Primeiramente, após discussões entre parlamentares colorados e opositores e funcionários públicos a respeito das fragilidades do projeto e da viabilidade da participação da REPSA no ente misto – figuras a favor da refinaria justificaram que a manutenção desta no novo empreendimento dava-se pelo fato de suas articulações no mercado internacional de petróleo, de seu suporte técnico e de seus profissionais especializados –, o texto foi aprovado com modificações pela maioria dos parlamentares. Durante esse processo, *La Tribuna* apontou a inutilidade de submeter o presente acordo ao Parlamento sem a existência de congressistas críticos à proposta, destacou que as instalações da petrolífera estavam obsoletas, afirmou que REPSA não havia criado um centro de capacitação para os trabalhadores paraguaios e ressaltou a importância de o Estado assumir a condução da refinaria. Além disso, evidenciou uma série de deficiências jurídicas no projeto, como o fato de o governo encerrar a concessão da REPSA um ano antes do prazo estipulado e da participação estatal na entidade mista sobressair ao estipulado pelo Decreto-Lei 34/1954 e pela Lei 675. Outros setores sociais se manifestaram a respeito do caso. Industriais nucleados na UIP e membros do *Partido Liberal* reivindicaram a participação do empresariado paraguaio na sociedade mista com o Estado. *La Tribuna* corroborou o discurso político desses dois atores, ao enfatizar a necessidade de se livrar dos interesses privados estrangeiros e exigir atenção ao empresariado nacional. No Senado, o projeto foi aceito pela maioria dos congressistas e, no final de 1981, o Poder Executivo sancionou a lei de criação da empresa mista, que funcionaria sob a denominação de PETROPAR (*Petróleos Paraguayos*). Juntamente com a insatisfação de setores da sociedade e dos acionistas estrangeiros, o principal desafio da PETROPAR foi renegociar os contratos internacionais de compra de barris de petróleo e estreitar os laços com os países produtores dessa fonte energética.⁷²

⁷² ALÉN, Luis Sixto. Petróleo: se contradicen las intenciones y las realidades. *La Tribuna*, Asunción, 23 mar. 1981. Economía & Negocios, p. B1; Aprobaron en comisiones sociedad Estado-Repsa. *La Tribuna*, Asunción, 2 jul. 1980. Economía, p. 07; BARRIOS, Gustavo Adolfo. PETROPAR busca fuentes más baratas para adquisición de petróleo crudo. *La Tribuna*, Asunción, 18 mar. 1981. Economía & Negocios, p. B1; Editorial: Acecho inicio. *La Tribuna*, Asunción, 18 abr. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Derivación previsible. *La Tribuna*, Asunción, 15 jul. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: El consorciamiento [sic]. *La Tribuna*, Asunción, 13 mai. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Entes mixtos. *La Tribuna*, Asunción, 08 mai. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Inquietante proyecto. *La Tribuna*, Asunción, 24 mai. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: La cuestión petrolera. *La Tribuna*, Asunción, 20 jun. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: La gran ingógnita [sic]. *La Tribuna*, Asunción, 10 jul. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Lesivo intento. *La Tribuna*, Asunción, 24 abr. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: No somos cretinos. *La Tribuna*, Asunción, 10 fev. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: Perplejidad. *La Tribuna*, Asunción, 29 mai. 1980. Opinión, p. 08; Editorial: PETROPAR. *La Tribuna*, Asunción, 04 set.

Reforçando seu ideário desenvolvimentista, *La Tribuna* defendeu a revogação da concessão à REPSA e a criação de uma empresa petrolífera com a participação do capital público. Apesar de ter enfatizado os benefícios em torno da fundação da PETROPAR, os representantes do diário criticaram a atitude das autoridades nacionais ao permitirem a manutenção de parte das ações da companhia nas mãos do capital privado estrangeiro e ao não se mostrarem abertas ao diálogo com os empresários paraguaios. Para o jornal, PETROPAR representou a expectativa para novos caminhos no campo energético e no processo de desenvolvimento do país, pois o Estado estaria se libertando paulatinamente das amarras do capital privado estrangeiro.

Para Robert Pierce os meios de comunicação na América Latina representaram diversas posturas na vida política de seus países. Uma delas é a posição crítica dos jornais em relação aos aspectos relevantes da sociedade. A manutenção de tal atitude poderia ocasionar em represálias por parte de organismos governamentais, na conscientização de parte da população em relação aos problemas apontados ou na pressão para que as autoridades nacionais mudassem seu comportamento. Não obstante, a cautela foi a postura mais adotada pelas empresas jornalísticas latino-americanas e, dentro dessa estrutura, havia duas práticas frequentes: a autocensura e a manifestação de textos com o intuito de insinuar sem afirmar. Esse posicionamento foi adotado em países que viviam sob governos autoritários, já que os veículos de comunicação optaram em proteger sua existência ou a de seus empregados.⁷³

1980. Opinión, p. 08; Editorial: Un debate nacional. *La Tribuna*, Asunción, 06 jun. 1980. Opinión, p. 08; “El gobierno ni siquiera tiene aún una política energética definida”. *La Tribuna*, Asunción, 11 jul. 1980. Política p. 02; El Senado autorizó la asociación con Repsa. *La Tribuna*, Asunción, 30 abr. 1980. Política, p. 03; Ente mixto de petróleo se formaría por 10 años. *La Tribuna*, Asunción, 10 mai. 1980. Economía, p. 06; Gobierno aprueba ente con accionistas de REPSA. *La Tribuna*, Asunción, 13 mai. 1980. Economía, p. 05; “Idea del ente mixto no está atada a REPSA”. *La Tribuna*, Asunción, 08 mai. 1980. Economía, p. 06; Iniciaron los estudios sobre el ente mixto *La Tribuna*, Asunción, 29 mai. 1980. Economía, p. 05; Junta de UIP cuestionó a Refinería Paraguaya S.A. *La Tribuna*, Asunción, 05 jun. 1980. Economía, p. 05; Los industriales consideran “debate nacional” la cuestión REPSA - Estado. *La Tribuna*, Asunción, 09 jun. 1980. Economía, p. 05; “Nacionalización sin estatización”. *La Tribuna*, Asunción, 21 mai. 1980. Política p. 02; Petróleo: hay criterio para formar ente misto. *La Tribuna*, Asunción, 22 abr. 1980. Economía, p. 05; Petróleo más barato sigue siendo el objetivo de la entidad mista. *La Tribuna*, Asunción, 21 mar. 1981. Economía & Negocios, p. B1; PETROPAR remplace a REPSA con el Estado como socio. *La Tribuna*, Asunción, 04 set. 1980. Economía, p. 06; ¿Por qué el Estado no explota solo el refinado del crudo? *La Tribuna*, Asunción, 08 mai. 1980. Economía, p. 06; Proyecto lesivo e inepto. *La Tribuna*, Asunción, 08 jun. 1980. Opinión, p. 06; REPSA analizan hoy Ugarte y los diputados colorados. *La Tribuna*, Asunción, 06 jun. 1980. Economía, p. 05; REPSA: bancada colorada aprueba modificaciones. *La Tribuna*, Asunción, 01 jul. 1980. Economía, p. 05; REPSA: nuevamente la táctica de los hechos consumados. *La Tribuna*, Asunción, 16 mai. 1980. Economía, p. 06; Sin dilación la Cámara de Diputados aprobó proyecto de ley que crea ente Estado-Repsa. *La Tribuna*, Asunción, 11 jul. 1980. Política p. 02; Ugarte explicará unión con REPSA a bancada colorada. *La Tribuna*, Asunción, 5 jun. 1980. Economía, p. 05; Un mayor control fiscal sobre el petróleo. *La Tribuna*, Asunción, 09 set. 1980. Economía, p. 07.

⁷³ PIERCE, op. cit., p. 289-321.

Observamos, desse modo, que *La Tribuna* adotou uma postura crítica e cautelosa. O discurso político dos responsáveis pelo diário sempre ressaltou seu compromisso com a crítica, entendida como um instrumento que deveria valorizar os acontecimentos e ser contido pela realidade dos fatos.⁷⁴ Dessa forma, o jornal criticou a estrutura partidária-eleitoral, as políticas econômicas do regime cívico-militar de Alfredo Stroessner e, também, determinadas atitudes dos membros dos partidos políticos opositores à ditadura, de parlamentares colorados e das autoridades nacionais. Ademais, pressionou os agentes públicos para que os problemas em torno da violação aos direitos humanos, da representatividade eleitoral e dos entraves ao processo desenvolvimentista fossem sanados. Com isso, a empresa jornalística pretendia estimular, entre os setores intelectualizados da sociedade, os debates em torno da abertura política no país e do avanço do desenvolvimento socioeconômico. A primeira resposta ao seu posicionamento veio com a ordem de suspensão temporária em 1979.

Após esse episódio, *La Tribuna* assumiu uma posição cautelosa, sobretudo no campo político. Três casos exemplificam tal postura do diário. O primeiro refere-se à cobertura da mudança da legislação eleitoral e da violação aos direitos de jornalistas e políticos opositores. Ao comentar tais eventos, o jornal publicou reportagens e artigos com uma narrativa “objetiva” que não deixava claro a sua postura. Por sua vez, a mudança da perspectiva do diário em relação ao *Acuerdo Nacional* (AN) sinaliza o segundo caso. Inicialmente tida, pelos representantes do veículo, como uma inovação no cenário partidário, essa nucleação teve – paulatinamente – sua imagem pública modificada, sendo representada como um movimento à mercê de determinadas agremiações políticas e sem base popular. Parte da reconstrução da imagem desse organismo pluripartidário foi fruto da atitude do jornal em não selecionar determinadas notícias envolvendo o AN, por ter dado visibilidade maior a certas entrevistas com políticos contrários ao AN e pelo espaço cedido ao colunista D.A.A., que comumente atacava a nucleação.

Esse último ponto dialoga com o terceiro caso. Em um dos momentos das discussões envolvendo D.A.A., foi revelado que Oscar Paciello havia pedido para que ele suavizasse suas críticas. Dessa forma, *La Tribuna* adotou a autocensura; no entanto, essa prática era seguida por seus colegas. Por conta da prisão dos funcionários de *Ultima Hora*, o *Partido Liberal* lançou um boletim no qual havia discutido a violação da liberdade de expressão e apontado a imposição massiva da autocensura nos meios de comunicação como uma forma de evitar a

⁷⁴ Cf. Editorial: Los límites de la crítica. *La Tribuna*, Asunción, 03 fev. 1982. Editorial, p. 05.

detenção dos jornalistas.⁷⁵ Na ocasião do aprisionamento de Alcibíades González Delvalle, o colunista Ilde Ignacio Silvero apontou a situação da imprensa paraguaia e afirmou que as autoridades nacionais não toleravam os fatos publicados pelos jornalistas e que havia o problema da autocensura nos periódicos.⁷⁶ Portanto, o emprego da autocensura, a utilização da “objetividade” jornalística e a publicação de artigos de um colaborador anônimo evidenciam a atitude cautelosa de *La Tribuna*.

Em suma, *La Tribuna* assumiu um posicionamento crítico no campo econômico – ao denunciar os abusos da REPSA, as sobretaxas energéticas e a desatenção das autoridades nacionais – e uma postura cautelosa no campo político-partidário, pois temia sofrer represálias da ditadura de Stroessner. Ao longo desse capítulo, observamos as posições do diário e algumas de suas contradições. Apesar disso, houve coerência entre a ideologia do jornal e as atitudes frente aos debates importantes do cenário político e econômico do Paraguai. A breve euforia pela junção de agremiações políticas opositoras, a defesa pela atualização das regras eleitorais e da estruturação dos partidos políticos e o resguardo dos direitos humanos dialogaram com os princípios da democracia representativa e das liberdades política e de expressão externados pelos representantes do veículo. Por sua vez, as denúncias em relação às tarifas energéticas, à má conduta dos agentes públicos e à ausência de planejamento no campo energético – juntamente com a defesa pela intervenção estatal em áreas estratégicas e pela substituição de importações – traduzem o ideário desenvolvimentista de *La Tribuna*.

⁷⁵ Sobre detención de periodistas. *La Tribuna*, Asunción, 05 dez. 1981. Política, p. 02.

⁷⁶ SILVERO, Ilde Ignacio. “La verdad os [sic] hará libres...”. *La Tribuna*, Asunción, 07 nov. 1979. Política, p. 02.



Considerações finais

Ao longo de sua existência, o diário *La Tribuna* apresentou um caráter multifacetado, fruto de suas diferentes administrações. De porta-voz do grupo conservador do *Partido Liberal* passou a ser o mais importante veículo da grande imprensa paraguaia. Em virtude de seu posicionamento político, tornou-se alvo das forças repressivas de distintos governos: foi suspenso várias vezes e sofreu interferência estatal por anos. Contudo, o diário soube se reinventar e jogar com a conjuntura de uma época. Renovou-se tecnicamente quando foi preciso e posicionou-se a respeito de assuntos relevantes quando lhe interessou. A atuação dos variados profissionais, diretores e proprietários de diferentes ideologias construiu a imagem de uma empresa jornalística plural. Apesar de suas diferentes gestões, o jornal manteve sua postura liberal-democrática, ao defender as liberdades, as instituições (imprensa, partidos políticos) e os direitos básicos da cidadania. Sob a administração de Oscar Paciello (1978-1983), *La Tribuna* adotou uma linha editorial que privilegiou a análise e apresentou seu projeto político-ideológico: a expectativa da democratização e do desenvolvimento social e econômico do Paraguai.

O ideário democrático e desenvolvimentista norteou sua postura a respeito de um conjunto de temas político-econômico: a destinação de espaço para a manifestação de políticos opositores à ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner; o apoio à mudança na legislação eleitoral de modo a atualizar a estrutura político-partidária; a denúncia às violações aos direitos humanos; a crítica aos impostos sobre a energia que dificultavam as atividades produtivas do país; a divulgação dos problemas decorrentes de uma administração pública irresponsável; a conformidade com a substituição dos derivados de fontes fósseis por combustíveis elaborados a partir da cana-de-açúcar; e a defesa da nacionalização da refinaria de petróleo. Com isso, *La Tribuna* pretendeu se afirmar frente à opinião pública nacional a partir da criação da imagem de uma empresa jornalística defensora do regime democrático e do desenvolvimento do Paraguai. Em outras palavras, seu objetivo foi apresentar-se como o arauto de uma nova alvorada no país.

Para os responsáveis pelo diário, as alterações estruturais não seriam realizadas a partir de uma revolução ou da mudança abrupta da ordem das coisas, mas desenvolver-se-iam paulatinamente a partir da incorporação da população na vida econômica – através da criação de empregos, sobretudo no setor industrial, e da intensificação dos direitos sociais – e na vida política – por meio da participação em partidos políticos. O posicionamento de *La Tribuna* se diferenciou dos projetos apresentados posteriormente por outros atores políticos, os quais defendiam a ruptura do *status quo* a partir da aglutinação de forças de diferentes instituições (Forças Armadas, Igreja Católica, agremiações políticas) ou através da sublevação popular.

De fato, *La Tribuna* conseguiu ter um papel de destaque na imprensa escrita durante a gestão de Oscar Paciello. Sob sua administração, o diário conseguiu atrair a atenção do público-leitor ao se mostrar como um veículo independente, comprometido com as causas nacionais e crítico ao governo e aos políticos opositores. Desse modo, construiu as bases necessárias para difundir suas posições político-ideológicas e contestar determinadas atitudes no campo econômico e político. Isso apenas foi possível por conta da abertura política do regime de Stroessner, que diminuiu a ação repressora dos organismos estatais e permitiu a atuação de uma oposição controlada, a qual *La Tribuna* pertencia.

No entanto, o projeto do diário foi abortado por três motivos. Primeiramente, a formação de uma nucleação de partidos opositores, a possibilidade de o sistema econômico ser afetado por conta da crise internacional de petróleo e os desdobramentos do processo revolucionário nicaraguense fizeram com que a ditadura de Stroessner retrocedesse em sua abertura política e recrudescesse suas práticas repressivas. Com isso, *La Tribuna* foi suspensa por trinta dias em 1979, o que afetou negativamente as ações dos responsáveis pelo veículo, obrigando-os a reconfigurar seu posicionamento político e ideológico e adotar uma postura de cautela, como uma tática para continuar atuando sem novas represálias por parte do Poder Executivo.

Em segundo lugar, a opção do diário em atacar seu principal concorrente – *ABC Color* – surtiu efeitos positivos no campo político, pois apresentou à opinião pública o seu ideário democrático e desenvolvimentista; entretanto, afastou os clientes publicitários. Parte significativa desses anunciantes pertencia à elite agropecuária e aos grupos ligados ao comércio de importações. Como os representantes do *ABC Color* atendiam aos interesses dessa categoria econômica, esses setores optaram em não anunciar nas páginas de *La Tribuna*. Isso aumentou a sua dependência publicitária em relação às empresas públicas e à burguesia industrial e refletiu negativamente em sua receita, já que o crescimento das atividades manufatureiras foi vegetativo e o governo realizou cortes em seu orçamento.

Por último, os problemas administrativos, as tentativas frustradas de se modernizar tecnologicamente e a intensificação da repressão governamental aos profissionais da imprensa – em virtude do atentado a Anastácio Somoza – impediram a continuidade do jornal. Esse período coincidiu com a crise econômica no Paraguai e no resto da América Latina, o aumento paulatino das manifestações sociais contrárias ao regime de Stroessner, as divergências internas da agremiação colorada e as pressões internacionais para a democratização do país. Dessa maneira, enquanto os aparelhos repressores da ditadura avançavam, as ações de *La Tribuna* retrocederam.

A busca por conservar suas tradições democráticas ao mesmo tempo em que se colocava como um órgão moderno política e tecnologicamente caracterizou a trajetória de *La Tribuna* no período em que foi dirigida por Oscar Paciello. Mesmo com seus erros estratégicos, o diário traduziu a complexidade de um meio de comunicação que atuou sob um governo autoritário; ou seja, o caso desse jornal vai além do enfoque de uma parte da bibliografia que classifica os periódicos como “adversários” ou “apoadores” da ditadura cívico-militar de Stroessner. Apesar de ter se articulado em torno de um segmento intelectual e da burguesia “nacionalista” que manifestava ideias contrárias a determinadas ações do regime, a empresa negociou sua sobrevivência no mercado jornalístico o quanto pôde ao poupar os ataques à figura do ditador, dos militares e dos grandes empresários da época.



Fontes e bibliografia

Fonte:

Diário *La Tribuna*. Hemeroteca “Carlos Antonio López” da *Biblioteca Nacional del Paraguay*.

Página da Internet:

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/pais/paraguay>. Data de acesso: 20 jul 2017.

Bibliografia:

2º Plan Bienal. Presentación Oficial. Asunción: Presidencia de la República; Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social, 1966.

20 años de planificación en la República del Paraguay. 1962-1982. Asunción: Presidencia de la República; Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social, 1982.

ABENTE BRUN, Diego. *El régimen stronista. Naturaleza, sustento y longevidad*. Asunción: El Lector, 2014.

_____. Un sistema de partidos en transición: El caso de Paraguay. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (Org.). *La Construcción de instituciones democráticas. Sistemas de Partidos en América Latina*. Traducción: Fermín Donoso; David Grimsditch. Chile: Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica, 1996, p. 245-262.

ABENTE, Diego. The Liberal Republic and the Failure of Democracy. *The Americas*, vol. 45, n. 4, 1989, p. 525-546.

ALBERT, Pierre. Comment étudier un journal?. *Cahiers Français*, nº 178. Paris : La Documentation Française, Out-Dez 1976 apud ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. *Projeto História* (PUCSP), São Paulo, v. 4, 1985, p. 89-102.

_____. *La Presse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALEXANDER, Robert Jackson. *A history of organized labor in Uruguay and Paraguay*. Westport, Connecticut; London: Praeger, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

- ARACES, Nidia R. De la Independencia a la Guerra de la Triple Alianza (1811-1870). In: TELESKA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 149-197.
- ARCE FARINA, José. *Las Fuerzas Armadas y el Stronismo*. Asunción: El Lector, 2014.
- ARCHIVO DIFILM. *Alfredo Stroessner habla de los paraguayos en Argentina* 1967. Asunción: Julio Lagos, 20 mai. 1967, 01'22'' - 02'05''. 03'29''. Película: 16mm. Cor: preto e branco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2whPwmUaCnc>. Acesso em 16 jan. 2018.
- ARDITI, Benjamín. *Adíos a Stroessner. La Reconstrucción de la política en el Paraguay*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 1992.
- _____; RODRIGUEZ, José Carlos. *La sociedad a pesar del Estado: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Assunção: El Lector, 1987.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARGAÑA, Luis María. *Historia de las ideas políticas del Paraguay*. Asunción: Instituto Colorado de Cultura, 1979.
- ARÓSTEGUI, Julio. *La investigación histórica: teoría y método*. Barcelona: Crítica, 2001.
- ARRÉLLAGA, Julia Velilla L. de; SEIFERHELD, Alfredo. *Los ecos de la prensa en 1887. Una propuesta de conciliación política*. Asunción: Editorial Histórica, 1987.
- ASHWELL, Washington. *El pensamiento de los Partidos Políticos (1869-1947)*. Asunción: Medusa, 2010.
- AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.
- BAER, Werner; BIRCH, Melissa H. Expansion of the Economic Frontier: Paraguayan Growth in the 1970s. *World Development*, Vol. 12, No. 8, 1984, p. 783-798.
- BÁEZ, Julia. Aspectos del desarrollo histórico paraguayo y sus tendencias actuales. *Problemas del Desarrollo, Revista Latinoamericana de Economía*. Vol. 13, No. 49, 1982, p. 97-119.
- _____. Crisis energética: su impacto en Paraguay. *Problemas del Desarrollo, Revista Latinoamericana de Economía*. Vol. 12, No. 46, 1981, p. 113-144.
- BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo: Editora Martins, 1971.
- BAKER, C. Edwin. Different Democracies and Their Media. In: _____. *Media, markets and democracy*. West Nyack: Cambridge University Press, 2001, p. 129-153.
- BARREIRO, Line; ESCOBAR, Ticio; SOSNOWSKI, Saúl (org.). *Hacia una cultura para la democracia en Paraguay*. Asunción: Municipalidad de Asunción; University of Maryland and College Park; Centro de Documentación y Estudios, 1994.

- BARREIRO, Line; SOTO, Lilian. Regulación Jurídica de los Partidos Políticos en Paraguay. In: ZOVATTO, Daniel (Coord.). *Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas/Unam, p. 739-766.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 185-211.
- BEIRED, José Luis Bendicho. Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. *História*, São Paulo, Unesp, v. 22 (2), 2003, p. 59-78.
- BEJARANO, Ramon Cesar. *Síntesis de la Guerra del Chaco*. Asunción: Editorial Toledo, 1982.
- BENÍTEZ, Luis G. *Guerra del Chaco. Antecedentes, protagonistas, hasta campaña defensiva*. Asunción: Comuneros S.A., 1983.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (org.). *Para uma história cultural*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-364.
- BIASI, Susana. *Ecos de la guerra del Chaco (1932-1935) en la prensa escrita de Buenos Aires*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidad Nacional de Tres de Febrero, Caseros, 2015.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña. In: _____ (org.). *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*. Volumen I. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 09-61.
- BIRCH, Melissa. Estabilidad Política y Rezago Económico. El Gobierno de Federico Chávez 1949-1954. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. *Estado y Economía en Paraguay 1870-2010*. Asunción: Centro de Análisis y difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2011, p. 152-179.
- _____. Financiamiento Externo, Institucionalidad Autoritaria y Lento Crecimiento. Los Primeros Años de Gobierno de Alfredo Stroessner 1954-1972. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. *Estado y Economía en Paraguay 1870-2010*. Asunción: Centro de Análisis y difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2011, p. 180-208.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____. *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Igualdade e Liberdade*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

- _____. *Liberalismo y democracia*. Traducción: José F. Fernández Santillán. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *Es mi Informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner*. Asunción: Servilibro, 2006.
- BORDA, Dionisio. Empresariado y transición a la democracia en el Paraguay. In: SOLER, Lorena et al. (comp.). *Antología del pensamiento crítico paraguayo contemporáneo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 317-354.
- BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. *Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura*, nº 12, 1989, p. 67-80.
- BOUGADE LA DARDYE, Emmanuel de. *Paraguay*. London: s/e, 1892 *apud* MIRANDA, Aníbal. *Apuntes sobre el desarrollo paraguayo*. Volumen 1. Asunción: Editorial Cromos, 1979.
- BOUVIER, Virginia M. *El ocaso de un sistema. Encrucijada en Paraguay*. Asunción: Ediciones Ñandutí Vive, 1988.
- BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 2008, p. 09-23.
- BUZÓ GÓMEZ, Sinforiano. *Índice de la poesía paraguaya*. Asunción; Buenos Aires: Editorial Indoamericana, 1952.
- BREZZO, Liliana. Reconstrucción, poder político y revoluciones (1870-1920). In: TELESKA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 199-224.
- BRÍTEZ, Edwin M. Sobre capaces y medíocres. *ABC Color*, Asunción, 12 fev. 1983 *apud* BRÍTEZ, Edwin M. et al. *Hacia el cambio político. Los años ochenta en Paraguay. Enfoques periodísticos*. Asunción: El Lector, 1987.
- BULMER-THOMAS, Víctor. Las economías latinoamericanas, 1929-1939. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*. Tomo 11. Economía y sociedad desde 1930. Traducción: Jordi Beltran. Barcelona: Editorial Crítica, 1997, p. 03-46.
- _____. *The economic history of Latin America since independence*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- CAMPOS, Luis A. Expansión y crisis del neoliberalismo económico paraguayo (1956-1986). In: CENTRO PARAGUAYO DE ESTUDIOS SOCIOLÓGICOS. *Economía Paraguaya 1986. Análisis/Debates*, tomo I. Asunción: 1987.
- CANO RADIL, Bernadino. *El Partido Colorado y Alfredo Stroessner. (Un aporte a la comprensión de un oscuro período de la historia nacional)*. Asunción: El Lector, 2014.

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- CARDOZO, Efraim. *El 23 de octubre*. Buenos Aires: Editorial Guayra, 1956.
- CARDOZO, Juan Andrés. *El Estado autoritario*. Asunción: Ediciones Ñanduti Vive, 1988.
- CÁRTER, Miguel. *El papel de la Iglesia en la caída de Stroessner*. Asunción: RP, 1991.
- CENTURIÓN, Carlos R. El desarrollo de la prensa durante los últimos treinta años. In: _____. *Historia de la Cultura Paraguaya*, Tomo I. Asunción: Biblioteca “Ortiz Guerrero”, 1961.
- CENTURIÓN, Carlos R. Orígenes del Periodismo Paraguayo. In: _____. *Historia de las Letras Paraguayas*, Tomo III. Buenos Aires: Época Autonómica/Editorial Ayacucho, 1951.
- CÉSPEDES RUFFINELLI, Roberto. *El Febrerismo: del movimiento al partido 1936-1951*. Asunción: Arandurã Editorial, 2013.
- CHIAVENATO, Julio José. *A Guerra do Chaco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- _____. *Stroessner: retrato de uma ditadura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- CHUDYK LYLYK, Miguel. *La Justicia Electoral y su incidencia en el Estado*. Asunción: Servilibro, 2011.
- Cincuenta años de historia periodística. 1925-1975. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1975.
- COLAZO, Carmen. *Los partidos políticos en el Paraguay*. Asunción: CIDSEP, 1998.
- COLMÁN, Emílio Alapanian. *Identidades em confronto: imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna durante o caso dos Saltos Sete Quedas/Guairá (1963-1966)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- COLMÁN DUARTE, Evaristo Emigdio. *Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936 - 1947*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2002.
- COLMÁN GUTIÉRREZ, Andrés. *La oposición tolerada y la perseguida*. Asunción: El Lector, 2014.
- CONGRESO NACIONAL. *Ordenamiento territorial de la República del Paraguay: repertorio normativo de la división política y administrativa*. Asunción: Biblioteca y Archivo Central del Congreso Nacional, 2011.
- CRICHIGNO, Juan. *Diarios del Paraguay*. Asunción: ABC/Centro Gráfico, 2016.
- CROCETTI, Sandra. *Diccionario político del Paraguay*. Asunción: Promociones Culturales, 1997.

CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina: ensayo de interpretación histórica*. México: Siglo XXI Editores, 1988.

D'ALESSANDRO, Sandra; VELÁZQUEZ SEIFERHELD, David. *Relaciones entre autoritarismo y educación en el Paraguay 1869-2012. Un análisis histórico*. Tercer volumen 1954-1989. Asunción: Servicio Paz y Justicia Paraguay, 2017.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Sobre a democracia*. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DÁVALOS, Myrian. Paraguay: escenario demográfico del siglo XX. *Población y Desarrollo*, Facultad de Ciencias Económicas, de la Universidad Nacional del Asunción, nº 17, ano X, 1999, p. 15-24.

DÁVILA, Jerry. *Dictatorship in South America*. Malden: Wiley-Blackwell, 2013.

DEBERNARDI, Enzo. *Apuntes para la Historia Política de Itaipú*. Asunción: s/e, 2010.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina. Hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados/Universidad Santiago de Chile, 2007.

Diário Notícias.

DÍAZ DE ARCE, Omar. O Paraguai contemporâneo (1925-1975). In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*. Volume 2. Tradução: Marcos Bagno; Ricardo G. R. Castro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988, p. 322-372.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS. *Paraguay. Resultados Finales Censo Nacional de Población y Viviendas*. Año 2002. Fernando de la Mora: 2004.

DOLDÁN, Enzo A. *Reflexiones sobre el liberalismo y los partidos políticos en el Paraguay*. Asunción: Orbis, 1980.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

DUARTE FLORES, Eliseo. *Banco Central do Paraguai: análise institucional da criação a autonomia*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

DUARTE PRADO, Bacon. *Fundamentos doctrinarios del coloradismo*. Asunción: El Arte S.A., 1959.

FARINA, Bernardo Neri. *El Último Supremo: La Crónica de Alfredo Stroessner*. Asunción: El Lector, 2003

ECHAURI, Carmen; ELIAS, Margarita *et al.* *Hacia una presencia diferente. Mujeres, organización y feminismo*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE), 1992.

ENRIQUEZ GAMÓN, Efraín. La economía del sector público. In: FLETSCHNER, Carlos (ed.). *Economía del Paraguay Contemporáneo*. Vol. II. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos (CPES), 1984.

FERRERO BLANCO, María Dolores; SAN FRANCISCO, Matilde Eiroa. 1959: Los intentos de derrocamiento de las dictaduras de Trujillo, Stroessner y Luis Somoza. *Historia Actual Online*, 39 (1), 2016, p. 07-28.

FILÁRTIGA CALLIZO, Camilo. La estabilidad del sistema de partidos de Paraguay (1989-2015). In: FREIDENBERG, Flavia (ed.). *Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015. Tomo 2. Cono Sur y Países Andinos*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Jurídica; Instituto Nacional Electoral, 2016, p. 193-233.

FOGEL, Ramon. Tierra y democracia. La lucha de los campesinos paraguayos. *Nueva Sociedad*. Nº 96, 1988, p. 163-173.

FUENTES ARMADANS, Claudio José. Arquitectura de la palabra *legionario*, evolución discursiva de un estigma político paraguayo. In: CABALLERO MERLO, Javier Numan; PERIS CASTIGLIONI, Carlos Aníbal (Comp.). *Paraguay desde la perspectiva de Michel Foucault*. Asunción: Editorial Arandurã; Sociodata; Universidad Nacional del Este, 2014, p. 105-126.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1966.

- GALEANO, Luis A. Los campesinos y la lucha por la tierra. In: TELESKA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 357-374.
- GAONA, Francisco. *Introducción a la Historia gremial y social del Paraguay*. Tomo III. Asunción: RP ediciones; Centro de Documentación y Estudios, 1990.
- GARCÍA RIART, Jorge. *Periodismo universitario en la década del '60: las ideas impresas de una generación*. Asunción: Editorial Marben, 1999.
- GERMANI, Gino; SILVERT, Kalman. Estructura social e intervención militar en América Latina. In: DI TELLA, Torcuato S.; GERMANI, Gino *et al.* *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965, p. 228-248.
- _____. Hacia una democracia de masas. In: DI TELLA, Torcuato S.; GERMANI, Gino *et al.* *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965, p. 206-227.
- _____. *Sociologia da modernização*. Tradução: Eurico de Lima Figueiredo. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974.
- GÓMEZ FLORENTÍN, Carlos. *Higinio Morínigo*. Asunción: El Lector, 2011.
- _____. *La guerra civil de 1947*. Asunción: El Lector, 2013.
- GONZÁLEZ DE BOSIO, Beatriz. *Periodismo Escrito Paraguayo. 1845-2001 de la ficción a la profesión*. Asunción: Intercontinental Editora, 2008.
- GONZÁLEZ DELVALLE, Alcibíades. *La prensa y la cultura bajo el régimen*. Asunción: El Lector, 2014.
- GOIRIZ, Roberto *et al.* *Historia del humor gráfico en Paraguay*. Lleida: Editorial Milenio, 2008.
- GRACIARENA, Jorge. Desarrollo y política. In: DI TELLA, Torcuato S.; GERMANI, Gino *et al.* *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965, p. 249-271.
- HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina. América Latina: cultura y sociedad 1830-1930*. Traducción: Jordi Beltran e Àngels Solà. Barcelona: Crítica, 1991, p. 01-64.
- HARTLYN, Jonathan; VALENZUELA, Arturo. A democracia na América Latina após 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Estado e Política*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 127-196.
- HERKEN KRAUER, Juan Carlos. Crecimiento económico en el Paraguay: la herencia de las dos guerras: 1864-1870/ 1932-35. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. *Estado y*

Economía en Paraguay 1870-2010. Asunción: Centro de Análisis y difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2011, p. 22-54.

_____.; ARCE, Lucas; OVANDO, Fernando. La economía del Paraguay entre 1940-2008: Crecimiento, convergencia regional e incertidumbres. In: MASI, Fernando; BORDA, Dionisio. *Estado y Economía en Paraguay 1870-2010*. Asunción: Centro de Análisis y difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2011, p. 55-113.

_____. La industria en el Paraguay. In: FLETSCNER, Carlos (ed.). *Economía del Paraguay Contemporáneo*. Vol. II. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos (CPES), 1984, p. 75-112.

HOCHSZTAJN, Berta. *Paraguay: estudio de la migración interna. Utilización de una muestra censal, 1962*. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografía, 1973.

HORST, René D. Harder. *El régimen de Stroessner y la resistencia indígena*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica (CEADUC), 2011.

HILL, Anthony. *Cien años del Paraguay dentro de la División Internacional del Trabajo. La evolución económica reciente en una perspectiva histórica*. Asunción: Banco Paraguay de Datos, 1980 (Mimeo).

_____. *El milagro brasileiro del Paraguay. Evolución y perspectiva*. Asunción: CDE, 1993.

IBARRA GÜELL, Pedro; UNCETA, Koldo (coord.). *Ensayos sobre el desarrollo humano*. Barcelona: Icaria Editorial, 2001.

Informe ao General de Divisão Francisco A. Benítez B. Chefe de Polícia da Capital. Assunção, junho de 1984, numeração R008F, laudas 0398-0407 (microfilme).

Informe sobre o programa “Superonda” da Rádio Ñanduti. Assunção, 10 ago. 1983, numeração R189F, laudas 1077-1083 (microfilme).

INSTITUTO PARAGUAYO DE INVESTIGACIONES HISTÓRICAS. *Historia Paraguay. Anuario 1960*. Vol. 4-5. Asunción; Buenos Aires: Talleres Gráficos Lumen Nosedá y Cia., 1962.

JARA GOIRIS, Fábio Anibal. *Autoritarismo e democracia no Paraguai Contemporâneo*. Curitiba - PR: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2000.

_____. *Paraguay: Ciclos adversos y Cultura Política*. Asunción, Paraguay: ServiLibro, 2004.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 213-225.

- KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma P. Mass, Carlos A. Pereira, César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006, p. 97-118.
- KOSELLECK, Reinhart. “Modernidade”. Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: _____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma P. Mass, Carlos A. Pereira, César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006, p. 267-303.
- LA TRIBUNA: Cuarenta Años de Vida. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1965.
- LAINO, Domingo. *Fronteiras e penetração brasileira*. Tradução: Jorge S. Rajoy. São Paulo: Global Editora, 1979.
- _____. *Paraguay: de la independencia a la dependencia. Historia del saquero inglés en el Paraguay de la posguerra*. Asunción: Ediciones Cerro Corá, 1979.
- _____. *REPSA: Fraude y entrega*. Asunción: Intercontinental Editora, 1989.
- NELSON, Bill. Map of Paraguay. In: LAMBERT, Peter; NICKSON, Andrew (org.). *The Paraguay Reader*. Durham & London: Duke University Press, 2013, p. 13-28.
- LEÓN GROSS, Teodoro. *El artículo de opinión*. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.
- LEÓN-ROESCH, Marta; ORTIZ, Richard Ortiz. Paraguay. NOHLEN, Dieter (org.) *Elections in the Americas: Elections in South America*. New York: Oxford University Press Inc., 2005, p. 411-444.
- LEWIS, Paul H. Paraguay, 1930-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*. Tomo 15. El Cono Sur desde 1930. Traducción: Jordi Beltrán. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 187-215.
- _____. *Paraguay bajo Stroessner*. Traducción: María T. Góngora Barba. México: FCE, 1986.
- _____. Paraguay, de la guerra de la Triple Alianza a la guerra del Chaco, 1870-1932. In: BETHEL, Leslie (org.). *Historia de America Latina: America del Sur c. 1870-1930*. Traducción: Jordi Beltran; Angels Solá. Barcelona: Editorial Crítica, 1992, p. 135-153.
- LÓPEZ, Magdalena. Paraguay: de la transición a la democracia (1989-2008). Un abordaje normativo-electoral. *Espacio Abierto*, vol. 21, núm. 2, abril-junio, 2012, p. 207-225.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.
- MACHADO, Eduardo L. *Petróleo e Petroquímica*. São Paulo: EBC, 2012.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

- MARIÑAS OTERO, Luis. *Las constituciones del Paraguay*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1978.
- MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 103-118.
- THORP, Rosemary. Las economías latinoamericanas, 1939-c. 1950. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*. Tomo 11. Economía y sociedad desde 1930. Traducción: Jordi Beltran. Barcelona: Editorial Crítica, 1997, p. 47-82.
- MAROTTA, Emanuele. Sistemas Eleitorais. In: BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de política*. Vol. 1. Tradução: Carmen C, Varriale *et al.* Coordenação da tradução: João Ferreira. Revisão geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1174-1179.
- MASI, Fernando. *Stroessner: La extinción de un modelo político en Paraguay*. Asunción: Intercontinental Editora, 1989.
- _____; BORDA, Dionisio. *Estado y Economía en Paraguay 1870-2010*. Asunción: Centro de Análisis y difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2011.
- MAURO, Luis Alberto. *El petróleo y sus manejos en el Paraguay. REPSA, el negociado del siglo!* Primer Tomo. Asunción: El Foro, 1981.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *A Herança de Stroessner: Brasil - Paraguai, 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.
- MESA GISBERT, Carlos D. 1931-1936. La Guerra del Chaco. In: DE MESA, José *et. al.* *Historia de Bolivia*. La Paz: Gisbert, 1997, p. 525-540.
- MIRANDA, Aníbal. *Apuntes sobre el desarrollo paraguayo*. Volumen 1. Asunción: Editorial Cromos, 1979.
- _____. *Apuntes sobre el desarrollo paraguayo: 1940-1973*. Volumen 2. Asunción: Universidad Católica “Nuestra Señora de Asunción”, 1980.
- MIRANDA, Carlos R. *Paraguay y la Era de Stroessner*. Asunción: RP Ediciones, 1992.

- MOLINIER, Lila. La economía paraguaya de entreguerras. In: ROJAS VILLAGRA, Luis (org). *Proceso Histórico de la Economía Paraguaya*. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012, p. 149-176.
- MONTENEGRO, Walter. *Introducción a las doctrinas político-económicas*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- MORA, Frank O.; COONEY, Jerry W. *Paraguay and the United States: distant allies*. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2007.
- MORA, Frank O. Poder duro y poder blando: La influencia en las relaciones Estados Unidos-Paraguay. In: ____; VILLASANA CARDOZA, Luz María. *Foro Internacional*, vol. 35, no. 2 (140), 1995, p. 219-261.
- MORAES, Ceres. *Paraguai, a consolidação de Stroessner 1954-1963*. Porto Alegre: Edipuc-RS, 2000.
- MORALES, Waltraud Q. *A brief history of Bolivia*. New York: Facts On File, 2010.
- MORLEY, Samuel; VOS, Rob. Poverty and Dualistic Growth in Paraguay. Washington, D.C.: Banco Inter-Americano de Desarrollo, 1997 *apud* INDART, Gustavo. “Pobreza y distribución del Ingreso en Paraguay”. Washington, D.C.: Banco Inter-Americano de Desarrollo, 2000, p. 01-50.
- MORRIS, Joe Alex. *Deadline every minute: the story of the United Press*. New York, Greenwood Press, 1957.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Apresentação. In: ____ (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade e Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 13-28.
- MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: ____; PORTO, Sergio Dayrell (orgs). *O jornal: da forma ao sentido*. Tradução: Sérgio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 29-35.
- MOUILLAUD, Maurice. Preliminares. In: ____; MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell (orgs). *O jornal: da forma ao sentido*. Tradução: Sérgio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- NASCIMENTO, Ulpiano Fonseca. Elementos para la formulación de una política de desarrollo económico en la América Latina (El caso del Paraguay). *El Trimestre Económico*, Vol. 35, No. 137, 1968, p. 87-127.
- NICKSON, Andrew. Brazilian Colonization of the Eastern Border Region of Paraguay. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 13, nº 01, 1981, p. 111-131.
- ____. El régimen de Stroessner (1954-1989). In: TELESKA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 265-294.

- _____; KOLINSKI, Charles J. *Historical Dictionary of Paraguay*. Latin American Historical Dictionaries, No. 24. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, Inc., 1993.
- _____. *La Guerra Fría y el Paraguay*. Asunción: El Lector, 2014.
- _____. *Las guerrillas del Alto Paraná*. Asunción: El Lector, 2013.
- O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: Autoritarismo e Democratização*. Tradução: Evelyn Kay Massaro; Nathan Giraldi. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____; SCHMITTER, Philippe C. *Transiciones desde un Gobierno Autoritario*. Vol. 4. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1988.
- ORUÉ POZZO, Aníbal. Comercialización de la noticia y la objetividad. Las transformaciones en el periodismo paraguayo: 1950-1970. *Pauta Geral – revista brasileira de Jornalismo*. Salvador: Editora Calandra, número 9, 2007, p. 95-180.
- _____. *Comunicación, medios y ciudadanía. Introducción al pensamiento comunicacional en Paraguay*. Asunción: Arandurã Editorial, 2012.
- _____; FALABELLA, Florencia; FOGUEL, Ramón. *Género y dictadura en Paraguay. Los primeros años del stronismo: El caso de los 108*. Asunción: Editorial Arandurã, 2016.
- _____. *Periodismo en Paraguay: estudios e interpretaciones*. Asunción: Arandurã Editorial, 2007.
- _____. *Periodismo y nación: Paraguay a inicios del siglo XX*. Asunción: Arandurã Editorial, 2008.
- PACIELLO, Oscar. *Transición a la democracia*. Asunción: Ediciones Librería del Foro; Instituto de Desarrollo Democráticos y Republicanos, 1991.
- PAPPALARDO ZALDÍVAR, Conrado. *Paraguay: Itinerario Constitucional*. Asunción: Ñanduti Vive Ediciones; Intercontinental Editora, 1997.
- PAREDES, Roberto. *Dialéctica de la guerra sucia*. Asunción: s/e, 2005a.
- _____. *Los presidentes del Paraguay*. Tomo II (1954-2005). Asunción: Servilibro, 2005b.
- PANGRAZIO CIANCIO, Miguel Ángel. *La caída del Partido Colorado (1904-2008)*. Asunción: Intercontinental Editora, 2008.
- PARQUET, Reinerio. *Las empresas transnacionales en la economía del Paraguay*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe; Naciones Unidas, 1987.
- PÉBAYLE, Raymond. Les Brésilguayens, migrants brésiliens au Paraguay. *Revue européenne de migrations internationales*. Vol. 10. N° 2, 1994, p. 73-86.
- PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; MAINWARING, Scott. La supervivencia de la democracia en América Latina (1945-2005). *América Latina Hoy*, 68, 2014, p. 139-168.

PERONI, Guillermo F.; BURT, Martín. *Paraguay: laws and economy*. Asunción-Paraguay: Editora Litocolor, 1984.

PIERCE, Robert N. *Libertad de expresión en América Latina*. Traducción: Lidia Porta. Barcelona: Editorial Mitre, 1982.

PIRES, Marcos Cordeiro. O pensamento econômico latino-americano e a CEPAL. In: MENDONÇA, Marina Gusmão; PIRES, Marcos Cordeiro (org.). *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: LCTE, 2012, p. 253-272.

MUGHAN, Anthony; GUNTHER, Richard. The Media in Democratic and Nondemocratic Regimes: A Multilevel Perspective. In: ____ (ed.). *Democracy and the Media: A Comparative Perspective* (Communication, Society and Politics). Cambridge: Cambridge University Press. 2000, p. 01-27.

PIZARRO, Mar Langa. Historia de la literatura. In: TELESCA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 391-409.

Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social. 1985-1989. Primera parte: Situación Socioeconómica Global. 1970-1984. Asunción: Presidencia de la República; Secretaría Técnica de Planificación del Desarrollo Económico y Social, 1985.

POCOCK, J. G. A. Introdução: O Estado da Arte. In: ____; MICELI, Sergio (org.). *Linguagens do ideário político*. Tradução: Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 23-62.

POCOCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas considerações sobre a prática. In: ____; MICELI, Sergio (org.). *Linguagens do ideário político*. Tradução: Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 63-82.

PREBISCH, Raúl. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

_____. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, ano 3, n.3, 1949, p. 47-94.

PRIETO, Justo. Legislación electoral del Paraguay. In: IIDH/CAPEL/Universidad de la República del Uruguay, 1988, p. 279-308.

Principales indicadores económico-financieros en la década del 70. *La Tribuna*, Asunción, 31 dez. 1979. Economía, p. 17.

PROGRAMA NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. *Informe Nacional sobre Desarrollo Humano 2008. Equidad para el Desarrollo*. Asunción: PNUD, 2008.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. *La guerra del Chaco: Confraternidad Boliviano-Paraguaya sellada con sangre*. Santa Cruz de la Sierra: El Deber, 2006.

QUINTEROS, Marcela Cristina; MOREIRA, Luiz Felipe Viel. A violência política na História do Paraguai (1904-1954). In: ____ (org). *As revoluções na América Latina contemporânea*. Maringá, PR: UEM-PPH-História, 2016, p. 77-129.

QUINTEROS, Marcela Cristina. *Juan Natalicio González (1897-1966): um intelectual plural*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

____; SOLER, Lorena. O stronismo: uma gestão bem sucedida. In: QUINTEROS, Marcela Cristina; MOREIRA, Luiz Felipe Viel (Org.). *As revoluções na América Latina contemporânea. Entre o ciclo revolucionário e as democracias restringidas*. Maringá: Editora UEM-PGH-História; Medellín: Pulso & Letra Editores; Universidad de Antioquia, 2017, p. 67-119.

REPÚBLICA DEL PARAGUAY. *Plan Nacional de Energía. Volumen I*. Secretaria Técnica de Planificación, 1992.

RIQUELME, Marcial Antonio. *Stronismo, golpe militar y apertura tutelada*. Asunción: CDE/RP, 1992.

RIVAROLA, Domingo M. Paraguay: un caso de país de pequeña escala y su alternativa de desarrollo. In: COMPARACIÓN ANALÍTICA ENTRE LOS MODELOS DE DESARROLLO A PARTIR DE 1950 DE LOS PAÍSES DE PEQUEÑA ESCALA DE EUROPA Y AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Documento. Montevideo: Comisión Económica para la América Latina, 1992.

RIVAROLA, Milda. *La Contestación al Orden Liberal. La crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993 *apud* COLMÁN DUARTE, Evaristo Emigdio. *Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936 - 1947*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2002.

____. *La Resistencia armada al Stronismo*. Asunción: El Lector, 2014.

RODRÍGUEZ ALCALÁ, Guido. *Ideología Autoritaria*. Asunción: Servilibro, 2007.

ROBLES VÁSQUEZ, Héctor V. (Coord.). *Panorama Educativo de México 2010. Indicadores del Sistema Educativo Nacional. Educación Básica y Media Superior*. México, D.F.: Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, 2012.

ROCA, Miguel Soler. *El Analfabetismo en América Latina. Reflexiones sobre los hechos, los problemas y las perspectivas*. Montevideo: Administración Nacional de Educación Pública, Consejo de Educación Primaria, Inspección Nacional de Educación de Adultos; UNESCO, 1989.

ROJAS VILLAGRA, Luis. La economía paraguaya independiente. El periodo francista. In: ____ (org). *Proceso Histórico de la Economía Paraguaya*. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012, p. 149-176.

ROMAÑACH, Mario José. *Paraguay: un país en crisis*. Asunción: Servilibro, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução: Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

ROSSI, M. Laura. *El desarrollo de la enseñanza social de los obispos del Paraguay (1940-1993). Un compromiso progresivo con la dignidad de la persona humana*. Roma: Gregorian Biblical BookShop, 1998.

ROUQUIE, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

RUIZ DIAZ, Ana Leticia C. *La Política Económica en el Paraguay. Avances, logros y perspectivas. Antes y Después de 1989*. San Lorenzo: Universidad Nacional de Asunción, 2010.

SARTORI, Giovanni. *Partidos y sistemas de partidos. Marco para un análisis*. Traducción: Fernando Santos Fontenla. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

_____. *Teoría de la democracia: El debate contemporáneo*. Volumen 1. Versión española de Santiago Sánchez Gonzáles. Buenos Aires: REI, 1990.

_____. *Teoría de la democracia: Los problemas clásicos*. Volumen 2. Versión española de Santiago Sánchez Gonzáles. Buenos Aires: REI, 1990.

SAUMA, Pablo. *La Distribución del Ingreso en el Paraguay*. Asunción: DIS/UNA, 1993
apud INDART, Gustavo. *Pobreza y distribución del Ingreso en Paraguay*. Washington, D.C.: Banco Inter-Americano de Desarrollo, 2000.

SEGATTO, Bruno Félix. Disputas políticas, prensa e circuitos de informação no Paraguai durante a ocupação aliada (1869-1876). In: VARGAS, Jonas M. (org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 207-227.

SEGOVIA, Diego. *Comunicación y Democracia. El rol de los medios en la construcción del discurso político ciudadano*. Asunción: BASE IS, 2010.

SCAVONE YEGROS, Ricardo. Guerra internacional y confrontaciones políticas (1920-1954). In: TELESKA, Ignacio (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, p. 225-264.

SEIFERHELD, Alfredo. 80 principales atentados a la libertad de prensa ocurridos en el Paraguay en los últimos 16 años. *El Pueblo*, Asunción, 21 jun. 1984 *apud* GONZÁLEZ DELVALLE, Alcibíades. *La prensa y la cultura bajo el régimen*. Asunción: El Lector, 2014.

_____. El 23 de octubre: la tragedia que pudo ser evitada. In: CONGRESO NACIONAL DEL PARAGUAY. Cámara de Diputados. *Juicio Político: Iniciado a pedido de S.E. El Señor Presidente de la República, Dr. José P. Guggiari, con motivo se los sucesos del 23 De octubre de 1931*. Asunción, Paraguay: Editorial Histórica, 1988.

_____. (comp.). *La caída de Federico Chavez. Una visión documental norteamericana*. Documentación: Jose Luis de Tone. Traducción: Frank M. Samson. Asunción: Editorial Histórica, 1987.

_____. *Nazismo y fascismo en el Paraguay*. Asunción: Editorial Histórica, 1985 *apud* RODRÍGUEZ ALCALÁ. *Ideología Autoritaria*. Asunción: Servilibro, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Democracia. In: _____. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 89-93.

SILVA, Paulo Renato da. A devolução dos troféus da Guerra da Tríplice Aliança e a “confraternidade argentino-paraguaia” (1954). *História Unisinos*, 19, 2015, p. 12-22.

SILVA, Tamy Amorim da. *Memórias sobre uma dama valente: Carmen de Lara Castro e a ditadura stronista (1967 – 1989)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2016.

SIMÓN G., José Luis. *Política internacional para la democracia*. Asunción: Fundación Hans Seidel; Universidad Nacional de Asunción, 1995.

SOLER, Lorena. ¿De qué se ríe *El Pueblo*? La crisis del régimen stronista en las caricaturas del seminario del Partido Revolucionario Febrerista en Paraguay (1984-1987). *Historia Actual Online*, 38, 2015, p. 37-49.

_____; ELÍAS, Rodolfo; PORTILLO, Ana. El régimen stronista y su incidencia en la configuración de las prácticas escolares (1954-1970). *Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación*, año 3, nº 4, Santiago de Chile, 2015, p. 10-33.

_____. *Paraguay, la Larga Invención del Golpe: el stronismo y el orden político paraguayo*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012.

SOSTOA, Osmar; CÁCERES, Oscar; ENCISO, Horacio. La economía paraguaya durante la dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). In: VILLAGRA, Luis Rojas (org.). *Proceso Histórico de la Economía Paraguaya*. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012, p. 259-279.

SOUZA, José Carlos de. *O Estado e a sociedade no Paraguai durante o governo do partido liberal (1904-1935)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006.

STEFANICH, Juan. *El 23 de octubre de 1931. Primera batalla por la defensa del Chaco y primer grito de la Revolución de Febrero de 1936*. Buenos Aires: Editorial Febrero, 1959.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro: *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. Siglo Veintiuno. Editores, México, 1971.

SZWAKO, José Eduardo León. *'Del otro lado de la vereda': luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2012.

TRATADO DE ITAIPU. Decreto Legislativo nº 23, de 1973. Tratado entre o Brasil e o Paraguai, de 26 de abril de 1973. Disponível: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_IATIPU.pdf. Acesso em 10 set. 2018.

UGARTE CENTURIÓN, Delfín. *Evolución histórica de la economía paraguaya*. Asunción, Ed. Graphis, 1983.

VELÁZQUEZ SEIFERHELD, David. *Relaciones entre autoritarismo y educación en el Paraguay 1869-2012. La transición hacia el nacionalismo, el autoritarismo y la afirmación de la autoridad estatal*. Segundo volumen 1931-1954. Asunción: Servicio Paz y Justicia Paraguay, 2016.

VOLTA GAONA, Enrique. *23 de octubre. Caireles de sangre en el alma de la patria paraguaya*. Asunción: El Arte S.A., 1957.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. *Projeto História (PUCSP)*, São Paulo, v. 4, 1985, p. 89-102.

WARREN, Harris Gaylord. Journalism in Asunción under the Allies and the Colorados, 1869-1904. *The Americas*. Washington: Academy of American Franciscan History, v. 34, nº4, 1983, p. 483-498.

_____. *Paraguay: revoluciones y finanzas*. Traducción: Guido Rodríguez Alcalá Asunción: Servilibro, 2008.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Por que democracia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

YORE, Fátima M. *La Dominación Stronista: Orígenes y consolidación – “seguridad nacional” y represión*. Asunción: Base-IS, 1992.